



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Instituto de Estudos da Linguagem**

**CAROLLINA CARVALHO RAMOS DE LIMA**

***A CARTEIRA DO MEU TIO, DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO:***  
**LITERATURA DE VIAGEM E SÁTIRA POLÍTICA EM TEMPOS DE**  
**CONCILIAÇÃO**

**CAMPINAS**  
**2015**

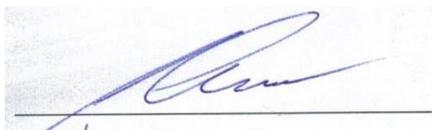
**CAROLLINA CARVALHO RAMOS DE LIMA**

***A CARTEIRA DO MEU TIO*, DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO:  
LITERATURA DE VIAGEM E SÁTIRA POLÍTICA EM TEMPOS DE  
CONCILIAÇÃO.**

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Teoria e História Literária, na área de História e Historiografia Literária.**

**Orientador: Prof. Dr. Jefferson Cano**

**Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pela aluna Carolina Carvalho Ramos de Lima, e orientada pelo Prof. Dr. Jefferson Cano.**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Jefferson Cano', is written over a horizontal line.

**CAMPINAS  
2015**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

L628c Lima, Carollina Carvalho Ramos de, 1986-  
A carteira do meu tio, de Joaquim Manuel de Macedo : literatura de viagem e sátira política em tempos de Conciliação / Carollina Carvalho Ramos de Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Jefferson Cano.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Macedo, Joaquim Manuel de, 1820-1882. A carteira do meu tio - Crítica e interpretação. 2. Ficção brasileira. 3. Sátira política brasileira. 4. Brasil - História - 1853-1857 - Aspectos políticos. 5. Brasil - Descrições e viagens. I. Cano, Jefferson, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** My uncle's mallet, by Joaquim Manuel de Macedo : voyage literature and the political satire at a moment of Reconciliation Policy

**Palavras-chave em inglês:**

Macedo, Joaquim Manuel de, 1820-1882. My uncle's mallet - Criticism and interpretation  
Brazilian fiction

Portuguese political satire

Brazil - History - 1853-1857 - Political aspects

Brazil - Description and travel

**Área de concentração:** História e Historiografia Literária

**Titulação:** Doutora em Teoria e História Literária

**Banca examinadora:**

Alfredo Cesar Barbosa de Melo

Silvana Mota Barbosa

Ana Flávia Cernic Ramos

Maria Renata da Cruz Duran

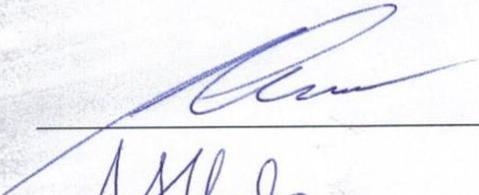
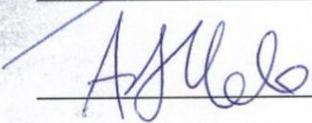
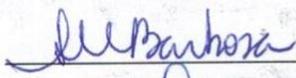
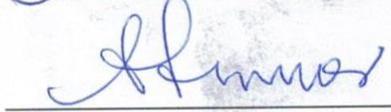
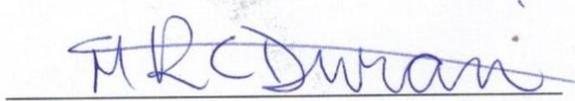
**Data de defesa:** 19-08-2015

**Programa de Pós-Graduação:** Teoria e História Literária

**A CARTEIRA DO MEU TIO, DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO: LITERATURA DE VIAGEM E SÁTIRA POLÍTICA EM TEMPOS DE CONCILIAÇÃO.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Teoria e História Literária. Sob a orientação do Prof. Dr. Jefferson Cano.

**BANCA EXAMINADORA**

Jefferson Cano	
Alfredo Cesar Barbosa de Melo	
Silvana Mota Barbosa	
Ana Flávia Cernic Ramos	
Maria Renata da Cruz Duran	

Campinas, 19 de agosto de 2015.

À escola pública e aos meus professores,  
aos quais devo minha formação.

## Agradecimentos

Quando, ao final de um longo período, nos deparamos com a palavra *agradecimentos* estampada no alto da página, significa que o trabalho, momentaneamente, chegou ao fim. Torna-se, portanto, necessário agradecer aos que contribuíram, direta ou indiretamente, para que se chegasse até aqui.

Em primeiro lugar, devo agradecer ao Prof. Dr. Jefferson Cano, com o qual sempre pude contar e dividir os problemas e percalços da pesquisa. Obrigada pela confiança e presteza em todas as etapas de desenvolvimento deste trabalho. Obrigada por tudo!

Aos professores doutores Carlos Eduardo Ornelas Berriel e Silvana Mota Barbosa pelas críticas, comentários e sugestões feitos na qualificação que me permitiram rever alguns pontos e organizar melhor as ideias que ora são apresentadas.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/UNICAMP) – em especial, a Sílvia Martini – e da Fundação Biblioteca Nacional, instituições nas quais obtive boa parte das fontes analisadas nesta pesquisa.

Aos amigos que ganhei durante esta jornada, Rodrigo Godoy, Rafaela Sanches, Priscila Salvaia e Ana Paula Cardoso, agradeço por tornarem minhas idas a Campinas momentos de discussão da vida e da tese.

Aos amigos Ricardo Fontes, Andressa Villar, Camilla Fontes, Fabrícia de Sá, Victor Martins e André Wagner pela pronta disposição para uma conversa sobre como se comportam os homens no tempo.

Aos amigos da AELON que, mesmo sem entender claramente o que eu “tanto estudava”, foram tão presentes nesses anos. Quero, em especial, agradecer a Tatiane Araújo, amiga para todas as horas.

Aos meus queridos alunos, porque souberam partilhar um sorriso naqueles dias em que a angústia com os prazos e as obrigações do doutoramento solapavam meu bom humor. Aos amigos da Germinare, com os quais divido as alegrias e as agruras da docência.

Aos meus pais, Jeane e Jurandir, por me ensinarem que somente o estudo me levaria aos lugares que sonhei. Obrigada por serem exemplos de justiça e trabalho e garantirem que este dia se tornasse possível.

A Amanda, minha irmã, cuja presença distante foi necessária para que eu não esmorecesse; sempre tive em suas palavras um acalanto. Ao Gustavo, pela sincera e tão valiosa amizade. Obrigada casal que tanto amo, sem vocês tudo teria sido mais difícil!

E, por fim, quero agradecer ao Dennys, meu companheiro, parceiro e cúmplice. Obrigada por ser meu primeiro leitor, meu interlocutor e meu porto seguro. Obrigada por tudo!

“Os historiadores se interessam pelas ideias não apenas porque elas influenciam as sociedades, mas também porque são reveladoras das sociedades que as originam.”

(Christopher Hill, *O Mundo de Ponta-Cabeça*)

“De qualquer modo, não deixamos de ler histórias de ficção, porque é nelas que procuramos uma fórmula para dar sentido a nossa existência. Afinal, ao longo de nossa vida buscamos uma história de nossas origens que nos diga por que nascemos e por que vivemos.”

(Umberto Eco, *Seis Passeis pelos Bosques da Ficção*)

## Resumo

Pretendemos, com esta pesquisa, analisar *A carteira do meu tio*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicada em 1855, nas páginas do jornal carioca *A Marmota*. Trata-se de um livro de viagem, narrado por um jovem debochado e, incomodamente, sincero que se apresenta ao leitor como “o sobrinho do tio”, de quem recebe a ordem de viajar pelo território brasileiro, como uma etapa na sua formação para a carreira política. Neste trabalho problematizamos a escolha do escritor pela união entre a literatura de viagem e a sátira política em um momento de reordenamento da cena pública, bem como buscamos apresentar a visão do escritor acerca de três temas que ele julgava essenciais: a Política de Conciliação (1853-1857), em vigor durante a escrita e a edição da obra em questão; os vícios comuns à elite política imperial; e a inaplicabilidade das leis constitucionais que, em última instância, falseavam o sistema representativo.

**Palavras-chave:** Joaquim Manuel de Macedo – *A carteira do meu tio* – Literatura de viagem – Sátira política – Política de Conciliação – Imprensa

## Abstract

With this research we intend to analyze *A Carteira do meu Tio, (My Uncle's Wallet)* written by Joaquim Manuel de Macedo and published in 1855 on the pages of a carioca newspaper called *A Marmota*. It is about a travel book, narrated by a young, mocking and inconveniently sincere boy that introduces himself to the reader as the uncle's nephew, and who is asked to travel within the Brazilian territory, as part of his career in politics. On this work we not only problematize the writer's choice between the voyage literature and the political satire at a moment of reordering of the public scene, but also attempt to present the writer's view around three themes he minded essential: the Reconciliation Policy (1853-1857), put into force during the writing and editing of the work in question, the common vices among the political imperial elite and the inapplicability of the constitutional laws that, ultimately, distorted the representative system.

**Keywords:** Joaquim Manuel de Macedo – *A carteira do meu tio (My uncle's Wallet)* – Voyage literature – Political satire – Reconciliation Policy – The Press

## Resumo

Se objetiva, con esta investigación, analizar *La Billetera de mi Tío (Carteira do meu Tio)*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicada en 1855, en las páginas del periódico de Rio de Janeiro *A Marmota*. Abarca un libro de viaje, narrado por un joven libertino y, preocupantemente, sincero que se presenta al lector como “el sobrino del tío”, de quien recibe el orden de viajar por Brasil, como un paso para su formación para la carrera política. En este trabajo se problematiza la elección del escritor por la unión entre literatura de viaje y la sátira política en un momento de reordenación de la escena pública, así como se busca presentar una visión del escritor acerca de los tres temas que consideraba esenciales: la Política de Reconciliación (1853 – 1857), en efecto durante la escrita y la edición de la obra en cuestión, los vicios comunes a la elite política imperial y a la inaplicabilidad de las leyes constitucionales que, en última instancia, distorsionado el sistema representativo.

**Palabras clave:** Joaquim Manuel de Macedo – *A carteira do meu tio* – Literatura de viaje – Sátira política – Política de Reconciliación - Prensa

## Lista de Figuras

Figura 1.....	70
---------------	----

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1: Literatura de viagem e a sátira política</b> .....	10
1.1 A literatura de viagem e o <i>avesso</i> da literatura de viagem.....	11
1.2 A literatura de viagem e seus leitores no Brasil oitocentista.....	23
1.3 Por uma literatura capaz de divertir instruindo e instruir divertindo.....	40
1.4 A sátira política e a narrativa de viagem.....	59
<b>Capítulo 2: Crônica e literatura de viagem</b> .....	89
2.1 Esfera pública, imprensa e opinião pública.....	90
2.2 O folhetim e a crônica nos jornais da Corte.....	111
2.3 O cronista Macedo e seu leitor-modelo.....	123
2.4 <i>A carteira do meu tio</i> nas páginas de <i>A Marmota da Corte</i> .....	139
<b>Capítulo 3: <i>A carteira do meu tio</i> e a política imperial</b> .....	156
3.1 A "Política do Eu" e seus mestres.....	160
3.2 A "defunta" Constituição de 1824.....	174
3.3 A Conciliação.....	179
<b>Considerações Finais</b> .....	237
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	242

## Introdução

O caminho até *A carteira do meu tio* começou no interesse pela literatura de viagem, mais especificamente, pelos livros que narravam viagens pelo Brasil e pela recepção que eles tiveram entre os leitores nas primeiras décadas do século XIX. Com o tempo, a curiosidade pelas viagens ficcionais e pela produção nacional desse gênero nos levaram ao encontro desta obra de Macedo, cuja abordagem do mundo político brasileiro salta aos olhos do leitor. Por meio do relato irônico de um desajustado narrador, o sobrinho, os valores e vícios de parte da elite política brasileira que lhe serve de referencial são problematizados. O jovem, antes de iniciar sua carreira política, é obrigado por seu mantenedor e tio a viajar pelo território para observar a realidade do país e compará-la com a “defunta” Constituição de 1824.

Esse livro de viagem nos surpreendeu pelo tom debochado e pela naturalidade com a qual o sobrinho defende atos de corrupção e justifica os desvios de conduta. Para quem, na adolescência, havia lido *A Moreninha*, a obra *A carteira do meu tio* subvertia, completamente, a imagem de Joaquim Manuel de Macedo, como autor dos amores sofríveis e impossíveis, construída naquele período. Esse processo de desconstrução da figura do “Macedinho”, escritor das moças, para o Macedo político, irônico e um crítico de seu tempo, aliado ao interesse pela literatura de viagem, nos colocou as perguntas que norteiam esta tese: O que levou o escritor, àquela altura de sua carreira, enveredar pela seara da sátira política? Por que a literatura de viagem foi o gênero por ele escolhido para tecer críticas tão contundentes acerca da cena pública imperial? Como os textos de viagem eram recebidos pelo público leitor da Corte? Qual era a visão de Macedo sobre a conciliação, liderada pelo Marquês de Paraná? Quem era o leitor imaginado pelo autor?

Joaquim Manuel de Macedo nasceu em 1820, dois anos antes da independência do Brasil, na, então, freguesia de Itaboraí – que em 1833 foi elevada à categoria de vila –, localizada próxima à Corte do Rio de Janeiro. A região foi um centro político administrativo para as áreas portuárias no curso do Rio Macacú, como o Porto de Caxias, Vila Nova, Sampaio e a Freguesia de Santo Antônio de Sá para e caracterizava-se pela produção de alguns provimentos, como feijão, farinha,

açúcar e café. A vila de Itaboraí, segundo Macedo, estava cercada de uma natureza “grande e sublime”<sup>1</sup> e dela provinham grandes homens, que “representavam papéis, que ninguém chamaria de secundário, na grande cena da política, na magistratura, na administração provincial, etc.”<sup>2</sup>

As informações sobre a infância de Macedo são escassas: sabemos, a partir de seus biógrafos, que ele pertencia a uma família modesta, que seu pai era dono de uma botica e teria sido juiz substituto e vereador em alguns momentos. A fim de atender ao desejo paterno, Macedo formou-se em Medicina, mas não foi este ofício que lhe permitiu ascender socialmente. Após a formatura em 1844, o escritor chegou a clinicar, entre 1846 e 1847, porém, ao conseguir outros mecanismos de sustentar-se, abdicou da carreira médica.<sup>3</sup>

Desde a época de estudante, o jovem de Itaboraí circulava entre os meios letrados. Em 1844, além de defender a tese *Considerações sobre a Nostalgia*, escreveu poemas para a *Minerva Brasiliense*, editada pelos ilustres Araújo Porto-Alegre e Joaquim Norberto e, muito importante, publicou seu romance mais famoso: *A Moreninha*. Ubiratan Machado conta que o mais afamado livro de Macedo teria sido fruto de uma aposta feita ao ainda estudante de medicina, que estava de férias em sua cidade natal:

Em pleno ócio, longe da agitação da Corte, conta-se que apostou com um colega que seria capaz de narrar seus amores, em forma de romance, no prazo de um mês. Aceita a proposta, pôs-se sofregamente a trabalhar. Em trinta noites, *A moreninha* estava pronta.<sup>4</sup>

O sucesso de *A Moreninha* foi decisivo para a carreira literária do jovem escritor de Itaboraí e para a formação de um público-leitor, ainda incipiente, mas receptivo aos romances nacionais. Macedo publicou o texto em folhetim no *Jornal do Commercio* e depois o editou pela Tipografia Francesa. Segundo dados

---

<sup>1</sup> MACEDO, Joaquim M. de S. João de Itaborahy. In: *O Ostensor*. Rio de Janeiro, 1845, p.179.

<sup>2</sup> Ibidem, p.180.

<sup>3</sup> A única biografia de Joaquim Manuel de Macedo é a de Tânia Rebelo Costa Serra, *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*, publicada em 2004. Há estudos anteriores – artigos e capítulos de livros – que serviram de base para Tânia Serra e, em geral é reproduzido sem nenhuma problematização pelos pesquisadores que tem a literatura de Macedo como objeto de análise, são eles: Ernesto Sena, “Joaquim Manuel de Macedo”, in: *História e histórias*; José Galante Sousa, “Joaquim Manuel de Macedo”, in: *Machado de Assis e outros estudos*; Proença Manuel Cavalcanti, “Joaquim Manuel de Macedo”, in: *Estudos Literários*; e Salvador de Mendonça, “Cousas do meu tempo”, in: *Revista do Livro*.

<sup>4</sup> MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010, p.63.

apresentados por Machado, o livro foi lançado em setembro de 1844 e, em pouco tempo, os mil exemplares impressos estavam esgotados. As ótimas vendas resultaram de uma estratégia de vendas, no mínimo, interessante: Macedo teria incumbido dois escravos de comercializar os romances de porta em porta, percorrendo os sobrados do centro, da Cidade Nova, de São Cristóvão e os palacetes do Catete e de Botafogo.<sup>5</sup> Para além da engenhosa tática utilizada pelo escritor, que o tornou famoso e um sucesso de vendas entre os “leitores comuns”, um artigo crítico, escrito por Dutra e Melo, publicado no *Minerva Brasiliense*, o consagrou entre a crítica especializada.<sup>6</sup> *A moreninha* se tornou um *best-seller* à época com, pelo menos, duas edições subseqüentes ao seu lançamento.

A notoriedade alcançada por Macedo, entre o público-leitor e os homens de letras ligados ao Estado, abriu-lhe portas no jornalismo, na política e no âmbito educacional. Joaquim Norberto de Sousa Silva e Manuel José de Araújo Porto-Alegre, em 1845 introduziram Macedo no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), onde trabalhou por quase 37 anos. Três anos após o seu ingresso no IHGB, Macedo substituiu Francisco de Paula, tornando-se, na ocasião, 2º secretário. Entre 1851 e 1856, foi nomeado 1º secretário e membro da comissão de trabalhos históricos. Em 1856 foi eleito orador, responsável por discursar aos sócios falecidos. Estes discursos estão reunidos em seu *Ano Biográfico*. Nesse mesmo período, também esteve vinculado à outra instituição cultural, o Conservatório Dramático, no qual emitia pareceres sobre peças teatrais.

Macedo ao integrar o IHGB aproximou-se, ainda mais, dos círculos letrados da Corte e estreitou seus laços de amizade com Dom Pedro II, sobretudo, após 1849, ano em que o Instituto se transferiu para o Paço Imperial e a presença do Imperador passou a ser comum. Em virtude desse contato com o soberano e sua atuação como professor no Colégio D. Pedro II, ele foi convidado para lecionar, sem remuneração, História às princesas Isabel e Leopoldina, passando a ter livre acesso ao Paço e ao Palácio Real.

Em 1849 ingressou no Colégio Pedro II, motivado pela necessidade de obter proventos regulares que a carreira literária não fornecia, e pelo interesse nos

---

<sup>5</sup> Ibidem, p.97.

<sup>6</sup> SERRA, Tania R. C. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: a luneta mágica do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Edições do Departamento Nacional do Livro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994, p.38.

estudos de História do Brasil.<sup>7</sup> Nos primeiros anos, Macedo lecionava História Antiga e Geografia, mais tarde Geografia, História Média e Moderna. Somente em 1851 é que, finalmente, assumiu a cadeira de História do Brasil, substituindo Gonçalves Dias. Apesar do tempo que despendia com a preparação das aulas e materiais didáticos<sup>8</sup>, Macedo continuou a escrever romances e peças teatrais.

Durante 33 anos, o escritor trabalhou como professor de História no Colégio Pedro II, os alunos o descreviam como um professor rígido e distante que acreditava ensinar a “verdade histórica”, não permitindo que seus alunos questionassem ou filosofassem acerca dos temas, mas se concentrassem na repetição daquilo que estava no compêndio.<sup>9</sup>

Além da carreira docente, nesta época, dedicou-se com afinco à vida política. Macedo era filiado ao Partido Liberal e concorreu, no pleito de 1850, a uma vaga na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, mas não conseguiu se eleger, ficando apenas como suplente; na legislatura seguinte (1852-1853), também não obteve a quantidade de votos suficiente, permanecendo na suplência. Finalmente, em 1854, consegue eleger-se como titular, cargo que ocupou por mais cinco anos.

Entre 1852 e 1853, a fim de difundir seus ideais políticos, tornou-se editor do jornal liberal *A Nação*, impresso em uma tipografia instalada por ele, ao lado de sua casa. De acordo com Galante Sousa, o periódico deu projeção política à Macedo, na medida em que criticava os atos do governo conservador e lançava as propostas liberais, sendo fundamental para que o escritor saísse das duas suplências e assumisse o cargo efetivo.<sup>10</sup>

Em 1864 recusou o convite do Imperador para ser Ministro dos Negócios Estrangeiros, a recusa estaria relacionada, de acordo com Tania Serra, com a preferência do escritor por uma vaga no Senado, a qual acessaria “pelo voto de seus pares do que por nomeação”.<sup>11</sup> Seu nome chegou a ser incluído numa lista sêxtupla ao Senado, no entanto, foi preterido por Francisco Otaviano e Luís Pedreira de

---

<sup>7</sup> José Murilo de Carvalho trata da procura pelo emprego público como forma de obter estabilidade financeira. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem & Teatro de Sombras*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.56.

<sup>8</sup> Em 1863, Joaquim Manuel de Macedo assumiu a tarefa de adaptar o trabalho de Varnhagen para o uso dos alunos do Colégio Pedro II e de escolas primárias. SEGISMUNDO, Fernando. *Excelências do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1993, pp. 15-16.

<sup>9</sup> SERRA, 1994, p. 135.

<sup>10</sup> SOUSA, Galante. *Introdução ao estudo da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963, p.140.

<sup>11</sup> SERRA, 1994, p.130.

Couto Ferraz, futuro Visconde de Bom Retiro. Mesmo assim, manteve-se deputado na Legislação seguinte, entre 1865 e 1868, mas sua carreira foi interrompida nos dez anos subsequentes com a queda do ministro liberal Zacarias, passando a atuar como oposição ao Governo durante os dez próximos anos. Só retornou à Assembleia em 1878, quando os liberais voltaram ao poder.

Obrigado a retornar ao ensino e às atividades literárias nas décadas de 1860 e 1870, Macedo sofreu o declínio editorial<sup>12</sup>, situações decorrentes, segundo Tania Serra, sobretudo da mudança de gostos e expectativas do público-leitor do período, que, de um lado não aceitava mais seus romances “de literatura para moças” e, de outro, não apreciava a adesão de Macedo às novas tendências realistas e naturalistas.<sup>13</sup> No entanto, a nosso ver, devemos pensar que, para além dos motivos apresentados por Serra, os anos 1860 já contavam com outros autores que passam a ser os queridinhos do público e da crítica, é o caso de José de Alencar e, posteriormente, Machado de Assis. Desse modo, podemos afirmar que a queda da popularidade de Macedo se deva não apenas à mudança em seu estilo, mas a uma cena literária movimentada, complexa e disputada.

A qualidade de seus escritos ficou comprometida devido ao ritmo acelerado em que produzia: em média, publicava três romances por ano. Alguns folhetins chegavam a ter 800 páginas. Em 1857, o escritor José de Alencar, em uma carta escrita para o folhetinista Francisco Otaviano, comentou a qualidade e o ritmo de produção de Macedo:

Com franqueza dizemos que sentimos ver nas obras dramáticas do Dr. Macedo uns laivos de imitação estrangeira, que lhes tira o cunho de originalidade; se ele não tivesse imaginação e poesia, seria desculpável; mas quando pode ser belo, sendo brasileiro não tem justificação; é vontade de trabalhar depressa.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Tânia Serra ressalta que o Macedo da primeira fase, ou seja, aquele de estilo folhetinesco, é que continuou sendo lido e reeditado na década de 1870. Para tanto, ela se baseia no número superior de reedições dos romances desta fase em relação às reedições dos romances mais tardios. No ano de 1872, por exemplo, quando Macedo publica três novos romances (Um Noivo a Duas Noivas, Os Quatro Pontos Cardeais e A Misteriosa), aparecem a 5ª edição d’A Moreninha (1844) e a 2ª edição d’O Forasteiro (1855), já tendo saído em 1862 a 4ª edição de Rosa (1848), a 3ª edição de O Moço Loiro (1845) e também de Os Dois Amores (1848), ao lado da 2ª edição de Luxo e Vaidade (1860). Cf. SERRA, 1994, p. 483-513.

<sup>13</sup> SERRA, op. cit., p. 52-53.

<sup>14</sup> *Carta de Alencar a Francisco Otaviano*, em 13/11/1857. In: PEREIRA, Patrícia R. C. *Há muito tempo não escrevo: Reunião da correspondência alencariana* (edição comentada). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, p.107.

Sobre este fato, Joaquim Norberto, em 1872, escreveu à Araújo Porto-Alegre, que estava em Lisboa:

O Macedo está em Itaboraí. Deu agora para escrever a vapor; produz muito, escreve romances e dramas aos centos, mas com pouco cuidado no estilo e enredo, de modo que vaidoso Alencar vai-lhe tomando os louros ganhos na áurea quadra dos Porto Alegre, Magalhães e Gonçalves Dias. Está armando ao dinheiro para pagar dívidas, segundo me disse.<sup>15</sup>

Macedo, pelo que faz supor o relato de Norberto, estava endividado. Ao que parece, o escritor, preocupado em oferecer à sua esposa uma vida confortável, semelhante à que ela possuía na casa paterna, buscava diferentes fontes de renda e, muitas vezes, gastava mais que o seu ordenado permitia. Na década de 1850, a vida financeira teria sido mais tranquila, mas no final dos anos 1860, a situação se agravou, obrigando-o a se mudar para Niterói e depois para Itaboraí com o objetivo de reduzir as despesas com moradia. Com o mercado editorial preterindo seus textos, Macedo apegou-se ao mecenato do Estado e à produção de obras encomendadas, como é o caso de *As Noções de Corografia do Brasil* (1874), solicitada pela Comissão Diretora da Exposição Nacional, a fim de expor em Viena e o *Ano Biográfico* (1875), obra que redigiu a pedido da Comissão Superior da Exposição Nacional, para a Exposição da Filadélfia.<sup>16</sup>

Macedo faleceu em 1882, não deixou herança à esposa porque os bens que possuía foram penhorados para saldar dívidas. Maria Carolina pediu à Princesa Isabel uma pensão para que pudesse sobreviver depois da morte do marido. Apesar de doente, frequentou as reuniões do IHGB até 1881, ano em que foi reeleito orador e vice-presidente do Instituto como uma forma de homenageá-lo. Ao longo da vida, ele trabalhou com afinco e procurou servir à pátria, foi um típico homem de seu tempo e mostrou a possibilidade de ascensão social por meio do estudo e do trabalho, como defendia. Macedo contribuiu, decisivamente, para a transformação da vida literária brasileira oitocentista e alcançou a sagração que os grandes autores merecem.

Sua carreira literária, sem dúvida, foi de sucesso. Como escritor logrou a fama e esteve entre os escritores mais bem-sucedidos do Império, tendo visto, em vida, a

---

<sup>15</sup> MACEDO, J. M. de. Carta transcrita na *Revista do Livro* nº 23/24, julho/dezembro de 1961, apud SERRA, 1994, p.192.

<sup>16</sup> Ibidem, p.194-196.

reedição de várias de suas obras. Autor de um símbolo do romantismo brasileiro, – o livro *A Moreninha* – Macedo foi um escritor versátil que transitou por diferentes gêneros: melodrama, sátira, crônica; e meios de comunicação, consagrando-se na imprensa periódica.

Como cronista publicou textos ácidos ao modo de ser fazer política do Brasil; advogou em torno da necessidade de reformas no sistema eleitoral e no sistema judiciário e denunciou a organização partidária e os políticos inescrupulosos que governavam nosso país. Ao lado de Francisco Sales Torres Homem, editou o jornal liberal *A Nação*, entre 1852 e 1854, além disso, escreveu para os principais periódicos da época, como o *Jornal do Commercio*.

Macedo, assim como outros políticos coevos, assumiu o “fardo do homem de letras” oitocentista, cuja responsabilidade era construir uma nacionalidade brasileira por meio da literatura. Nesse sentido, o século XIX foi um período notável para o campo das letras, pois a sociedade o via como uma arena privilegiada de intervenção política, responsável pela formação de uma opinião pública, cuja legitimidade se baseava, justamente, na ideia de que representaria o pensar e a vontade da maioria.

Tendo em vista o *locus* privilegiado que se constitui a cena literária e a força política em que os impressos se constituem, esta tese procura entender como o cenário político brasileiro é apresentado nas páginas d’*A carteira do meu tio* e de outros textos publicados no mesmo período, como as crônicas de *A Semana*. Desejamos, ainda, compreender quais opções literárias o autor fez, bem como a recepção da narrativa de viagem de Macedo pela imprensa periódica à época. Para tanto, dividimos a tese em três capítulos: o primeiro, *Literatura de viagem e sátira política*, problematiza a escolha de Macedo pela literatura de viagem e procura mostrar como este gênero era apreciado pelo público-leitor da corte.

Nesse primeiro capítulo, mapeamos as principais nuances dos dois gêneros que Macedo une em *A Carteira*, a saber: a literatura de viagem e a sátira política, e nos propusemos a situar a obra em questão em uma certa tradição literária que teria feito o mesmo casamento entre esses gêneros que, possivelmente, originaram textos conhecidos pelo escritor e seu público. Desse modo, apropriamo-nos do conceito “horizonte de expectativas”, formulado e definido por Robert Jauss, em *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária*, como o “[...] sistema de

referências que se pode construir em função das expectativas que, no momento histórico do aparecimento de cada obra, resultam do conhecimento prévio do gênero, da forma e da temática de obras já conhecidas”.<sup>17</sup> O horizonte de expectativa é fundamental para o processo de composição de uma obra literária, tal qual para apropriação dela por aquele que a lê.

No segundo capítulo, analisamos as crônicas dominicais que Macedo escreveu para o *Jornal do Commercio* no mesmo período em que publicava, de forma seriada, o relato de viagem do sobrinho nas páginas de *A Marmota*. O desenvolvimento da imprensa na corte e a consolidação do folhetim também foram temas desta parte da pesquisa. A primeira metade do século XIX assistiu à institucionalização da cultura escrita e a ampliação do número de impressos em circulação no país, cuja participação na cena pública passa a ser determinante. É nesse período que a literatura passa a figurar nas páginas dos principais jornais.

Considerando que estamos tratando de dois textos de gêneros literários diferentes, editados em periódicos com contornos díspares, nossa investigação buscou traçar um perfil do leitor-modelo d’*A Semana* e d’*A Carteira*, a partir das reflexões de Umberto Eco acerca do tema. Segundo Eco, todo texto se dirige ao leitor-modelo “de primeiro nível, que quer saber muito bem como a história termina”, e outro de “segundo nível, que se pergunta que tipo de leitor a história deseja que ele se torne e que quer descobrir precisamente como o autor-modelo faz para guiar o leitor.”<sup>18</sup> É, justamente, este segundo nível de leitor-modelo que pretendemos encontrar, tanto nas crônicas quanto n’*A carteira*.

Macedo buscou converter seu leitor empírico em leitor-modelo, que seguisse as pistas internas presentes no texto e fosse capaz de compreender a mensagem que o autor queria transmitir. Sendo assim, sua produção literária da década de 1850, que se alimenta e se engendra das questões políticas e sociais equevas, procura despertar determinadas impressões e, em última instância, conduzir o olhar de quem lê em direção aos princípios e valores defendidos pelo autor. Desse modo, em um momento em que a imprensa periódica goza de especial destaque, Macedo, ao publicar em diferentes periódicos e transitar por variados gêneros literários, fez

---

<sup>17</sup> JAUSS, Hans R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994, p.31.

<sup>18</sup> ECO, Umberto. *Seis passeios no bosque da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, p.33.

com que seus ideais e suas análises da conjuntura nacional alcançassem um número significativo de leitores, contribuindo, de forma profícua, para os debates em torno da política de conciliação, pertinentes à sua época.

No terceiro e último capítulo, propusemo-nos a refletir sobre o momento político vivido pelo país quando *A carteira do meu tio* veio à luz. Pretende-se investigar a atuação desse homem de letras na esfera pública, tendo em vista que as obras que escolhemos, no contexto de sua produção, tem como mote a política imperial. Ao fim, esforçamo-nos para apresentar a opinião de Macedo acerca da conhecida Política de Conciliação, liderada por Hermeto Carneiro Leão, o futuro marquês de Paraná. O escritor tinha uma proposta diferente para o reordenamento político que se tornava necessário no início de 1853, mas acabou aceitando a nova política. Contudo, com o passar do tempo, Macedo foi endurecendo as críticas ao modo como a política nacional ia sendo conduzida pelos ministros, bem como a ineficiência destes em conseguir aprovar as reformas (judiciária e eleitoral) que eram defendidas pelo imperador e já haviam sido apresentadas, ao longo da década de 1840, pelo Partido Liberal, ao qual o literato pertencia.

Nosso principal intuito é apresentar, a partir da leitura d'*A carteira do meu tio* e outros textos de cunho político, como os artigos que ele escreveu para o periódico *A Nação* e as suas intervenções na Assembleia Provincial, o significado atribuído por Macedo à política da conciliação, bem como, os traços característicos da elite política imperial e, por fim, os obstáculos que impediam o desenvolvimento pleno da cena pública brasileira.

## Capítulo 1

### Literatura de viagem e a sátira política

Joaquim Manuel de Macedo, em 1855, ano em que publicou, de forma seriada, *A carteira do meu tio*, já era um escritor de renome e acabava de se tornar deputado. Onze anos antes, ele havia lançado seu primeiro romance, *A moreninha*, título que se tornou um *best-seller* à época. Mesmo formado em medicina, o autor nascido em Itaboraí jamais clinicou, preferiu a vida literária e a carreira política, filiando-se ao Partido Liberal.

Reconhecido como um escritor de romances melodramáticos, Macedo logo obteve sucesso entre o público-leitor; além d'*A Moreninha*, nessa época ele publicou outras obras de sucesso, como o *Moço Loiro* (1845), os *Dois Amores* (1848) e *Rosa* (1849). Entretanto, sua produção não esteve restrita às histórias de amor, pelo contrário, Macedo foi um autor versátil que transitou por diferentes gêneros – teatro, sátira, crônica –, consagrando-se na imprensa periódica. Em 1855, no auge de sua carreira, Macedo surpreendeu seus leitores com uma obra irreverente que aliava a sátira política e o gênero de viagens, cujo objetivo não era fazê-los chorar por um amor impossível, mas suscitar a reflexão acerca da situação política do país, que assistia à implantação da política de Conciliação, liderada pelo Marquês de Paraná.

Tendo em vista o caráter inovador d'*A carteira*, este primeiro capítulo procura entender a escolha do escritor pela literatura de viagem, bem como a aceitação desse gênero pelo público-leitor brasileiro. Tentamos, também, cotejar autores e obras literárias que tenham feito o mesmo casamento entre viagem e sátira política. Trata-se de um esforço para remontar o *horizonte de expectativas*<sup>1</sup> do próprio

---

<sup>1</sup> Por horizonte de expectativas, nos apropriamos do conceito de Jauss, definido como: “sistema de referências que se pode construir em função das expectativas que, no momento histórico do aparecimento de cada obra, resultam do conhecimento prévio do gênero, da forma e da temática de obras já conhecidas”. In: JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ed. Ática, 1994, p.17. A noção de “horizonte de expectativa” também foi empregada pelo historiador Reinhart Koselleck, em *Futuro Passado*. Koselleck desenvolveu duas ideias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”, com as quais se é possível identificar a relação entre passado, presente e futuro. Desse modo, o autor demonstra como o presente pode ressignificar tanto o passado (“campo de experiência”), quanto o futuro (“horizonte de expectativas”). Experiência e expectativa, de acordo com o historiador, são categoria históricas que “entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político” (p.308). Para Koselleck, “a história concreta amadurece em meio a determinadas

Macedo e do leitor imaginado por ele. Desse modo, buscamos compreender *A carteira do meu tio* à luz de outras obras do gênero de viagem, remontando certa tradição literária da qual ela faz parte, a fim de que possamos indicar – ao final deste trabalho – sua inserção no contexto histórico do Segundo Reinado e sua contribuição para a literatura nacional.

### 1.1 A Literatura de viagem e o avesso da literatura de viagem

Pensar em uma literatura de viagens é admitir, *a priori*, que há um conjunto de textos, construídos a partir de um deslocamento espacial (a viagem) real ou imaginário, que possui protocolos narrativos próprios que formam um conjunto autônomo e distinto de outros conjuntos textuais. No entanto, não se trata de uma noção tão simples, talvez em virtude da variedade de textos que compõem seu *corpus* – nos referimos às cartas, diários, itinerários, relatórios, memórias e narrativas – e da própria ambiguidade presente no conceito de viagem.<sup>2</sup>

Pesquisando em alguns dicionários editados até o século XIX, o termo *viagem* foi, praticamente, definido da mesma forma, o “caminho que se faz por mar”<sup>3</sup>, vinculando a viagem às atividades marítimas. No entanto, o dicionário de Antônio de Moraes Silva, em sua terceira edição publicada em 1831, acrescentou outras informações – importantes para pensarmos o sentido que esta noção ganha no oitocentos:

VIAGEM: s.f. O caminho que se faz por mar: desfazer a – *arribando, ou por outro tal estorvo*. Jornada. Viajante, *Viajeiro*, Viajar, Viajador: com todas estas formas exprimem os portugueses modernos a mesma ideia. Os antigos tinham o termo viagem, que parece significativa mais comumente navegação, ou jornada, ou caminho, e sendo longas e em país estrangeiro, pela palavra peregrinação. **Hoje é geralmente adotado o vocábulo viagem para significar outras jornadas**, e dele derivamos com boa analogia o verbo viajar, pelo qual dizíamos d’antes peregrinar, **ver o mundo, andar por terras**

---

experiências e determinadas perspectivas” (p.309). A “experiência é passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (p.309); em contrapartida, as expectativas “é o futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (p.310). Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC Rio, 2006.

<sup>2</sup> CRISTÓVÃO, Fernando. Por que e como. In: \_\_\_\_\_. *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudo e bibliografias*. Coimbra: Almedina, 2002, p.15.

<sup>3</sup> Cf. Viagem: Jornada por mar. In: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, 1728. Viagem: o caminho que se faz por mar. Jornada. In: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. 1ª ed., 1789.

**estranhas**, ou fazer jornada, fazer caminho, etc. De viajar se forma naturalmente o adj. Viajante, que diz tanto os antigos viadante, e caminhante. Porém viagem, do francês voyageur, e viajador do italiano viaggiatore são escusados, como também viajente, que Madureira pretende derivar do latim Viagens. *Viajeiro*, que achamos usado pelo P. Pereira, e por outros escritores, também não é necessário; **mas tem melhor analogia, e podem bem derivar-se de viagem, assim como de portagem, portageiro, de mensagem, mensageiro**, etc. Glossário por D. Francisco de São Luiz.<sup>4</sup>

É interessante notar que, para além do alargamento da própria noção de viagem, esta aparece análoga à mensagem, o que, por sua vez, nos remete à ideia de que o viajante ocupa a função de mensageiro, aquele que, segundo a definição desse mesmo dicionário, “traz ou leva mensagens de uma a outra parte”. Destarte, o viajante é um mediador entre a sua cultura e a do lugar que visita, responsável por “ver o mundo” e descrevê-lo a fim de que outros conheçam “terras estranhas”, a partir das experiências contadas em seus relatos. **Ver** e **contar** são, portanto, indissociáveis, como se a viagem só se concretizasse com a divulgação de sua narrativa.

Publicado na década de 1870, o *Dictionnaire Universel des Littératures*, de G. Vapereau traz uma definição ainda mais sofisticada, na qual os livros de viagem são considerados um dos principais ramos da literatura, com uma grande quantidade de obras reais ou imaginárias<sup>5</sup>. Nesse sentido, a literatura de viagem é entendida como um importante veículo de informações científicas e descobertas históricas, que torna conhecido, em escala planetária, lugares inusitados, curiosos, distantes e culturalmente distintos. O interessante na definição de G. Vapereau é o reconhecimento de que mesmo as narrativas de viagem que são produzidas a partir

<sup>4</sup> SILVA, Antonio de M. e. *Diccionario da lingua portugueza*. 3. ed. Lisboa: Impressão Régia, 1831, grifo nosso.

<sup>5</sup> Les voyages, avec leur importance scientifique, constituent une des principales branches de la bibliographie; mais ils ne prennent un intérêt vraiment littéraire que dans certaines conditions. Ils le doivent tantôt à langue même dont ils sont restés des monuments, comme les voyages de circumnavigation des anciens, tantôt au caractère historique ou artistique des recherches et des découvertes, tantôt au talent, des récits et descriptions, tantôt enfin aux caprices d'imagination auxquels ils servent de cadre. A ces divers titres, nous avons cité, sous les noms de leurs auteurs, un assez grand nombre de voyages réels ou imaginaires [...]. In: VAPEREAU. *Dictionnaire universel des littératures*, 1876. Tradução: As viagens, com a sua importância científica, são um dos principais ramos da bibliografia; mas elas só têm um interesse realmente literário sob certas condições. Elas o devem, por vezes, à própria língua da qual se tornaram monumentos, como as viagens de circum-navegação dos antigos, às vezes ao caráter histórico ou artístico das pesquisas e das descobertas, às vezes ao talento dos relatos e descrições, por vezes, finalmente, à caprichos da imaginação aos quais eles servem como um quadro. Por estes vários motivos, citamos, sob os nomes de seus autores, um grande número de viagens reais ou imaginárias.

da imaginação, não do deslocamento, são parte desse gênero tão apreciado entre os leitores e fundamental para a difusão de saberes e culturas.

O escritor-viajante, ao registrar o desenrolar de sua viagem, é tanto o organizador quanto objeto da narrativa<sup>6</sup> e o processo de construção de suas impressões de viagem é pautado pela “mentira”, apesar da garantia de que o relato é fruto daquilo que se *viu com os próprios olhos*.

Na *Enciclopédia* organizada por Denis Diderot, o verbete viajante o definiu como um mentiroso<sup>7</sup>, isto porque, “o escritor-viajante, ao tentar fazer obra literária, vai efabular”.<sup>8</sup> Mesmo que determinados escritores-viajantes aleguem sinceridade na compilação de suas impressões, ou atestem que “viram com os próprios olhos” e que, portanto, trata-se da narração de fatos e descrições verídicas, mentiras serão contadas porque fazem parte do processo de construção desse gênero literário.

Álvaro Machado e Daniel Pageaux, ao analisarem a relação entre literatura e viagem, consideram necessário distinguir três formas essenciais que se sucederam historicamente: a peregrinação, a viagem e o turismo. Para os autores:

A viagem opõe-se diametralmente quer à peregrinação quer ao turismo, dado que o viajante – contrariamente ao peregrino e ao turista – reivindica ou considera implícito o caráter individual da sua decisão e do seu ato. Dizemos que “considera implícito” porque é evidente que a prática da viagem corresponde, em algumas das modalidades, na própria escolha do viajante, a certas modas culturais, que mudam segundo as épocas.<sup>9</sup>

O viajante, desse modo, expressa suas escolhas e pauta suas impressões a partir de experiências pessoais, portanto, individuais. Esse caráter individualista inerente ao viajante é um traço característico do relato de viagem, cujo objetivo é apresentar aos leitores as facetas e as peculiaridades de um determinado lugar, mas que, em última instância, é descrito a partir do olhar seletivo e, muitas vezes, restritivo do visitante. Desse modo, a narrativa de viagem se destaca pela “possibilidade de transformar o desconhecido em conhecido e de confirmar que o

<sup>6</sup> MACHADO, Álvaro M; PAGEAUX, Daniel-Henri. *Da literatura comparada à teoria literária*. Lisboa: Ed. Presença, 2001, p. 34.

<sup>7</sup> Tradução nossa. “Il y a bien peu de relations auxquelles on ne puisse appliquer ce que Strabon disoit de celles de Ménelas: je vois bien que tout homme qui écrit ses voyages est un menteur”. In: DIDEROT, Denis. *Encyclopédie*. vol. 17, p. 478.

<sup>8</sup> MACHADO; PAGEAUX, op. cit., p.34.

<sup>9</sup> Ibidem, p.35.

homem, em toda a sua dimensão humana, é o melhor meio de interpretar o universo”.<sup>10</sup>

Entendida como gênero literário, a escrita de viagens apresenta características linguísticas, literárias e históricas que lhe são próprias, temas recorrentes tópicos e metáforas que, embora não sejam uma exclusividade do gênero, impõem-se de forma significativa pela frequência, originalidade e modo de tratamento.

No século XIX, o ideário romântico adotou uma forma mais livre e direta, de modo que o tom confessional e emotivo passou a predominar entre os escritores-viajantes. No entanto, tais mudanças não coibiram o espírito crítico, a ironia e o testemunho político e histórico, ao contrário, “a confissão não exclui a reflexão crítica; a paisagem sabe acolher a meditação metafísica e o instante pode ainda fornecer matéria para a reconstituição pictórica e plástica”<sup>11</sup>.

Convém destacar que, ao longo do século XIX, cresceu na Europa o interesse científico pela América, especialmente pelo Brasil. As novas inquietações provocadas pelo pensamento científico e o surgimento de uma curiosidade pelos fenômenos da natureza, pelo exótico e pelo selvagem, atrelados ao interesse das nações europeias pelos territórios de além-mar, ainda pouco conhecidos e explorados, consolidaram tal atenção. Os viajantes deste século observaram cientificamente a natureza dos trópicos, sobretudo, por meio do apelo enciclopédico, da classificação e da catalogação. Cada animal e planta encontrados passaram a ser designados por sua nomenclatura científica.<sup>12</sup>

A valorização dos “conhecimentos úteis” estimulou a divulgação de relatos de viagem na imprensa periódica. Para o intelectual dessa época, o desenvolvimento de qualquer civilização estava intimamente relacionado à ampliação da ciência, das artes e da literatura e, nesse sentido, a literatura de viagem era vista como um importante veículo de instrução, porque trazia notícias de outros países com os quais era possível aprender e questionar assuntos diversos. O letrado brasileiro Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, em seu *Curso Elementar de Literatura Nacional*, no capítulo dedicado às Viagens, ressaltou:

---

<sup>10</sup> MACHADO, Álvaro M; PAGEAUX, Daniel-Henri. *Da Literatura comparada à teoria literária*. Lisboa: Ed. Presença, 2001, p. 35.

<sup>11</sup> MACHADO; PAGEAUX, loc. cit.

<sup>12</sup> KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde – Revista Manguinhos*, vol. VIII, 2001, p. 865-866.

São por certo as viagens uma das mais agradáveis maneiras d'instruir deleitando. Conhecer os usos e costumes de diversos povos sem correr os perigos inseparáveis das peregrinações, deve ser o *desideratum* dos espíritos curiosos, e ávidos da verdadeira e sólida instrução.<sup>13</sup>

Para além do carácter instrutivo das narrativas, os letrados oitocentistas apontaram outra qualidade do “olhar” viajante: este não estava preso à cultura local e, conseqüentemente, era dotado de um olhar distanciado e, pretensamente, “imparcial”, que lhes permitia perceber hábitos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante local não conseguia notar. A imparcialidade do narrador-viajante é, portanto, uma tópica do gênero de viagens e aparece representada na postura do viajante que garante narrar apenas “aquilo que ele viu com os próprios olhos”, assumindo, portanto, um compromisso com a verdade. Duas estratégias discursivas são utilizadas com frequência para conferir tal *status* a uma narrativa de viagem: a afirmação categórica do narrador-viajante – sobretudo no prefácio ou introdução – que em sua obra conta apenas a verdade; e a evocação de viajantes ilustres, que gozam de credibilidade, repetindo trechos de suas obras para comprovar aquilo que acaba de ser visto e relatado. François-René de Chateaubriand, em seu *Itinerário a Paris*, definiu o viajante oitocentista como uma espécie de historiador<sup>14</sup>:

[...] son devoir est de raconter fidèlement ce qu'il a vu ou ce qu'il a entendu dire; il ne doit rien inventer, mais aussi il ne doit rien omettre; et, quelles que soient ses opinions particulières, elles ne doivent jamais l'aveugler au point de taire ou de dénaturer la vérité.<sup>15</sup>

A segunda estratégia remete a outro aspecto característico dos livros de viagem: a intertextualidade, entendida aqui como a cópia de fragmentos ou a

<sup>13</sup> PINHEIRO, Joaquim C. F. *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: B. L. Ganier, 1862.

<sup>14</sup> Desde a Antiguidade há uma associação entre ver e narrar, que são vistos como elementos condicionantes da produção do conhecimento histórico. De acordo com François Hartog, a prática de investigação (história) que advém de *hístora*, cuja raiz etimológica remete a “ver” e a “saber”. Heródoto, por exemplo, aponta que a sabedoria é alcançada por quem “viu” em detrimento daqueles que se inspiram nas Musas. Cf. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.51. Já, Políbio, em consonância com o pensamento de Heródoto, enaltece a figura do historiador que transcende os espaços das bibliotecas e vai a campo observar pessoalmente o curso dos acontecimentos. Nesse sentido, Políbio acredita que o historiador mais admirável é o que presencia os acontecimentos por meio de viagens cansativas. Cf. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.51.

<sup>15</sup> CHATEAUBRIAND, François-René de. Préface de la première édition de l'itinéraire. In: *Oeuvres complètes*, vol. 4. Paris: Victor Lecou Éditeur, p. 26.

menção a viajantes e/ou relatos anteriores. Esse também é um mecanismo de conferir maior credibilidade ao texto, em geral, recorrendo-se aos nomes de ilustres viajantes e relações que foram bem-recebidas pelo público-leitor.

Uma narrativa de viagem “típica” traz um narrador em primeira pessoa, e são as impressões pessoais do viajante o fio condutor da narração, no qual se vai apresentando o roteiro dos lugares visitados, na ordem de seu encadeamento no percurso da viagem. A narração é fundamental para a constituição do gênero, que se propõe trazer o leitor à cena descrita. A presença explícita do “eu-narrador”, por meio das remissões aos percalços do caminho, às paradas de descanso, aos incômodos físicos, às belezas vistas no trajeto e aos sentimentos do viajante configuram outras estratégias narrativas próprias do relato de viagem oitocentista.

Outro aspecto relevante é a composição de um discurso construído a partir da comparação (entre o lugar de origem e o lugar visitado). Isto porque a comparação é o meio mais fácil para dar a conhecer o que se descobre. O século XIX tem um apreço especial por aquilo que é considerado exótico, pitoresco, que só se faz inteligível ao leitor por meio da comparação. Ademais, o elemento comparativo marca a diferença, evidenciando as características que distanciam uma cultura da outra.

Descrever a paisagem é quase como uma obrigação para o viajante. Uma narrativa de viagem “padrão” deve conter detalhes da paisagem natural, das ruas, das casas, dos palácios, dos monumentos etc., pelos quais o viajante passou ao longo de seu passeio ou expedição.<sup>16</sup> No caso da literatura de viagem sobre o Brasil, recorre-se a imagens já cristalizadas no imaginário europeu sobre os trópicos, tais como: a palmeira, o ar perfumado, a densa folhagem, a linda Baía de Guanabara, as frutas e a fertilidade do solo.

A presença de um prefácio é outra característica recorrente entre os livros de viagem. É comum o viajante (curioso ou naturalista) expor seus objetivos e os lugares por onde pretende passar logo nas primeiras páginas; além disso, boa parte das viagens no século XIX foram feitas com financiamento particular, e nesta seção do livro o narrador-viajante costuma agradecer e referenciar tais financiadores.

Na cultura ocidental, a origem da literatura de viagem esteve vinculada à tradição cristã da Peregrinação, intensificada a partir do século XIII. Contudo, foi

---

<sup>16</sup> CRISTÓVÃO, 2002, p. 35.

com o Renascimento e a Expansão Marítima Europeia, em meados do século XVI, que o número de relações de viagens se multiplicou, as “quatro partes do mundo”<sup>17</sup> passaram a estar conectadas e a escrita tornou-se parte essencial dessa conexão. No decorrer do século XVIII surge o *Grand Tour*, (desta expressão deriva o termo “turismo”), uma excursão, geralmente à Itália ou França, realizada pelos jovens aristocratas britânicos a fim de ampliar os conhecimentos adquiridos na educação formal. Uma série de livros e artigos de jornais foi publicada na Europa por esses jovens “turistas”, popularizando este tipo de texto entre os letrados. O século XVIII, além do *Grand Tour*, inaugurou outra modalidade de viagem: as expedições científicas, caracterizadas, em linhas gerais, pelo movimento de viajantes naturalistas, cujo objetivo era investigar, medir, classificar e quantificar o material recolhido ao longo da viagem, a partir dos pressupostos taxonômicos de Carl Linée e, na segunda metade do século XIX, de Charles Darwin.<sup>18</sup>

Com um público-leitor consolidado, o século XIX assistiu à publicação de inúmeros livros de viagens, cartas e mapas de expedições e também viu proliferarem romances construídos a partir da narrativa de viagem – como *Itinéraire de Paris à Jérusalem* (1811), de Chateaubriand; *Voyage en Orient* (1835), de Lamartine; e *Voyage en Orient* (1856), de Nerval – viagens ambientadas na América, China e África. Esse período também se notabilizou pela publicação de grandes coleções de viagem, conjunto de livros (porque, geralmente eram coleções publicadas em vários volumes) que compilavam diferentes narrativas, novas ou milenares, e que se tornaram verdadeiros *best-sellers* à época. Os editores destas coleções não mediam esforços para agradar ao público-leitor, tanto que, quando julgavam necessário adaptar um livro de viagem faziam-no inserindo mapas, gravuras, ilustrações e, em alguns casos, até notas explicativas.<sup>19</sup>

No ocaso do século XVIII e no início do XIX, importantes coleções foram publicadas na França, Inglaterra e em Portugal. Em língua francesa, em 1808, por exemplo, com 42 volumes, M. F. Brancarel lança a *Collections Abrégé des Voyages Anciens et Modernes*. Dois anos depois, em 1810 foi editada a *Bibliothèque Portative des Voyages*, com 41 livros; entre 1833 e 1837 foi impressa a *Bibliothèque*

---

<sup>17</sup> GRUZINSKY, Serge. *Les quatre parties du monde*. Paris: Éditions de La Martinière, 2004, p. 63.

<sup>18</sup> CRISTÓVÃO, Fernando. Literatura de viagens: da Tradicional à Nova e à Novíssima. In: CRISTÓVÃO, Fernando (coord.). *Literatura de viagens: da Tradicional à Nova e à Novíssima: marcas e temas*. Coimbra: Almedina, 2009, p.13.

<sup>19</sup> Idem, 2002, p. 24-28.

*universelle des voyages*, com 46 volumes. No periódico *Le Petit Journal*, havia um suplemento ilustrado dedicado às viagens, o “Journal des Voyages”, que veiculava textos do gênero.

Em língua inglesa, William Fordyce Mavor (1758-1837), por exemplo, foi um famoso e bem-sucedido compilador de obras educativas na Inglaterra. Em sua extensa lista de publicações, figuram importantes coleções de viagens, a saber: *Historical Account of the most celebrated Voyages, Travels, and Discoveries from the time of Columbus to the present period* (25 volumes), trabalho editado entre 1798 e 1802; *The British Tourists, or Traveller's Pocket Companion through England, Wales, Scotland, and Ireland* (6 volumes), lançado entre 1798 e 1800; *The Modern Traveller, with illustrative notes*, (4 volumes), de 1800; *General Collection of Voyages and Travels* (28 volumes), de 1810; Robert Keller, organizou, em 1814, *A general history and collection of voyages and travels, arranged in systematic order* (18 volumes).

Os portugueses organizaram um número reduzido de coleções de viagem, os maiores esforços nesse sentido partiram da Real Academia de Ciências, que em 1844 publicou a *Collecção de opúsculos reimpressos relativos à história das navegações, viagens e conquistas dos portugueses*. No Brasil estes textos ganharam notoriedade a partir de 1808, quando viajantes estrangeiros passaram a circular livremente pelo território e ao iniciar a impressão de textos, na então colônia, com a instalação da Imprensa Régia – responsável pela publicação de alguns textos do gênero.<sup>20</sup>

Uma literatura de viagem ficcional também se proliferou no “longo século”, no entanto, os primeiros romances modernos europeus estavam cheios de viajantes protagonistas, como Dom Quixote, de Miguel de Cervantes; Telêmaco, de Fénelon; Gulliver, de Jonathan Swift; Robinson Crusóé, de Daniel Defoe; ou ainda Yorick, de Laurence Sterne; autores que souberam explorar a fronteira incerta entre a escrita de viagens e a ficção. No XIX, Almeida Garret, Vitor Hugo, Theophile Gautier e Stendhal viajaram pela Europa em busca de elementos pitorescos e da cor local

---

<sup>20</sup> A impressão Régia publicou alguns roteiros e mapas de viagem do nordeste brasileiro, tais como: em 1810, Roteiro e mappa de viagem de São Luís do Maranhão, de Ferreira Souto; em 1812, Roteiro da cidade de Santa Maria de Belém, do mesmo autor; em 1820, Quinta parte do Tesouro descoberto no Rio Máximo Amazonas, do Pe. João Daniel. Além disso, a tipografia publicou em 1814 as Aventuras pasmozas do célebre barão Munkausen, que descrevia sua viagem a Lua e Canícula.

para inseri-los em suas obras literárias. Não se trata de viajar para descobrir, mas para visitar e experimentar emoções, afloradas com o contato com a natureza exuberante e com o exótico.<sup>21</sup>

No século XIX, as ideias românticas impactaram a literatura de viagem, que secundarizou a descrição da paisagem a fim de buscar a compreensão do “eu” do escritor-viajante; em outras palavras, a observação do trajeto e a descrição minuciosa da paisagem foi relegada ao segundo plano, pois a viagem passou a ser vista como um processo de autoconhecimento, bem como um pretexto para criticar determinados aspectos da sociedade e da vida política.

Possivelmente, o precursor de tais mudanças na literatura de viagem foi Laurence Sterne em *Viagem Sentimental*, publicado em 1768. Trata-se de uma obra atípica no bojo do gênero, pois subverte qualquer tipo de “instrução de viagem”<sup>22</sup>, construindo uma narrativa que tem como ponto de partida as impressões do “eu”, foco este inutilizável por um viajante naturalista, por exemplo. Nesse sentido, o autor de *Tristram Shandy* consolida um tipo específico de literatura de viagem: a “viagem sentimental”, inaugurada por Jean-Jacques Rousseau, em *Os Devaneios do Caminhante Solitário* – livro dividido em dez caminhadas, cada uma abarcando um tema específico –, no qual “o pensamento parece atingir a liberdade em si mesma, sem foco objetivo, sem unidade: o devaneio é o desfrutar do pensamento, que difere totalmente de seu uso pragmático e finalista”<sup>23</sup>. Em *Os Devaneios*, ocorre a passagem da paisagem exterior à interioridade do indivíduo, na análise de Marcel Raymond:

As fronteiras se apagam entre o sentimento subjetivo e o objetivo, o universo é dominado pelo espírito; o pensamento participa de todas

<sup>21</sup> Ao mesmo tempo em que se percebem nos escritores românticos marcas do discurso dos naturalistas, o contrário também se opera: os naturalistas também são marcados pelos discursos ficcionais. Trata-se de uma relação de mão dupla, na qual os naturalistas não possuem necessariamente a precedência.

<sup>22</sup> No século XVIII, cresce o número de viajantes naturalistas, cuja motivação pauta-se nos pressupostos científicos. Para estes viajantes, a excitação pelas descobertas de novos lugares deve transcender o caráter aventureiro, porque este também tem a missão de realizar um diagnóstico das riquezas destas regiões, bem como estabelecer relações diplomáticas, e inventariar recursos exploráveis. A viagem setecentista, nas palavras de Ronald Raminelli, “teria finalidades e resultados planejados, metas a serem cumpridas. Nem sempre era fruto de interesses individuais”. Para padronizar a escrita de viagens surgem as “instruções de viagem”, cujo objetivo era sistematizar as observações feitas pelos naturalistas durante suas expedições, garantindo a objetividade do relato. RAMINELLI, Ronald. Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial. In: *História: questões e debates*, n. 32, jan/jun, 2000, p.27.

<sup>23</sup> SILVA, Franklin L. E.. *Rousseau e os devaneios do caminhante solitário*. Disponível em: [http://elogioapreguica.com.br/?page\\_id=89](http://elogioapreguica.com.br/?page_id=89). Acesso em 15/12/2011.

as formas e todos os seres; os movimentos da paisagem são percebidos, ou melhor, sentidos no interior: “o ruído das vagas e a agitação da água”, o fluxo e o refluxo engendram um ritmo que não se distingue mais do ritmo do coração, do sangue.<sup>24</sup>

Assim como Rousseau, Sterne estruturou a narrativa no “eu”, sublimando a necessidade de descrever os lugares que são visitados ao longo da viagem. O cenário da viagem narrada por Yorick é, antes, seu mundo interior e, por isso, encontramos vários capítulos dedicados a assuntos “banais”, mas que acabam tomando grandes proporções. Para Virginia Woolf:

Esta mudança no ângulo de visão foi por si mesma uma inovação ousada. Até agora, o viajante havia observado certas leis de proporção e perspectiva. A Catedral de Notre-Dame tem sido sempre um imenso edifício em qualquer livro de viagens e o homem figura pequena, adequadamente diminuta, a seu lado. Mas Sterne era perfeitamente capaz de omitir a Catedral por inteiro. Uma moça com uma carteira de cetim verde poderia ser muito mais importante que a Notre-Dame.<sup>25</sup>

Como se pode observar, as transformações iniciadas no século XVIII e consolidadas no século seguinte impactaram as narrativas de viagem produzidas no Ocidente que, além de adotarem um tom mais literário, passaram a ser escritas por literatos que se convertem em viajantes e registram suas impressões a fim de partilhá-las com seu público. Em outras palavras, a literatura de viagem que desde as Grandes Navegações era fruto de uma empreitada marítima capitaneada por navegadores, cartógrafos, missionários, embaixadores a serviço da Coroa, com roteiro e objetivos já definidos antes da empreitada, assistiu, sobretudo no século XIX, a proliferação de relatos de viagem escritos por homens de letras, que conferiram maior literariedade e contornos ficcionais ao gênero.

No Brasil, a pesquisadora Flora Sussekind elencou algumas obras ficcionais representantes desse gênero, são elas: *Episódio da Infernal Comédia ou da Minha Viagem ao Inferno* (1836), de Gonçalves de Magalhães *Excertos das memórias e Viagens do Coronel Bonifácio de Amarante* (1848), de Araújo Porto Alegre; *Diário da Viagem ao Rio de Negro* (1861), de Gonçalves Dias, *A carteira do meu tio* (1855) e *Memórias do sobrinho do meu tio*<sup>26</sup> (1867), de Joaquim Manuel de Macedo. Tais

<sup>24</sup> RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao Surrealismo*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 13

<sup>25</sup> WOOLF, Virginia. *O leitor comum*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 2007, p. 117.

<sup>26</sup> A nosso ver é um equívoco a autora enquadrar *Memórias do sobrinho do meu tio* como literatura de viagem, apesar de se tratar da continuação d’*A carteira do meu tio*. Trata-se de um livro de memórias, como indica o título do livro.

obras, segundo Sussekind, são “contrarrelatos”, pois, “parecendo orientar-se segundo a retórica característica do gênero, servem, na verdade, de duplos críticos dos relatos propriamente ditos”.<sup>27</sup> Trata-se, portanto, de rever criticamente a imagem do país que, durante anos, foi sendo construída nas páginas de inúmeros livros de viagem escritos por estrangeiros que estiveram – ou não – no território brasileiro, e atribuir aos literatos locais a função de “percorrer o país, registrar a paisagem, [e] colher tradições”<sup>28</sup>.

De fato, ao construir uma narrativa de viagem Macedo revê os próprios padrões deste gênero, no entanto, mais do que um “contrarrelato”, entendemos que *A carteira do meu tio* é o avesso da literatura de viagem, pois, mais que ser uma obra que critica o gênero de viagens, *A carteira do meu tio* rechaça as principais características desse gênero, construindo uma narrativa original, na qual a descrição idealizada da paisagem desaparece para dar lugar à narração da realidade política brasileira, a partir da visão de um viajante egocêntrico, oportunista e que, segundo ele próprio, só possuía “um átomo de consciência”.

Ser o “avesso” dos viajantes comuns foi uma ordem do tio ao sobrinho, expressa antes que se iniciasse a famigerada viagem. A recomendação dizia: “não escrevas parvoíces na Carteira do teu tio”; estimo que sejas o avesso de todos os viajantes, isto é, que não pregues mentiras”<sup>29</sup>. Trata-se, portanto, de rever criticamente a imagem do país que, durante anos, foi sendo construída nas páginas de inúmeros livros de viagem escritos, sobretudo, por estrangeiros que estiveram – ou não – no território brasileiro, e atribuir ao sobrinho a responsabilidade de percorrer o país, registrar a paisagem e obter informações sobre seus problemas. A imagem do “avesso” reaparece quando o sobrinho se compara com o tio e reconhece:

Meu tio, pelo que posso julgar, é um homem que sabe muito, e que fala pouco: nunca foi eleito deputado, por ter essas duas terríveis qualidades. *Felizmente eu sou o avesso do bom velho*; não sei coisa alguma nesta vida, e falo mais do que uma velha metida a literata:

---

<sup>27</sup> SUSSEKIND, Flora. *O Brasil é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 96.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>29</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *A carteira do meu tio*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1855, Tomo I, p. 21.

está visto que, se eu já tivesse quarenta anos, entrava necessariamente em alguma lista tríplice para senador.<sup>30</sup>

O sobrinho se vê como o avesso do tio, visto que sua conduta, moralmente condenável, é pautada por interesses muito particulares que se opõe completamente aos valores éticos que norteiam a visão de mundo do tio. É, justamente, neste contraste entre duas visões de mundo opostas, a do sobrinho e a do tio, que o escritor consegue tecer suas críticas a certa tradição da literatura de viagem – aquela difundida por naturalistas, comerciantes, religiosos e aventureiros que difundiram padrões narrativos e consolidaram um público-leitor deste gênero –, e aos vícios políticos comuns à cena pública.

Com efeito, Joaquim Manuel de Macedo satiriza, na obra em questão, o modo de se fazer política no Brasil, bem como a própria tradição da literatura de viagem que se constitui num gênero literário, na qual a estrutura e o conteúdo são estabelecidos *a priori*, e a experiência pessoal vivida é contada a partir do deslocamento físico e dentro de um espaço temporal determinado, seguindo as tópicas do gênero e as demandas do público-leitor. Contudo, o sobrinho, o viajante-narrador d'*A carteira*, não parece estar “preso” a nenhuma convenção do gênero.

O sobrinho, por exemplo, não tem um trajeto definido *a priori*, ele nos conta em seu relato: “parti sem saber para onde: perdi de vista a casa do meu tio, e ao menos por desenfado, pretendo escrever tudo quanto me parecer curioso e digno de menção na extravagante viagem, que vou fazer”<sup>31</sup>. Esta característica confirma a ideia de que *A carteira do meu tio* é o “avesso” da literatura de viagem, pois logo no prólogo dos relatos, o roteiro de viagem é apresentado ao público-leitor, afinal, um viajante “convencional”, mesmo os mais aventureiros, nunca sairia “sem destino certo”, o trajeto a ser percorrido, geralmente, era definido antes do início da empreitada.<sup>32</sup> O narrador de Macedo nem sequer informa o leitor de onde começa sua viagem, contrariando, conscientemente, os padrões do gênero:

<sup>30</sup> MACEDO, 1855, p.7-8, grifo nosso.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>32</sup> Em *Um passeio pelo Rio de Janeiro*, obra publicada por Macedo em 1861, o escritor também transgrediu esta tópica das narrativas de viagem, rompendo com certa ordem que é imposta pelo gênero. Nas palavras do autor-narrador, “excluamos do nosso passeio toda a idéia de ordem ou sistema: regular os nossos passos, impor-nos uma direção e um caminho fora um erro lamentável que daria lugar a mil questões de precedência em que, sem dúvida, os frades barbadinhos seriam os primeiros a fazer ouvir bem fundados protestos em nome da igreja de S. Sebastião. Independência completa da cronologia! Um passeio cronológico obrigar-nos-ia a começar dando um salto do Pão de Açúcar ao morro do Castelo, e um salto desses somente com ligeireza e com

Sei muito bem que, segundo o uso de todos os meus colegas viajantes, e conforme os conselhos da boa razão, era do meu dever começar a importantíssima história da viagem, que já estou fazendo, pela determinação do ponto, donde parti; mas a casa de meu respeitável tio é uma espécie de velho castelo encantado, cuja situação geográfica não me é possível assinalar precisamente.<sup>33</sup>

A ausência de um ponto de partida é uma estratégia discursiva utilizada por Macedo para evitar a particularização do relato e manter o anonimato dos personagens, de modo que a obra ganhasse contornos alegóricos ou caricaturais, nos quais os personagens, sobretudo o sobrinho, representassem uma determinada categoria social, a saber: a elite política brasileira.

A nosso ver, a opção de Joaquim Manuel de Macedo, em *A carteira do meu tio*, pela narrativa da viagem pode ser explicada a partir de três características inerentes ao gênero: primeiro, ao seu público-leitor já consolidado no Brasil; segundo, a capacidade de relatar a verdade e de instruir divertindo, atribuídas a esse tipo de literatura; e terceiro, a tradição de textos de viagem, cujo objetivo era satirizar a política.

## 1.2 A literatura de viagens e seus leitores no Brasil oitocentista

A consolidação de um público-leitor regular para os livros de viagem no Brasil oitocentista esteve, em grande medida, relacionada à ampliação da oferta desse tipo de publicação no país, favorecida pela Abertura dos Portos – medida decretada por D. João, em 1808, que concedeu livre circulação aos visitantes estrangeiros no território brasileiro<sup>34</sup> – e da instalação de instituições que fomentavam a difusão da cultura escrita, como a Imprensa Régia e a Biblioteca Real (depois Nacional).

Instalada em 13 de maio de 1808, a Imprensa Régia<sup>35</sup> foi a primeira tipografia oficial do Brasil, responsável pela edição de diversos tipos de documentos,

---

as pernas dos volantins políticos se poderia dar. Passeemos à vontade: a polícia o permite e as posturas da ilustríssima câmara o não proíbem. Estamos no nosso direito: passeemos.” Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pelo Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p.30.

<sup>33</sup> MACEDO, 1855, p. 23.

<sup>34</sup> Tal permissão, como apontado anteriormente, aumentou o número de viajantes estrangeiros no território brasileiro, conseqüentemente o Brasil passou a figurar em um número maior de livros de viagem, uma vez que a viagem está associada à escrita. Trata-se, portanto, de um período muito rico em se tratando de narrativas do gênero sobre o país.

<sup>35</sup> Consultamos o catálogo de Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes a fim de elencar a obras publicadas pela Imprensa Régia. Cf. CAMARGO, Ana M. de A.; MORAES, Rubens B. de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. 2 vols. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Kosmos, 1993.

como pronunciamentos reais, publicações particulares, despachos, livros de gramática, matemática, direito, medicina, política, economia e filosofia. Além dessas, a instituição também publicou o primeiro jornal carioca, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, afóra obras literárias – como o *Ensaio sobre a crítica* (1810), de Pope; a *Marília de Dirceu* (1810), de Tomás Antônio Gonzaga; o *Uraguai* (1811), de Basílio da Gama, e *A Choupana Índia* (1811), de Bernardin de Saint Pierre. Os livros de viagem igualmente figuram na lista de volumes lançados pela tipografia: em 1809, por exemplo, o público brasileiro conheceu a *Relação da viagem de Junot a Portugal, dada por ele mesmo a seu amo Napoleão com notas verdadeiras, e interessantes*.<sup>36</sup>

No ano seguinte, a viagem do coronel Silva Berford foi publicada sob o título *Roteiro e mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro [...]*, cuja preocupação era apresentar dados estatísticos e a cartografia da região a fim de contribuir para futuras viagens pelo território.<sup>37</sup> Em 1811, outra obra, semelhante à de Berford, saía das prensas da Impressão Régia, o *Roteiro da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará pelo rio Tocantins acima até o Porto Real do Pontal da capitania de Goiaz*, de Manoel José de Oliveira Bastos.<sup>38</sup> Nesse mesmo ano foi editado o primeiro tomo das *Cartas de huma Peruviana*, de Madame de Graffigny, sendo que o segundo saiu em 1812.<sup>39</sup> Esta coleção de cartas conta as impressões de uma princesa inca durante sua estada em Paris, retratando o encontro entre o bárbaro e o civilizado e enaltecendo as maravilhas da civilização francesa. A princesa inca, depois de se decepcionar com seu noivo Aza, rende-se à paixão de um comandante francês, com quem teria alcançado a felicidade.

Dois anos mais tarde, a tipografia editava *Aventuras pasmozas do celebre Barão Munkausen que contém hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descripção de huma viagem à Lua e Canícula*.<sup>40</sup> O livro narra as aventuras do Barão de Munkausen, um jovem nobre alemão que havia percorrido os continentes europeu, africano, asiático e americano. Durante suas viagens, o Barão se deparava com situações de risco, envolvendo lugares inóspitos, animais de grande porte e inimigos políticos.

---

<sup>36</sup> CAMARGO, Ana Maria de A; MORAES, Rubens B. de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*, vol 1,. Edusp: Livraria Kosmos Editora, 1993, p. 34-35.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 63-64.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 131.

Em 1817 saiu das prensas régias a *Corografia Brasílica*, de Pe. Manuel Aires de Casal, obra que divulgou pela primeira vez a carta de Pero Vaz de Caminha (datada de 1º de maio de 1500), considerada o mais importante documento relativo ao descobrimento do Brasil, que ficou guardado nos arquivos da Torre do Tombo por mais de três séculos.<sup>41</sup> Além de divulgar o relato de viagem que primeiro contou as formas geográficas e os hábitos das populações indígenas que habitavam o território brasileiro, Aires de Casal produziu uma obra importante para àqueles que desejavam conhecer o desenvolvimento histórico, a geografia e as riquezas naturais da colônia portuguesa na América.

Com o intuito de estimular viagens de cunho científico por brasileiros, José Feliciano de Castilho lançou, também pela Impressão Régia, em 1819 a *Instrução para os viajantes e empregados coloniais [...]*<sup>42</sup>, livro dividido em duas partes: na primeira, o autor fez uma “Reflexão sobre a História Natural do Brasil, e sobre o estabelecimento do Museu e do Jardim Botânico no Rio de Janeiro”; na segunda, traduziu as “Instruções para os viajantes e empregados da colônia sobre como colher, consertar, e remeter os objetos de História Natural”, texto originalmente publicado pelo Museu de História Natural de Paris. Feliciano de Castilho compartilhava das concepções de ciências naturais de experientes naturalistas, como Domingos Vadelli e Auguste Saint-Hilaire, e sua obra foi o referencial utilizado para a organização do Museu e do Jardim Botânico, criados por D. João na capital fluminense.

Em 1822, Antônio Vicente Della Nave esteve no Brasil para publicar, pela Impressão Régia, o opúsculo *Carta escripta por um China a um amigo seu, residente na capital de Pekin, sobre alguns males que existiam no systema do antigo governo portuguez*.<sup>43</sup> Obra que descrevia os costumes chineses, cuja apreciação despertava o estranhamento e a curiosidade do leitor brasileiro.

Dentre os esforços de D. João VI para a institucionalização da cultura letrada no Brasil, encontra-se a inauguração da Biblioteca Real, em 1813. O acervo era composto de livros de religião, história, filosofia, belas-artes e ciências naturais, além de atlas, cartas geográficas, estampas, gravuras, medalhas e moedas. Com a transferência da corte, parte da coleção da Biblioteca Real foi enviada para o Brasil,

---

<sup>41</sup> CAMARGO; MORAES, 1993, p.183.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 339-340.

em várias remessas, até o ano de 1811. A princípio, a Biblioteca Real ficou a cargo de dois prefeitos: frei Gregório José Viegas, responsável pela administração, e frei Joaquim Dâmaso, a quem coube seu “arranjo e conservação”. Vindos da Biblioteca do Palácio da Ajuda, um ajudante, Luís Joaquim dos Santos Marrocos, e alguns serventes completaram o quadro inicial de funcionários<sup>44</sup>. Dentre os livros do acervo, estão arrolados os livros de viagem, a cujo acesso facilitado contribuiu para a formação de um público-leitor para este gênero.

Nelson Schapochnik, em sua tese *O jardim das delícias*, levantou dados sobre o acervo desta instituição que, posteriormente, passou a se chamar Biblioteca Nacional, e as retiradas de seus consulentes, entre 1843 e 1856. De acordo com Schapochnik, entre as obras literárias em prosa mais lidas figurava a *Voyage au Orient*, de Alphonse de Lamartine, e na seção de História – que representa 13,86% das solicitações – dentre as obras mais consultadas estavam os relatos de viagem *Voyage au Tour du Monde*<sup>45</sup>, de Jacques Arago e *Viajante Universal*, de Joseph de Laporte.<sup>46</sup> O primeiro, Jacques Arago veio ao Brasil como tripulante da expedição *L'Uranie*<sup>47</sup>, na qual ficaria responsável pelo registro pictórico ao longo da viagem. Seu relato ficou famoso entre os brasileiros no século XIX; além, de estar disponível aos frequentadores da Biblioteca Nacional, as mais importantes livrarias – como a Garnier, E. e H. Laemmert, Econômica – ofereciam o livro em diversos anúncios

---

<sup>44</sup> SCHWARCZ, Lilia K. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 274-275.

<sup>45</sup> Esta versão foi editada em 1840, em Bruxelas. Antes, em 1822, o pintor Jacques Arago havia publicado o seu *Promenade autour du monde: pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820 sur les corvettes du roi l'Uranie et la Physicienne*, em dois volumes. No ano seguinte, o texto foi vertido para língua inglesa e editado em Londres, com o título *Narrative of a Voyage Round the World in the Uranie and Physiciennes Corvettes*. E só em 1855, o texto foi traduzido para o português e impresso em Lisboa, com a alcunha *D'um a outro polo*. Todas as edições aqui apontadas trazem as famosas pranchas produzidas por Arago.

<sup>46</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1999, p. 206-207.

<sup>47</sup> Com o apoio do rei Luís XVIII, em 17 de setembro de 1817 arribava dos portos de Toulon a corveta francesa *L'Uranie*, para uma longa viagem científica que pretendia dar a volta ao mundo recolhendo informações detalhadas sobre a geografia e os habitantes de diversas partes do globo. O responsável por tal empreitada era o capitão Louis Claude Soulces Freycinet, um homem experiente que anteriormente (entre 1800 e 1803) havia participado de uma importante expedição pela Austrália e Tasmânia. Além disso, Freycinet contava com uma tripulação de 120 homens, entre eles o famoso pintor Jacques Arago e uma tripulante surpresa: sua esposa Rose Marie Freycinet. O interessante é que Rose Freycinet foi a primeira mulher francesa a empreender uma viagem de circum-navegação. Todavia, seu ingresso na tripulação não foi algo planejado por seu marido, ao que tudo indica, ele sequer sabia da presença da esposa entre os tripulantes quando a corveta levantou âncora de Toulon, isto porque a senhora Freycinet se disfarçou de marujo e ingressou no Portaló do navio clandestinamente. A expedição *L'Uranie* passou duas vezes pelo Rio de Janeiro, a primeira em 1818, no início da expedição, e a segunda em 1820, na volta rumo à Europa.

publicados na imprensa carioca. O pintor também foi mencionado em artigos críticos e obras que analisavam o desenvolvimento das artes no Brasil.

O segundo, Joseph de Laporte, advertiu-nos em seu *Viajante Universal* da “imensa coleção das viagens forma uma biblioteca numerosa, para cuja leitura apenas bastaria a vida de um homem”<sup>48</sup>. Sua intenção era contribuir para a compreensão do mundo e o divertimento de seu público-leitor. Malgrado o reconhecimento do editor francês acerca da quantidade significativa de coleções de viagem já publicadas, ele julgava sua obra de extrema importância, pois esta reveria o trabalho de Mr. Prévost, cuja coletânea de viagens teria servido para, nas palavras de Laporte, “esfriar a curiosidade dos leitores pela sua multidão, do que excitá-la com o útil que nelas se acha”. Isto porque:

Além dos defeitos que se notam no plano deste autor, e da grande confusão nas relações, são em extremo enfadonhas suas contínuas repetições e excessiva prolixidade. Por outra parte, esta obra, ainda que volumosa, se acha incompleta, pois lhe faltam as viagens de terra, isto é, daquela parte do mundo antigo, que foi o teatro dos sucessos mais memoráveis.<sup>49</sup>

Desse modo, Laporte evidencia o teor de sua coletânea, composta, basicamente, por textos que descreviam as principais cidades da Antiguidade oriental e ocidental. A intenção expressa pelo organizador era examinar “as várias relações de viagens com a luz da filosofia e da mais atenta observação”<sup>50</sup>, a fim de apresentar ao público “conhecimentos que são da maior utilidade”. Laporte demonstra – como é comum aos editores do gênero – preocupar-se com os “desejos” do público-leitor; em sua opinião, o leitor não pretendia saber a história do viajante, mas o que realmente “lhe interessa e serve de instrução é a notícia do país por onde viajou”<sup>51</sup>, ou seja, são as informações sobre os costumes, leis, religião, comércio, modas, usos e governo que devem ser valorizadas. Ao concluir a apresentação, o editor reitera que os leitores de *O viajante universal* “adquirirão o conhecimento de todo o mundo com pouca fadiga, e com um desembolso quase

---

<sup>48</sup> LAPORTE, Joseph de. *O viajante universal*: ou notícia do mundo antigo e moderno. Tomo I, Lisboa: Typografia Rollandiana, 1798, p. III.

<sup>49</sup> LAPORTE, 1798, p. III.

<sup>50</sup> Ibidem, p. IV.

<sup>51</sup> Ibidem, p. V.

insensível”, uma vez que a obra “desempenha os dois fins” por ele pensados: “a instrução e o recreio”.<sup>52</sup>

Débora Rocha, em *Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro*, também, levantou dados sobre a presença de livros de viagem na Biblioteca Nacional. Apesar do foco do trabalho ser a circulação dos romances na instituição, entre 1833 e 1856, a pesquisadora arrolou os títulos que mais foram consultados no período e entre eles figuram algumas relações de viagem<sup>53</sup>. A já citada *Viajante Universal* destaca-se, segundo Rocha, “entre os títulos mais pedidos ao longo de alguns anos pelos consulentes”. A pesquisadora mostra como os textos de viagem eram difíceis de ser classificados pelos bibliotecários da instituição, de modo que não se pode precisar se estavam na seção de História ou na de Belas Letras, devido ao fato de que tanto as narrativas de caráter ficcional, quanto as produzidas a partir de um deslocamento real, apresentam em seus títulos o termo viagem.<sup>54</sup>

Ademais, os dados que foram levantados por Débora Rocha corroboram a tese de que o público-leitor brasileiro apreciava a literatura de viagens, sobretudo aquela que tratava de terras exóticas e distantes. Contudo, as narrativas sobre o Brasil também foram bem-recebidas, especialmente pelos letrados que consideravam as relações de viagem – assim como os livros de ciências exatas, de medicina, de filosofia ou de história natural –, veículos de instrução, porque traziam notícias de outros países com os quais o Brasil poderia aprender, especialmente no que tange à navegação e ao comércio.

---

<sup>52</sup> Ibidem, p. VI.

<sup>53</sup> De acordo com os dados apresentados por Débora Rocha, os livros de viagem ficcionais ou não que foram consultados na Biblioteca Nacional, entre 1833 e 1856, são: *Voyage autour du monde*, de Jacques Arago; *Décadas da Ásia*, de João de Barros; *Viajante universal/ Le voyageur français*, de Joseph de Laporte; *The life and strange surprizing adventures of Robinson Crusoe of York*, de Daniel Defoe; *Cartas de huma peruviana*; *Voyage du jeune Anarchasis en Grèce*; *Voyage pittoresque dans le Brésil*, de Golbery; *Viagens pitorescas em Nápoles e Cecília*; *Voyage dans l'Amérique Méridionale*, de Azaro; *Journal of a voyage to Brazil*, de Maria Graham; *Na account of the Island of Ceylon*, de Robert Percival; *Viagem ao Brasil* pelo Príncipe Maximiliano Wied; *Voyage au Orient*, de Lamartine; *Voyages*, de Jean Chardin; *Viagem pitoresca ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret; *Viagem ao Chile e ao Peru*; *Viagem a América*; *Viagem a Buenos Aires e Porto Alegre*, de Arsène; *Viagem a Montevideú*; de Spix e Martius; *Viagem à América do Norte*. In: ROCHA, Débora C. B. *Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro: um ambiente para leitores e leituras de romance (1833-1856)*. Dissertação de Mestrado – Unicamp, Rio de Janeiro, 2011, p. 175-307.

<sup>54</sup> ROCHA, 2011, p.154.

Além dos livros disponíveis pelo mercado livreiro<sup>55</sup> e pelas instituições de leitura – como a Biblioteca Nacional –, os leitores brasileiros poderiam ter acesso às narrativas de viagem por meio da imprensa periódica. Ao analisarmos os periódicos cariocas na primeira metade do século XIX, observamos que estes também contribuíram para a difusão do gênero, pois encontramos menções aos viajantes e à literatura de viagem. Em geral, as narrativas apareciam como indicações de leitura e eram analisadas integralmente pelo redator, que traduzia os excertos de maior relevância. Além disso, havia a preocupação de oferecer ao leitor um panorama geral da obra, com a divisão dos capítulos e o resumo do conteúdo dos mesmos. Em alguns jornais, havia uma seção dedicada a publicações do gênero, sob a alcunha de “Viagens”; em outras publicações, os livros de viagem apareciam indicados nas seções de “Litteratura e Sciencias”; ou ainda figuravam na seção “Miscellanias”, ou mesmo na seção “Obras Publicadas”. Outro dado interessante é que o número de referências às relações de viagem sobre outros países, especialmente aos países do continente asiático, sobretudo, na duas primeiras décadas do século XIX, é maior que as relações sobre o Brasil, o que indica que se pretendia apresentar ao público-leitor outros modelos de sociedade, que não o de raiz portuguesa.

Os jornais da capital também investiram na publicação das impressões de viagem produzidas por brasileiros que passaram uma temporada no exterior, principalmente no continente europeu. Em geral, esses deslocamentos eram feitos pela elite letrada, grupo que melhor reunia os requisitos para uma viagem, afinal dispunham de recursos materiais e intelectuais para realizá-la. Entretanto, a eles também cabia “a tarefa da escrita, pois somente a eles são atribuídas as condições intelectuais que permitiriam o registro da viagem. Isto caracteriza, obviamente, tal viajante como elite também intelectual”.<sup>56</sup> Esses textos, quase sempre, apareciam na seção “Correspondência” e, apesar de não serem livros tradicionais de viagem, demonstram o interesse do público-leitor por este tipo de escrito.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, por exemplo, o jornal *Correio Brasiliense*, dirigido por Hipólito da Costa, apesar de editado em Londres, tinha

---

<sup>55</sup> É possível fazer o levantamento dos livros de viagem comercializados pelos livreiros a partir dos anúncios dos jornais.

<sup>56</sup> SANTOS, Claudete D. dos. *A viagem e a escrita: uma reflexão sobre a importância da viagem na formação intelectual de escritores-viajantes*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2002, p. 40.

ampla circulação no Rio de Janeiro. Essa importante publicação demonstrou ter um apreço especial pela literatura de viagem e, a cada número, a seção de “Litteratura e Sciencias” apresentava as obras que acabavam de ser lançadas na Inglaterra e em Portugal, das quais um número significativo era do gênero de viagens. Hipólito traduzia passagens e comentava o conteúdo das narrativas, destacando, particularmente, excertos que mencionavam as descobertas científicas, a produção artística e literária, a descrição de hábitos e o desenvolvimento industrial da sociedade descrita. Quando se tratava de uma relação sobre o Brasil, o redator era ainda mais minucioso e convertia para a língua portuguesa trechos longos e, às vezes, todo o fragmento relativo ao país. As narrativas de viagem, segundo Hipólito da Costa:

Além da instrução geral que se adquire lendo as narrações de viajantes, estas têm um interesse particular para os Leitores de nosso Periódico, pela grande parte que o Brasil ocupa nas observações; porquanto, não pode ser indiferente aos habitantes do Brasil as reflexões, que fazem as pessoas sensatas, que visitam seu país; sobre os seus costumes, legislação, comércio, etc.<sup>57</sup>

A importância que Hipólito conferia aos viajantes e às suas narrativas seria confirmada com a indicação e análise de diversas obras do gênero ao longo dos treze anos de existência do *Correio Brasiliense*. A lista de livros de viagem sugeridos ou comentados pelo jornal é extensa, praticamente a cada número aparecem uma ou duas referências ao gênero.<sup>58</sup>

O *Correio Brasiliense*, no entanto, não foi a única publicação de grande importância no Rio de Janeiro oitocentista a conferir espaço às narrativas de viagem. Os letrados cariocas editaram outros tantos jornais e revistas literárias, nos quais encontramos referências à passagem de estrangeiros pelo Brasil, bem como textos de viagem – provenientes de deslocamentos internos e externos - produzidos por viajantes e estudiosos nacionais, fato que demonstra o grande interesse que então se tinha pelo gênero e o seu contributo para o desenvolvimento da ciência no país.

No final da década de 1820, outros periódicos também fizeram alusão às opiniões dos viajantes sobre o Brasil, como é o caso dos *Annaes fluminenses de sciencias, artes e litteratura* e do *O espelho diamantino: periódico de política,*

<sup>57</sup> CORREIO BRASILIENSE ou Armazém Literário. Londres: W. Lewis, v. XVI, 1816.

<sup>58</sup> LIMA, Carollina C. R de. *Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2010, p. 55-65.

*literatura, bellas artes, theatro e modas, dedicado às senhoras brasileira*, ambos jornais cariocas e de vida efêmera (entre 1827 e 1828). O primeiro, ao tratar da diversidade natural encontrada no Brasil, citou a obra do italiano Guiseppe Raddi, *Flora Brasiliense*, como uma referência das pesquisas naturais feitas por naturalistas estrangeiros. Segundo o redator do *Annaes*, a referida obra apresentava “os procederes ao extrair, preparar, cardar, fiar, tecer e tingir as substâncias encontradas na flora”.<sup>59</sup> Já o segundo, apesar de se tratar de uma publicação direcionada ao público feminino, em novembro de 1827, publicou uma carta do Barão de S. F. Hoffernberg, enviada ao redator d’*O espelho diamantino*, contando suas peripécias pelas terras brasileiras. Para o barão, a publicação de sua carta poderia ser útil aos brasileiros e, nas suas palavras:

[...] não vejo inconveniente nenhum de publicá-las, escondendo os nomes; e elas parecem ser dignas de ler, como dando sobre o Brasil a opinião de um homem instruído, independente, dotado de sentimentos liberais, imaginação pitoresca, e talento de observar [...].<sup>60</sup>

Em sua justificativa, o barão Hoffernberg se apresenta como um homem com o “talento de observar” reiterando, desse modo, a tópica do “ver com os próprios olhos” que atribui credibilidade às impressões do viajante estabelecendo um pacto de verdade com o leitor, característico desse tipo de texto. Depois de relatar as peripécias e os sufocos que passou durante sua estada na capital, o barão orientou que o redator publicasse suas cartas como uma prévia de sua narrativa de viagem, uma vez que o relato completo seria produzido posteriormente, confirmando a premissa de que o deslocamento está associado à escrita e que, para o viajante, é quase uma obrigação relatar suas aventuras por terras de outrem. No final da carta – publicada no número seguinte – Hoffernberg orientou o redator d’*O espelho* a traduzir e editar (cortar) o que julgasse necessário, “mas sem jamais acrescentar nada”.<sup>61</sup>

*O espelho* também ofereceu a suas leitoras um relato da viagem de dois oficiais brasileiros que estiveram presos em Buenos Aires. O texto, segundo o

<sup>59</sup> ANNAES FLUMINENSES DE SCIENCIAS, ARTES E LITTERATURA. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, 1822.

<sup>60</sup> O ESPELHO DIAMANTINO: periódico de política, literatura, bellas artes, theatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras. Rio de Janeiro: Imperial Typ. de P. Plancher-Seignot, 1827-1828, nov.1827.

<sup>61</sup> Ibidem, dez. 1827.

redator, era “infinitamente curioso” e contava a história da fuga e da viagem “que por incidentes da mais impossível precisão chegou a um ponto espantoso, que dá a mais alta ideia do quanto pode o homem ser lançado no turbilhão das desgraças”. Ambos, durante nove meses, foram obrigados a trabalhar e sofreram privações das mais diversas, até que foram socorridos financeiramente pelo coronel Labaumelle e iniciaram a fuga pela costa do Paraná, onde esperavam encontrar alguma embarcação. Lançados à própria sorte, os dois oficiais passaram fome, até chegarem à costa onde “novos trabalhos, e mais duros perigos os esperavam”, isto porque, ao chegarem em Santa Fé, foram reconhecidos e denunciados, fato que lhes obrigou a saírem do Paraná e caminharem rumo a Córdoba e, depois, a Valparaíso, onde encontraram um negociante português que os ajudou a regressar ao Brasil. A publicação desse texto pretendia pôr em discussão as condições e o desenvolvimento da guerra na região do Prata – cujo objetivo era alcançar a independência política do atual Uruguai –, bem como, a situação degradante dos nossos oficiais, que estavam há meses sem soldo e sem o amparo do imperador. Desse modo, o texto de viagem serviu para ilustrar as críticas dos redatores ao conflito armado, como se as mazelas descritas pelos oficiais pudessem sensibilizar os leitores do periódico e endossar as opiniões do jornal em relação à guerra.

Essa mesma estratégia aparece no artigo que traçava um panorama do desenvolvimento artístico no Brasil. Para tanto, os editores referendaram a obra *Voyages Autour du Monde*, de Jacques Arago – narrativa que, como já apontamos, foi bastante consultada na Biblioteca Nacional, de acordo com as pesquisas de Nelson Schapochnik e Débora Rocha –, a fim de ressaltar a visão deste estrangeiro quanto à falta de sensibilidade dos brasileiros em relação às belas-artes. O periódico reproduziu uma passagem na qual Arago questionava a qualidade da arte produzida no Brasil, e assinalou que, malgrado a produção artística ser muito recente e rudimentar, as iniciativas de D. João VI, em 1816, de trazer professores estrangeiros para fundar a Academia de Belas-Artes, foram de extrema importância para seu início. O redator salientou, ainda, o papel fundamental de Mr. Grandjean para o melhoramento arquitetônico da cidade, e concluiu o artigo afirmando que a iniciativa da corte de convidar esses estrangeiros garantiu a melhoria da infraestrutura na capital, bem como o refinamento do gosto artístico dos nacionais.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> O ESPELHO DIAMANTINO, dez. 1827.

Podemos afirmar que, assim como no *Correio Brasiliense*, *O espelho diamantino* publicou narrativas de viagem, não apenas porque esse tipo de texto agradava aos leitores, mas também porque o gênero carrega um status de verdade que, de algum modo, ilustra ou valida um determinado argumento apresentado pelos redatores do jornal.<sup>63</sup> Este é um ponto que consideramos fundamental para pensarmos a opção de Joaquim Manuel de Macedo pelo gênero de viagem, ao construir uma obra – *A carteira do meu tio* –, cujo mote são as contradições da política brasileira nos anos de 1850.

Na década de 1840, a *Minerva Brasiliense*, periódico voltado para a difusão das ciências, artes e literatura, conferiu especial atenção aos livros de viagem. Esta era uma publicação importante – segundo o levantamento de Schapochnik – que figurava entre as revistas com maior retirada na Biblioteca Nacional, além disso, entre seus colaboradores estavam os mais ilustres homens de letras do oitocentos: Francisco de Sales Torres Homem, Santiago Nunes Leal, Francisco Freire Alemão, Francisco Dutra e Melo, Araújo Porto-Alegre e o próprio Joaquim Manuel de Macedo.

A *Minerva Brasiliense* dedicava duas seções ao tema das viagens: Itinerário e Viagem, em ambas foram publicados textos e cartas de viajantes que eram considerados úteis ao desenvolvimento das ciências, bem como apresentavam as curiosidades dos lugares visitados. Em seu segundo número, a revista publicou um longo artigo, assinado por T., no qual discutia as fontes para o estudo da geografia e da história do país, chegando à conclusão de que havia pouquíssimas obras sobre o assunto e que a grande maioria deles era sobre livros de viagem, produzidos, sobretudo, no início do século XIX, mas que, infelizmente, propagavam inúmeros erros e apresentavam uma visão equivocada do Brasil:

Além da *Corographia Brasilica* do padre Aires, temos diferentes viagens ao Brasil, onde alguma informação se vai buscar a respeito dele. Se excetuarmos porém a obra in-folio de Southey, esta informação está longe de ser suficiente, e n'alguns desses livros avulta em erros graves; são péssimos itinerários para quem do seu gabinete quer discorrer pelo país.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> Idem, fev. 1828.

<sup>64</sup> MINERVA BRASILIENSE: jornal de sciencias, letras e artes. Rio de Janeiro: Typ. de J.E.S. Cabral, 15 nov. 1843.

O articulista reconhece que poucas eram as fontes antes do século XIX, afinal os portugueses pouco ou nada escreveram sobre sua colônia, restando, apenas, os registros de estrangeiros que percorreram o território, sobretudo, após a abertura dos Portos, em 1808:

Deixando de parte o que nos fins do século XVII e começo do XVIII escreveram os jesuítas, a mistura com a crônica de seus conventos e registros de suas missões, e o pouco que nos remanesceu dos Holandeses, durante a sua dominação no Norte, existem, que conheçamos na matéria, as viagens de Koster, de Mawe, de lady Graham, do príncipe Maximiliano, a relação de Spix e Martius, as viagens do Sr. Saint-Hilaire, e a história do Sr. Constancio. Podem-se acrescentar ainda as notícias sobre as coisas do Brasil, devidas aos cuidados do Barão de Eschwege, do cônsul russo Langsdorf, e as brilhantes compilações de Ferdinand Denis.<sup>65</sup>

Dos viajantes-autores citados, o redator considerou a obra de Saint-Hilaire a mais digna de nota por sua imparcialidade e exatidão nas informações, mas lamentou o fato de ainda não ter sido publicada no Brasil. Spix e Martius e o príncipe Maximiliano foram elogiados pela qualidade científica de seus trabalhos, porém, estes estariam restritos ao universo dos naturalistas. Outra ilustre visitante, a senhora Graham, não teria saído do Palácio São Cristóvão e dos salões da Corte de D. Pedro I, por isso “suas reflexões, seus reparos, são de uma puerilidade cortesã, que enjoa, e que nada serve à instrução dos que pretendem adquirir algum conhecimento do Brasil”<sup>66</sup>.

A *Corografia Brasílica* de Aires de Casal era, dentre os livros arrolados, “a mais interessante sobre a descrição de nosso Império”. Em contrapartida, o trabalho do Dr. Constancio estava cheia de inexatidões e “erros grosseiros”, tanto no que se referia à geografia quanto aos dados históricos, registrados, segundo o articulista, “sem crítica”. O grande problema seria a falta de seriedade desses estrangeiros ao escreverem sobre o Brasil, a maior parte estava preocupada em “compor um romance, que excitasse a curiosidade de seus leitores na Europa”. A solução deste problema estaria, de acordo com T., no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que, a partir da década de 1840, seria responsável pela “tarefa de escrever a história nacional”.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> MINERVA BRASILIENSE, 15 nov. 1843.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> MINERVA BRASILIENSE, loc. cit.

Em fevereiro de 1844, a seção “Viagem” trouxe à luz o relato de José Manuel Valdez e Palacios, cuja narrativa contava sua viagem entre a cidade de Cusco, no Peru, até o Grão-Pará, pelos rios Vilcamayo, Ucaeyale e Amazonas, no decorrer do ano de 1842. De acordo com o redator, tratava-se de “uma das mais estupendas viagens que se tem feito sobre a terra. Viagem importantíssima tanto pela novidade como pelos perigos e privações de toda espécie porque teve de passar quem a empreendeu”. E apesar da narração dos acontecimentos políticos do Peru se parecerem com um romance, o editor garantia que aquela era uma “história mais que muito verdadeira”<sup>68</sup>. O relato teve continuidade nos quatro números posteriores.

Dois meses depois, na mesma seção, o periódico editava uma carta, escrita de Paris por Francisco Primo Souza Aguiar, oficial da artilharia do Exército brasileiro. Assinado por Dr. M, a seção julgava o texto “bastante interessante”, pois, além da exatidão descritiva dos lugares visitados, havia “notícias cheias de particularidades curiosas e úteis reflexões acerca dos progressos e indústria dos países por ele percorridos”. O redator ainda fez questão de ressaltar a importância das viagens para a educação e a formação cultural:

As viagens pelos países onde as letras têm mais progredido, e onde a civilização por assim dizer tem chegado ao apogeu da sua grandeza são o melhor e indispensável complemento de educação para todo o homem que se destina à espinhosa carreira das ciências. [...]. O Sr. Aguiar achava-se nestas circunstâncias, e por isso o país pode contar, que quando ele à pátria voltar, lhe prestará valiosos serviços, serviços tanto mais importantes que serão feitos na especialidade, de que entre nós há alguma falta de homens habilitados.<sup>69</sup>

Em junho de 1844, na seção de Ciências, J. A. Cordeiro publica na *Minerva* uma carta, na qual contava detalhes de sua estada na França e na Suíça. Nesse mesmo número, a seção Itinerário passava a vincular o relato de viagem intitulado *Viagem a Roma*, do cônego Manoel Joaquim da Silveira, sobre sua permanência em Nápoles. Silveira, o narrador-viajante, apresentou-se como um leitor de livros de viagem que lhe haviam estimulado o desejo de viajar à Itália e o ajudavam a formar certa expectativa sobre o lugar visitado, que poderia ou não ser confirmada:

Desde a mocidade almejava por visitar a cidade eterna; o estudo da história e o gosto pela leitura de viagens me tinham me inspirado

<sup>68</sup> MINERVA BRASILIENSE, 01 fev. 1844.

<sup>69</sup> MINERVA BRASILIENSE, loc. cit.

esse desejo: ele crescia com a necessidade de me instruir nas ciências eclesiásticas, cujo estado me tinha dado, e as academias de Roma me pareciam as mais adaptadas para fazer meus estudos.<sup>70</sup>

No número seguinte, a seção Viagem editava o roteiro da viagem feita do porto do Rio de Janeiro até Valparaíso, empreendida por José Joaquim Machado de Oliveira. Tratava-se de uma descrição dia a dia do desenvolvimento da viagem, na qual se deu ênfase aos dados cartográficos e às condições climáticas. A revista *Minerva Fluminense* teve vida efêmera, em 1845 – dois anos após seu número inaugural – o periódico foi encerrado, totalizando 30 exemplares. Cinco anos mais tarde, alguns de seus colaboradores fundaram outra publicação de igual importância, *O Guanabara*, revista dedicada à política, literatura e ciências.

Além de Macedo, Gonçalves Dias e Araújo Porto-Alegre integravam o corpo editorial do periódico, que buscava oferecer aos leitores artigos e estudos que contribuíssem para o desenvolvimento moral e intelectual, fundamental para o permanente progresso da nação.

Em 1852, Porto-Alegre publicou duas cartas que havia escrito para Evaristo Ferreira da Veiga, seu amigo. A primeira foi escrita em 14 de outubro de 1835 e a segunda, seis dias depois; ambas haviam sido enviadas de Nápoles. Nelas Porto-Alegre descrevia as escavações de Herculano e a subida que fez ao Vesúvio.<sup>71</sup> Dois anos depois, era a vez do Cônego Pinheiro relatar suas experiências em terras adventícias, sob a alcunha de *Visita aos cemitérios, Recordações de viagem*; o texto contava suas impressões sobre os diferentes cemitérios que visitou na Europa – Prazeres, em Lisboa; São Sebastião e São Calixto, em Roma; e os das cidades de Nápoles, Pisa e Paris.<sup>72</sup> Os registros de viagem do cônego continuariam no ano seguinte, cuja atenção foi dada às descrições da cidade de Roma.<sup>73</sup>

No número seguinte, a temática das viagens e uma análise do perfil dos viajantes que visitaram nosso país foi o tema do artigo *Viagem no meu gabinete*, escrito pelo Dr. José Sigaud, no qual ele teceu duras críticas à literatura de viagem sobre o Brasil e aos erros grosseiros que se espalharam na Europa, a partir da leitura desses textos.<sup>74</sup>

---

<sup>70</sup> Ibidem, 01 jun.

<sup>71</sup> O GUANABARA: revista mensal artista, scientifica e litteraria. Rio de Janeiro: [s.n.], 1852, tomo II.

<sup>72</sup> Idem, 1854, tomo II.

<sup>73</sup> Idem, 1855, tomo II.

<sup>74</sup> Ibidem, tomo III.

Em 1855, Mr. Huc, missionário católico que permaneceu por quatorze anos na China, teve fragmentos do seu relato traduzidos no *Guanabara*. Tal relato havia sido editado no periódico escocês *Chambers's Journal*. Nesse mesmo número, o Dr. J. Sigaud comentava a obra “Viagem pelos sertões da Bahia ou observações sobre os índios eutachos, Mongóis, Pataxós, Gádios e Maxacalis, durante os anos de 1833, 1834 e 1835”, manuscrito do naturalista J. Douville, no qual relatava suas descobertas na comarca de Ilhéus.<sup>75</sup>

Como podemos notar, os periódicos para os quais Macedo contribuiu foram importantes para a difusão da literatura de viagem nas décadas de 1840 e 1850. Caberia pontuar que a visão partilhada pelos letrados, nesse período, em relação ao gênero é mais crítica, pois procura desmistificar uma série de equívocos que se cristalizaram entre os viajantes estrangeiros que estiveram no país. Além disso, observa-se um incentivo às viagens nacionais e à produção de uma literatura de viagem que fosse “genuinamente nacional” e que conseguisse rever tais imagens, bem como, aos relatos de brasileiros que estavam em viagem fora do país.

Os jornais diários, como o *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio de Janeiro*, também, com relativa frequência, mencionavam viajantes e relações de viagem. O *Correio*, por exemplo, publicou em novembro de 1854, os “Apontamentos de uma viagem”, de Antonio Joaquim de Figueiredo, cuja finalidade era difundir conhecimentos pautados pela experiência:

Se as viagens dão ao homem de inteligência conhecimentos que nem mesmo um longo estudo pode suprir, força é dobrar a cabeça a **uma verdade autorizada pela experiência**. As viagens, como meio de instrução na generalidade, a meu ver essencial ao homem que se dedica à ciência de governo, [...].<sup>76</sup>

Os ilustres Spix e Martius também foram lembrados pelo jornal. O artigo caracterizou o relato de viagem dos dois naturalistas como “espirituoso e romântico” e apontou a importância desses estudos para o reconhecimento das riquezas do território, que muitas vezes eram ignoradas pelos brasileiros:

Spix e o Dr. Martius atravessando o braço da Serra do Sino Corá, ora conhecido por Serra Diamantina reconheceram pela natureza de

<sup>75</sup> O GUANABARA, 1852, tomo III.

<sup>76</sup> CORREIO MERCANTIL: e instructivo, politico, universal. Rio de Janeiro: [s.n.], 06 nov.1854, grifo nosso.

suas chapadas a existência de diamantes, e a revelaram ao cavalheiro sargento-mor Francisco José da Rocha Medrado, possuidor de vários terrenos desses interessantes lugares, cujas jazidas, vendo que se estendiam mais ao N., os atraiu, e continuando em suas excursões depararam com os rios Paraguaçu, Santo Antônio, e outros de menor curso.<sup>77</sup>

O *Diário do Rio de Janeiro* teve início em 1821, fundado pelo português Zeferino Vito Meireles; o periódico começou a ser impresso pela Impressão Régia, mas logo seu fundador obteve uma licença para abrir sua própria tipografia: a Tipografia do Diário. Este foi o primeiro jornal diário do país e pioneiro na publicação de anúncios, dentre os quais encontramos a oferta de inúmeros livros de viagens<sup>78</sup>. O jornal procurou manter-se distanciado dos temas políticos, priorizando a veiculação de notícias e anúncios. Nesse sentido, encontramos notas sobre a publicação de relatos de viagem, como por exemplo, em 1832, quando fora lançado o livro do naturalista Auguste Saint-Hilaire:

Saiu à luz e acaba de se por a venda em casa de Emilie Seignot-Plancher, rua do Ouvidor n. 95, uma obra do maior interesse, visto as circunstâncias presentes: intitula-se – Quadro das últimas revoluções do Brasil – publicada em Paris por A. de Saint-Hilaire, membro do Instituto da França, e seguido de importantíssimas considerações sobre o Governo Federal, a sua estabilidade, a sua duração, a sua influência e seus resultados.<sup>79</sup>

No ano seguinte, *O Diário* publicou, como de costume, os debates do Senado sobre a concessão de anistia às Províncias do Pará, Maranhão e Minas Gerais; o presidente da casa, durante sua arguição, “apelou” para a opinião dos viajantes a fim de justificar a concessão do perdão aos mineiros, segundo ele:

Esta mácula não existia na Província de Minas Gerais; antes ao contrário, sobressaía o espírito de irmandade, e benevolência social não só aos Portugueses, mas também aos Estrangeiros de diferentes países, e tem estabelecido crédito de Hospitaleira nas obras Inglesas e Francesas de escritores que viajaram essa Província, como Mawe, Walsh, Saint-Hilaire. Esta circunstância, por si só, em vista política, redobra as razões da humanidade e do bem do Estado para aconselhar a Anistia em favor dos que fizeram o falso passo da sublevação contra as Autoridades [...].<sup>80</sup>

<sup>77</sup> Idem, 1855.

<sup>78</sup> Cf. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro [RJ]: Typografia do diário, 16 jun. 1842; 27 set. 1842; 27 out./1844; 28 set. 1847.

<sup>79</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 09 mar. 1832.

<sup>80</sup> Idem, 05 jun. 1833.

Em 1836, outra notícia elogiava a obra de Saint-Hilaire, recém-publicada em Paris:

Saiu à luz a segunda Relação das Viagens do célebre e incansável Naturalista Mr. Auguste de S'. Hilaire, no interior do Brasil, e se acha à venda em Paris em casa do livreiro Gide, debaixo do título – *Voyage dans le District des diamants et sur le litoral du Brésil* – preço 15 francos. Esta obra que é menos interessante e instrutiva que a primeira do mesmo Autor, tem sobre ela a vantagem de ser muito mais bem redigida, porque o autor se acha então gozando de melhor saúde.<sup>81</sup>

Em 1837, de Paris, o correspondente do jornal, o Sr. B. S. L., mostrava o intercâmbio cultural que existia entre os letrados brasileiros e os viajantes estrangeiros, ao comentar a avaliação que a Academia de Ciências de Paris havia feito sobre a obra *Annaes da Província de S. Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro. O relatório final foi redigido por Saint-Hilaire e reconhecia o bom trabalho desenvolvido por Pinheiro. Segundo o parecer do naturalista francês: “Somos já mui devedores ao Sr. José Feliciano; convidemo-lo a que continue nas suas indagações sobre a geografia, estatística e história de seu país, demos lhe agradecimentos, e tenha a sua obra um lugar distinto na biblioteca do Instituto”<sup>82</sup>. Já o correspondente encerrou a coluna enaltecendo o trabalho do naturalista e afirmando ser um “constante leitor” de Saint-Hilaire.

Ao longo da década de 1840, os viajantes caíram um pouco no esquecimento, aparecendo apenas nos anúncios de livreiros e leiloeiros.<sup>83</sup> Na década seguinte, os livros de viagem voltam a ser referência, mas com um tom menos elogioso e mais crítico. Em 1852, por exemplo, um artigo do *Diário do Rio de Janeiro* rebateu as críticas dos viajantes sobre o clima brasileiro:

Os viajantes que visitam, que deparam à primeira vista com nossos emagrecidos e cadavéricos corpos, sentem inexplicável tristeza; foram apontamentos em seus livros de viagem e de notas científicas; e quando cientificamente escrevem, declaram formalmente que nosso clima é contrário à saúde.<sup>84</sup>

Macedo editou a folha liberal *A Nação* (1852-1854), na qual, entre os meses de abril e junho de 1853, uma narrativa de viagem – *Viagem à Petrópolis* – foi

<sup>81</sup> Idem, 08 jan. 1836.

<sup>82</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 14 out. 1837.

<sup>83</sup> Cf. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 16/06/1842; 27/09/1842; 27/10/1844; 28/11/1847.

<sup>84</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 10 dez. 1852.

publicada pelo escritor<sup>85</sup>. O relato se constitui por nove cartas que narram as impressões de um viajante que foi da capital à Petrópolis, cidade na região Serrana Fluminense, onde a família real costumava passar temporadas. Macedo relatou as lindas paisagens e os monumentos que encontrou pelo caminho, porém deu bastante atenção aos costumes, bem como à vida política do Império. Desse modo, *A carteira do meu tio* não foi o primeiro relato de viagem publicado pelo autor. No entanto, os contornos ficcionais de *Viagem à Petrópolis* são muito menos evidentes que o relato do sobrinho.

Como se pode observar, neste breve levantamento, uma série de livros de viagem e viajantes foram mencionados e/ou analisados em diferentes periódicos cariocas, ao longo da primeira metade do século XIX.<sup>86</sup> Tais jornais contribuíram, decisivamente, para que o gênero se popularizasse entre os leitores brasileiros e a opção de Macedo por esta forma literária estaria, a nosso ver, ligada ao sucesso de público dos livros de viagem e à própria necessidade de rever algumas tópicas que caracterizavam o gênero, bem como algumas imagens sobre o Brasil que se cristalizaram no discurso viajante.

### 1.3 Por uma literatura capaz de divertir instruindo e instruir divertindo

Ao longo do século XIX, com o *boom* das relações de viagem e a consolidação de um público-leitor regular para este tipo de literatura, tanto as narrativas, produzidas a partir de uma viagem real, quanto àquelas imaginadas, reiteram a premissa do “ver com os próprios olhos”, apresentando-se como relatos fidedignos de um determinado lugar. Trata-se de um recurso retórico que reafirma a importância do gênero para a propagação de saberes e reflexões úteis, bem como a credibilidade de que gozam os viajantes. No entanto, as viagens imaginárias se diferenciaram pela capacidade de congregar divertimento e instrução e por

---

<sup>85</sup> Tudo indica que esta narrativa foi escrita por Macedo, uma vez que, todos os textos publicados em *A Nação* que não eram de sua autoria tinham indicados seus respectivos autores ou fontes (em geral artigos transcritos de outras folhas). Além disso, na última carta há um recado aos leitores que indica que editor e autor são a mesma pessoa.

<sup>86</sup> Para um estudo mais detalhado sobre a recepção dos relatos de viagens de estrangeiros nas primeiras três décadas do século XIX, consultar: LIMA, Carollina C. R de. *Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2010.

articularem críticas profundas à sociedade contemporânea e à própria escrita de viagens.

O discurso estrangeiro sobre o país era valorizado pelos letrados, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX, pois eles acreditavam que o viajante estrangeiro possuía uma vantagem em relação ao nacional: não estava preso à cultura local e, conseqüentemente, era dotado de um olhar distanciado e “imparcial”, que lhe permitia perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana, que o habitante local não conseguia notar, fato que torna seu relato ainda mais útil para a obtenção de informações sobre um determinado lugar.

Nesse sentido, Hipólito da Costa, editor do *Correio Brasiliense*, assinalou: “um estrangeiro pode ver muitos objetos por diferentes faces, e melhor do que os naturais, a quem os prejuízos, e o hábito, muitas vezes, impedem de ver seus próprios defeitos”.<sup>87</sup> No caso brasileiro, as narrativas de viagem contribuiriam para formular reflexões sobre a própria nação (recém-independente após 1822), suas opções políticas e sua formação cultural, bem como para o estudo de sua fauna e flora. Nas palavras do ilustre Marquês de Pombal:

As obras dos viajantes que ultimamente exploraram com miudezas o Brasil, investigando todos os objetos que tem feito sempre fixar as atenções dos grandes gênios nesta parte do Mundo, ainda muito mais se tornará proveitosa, apontando o que há de mais notável nele em povoações, portos, cabos, mineralogias, animais, botânica e outros quaisquer objetos pertencentes a esta delatada porção do Globo.<sup>88</sup>

José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, apontou que os viajantes, sobretudo os naturalistas, que tinham por motivação o amor à ciência, produziam relatos “desinteressados”, úteis ao desenvolvimento do país e ao conhecimento de suas riquezas naturais. No livro *Estudos do bem-comum e economia política* (1819), Silva Lisboa, ao analisar a narrativa de viagem do Príncipe Maximiliano Wied,<sup>89</sup> ressaltou:

Antes de concluir esta Seção, pareceu-me conveniente aqui transcrever as seguintes amostras da Obra enunciada no princípio dela; por terem afinidade com as matérias expostas, e pelo

<sup>87</sup> CORREIO BRASILIENSE ou Armazém literário. Londres, v. XVI, 1816.

<sup>88</sup> CARVALHO, Sebastião José de. *Cartas e outras obras selectas*. Lisboa: Tipografia Real, 1822, p. 279.

<sup>89</sup> O Príncipe Maximiliano Wied veio ao Brasil com recursos pessoais, e circulou pelo território brasileiro entre 1815 e 1816 em busca de novos espécimes.

*desinteressado* testemunho que um Príncipe estrangeiro dá sobre o estado atual deste reino, manifestando a sua elevação de caráter, e *pureza de verdade*.<sup>90</sup>

*Estudos do bem-comum e economia política*, publicado pela Impressão Régia em 1819, dedicou-se à análise do pensamento econômico de Adam Smith e das políticas industriais. No entanto, ao traduzir e analisar as obras de grandes pensadores da época, particularmente de economistas, Lisboa viu-se obrigado a explorar os estudos dos viajantes naturalistas, como observou na seguinte passagem:

Talvez pareça ter feito excêntrica digressão da Economia Política para a História natural e Corográfica: não é assim. Porque, sendo o objeto da Ciência Econômica a promoção da Indústria e Riqueza Nacional, e, tendo-me proposto nesta *Secção* o enumerar as causas da *Ativa Indústria*, era pertencente à matéria indicar um dos mais dignos empregos de Indústria Literária, e manancial da opulência deste Reino, onde ainda estão mui desconhecidas as suas grandes Fontes de Vida, e Riqueza do Estado, que só com as *Viagens Filosóficas* dos Indagadores e *Intérpretes da Natureza* se podem mais fácil e brevemente descobrir.<sup>91</sup>

O excerto evidencia o valor e o respeito conferido às informações transmitidas pelos viajantes, que são tratados por Silva Lisboa como “intérpretes da natureza”, cuja contribuição para o estudo das riquezas nacionais é inestimável. Com ênfase na magnificência e na abundância dos recursos naturais do Brasil, o europeu, segundo conta, “transportado pela primeira vez a estas regiões tropicais, é em toda parte encantado com as belezas da Natureza; sobretudo com a luxuriante riqueza da vegetação”.<sup>92</sup> Na Natureza – esmiuçada pelos naturalistas – residia, portanto, todas as possibilidades para o pleno desenvolvimento do país. No capítulo seguinte (XXVIII), o autor atentou para as observações de outros viajantes, dentre os quais destacou o trabalho do naturalista francês Auguste Saint-Hilaire – que ainda nem mesmo havia sido publicado, demonstrando que a elite fluminense estabeleceu laços com os estrangeiros que estavam em missão científica pelo Brasil. Para Lisboa, o trabalho de um “sábio estrangeiro”, como denomina Saint-Hilaire, era esperado ansiosamente pelo público e, com razão, uma vez que “de suas notórias luzes, e exemplar ardor literário, [viriam] interessantes exames das maravilhas da

<sup>90</sup> LISBOA, José da S. *Estudos do bem-comum e economia política*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820, t. II, p. 114 (grifo nosso).

<sup>91</sup> LISBOA, 1820, p.125.

<sup>92</sup> Ibidem, p.116.

Natureza”.<sup>93</sup> Mais adiante, o autor cita as expedições setecentistas de John Barrow e Lord Macartney, e as de Mawe, Eschwege, Koster e Langsdorff, que datam do início do século XIX.

O trabalho intelectual de José da Silva Lisboa foi importante para a época. Como membro da Junta Censória, Lisboa publicou inúmeros trabalhos pela tipografia real, nos quais compilou, traduziu e analisou algumas das principais obras de seu tempo. Otimista com os progressos que a nação alcançou depois da vinda da corte, Cairu procurou em seus escritos estabelecer comparações entre o Brasil e outros países da Europa e da Ásia, a fim de que os letrados fluminenses aprendessem os meios de se civilizar. Sob tal perspectiva, os relatos de viagem foram fundamentais para o seu raciocínio.

Quarenta anos mais tarde, José da Silva Mendes Leal, em *Calabar*, mencionou os mesmos ilustres viajantes que foram lembrados pelo visconde de Cairu. No entanto, apesar de Leal reconhecer a importância dos escritos estrangeiros sobre o país, ele é mais comedido, pois acredita que tais autores adotam uma visão parcial, de modo que os brasileiros devem confrontar tais obras, questioná-las a fim de extrair uma “verdade”.

Mais o Brasil está longe de ser um país ignorado na Europa; o Brasil vive, porque assim digamos, nas descrições repetidas, numerosas e variadas dos viajantes e historiadores parciais, que podem confrontar-se e comparar-se, apurando-se o exame pelo exercício de paralelos, severos e conscienciosos até se chegar a uma verdade pelo menos aproximativa. Será já alguma coisa. À letra morta juntam-se os testemunhos vivos. Há três séculos e meio que o Brasil recebe hóspedes de todos os ângulos da Europa; e uma singular e talvez sem exemplo é a quase uniformidade do seu entusiasmo ante esse fecundo, e pitoresco e abençoado torrão. Desde o velho Hans-Staden até Mr. De Langsdorff, Rodrigues Ferreira, Southey e Auguste Saint-Hilaire, as relações abundam em todas as línguas, e por homens cuja imparcialidade é abonada pela diversidade das suas nacionalidades: o trabalho é só verificá-las e cotejá-las.<sup>94</sup>

A fala de Mendes Leal ilustra bem uma mudança de opinião dos letrados brasileiros em relação aos livros de viagem, produzidos por visitantes adventícios. Nas primeiras décadas do século XIX, há uma aceitação maior do discurso estrangeiro sobre o Brasil, especialmente, no pós 1822, quando se torna necessário

<sup>93</sup> Ibidem, p.120.

<sup>94</sup> LEAL JUNIOR, José da Silva Mendes. *Calabar*: historia brasileira do século XVII. vol.1, Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1863, p.14.

buscar informações sobre a história, a natureza e os habitantes do território recém-independente. Nesse momento, os homens de letras encontraram duas dificuldades: primeiro, a escassez de fontes nacionais e segundo, a necessidade de se afastar do legado português. Com o passar do tempo, sobretudo a partir da década de 1840, os mesmos passam a ler as narrativas de viagem com mais cautela, problematizando as afirmações e procurando desconstruir algumas imagens sobre o Brasil, consolidadas no imaginário europeu. Além disso, é um período em que se valorizou a incursão de nacionais pelo território e a posterior publicação de seus relatórios e registros.

Em 1850, o Dr. Sigaud, em artigo publicado n' *O Guanabara*, demonstra estar familiarizado com os relatos publicados sobre o Brasil, mostrando a maior participação do país nesse tipo de literatura depois da abertura dos portos – medida que franqueou a entrada de adventícios no território. Para tanto, o articulista fez referência aos mais ilustres visitantes estrangeiros do início do século XIX:

Desde Thevet, que pintou um quadro fantástico da baía de Guanabara até a viagem de Rienhoff em 1640, poucas investigações se acham desfiguradas. À medida que os estrangeiros aportam às praias do Brasil e frequentam os portos franqueados ao comércio, então surgem as obras de Mawe, Grant, Lindley, Koster, Walsh, Kidder, Graham, as quais sucedem em tempos mais recentes Blanchet, Dórbigny, Gardner, Jacquemont, Warden, Dellesert Joan e Burmeister.<sup>95</sup>

No mesmo jornal, Antônio Joaquim de Figueiredo, no artigo “Apontamentos de uma viagem”, ressaltou que viagem e experiência são indissociáveis e proporcionam o aprimoramento intelectual, quando as informações provenientes desta experiência são bem utilizadas:

A experiência, como a fonte perene dos conhecimentos humanos, é a origem de reflexões as mais profícuas ao bem comum e à prosperidade particular. [...].

Se as viagens dão ao homem de inteligência conhecimentos que nem mesmo um longo estudo pode suprir, força dobrar a cabeça a uma verdade autorizada pela experiência.

**As viagens, como meio de instrução na generalidade, a meu ver essencial ao homem que se dedique à ciência e ao governo,** reclamam a existência de recursos de fortuna, que nem sempre existem nos que por sua aplicação e habilitações são os que ao bem da humanidade convinha que utilizassem este meio de assenhorear-

---

<sup>95</sup> O GUANABARA, 1850.

se dos resultados do estudo e experiência dos outros homens, para deles concluir para as conveniências e as necessidades do seu país.<sup>96</sup>

Em contrapartida, Macedo, em sua *Viagem à Petrópolis* advertiu que o viajante que pretendesse “conhecer idéias dos fundadores de uma cidade, do seu povo e dos progressos morais” não deveria se debruçar sobre os livros, mas percorrer suas ruas e ler seus nomes, são os nomes de ruas que permitem que se conheçam o “espírito dos habitantes das cidades”.<sup>97</sup>

Essa valorização do ver com os próprios olhos e do conhecimento como fruto da experiência estiveram presentes em *A carteira do meu tio*, uma vez que o tio recomenda ao sobrinho que viaje pelo país para conhecê-lo em sua essência, muito além do que os livros poderiam ensinar.

*A Marmota*, periódico em que Macedo publicou *A carteira*, apreciava a metáfora do “ver com os próprios olhos”. Durante o período em que Próspero Diniz<sup>98</sup> foi seu editor, as seções ou artigos recebiam nomes como: *Vistas políticas, Vista do gabinete, Vista da cidade, Vista satisfatória, Vista religiosa, pitoresca e brilhante, Vista progressiva brasileira, Vista crítica e instrutiva*, entre outros. Além disso, descrições da paisagem, hábitos e funcionamento das principais cidades brasileiras eram recorrentes.<sup>99</sup> O próprio Diniz divulgou, ao longo de três números, o seu “Relatório, da minha viagem a esta corte e mais trabalhos depois que cheguei”<sup>100</sup>, contando suas impressões sobre a cidade do Rio de Janeiro, que acabava de o acolher. A convite de Paula Brito – proprietário da Tipografia Dous de Dezembro, que editava o jornal –, Diniz mudou para a capital a fim de dirigir *A marmota* que, nas suas palavras, era “estranha a partidos, no estilo joco-sério, admitindo poesias”<sup>101</sup>. Em 1850, um artigo satirizou o ato de viajar, contrariando o que dizia a opinião pública sobre a importância da viagem como meio de se obter conhecimento:

<sup>96</sup> CORREIO MERCANTIL, 06 nov. 1854, grifo nosso.

<sup>97</sup> Viagem a Petrópolis nos anos de 1853. In: *A Nação*, 04 maio 1853.

<sup>98</sup> Próspero Dinis foi redator entre 1849 e 1852. Em 04 de maio de 1852, após sua saída o jornal alterou seu nome de *A marmota da corte* para *Marmota Fluminense*.

<sup>99</sup> Cf. A MARMOTA NA CORTE. Rio de Janeiro [RJ]: Typ. de Paula Brito, de: 05 set.1849; 19 out.1849; 02 nov.1849; 18 jul. 1851; 29 ago.1855.

<sup>100</sup> A MARMOTA..., 07 jul. 1849.

<sup>101</sup> Ibidem, 14 jul.

[...] este ato que geralmente praticamos em geral por curiosidade, ou ambição de fortuna, e algumas vezes por moléstia [...]. Dizem todos muito bem do viajar, e por isso eu agora, pondo de parte esta cegueira geral, vou fazer ver quantos males acarretam as viagens. Em primeiro lugar, devemos considerar, que além da despesa e incômodos do transporte, pouco adianta viajar, porque onde formos, mesmo até o fim do mundo, vemos sempre a mesma coisa [...]. Devemo-nos lembrar do que dizia o sábio Marquês de Maricá: -Que se o viajar simplesmente desse instrução, os marujos seriam os maiores sábios do mundo. Os baús também viajam, e os cavalos andam muito, porém sempre são cavalos.<sup>102</sup>

Malgrado o juízo apresentado em *A marmota*, era consenso entre os homens de letras que os relatos de viagem produzidos a partir de expedições científicas fossem fundamentais para o desenvolvimento das ciências naturais no Brasil, no entanto, havia uma preocupação com o gosto dos leitores que, em geral, prefeririam textos mais amenos, que proporcionassem o divertimento, mas sem abrir mão da instrução, ou seja, textos que fossem capazes de “instruir divertindo” ou “divertir instruindo”. Sobre este aspecto, as narrativas de viagem dos naturalistas, mineralogistas e botânicos deixavam um pouco a desejar, uma vez que a linguagem técnica aplicada à escrita de tais relatos tornava a leitura cansativa e desestimulante para o público leigo. Relatos de aventureiros, diários de ilustres senhoras e as impressões dos pintores que integravam as expedições eram mais atraentes, pois fugiam daquele rigor descritivo de um relatório oficial – como era o caso das narrativas produzidas pelos capitães das fragatas – e do vocabulário científico dos viajantes naturalistas. No Guanabara, em artigo mencionado anteriormente, o Dr. Sigaud a este respeito escreveu:

As viagens de exploração científica pelos campos e sertões do Brasil, são em geral pouco procuradas pelo público, que hoje ambiciona distrair-se em vez de se dedicar aos estudos. *Talvez fosse melhor para instruir o povo sobre as coisas que ignora, e que dizem respeito ao país, trilha a senda dos escritores De Maistre, e Alphonso Karr, publicando viagens à imitação de Voyage autor de ma Chambre, autor de mon jardin.*<sup>103</sup>

Para Sigaud, portanto, a opção pelas narrativas de viagem ficcionais era mais eficaz, no que tange à difusão dos saberes, pois a abordagem de temas caros à nação era feita de maneira sutil, sem deixar de proporcionar ao leitor um momento

<sup>102</sup> Idem, 19 nov. 1850.

<sup>103</sup> O GUANABARA, 1850, grifo nosso.

de deleite. Xavier de Maistre, citado por Sigaud, ao justificar a publicação de sua viagem imóvel se diz satisfeito por oferecer um “recurso certo contra o tédio”:

As observações interessantes que fiz e o prazer contínuo que experimentei ao longo do caminho davam-me o desejo de torná-la pública; a certeza de ser útil me convenceu a fazê-lo. *Meu coração sente uma satisfação inexprimível quando penso no número infinito de infelizes a quem ofereço um recurso certo contra o tédio e um calmante para os males que sofrem.* O prazer que se sente ao viajar em seu quarto está ao abrigo do ciúme inquieto dos homens; é independente da fortuna.<sup>104</sup>

Macedo seguiu a sugestão do Dr. Sigaud. Preocupado em retratar a realidade política do país, mas, de forma divertida, o autor se apropriou de um gênero de sucesso – a literatura de viagem – para trazer aos leitores seu ponto de vista sobre os homens públicos e a inaplicabilidade das leis. O sobrinho foi obrigado pelo tio a viajar pelo território brasileiro, pois este acreditava que a viagem era parte da preparação para a carreira política, desejada pelo sobrinho. Inconformado com a ordem do tio, o jovem pensou em burlar as regras estabelecidas pelo seu mantenedor; para tanto, fingiria ter viajado e escreveria meia dúzia de histórias na carteira, para que o tio não suspeitasse da fraude. No entanto, o plano não foi efetivado e, depois de pensar nas possíveis consequências, o sobrinho decidiu cumprir as ordens do tio, mas concluiu que se tivesse optado pela “mentira”, não seria ele o primeiro a inventar um relato de viagem, pois, como ele mesmo afirmou, esta era uma prática comum entre os viajantes, sobretudo, franceses:

Esta pouca vergonha não teria nada de original, e não podia espantar a ninguém: alguns dos meus colegas viajantes, principalmente os franceses, que são incomparáveis nesta, como em muitas espécies de charlatanismo, já tem feito o mesmo, que eu estive quase a praticar: uns sem sair do *Pharoux* já tem passeado por Minas, Goiás e Mato Grosso e milagrosamente escapado de serem lambidos pelos bugres e pelas onças; outros, depois de devorar um lauto jantar, e de escorropichar algumas garrafas de *bordeaux* e de *champagne* juram ter no mesmo dia e na mesma hora estado a ponto de morrer de fome e sede nos campos de São Paulo, onde os *caipiras* negam pão e água aos estrangeiros estas inocentes mentiras tiram um imenso trabalho à gente, e até um belo meio de

---

<sup>104</sup> MAISTRE, Xavier de. *Viagem à roda do meu quarto*. Trad. Marques Rebelo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989, grifo nosso.

apurar a imaginação: os tais viajantes franceses são pela maior parte homens de mão cheia! Consciência at *A carteira do meu tio é ali!*<sup>105</sup>

Podemos supor, a partir do comentário do sobrinho, que Macedo, assim como boa parte dos letrados cariocas, tinha um olhar crítico em relação aos livros de viagem sobre o Brasil, observando neles inúmeros equívocos, que, por serem constantemente reproduzidos, cristalizavam-se como “verdades” acerca do país. O escritor de Itaboraí, também, descontentava-se com a valorização excessiva dos estrangeiros pelos nacionais, para ele o povo brasileiro dava valor demais ao que diziam os adventícios e os tratavam como se fossem superiores. Nesse sentido, em *Viagem à Petrópolis*, ele asseverou:

[...] “Ninguém é profeta na sua pátria!” “Pedra que rola não cria musgo.” Ora combinem uma coisa com outra se são capazes? Faço-me estrangeiro para ter musgo: e se digo que não sou, passo por um idiota! Ou o Brasil é o país das exceções ou tal sabedoria é uma cataplasma, que se tem a mão para servir em todas as contusões do espírito ou a todas as cabeçadas a que estamos sujeitos quando andamos às escuras.<sup>106</sup>

Macedo reclamava da supervalorização que os brasileiros davam ao que os estrangeiros pensavam sobre o país<sup>107</sup>. No entanto, o autor reconhecia que em determinadas circunstâncias os adventícios se interessavam, e até festejavam, mais pelo progresso nacional, enquanto os brasileiros sequer procuravam conhecer sua própria história, bem como, os acontecimentos coevos que demonstravam que o país estava no caminho do desenvolvimento técnico. O mote para tal conclusão foi a visita à fábrica de pólvora, na qual ele acompanhou os senhores Mister Stream e Herr Bockbier. Nas palavras do autor:

Somos injustos para com os estrangeiros: eu os vejo festejar qualquer passo que fazemos para o progresso e o seu entusiasmo

<sup>105</sup> MACEDO, 1855, p.28-29.

<sup>106</sup> VIAGEM À PETRÓPOLIS. In: *A Nação*, Rio de Janeiro: typ. Da Nação de J. M de Macedo, Covill e Cia, 25 abr. 1853.

<sup>107</sup> Na peça *A torre em concurso* (escrita em 1857, mas encenada em 1862), Macedo ironizou a supervalorização dos estrangeiros no Brasil. A história se passa em uma cidade no interior do Brasil, onde foi aberto um concurso para selecionar o engenheiro que seria responsável pela construção da torre do sino da Igreja matriz. O engraçado é que o edital exigia que o profissional fosse “inglês de nação e [que viesse] [...] para o Brasil já barbado”. Tal exigência desapontou o jovem Henrique, pois apesar de ter a formação necessária, era morador da região e, portanto, não poderia participar do processo de seleção. Crespim e Pascoal se candidatam ao cargo, esses dois “picaretas” fingiram ser ingleses e, ao longo da trama, forçam o sotaque e esboçam palavras sem sentido – o que, provavelmente, gerou gargalhadas na plateia. Ao final da trama, os falsos ingleses são ridicularizados ao serem desmascarados. Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. *A torre em concurso: comedia burlesca em tres actos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1863.

se manifestar praticamente. Os brasileiros passam e passarão pela fábrica da pólvora, sem parar, sem indagar o que está fazendo o seu patrício, e nisso se assemelham um pouco aos árabes, que perguntam aos estrangeiros pela história que habitam e pelo nome dos homens que construíram aquelas pirâmides imensas e aqueles templos que ornaram o delta e as margens do Nilo.<sup>108</sup>

Malgrado Macedo reconhecesse que os estrangeiros estavam atentos aos progressos do país, o autor não se omitia diante das conclusões equivocadas que os mesmos apresentavam em seus escritos a respeito do Brasil e dos brasileiros. Em uma de suas crônicas da série *Labirinto*, Macedo criticou veementemente o relato de viagem de Mr. Dabadie, pela quantidade de “petas” divulgadas pela pena de tão mentiroso viajante. Para o cronista, “*Mr. Dabadie* nem ao menos se dá ao trabalho de salvar a verossimilhança nos contos que força e improvisa, [...]”. A crítica estende-se aos viajantes de um modo geral:

Dói-nos a convicção de que o número de *Dabadies* é maior do que se supõe: doem-nos bem naturalmente estas provas irrefragáveis de que estrangeiros que recebemos com os braços abertos, que hospedamos e obsequiamos como sabemos fazê-lo, vão de volta para o seu país divertir-se escrevendo extravagâncias e calúnias contra o nosso país e o nosso povo.<sup>109</sup>

Entretanto, Macedo reconhece que nem todos os viajantes se comportam como Mr. Dabadie, afinal há aqueles que se preocupam em relatar a verdade, ou seja, aquilo que viram com os próprios olhos e que fazem justiça em seus comentários sobre o país:

Consola-nos, porém, a certeza de que nem todos são *Dabadies*, e que, se os há em todas as nações, também em todas as grandes nações do velho mundo contamos com escritores conscienciosos e ilustrados, que depois de ter viajado pelo país, têm dito dele a verdade, e sem disfarçar e esconder os defeitos, abusos e prejuízos que observam a vida do nosso povo, fazem também justiça às suas grandes qualidades e virtudes.<sup>110</sup>

Ao encerrar a crônica, Macedo foi categórico ao pedir que Mr. Dabadie – e porque não, viajantes mentirosos como ele – esquecesse o Brasil:

Será facilimo a Mr. Dabadie escrever ainda uns dez ou vinte mil volumes de viagens por todas as cinco partes do mundo: não precisa

<sup>108</sup> VIAGEM À PETRÓPOLIS..., op. cit., 13 abr. 1853.

<sup>109</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. 26 nov. 1860. In: CANO, Jefferson (Organização e notas). *Labirinto*. Campinas: Mercado de Letras. Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004, p.259.

<sup>110</sup> MACEDO, loc. cit.

nem mesmo sair de Paris para fazê-lo; basta que tenha diante de si papel, tinta e penas, e está feita a viagem, e realizadas ficam milhões de incomparáveis descobertas; mas se Mr. Dabadie tem em mente prosseguir em suas publicações esqueça-se do Brasil! Esqueça-nos pelo amor de Deus!...<sup>111</sup>

Igualmente, o Dr. Sigaud em artigo publicado n’*O Guanabara* – revista dirigida por Macedo e Araújo Porto-Alegre – externou seu incômodo com os erros e grosserias cometidos por viajantes estrangeiros ao descreverem o Brasil:

Os viajantes do século passado [XVIII] conservavam a polidez aristocrática; por vezes indiferentes, nunca grosseiros. Ficava reservado aos viajantes do nosso século o soltar erros e grosserias. [...] Cada um pode, como a gralha da fábula, enfeitar-se com penas alheias e ver, segundo a imaginação, castelos onde figuram tristes choupanas; porém o que não se perdoa é inventar gratuitamente grosseiras proposições.<sup>112</sup>

Mas voltemos ao sobrinho; a personagem central d’*A carteira do meu tio*, não é, exatamente, o ideal de viajante difundido pelo gênero, pois, ao assumir sua personalidade egocêntrica, as razões que o levam a empreender a viagem (trata-se de uma ordem dada pelo tio) e o seu descompromisso com o “bem público”, afastam-no das “nobres ideias” que, em geral, são apresentadas pelos viajantes ao publicarem suas impressões. A sinceridade do sobrinho é tamanha que ele confessa ter pensado em descumprir a ordem do tio, forjar suas impressões de viagem e gastar o dinheiro destinado a ela nos “prazeres da vida”:

Assim que tive a certeza de que estava com seiscentos mil réis na algibeira, veio-me logo a ideia de partir para a corte, aboletar-me aí em algum hotel famoso, divertir-me um mês nos bailes, nos teatros, e nos passeios, passar enfim vida regalada, e improvisar nas horas vagas duas mil mentiras, com que pudesse encher A Carteira do meu Tio.<sup>113</sup>

Em um súbito momento de lucidez, o sobrinho “picareta” desiste da ideia de inventar seu relato – mesmo sabendo que “as narrações de todos os colegas viajantes, e principalmente daqueles, que têm andado pela nossa boa terra, contêm mais patranhas e mentiras” – e decide atender ao pedido do tio, comprometendo-se apenas a falar a verdade: “decidido de pedra e cal a seguir os conselhos de meu tio,

---

<sup>111</sup> MACEDO, loc. cit.

<sup>112</sup> O GUANABARA, 1850.

<sup>113</sup> MACEDO, 1855, p.27-28.

escrevendo na carteira, que ele me confiou, verdade e só verdades”<sup>114</sup>, obtidas através da observação – do “ver com os próprios olhos”. Desse modo, Macedo acaba por pontuar o objetivo *d’A carteira do meu tio*, cuja pretensão era apresentar as “reais” mazelas sociais e os desvios da política brasileira e não as paisagens naturais que eram comuns às narrativas de viagem sobre o Brasil.

Crítica semelhante aparece em *O piolho viajante*<sup>115</sup> – obra portuguesa publicada, em folhetos, anonimamente no ano de 1802 –, cuja narrativa conta as peripécias de um piolho que viaja por 72 “carapuças”. O narrador em seu segundo prólogo, comenta:

Eu poderia inventar uma novela (talvez) cheia de beleza e de lances. Mas que se tira de um livro que nos conta uma viagem pueril onde a verdade é sacrificada ao maravilhoso e inconveniente e que nada nos importa sabê-lo? De que serve pintar uma estéril e brilhante expedição que fez a glória de um navegador ardiloso e que, ainda a ser certa, tanto mal teria feito à humanidade? Eu vou por caminho mais sólido. Os gênios medíocres não se apartam nunca das estradas. Eu o sou. Sou muito pouca coisa. Se me tiro do caminho direito perco-me. Nada de atalhos. Verdades é o que escrevo, costumes é quanto pinto.<sup>116</sup>

O piolho e o sobrinho reconheciam que os escritores-viajantes a fim de atender aos anseios do público-leitor, ávido por emoções e aventuras, incrementavam suas histórias com mentiras, copiavam fragmentos de outros relatos célebres e valorizavam o exotismo dos lugares visitados. Entre os editores era comum inserirem imagens, mapas e notas explicativas, enquanto alguns chegavam a cortar trechos inteiros para dar mais agilidade à narrativa.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>115</sup> Há indícios de que Joaquim Manuel de Macedo conhecia esta obra, pois em crônica publicada no *Jornal do Commercio*, ele comenta: “Todas as considerações tornam evidente a necessidade que há de se por às ordens de cada escritor de revistas hebdomadárias um ente sobrenatural e poderoso, a quem nada seja oculto, e que lhe dê conta miúda de quanto se passar no Rio de Janeiro. Ah! Se eu tivesse à minha disposição um animalejo como aquele célebre Piolho Viajante, que tanta calva pôs à mostra; [...], que bonitas e interessantes *semanas* que então daria aos meus leitores!”. A Semana, In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro [RJ]: Typ. J. Villeneuve 10 dez. 1855.

<sup>116</sup> O piolho viajante, disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/MargensdoCanone/Piolho/index2.htm>. Acesso em: 22/10/2014. Trata-se de uma obra satírica, cujo objetivo era ridicularizar hábitos e costumes da sociedade portuguesa. À época de sua publicação foi um *best-seller*, em Portugal e no Brasil, tendo sido editada inúmeras vezes até 1860; a partir daí o texto, cuja autoria foi atribuída, posteriormente, a Antônio Manuel Policarpo da Silva, caiu no ostracismo. Silva construiu um texto original, em que narra a viagem de um piolho por inúmeras “carapuças”, ou seja, o personagem ia de cabeça a cabeça descrevendo os trejeitos, os valores e as ações de quem lhe “hospedava”. O piolho aventureiro apresentava seus anfitriões por meio de seus ofícios, estratégia que não restringia a crítica a um determinado indivíduo, mas a um determinado grupo social.

Outro escritor português sublinhou a importância do “ver com os próprios olhos”. Almeida Garret, em *Viagens na minha terra*, também estava preocupado em denunciar os problemas da política lusitana, porém, o fez de modo inusitado: recuperando as memórias de um passado grandioso na história de Portugal e contrapondo-o com o presente decadente – que se apresentava ao autor no início do século XIX. Logo no início da narrativa, o narrador-viajante de Garret deixa claras suas intenções:

Que viaje à roda de seu quarto que está a beira dos Alpes, de inverno, em Turim, que é quase tão frio quanto S. Petersburgo – entende-se. Mas com este clima, com este ar que Deus nos deu, onde a laranjeira cresce na horta, e o mato na murta, o próprio Xavier de Maistre, que aqui escrevesse, ao menos ia até o quintal. Eu em muitas, nestas sufocadas noites de estilo, viajo até a minha janela para ver um nesguita de Tejo que está no fim da rua, e me enganar com uns verdes de árvores que ali vegetam sua laboriosa infância nos entulhos do Cais do Sodré. E nunca escrevi minhas viagens nem as suas impressões: pois tinha muito que ver! Foi sempre ambiciosa a minha pena: pobre e soberba, quer assunto mais largo. Pois hei de dar-lho. Vou nada menos que a Santarém: e protesto que de quanto vir e ouvir, de quanto eu pensar e sentir se há de fazer crônica.<sup>117</sup>

Definido o roteiro, de Lisboa a Santarém, a viagem pela terra natal permitiria ao narrador conhecer sua própria nação, mapear seus problemas, propor soluções, criticar os homens públicos, enfim, elaborar um diagnóstico da realidade no qual estava inserido e reaproximar-se das suas origens. Garret chama a atenção de seus compatriotas para que viajem pelo território português:

Pois acredite-me o leitor amigo, que sei alguma coisa dos sabores e dissabores deste mundo, fie-se na minha palavra, que é de homem experimentado: o prazer de chegar por aquele modo a Tortoni, o apear da elegante caleche balançada nas suas suaves molas que fabricasse arte inglesa do puro aço de Suécia, não alcança, não se compara ao prazer e consolação da alma e corpo que eu senti ao apear-me de minha choiteira mula à porta do grande café do Cartaxo. Fazem ideia do que é o café do Cartaxo? Não fazem. *Se não viajam*, se não saem, se não veem mundo esta gente de Lisboa! E passam a sua vida entre o Chiado, a rua Oiro e o Teatro São Carlos, *como hão de alargar a esfera de seus conhecimentos, desenvolver o espírito, chegar à altura do século?*<sup>118</sup>

<sup>117</sup> GARRET, Almeida. *Viagens na minha terra*, Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p.25.

<sup>118</sup> Ibidem, p.40, grifo nosso.

Viajar em sua terra natal também foi a missão dada ao sobrinho, porém, ao contrário do narrador de Garret, que viajava por iniciativa própria e, aparentemente, com os mais “nobres interesses”, o narrador de Macedo não desejava fazê-lo, mas era obrigado pelo tio a percorrer o território brasileiro, porque pretendia tornar-se político e, para tanto, precisava conhecer seu país. Quando questionado sobre se sentir apto “para entrar e aparecer na Política”, o sobrinho, prontamente, respondeu: “estou a par de todos os conhecimentos humanos; cheguei há um mês de Paris”<sup>119</sup>. Entretanto, o tio não considera tais conhecimentos suficientes e adverte: “cumpre que estudes ainda”. Rapidamente, o sobrinho retrucou: “convenho, estou pronto para voltar à França”, entretanto, a vontade do tio é que o moço estude com o “livro da sua terra”. Surpreso com a resposta do tio, o sobrinho contesta:

– Diabo! Eu não sabia que no Brasil havia inteligências descomunais, e homens enciclopédicos; tinham-me, porém, asseverado, que, dessas inteligências, umas eram engarrafadas, e outras capazes de tudo, e de tudo, menos somente de fazer um livro!<sup>120</sup>

Na verdade, o tio se referia à Constituição – “livro que só se pode ler viajando e observando”–, pois, considerava que o descumprimento das leis provocava injustiças e corrompia a vida política nacional. Ademais, o tio criticava os políticos brasileiros que importam modelos europeus à realidade brasileira; segundo ele, estes

[...] empregam no Brasil uma política, que aprendem nos livros da França e da Inglaterra; improvisam no mundo novo as instituições do mundo velho, algumas das quais têm tanta relação com as nossas circunstâncias, como um ovo com um espeto!<sup>121</sup>

Cabe lembrar, que crítica semelhante aparece em *Excertos das memórias e viagens do coronel Bonifácio de Amarante*, de Araújo Porto-Alegre, obra editada em 1848, na revista *Iris* – em 1851, na *Guanabara*; e em 1858, na *Marmota* –, cuja organização ficou a cargo do sobrinho de Bonifácio, conhecido como Tibúrcio. No prólogo, Tibúrcio apresenta uma conversa que seu tio teria tido com um persa, no qual ele critica a falta de conhecimento dos brasileiros acerca de seu próprio país:

<sup>119</sup> MACEDO, 1855, p. 09.

<sup>120</sup> MACEDO, 1855, p. 10.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 11.

Achei-me em alguns círculos, na vossa terra, e pratiquei com poucos homens de algum mérito real; porque a maior parte são ainda muito ignorantes das coisas de seu belo país, e o mesmo não têm interesse em conhecê-las. Se perguntava a um moço sobre o estado da sua literatura, este me falava de Racine e Voltaire ou vinha com uma longa dissertação sobre o romantismo e classicismo, trazendo logo os nomes de Lamartine, Hugo, Dumas, Turquety, ou Delavigne. Se lhe pedia uma explicação sucinta sobre o estado das ciências, desenrolava-me logo um manual enciclopédico, e ia por esses ares até o último dos planetas; se lhe falava das ciências sociais, vinha-me logo com o parlamento inglês e o francês, e mais meia dúzia de escritores estrangeiros; se queria saber quantas braças tem qualquer dos vossos rios gigantescos, os vossos patrícios me respondiam com as dimensões do Sena, Tâmis, Reno, enfim nada podia colher dos tais papagaios idealistas.<sup>122</sup>

Araújo Porto-Alegre, por meio da fala do personagem persa, denuncia os excessos da importação dos modelos europeus, especialmente franceses e ingleses, para o desenvolvimento da cultura nacional. Igualmente, Joaquim Manuel de Macedo denota seu desconforto com a imitação desses modelos adventícios, quando o sobrinho relata como se apresentou ao tio, ao voltar de sua temporada na Europa, onde estava “estudando” a fim de conseguir o título de doutor:

[...] voltei para este nosso Brasil, apresentando-me a meu tio logo no primeiro instante com as mais irrecusáveis provas do meu aproveitamento, isto é, vestido no último rigor da moda, falando uma algaravia, que é metade francês e metade português e ostentando sobretudo por cima do meu lábio superior um bigodinho insidioso, por baixo do meu lábio inferior uma pera fascinadora, e para complemento desses encantos, um charuto aromático preso de contínuo entre os lábios, perfumando a pera e o bigode.<sup>123</sup>

Para além do desajuste entre a moda europeia e a realidade dos trópicos, Macedo revela, nas entrelinhas, o quanto os brasileiros prezam pela aparência, em detrimento dos valores.

Mais adiante, na obra de Araújo Porto-Alegre, o estrangeiro sugere a Bonifácio, que larguemos “as vistas europeias”, afinal, malgrado a “Europa, vossa mãe, ter [sic] ótimas coisas”, nós devemos tomar dela “o que é bom, e não aquilo que não vos convém”.<sup>124</sup> O fato de a crítica “partir da boca” de um estrangeiro, no caso um persa, remete àquela ideia – exposta anteriormente – de que o visitante

<sup>122</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel A. *Excerptos das memorias e viagens do Coronel Bonifácio de Amarante*. Rio de Janeiro : Typ. da Empreza Dous de Dezembro, de Paula Brito, 1852 p.5-6.

<sup>123</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p. 6-7.

<sup>124</sup> PORTO-ALEGRE, op. cit., p.5.

tem uma vantagem em relação aos locais, pois por não estar preso ao lugar, pode observar seus problemas de forma mais imparcial e distanciada.

No caso do narrador de Macedo, a imparcialidade das impressões é alcançada na medida em que tudo que ele observasse deveria ser contraposto àquilo que estivesse escrito na Constituição Brasileira de 1824, além disso, o fato de ele ter acabado de chegar ao Brasil, depois de uma longa temporada na Europa, o colocava como um “estranho” diante da realidade local. A nosso ver, o problema da imparcialidade no discurso reside no perfil de viajante que o sobrinho representa, afinal, a viagem para ele era uma obrigação e um meio de satisfazer suas vontades particulares, por isso, ele não escreve suas impressões visando o bem comum e o desenvolvimento dos saberes – como alega a maioria dos seus “colegas viajantes”. No entanto, à revelia do seu egocentrismo, seus registros na “carteira do tio” acabam por apresentar um quadro que denunciava os problemas nacionais. Por exemplo, no momento em que o sobrinho se deparou com barreiras na estrada, por causa das chuvas que assolavam a Província do Rio de Janeiro, ele relatou:

Finalmente estanquei defronte de um vasto e soberbo lamarão...  
Pareceu-me ver a negligência do governo da Província dormindo o sono da indiferença em um leito de lamaçal, por baixo da crosta torrada pelo sol, que eu via cobrindo aquele tremendo atoleiro!<sup>125</sup>

O episódio do atoleiro reforça a ideia – tão cara ao gênero de viagens – da valorização da experiência. Enquanto para o sobrinho a viagem é um mecanismo de satisfazer a vontade do tio e preservar as regalias que ele lhe proporciona, para o tio, a viagem é um meio de adquirir conhecimento, mas um conhecimento baseado na experiência, no ver com seus próprios olhos. Nesse sentido, o modo de pensar do tio é semelhante ao da maioria dos viajantes e reproduz uma das principais tópicas do gênero de viagem. Rousseau, por exemplo, em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, discursava sobre o enriquecimento que as viagens traziam para o conhecimento das sociedades humanas, sobretudo, se tais escritos fossem produzidos por sábios filósofos:

Supúnhamos um Montesquieu, um Buffon, um Diderot, um Duclos, um D’Alembert, um Condillac ou homens dessa têmpera, viajando para instruir seus compatriotas, observando e descrevendo, [...]. Seria a viagem mais importante de todas e a que se deveria fazer com o maior cuidado. Suponhamos que esses novos Hércules, de

---

<sup>125</sup> MACEDO, 1855, p.41.

volta das jornadas maravilhosas, escrevessem depois à vontade, a história natural, a moral e a política do que tivessem visto: *veríamos nós mesmos sair de sua pena um mundo novo e aprenderíamos assim a conhecer o nosso*<sup>126</sup>.

É perceptível o reconhecimento, pelo filósofo francês, de que a viagem é um meio de se obter o conhecimento da sociedade, entender o mundo, construir a ciência e o pensamento filosófico. Outrossim, nas *Cartas persas* (1721), de Montesquieu – obra em que as impressões de viagem servem para o autor criticar a França em que vive –, Ubeck, viajante persa, explica que ele e sua esposa viajaram à Europa em busca de sabedoria: “Entre os persas, Rica e eu talvez sejamos os primeiros que o desejo de conhecimento levou a saírem de seu país e que renunciaram às doçuras de uma vida tranquila para irem laboriosamente em busca da sabedoria”<sup>127</sup>.

Já em *A carteira*, o sobrinho polemizava o tema ao ridicularizar as reflexões filosóficas que, usualmente, são encontradas nos livros de viagem e o fato de a maioria dos viajantes empreenderam sua jornada com o patrocínio do Estado:

Dentro em cinco minutos estou rente com ele: devo, entretanto, empregar estes cinco minutos em alguma observação filosófica: eu sou um filósofo de arromba, e não posso estar um só momento sem refletir sobre as coisas deste, e até mesmo do outro mundo: pareço-me neste ponto muito com certos sujeitos, que empregam todos o seu tempo e, sacrificam toda sua vida, tratando de fazer o bem da pátria; a única diferença que há entre mim e eles, é que o tesouro público não me paga as minhas filosofias.<sup>128</sup>

Se a viagem era um meio de obter conhecimento, o registro das impressões do lugar visitado era útil e, porque não, uma obrigação do viajante que justificava a publicação de sua narrativa, defendendo que esta contribuiria para a formação de seus leitores e, conseqüentemente, da nação. Esta foi uma tópica recorrente às relações de viagem publicadas no século XVIII e XIX. Em se tratando de viagens ficcionais, Almeida Garret, por exemplo, em *Viagens na minha terra*, justifica a publicação de sua obra, porque a considera um contributo para o progresso de nação portuguesa:

<sup>126</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 301-302, grifo nosso.

<sup>127</sup> MONTESQUIEU, Charles de S. (Baron de). *Cartas persas*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p.10.

<sup>128</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p. 62-63.

Estas minhas interessantes viagens hão de ser uma obra-prima, erudita, brilhante, de pensamentos novos, uma coisa digna do século. Preciso dizer ao leitor, para que ele esteja prevenido; não cuide que são quaisquer dessas rabiscadoras da moda que, com o título de *Impressão de Viagem*, ou outro que tal, fatigam as imprensas da Europa sem nenhum proveito à ciência e ao adiantamento da espécie. Primeiro que tudo, a minha obra é um símbolo [...].

E aqui está o que é possível ao progresso humano.

E eis aqui a crônica do passado, a história do presente, o programa do futuro [...].

Ora nesta viagem Tejo arriba está simbolizada a marcha do progresso social: espero que o leitor entenda agora. Tomarei cuidado de lhe lembrar de vez em quando, porque receio muito que se esqueça.<sup>129</sup>

Entretanto, a *Viagem sentimental (1768)*, de Laurence Sterne – referência tanto para Garret, quanto para Macedo –, colocou em xeque esta tópica, pois via como incerta a possibilidade de aprender com uma viagem:

Conhecimento e progresso são adquiridos navegando e viajando com tal intenção; agora se o conhecimento é útil, o progresso real é uma questão de sorte – e mesmo quando o aventureiro tem sucesso, a reserva obtida deve ser usada com cautela e comedimento para que se converta em lucro.<sup>130</sup>

Submetido ao acaso, ao “calor da hora”, Yorick – o narrador de Sterne – opta por dizer “a verdade, mas não toda verdade”<sup>131</sup> e foge do que ele chama de “racionalismos”, impostos pelo gênero e pelo pensamento iluminista, para se contentar “apenas com a verdade do comentário, que é verificada em cada travessa e em cada viela de Paris”<sup>132</sup>. Nesse sentido, são as emoções, afloradas no desenrolar dos acontecimentos, que (re)formulam impressões, conceitos e (des)constrói uma imagem do que o narrador observa ao longo de sua excursão pela França. Este aspecto fica evidente quando ele desfaz suas opiniões<sup>133</sup> sobre a Bastilha ao ouvir o canto de pássaro que lhe despertou emoções:

Juro, nunca vi despertar em mim emoções mais ternas, nem me lembro da ocasião, na minha vida, em que a imaginação solta, que

<sup>129</sup> GARRET, Almeida. *Viagens na minha terra*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p.28-29.

<sup>130</sup> STERNE, Laurence. *Viagem sentimental pela França e Itália*. Trad. Luana Ferreira de Freitas. São Paulo: Hedra, 2008, p. 33.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>133</sup> Esta postura adotada pelo viajante ficcional de Sterne é pouco comum entre os “viajantes reais”, que liam seus pares e se impregnavam das noções que eram veiculadas na literatura de viagem sobre o lugar que visitariam, e mesmo que uma determinada noção fosse equivocada ela era repetida em inúmeros relatos posteriores.

brincava com a minha razão, fosse refreada tão prontamente. Ainda que mecânicas, as notas eram cantadas de maneira tão afinada com a natureza, que num instante, deitaram por terra todo meu raciocínio sistemático sobre a Bastilha, subi gravemente as escadas, desdizendo cada palavra que tinha dito ao descê-las.<sup>134</sup>

Yorick narra sua peregrinação interna, pautada na associação de ideias, sendo, assim, o único aspecto que lhe aproxima dos outros tipos de narradores-viajantes a “necessidade e o *besoin de voyager*”<sup>135</sup>. Ao contrário dos “viajantes comuns” que vão à busca do conhecimento objetivo (científico) do “outro” e de suas terras exóticas<sup>136</sup>, Yorick quer “espreitar a *nudez* de seus corações, e, através dos diferentes disfarces de costumes, climas e religião, descobrir o que existe de bom neles para assim moldar [sic] o seu próprio”. Desse modo, o narrador de Sterne pretendia transpor a aparência alheia, para encontrar virtudes e sentimentos que estão escondidos, a fim de entender a si mesmo, seu “eu”.

Quase cem anos depois, Macedo mostra como a valorização do “eu” é nociva à esfera política e à própria vida em sociedade. O sobrinho é indiferente às regras sociais e às necessidades do “outro”, afirmando seguir “as lições dos metres” que se resumem no pronome “eu”. Trata-se, portanto, de políticos que usam de sua influência e de seu cargo para satisfazer interesses particulares, cujo comportamento serve de inspiração para o jovem. Logo no início de sua narrativa, o sobrinho fez questão de esclarecer:

[...] porque a regra da época ensina que – cada um trate de si antes de tudo e de todos. [...]  
Egoísmo! Bradarão aqueles que não veem meio palmo adiante do nariz: patetas! Respondo-lhes eu de antemão. A regra de que me cingi não tem nada de vil nem baixa; e a prova é que ela nos vem dos grandes, que não são vis, e se observa no poleiro político, que não fica em baixo.  
Eu sigo a lição dos mestres.<sup>137</sup>

Com efeito, o próprio sobrinho se reconhece como “eco de muitos estadistas do país”<sup>138</sup>, inclusive no que tange à motivação para entrar na vida pública, uma vez

<sup>134</sup> STERNE, op. cit., p. 97, grifo nosso.

<sup>135</sup> STERNE, 2008, p. 32.

<sup>136</sup> PRATT, Mary. *Os olhos do império*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 88.

<sup>137</sup> MACEDO, 1855, p.1-2.

<sup>138</sup> Ibidem, p.44.

que ser político convinha “aos vadios de certa classe”<sup>139</sup>, com a qual o sobrinho se identificava. A este respeito, durante a conversa em que contava sua decisão, o tio reconhece que o moço já estava familiarizado com os princípios do novo ofício:

- Mas olha a política não é meio de vida.
- Engano, meu tio! A pátria deve pagar bem a quem quer fazer o enorme sacrifício de viver à custa dela.
- Bom: *já vejo que estás adiantado na moral do século*. [...] <sup>140</sup>

A opção pela carreira política era para boa parte dos políticos uma conveniência, motivada pelo desejo do “não trabalho”. O sobrinho, em tom irônico, apresenta e representa os princípios que norteiam “os estadistas da escola do eu”, ou seja, “aqueles que sabem *aproveitar*, e dão provas de *juízo* e de *habilidade*”<sup>141</sup>. Em contrapartida, aqueles poucos políticos, sem juízo e “toleirões, que vivem vida política dez, vinte e mais anos, e saem enfim dela pobres como nela entraram”<sup>142</sup>, são, ao longo da obra, ridicularizados pelo narrador.

#### 1.4 A sátira política e a narrativa de viagem

Os romances, no século XIX, eram editados nos jornais de forma seriada, em um espaço dedicado exclusivamente a eles: o rodapé, que ficou mais conhecido como *folhetim*. No novo espaço o leitor encontraria algo que destoava do restante do jornal. Era o lugar dedicado ao prazer, ao divertimento, ao deleite; era a “sobremesa”, o *grand finale* depois da leitura informativa (e porque não cansativa) no alto da folha. Macedo reconheceu que, por mais que o novo gênero pudesse servir a instrução e a formação moral do povo, o romance também tinha a função de distrair e amenizar o cansaço das questões do dia a dia, segundo o autor:

O que é que faz um homem sério e grave, quando se sente fatigado depois de um longo estudo de matéria espinhosas e profundas?... lança mão de um romance, ou de um volume de poesias, suaviza o espírito acabrunhado pelo peso de pensamentos transcendentais com essa leitura rápida e fugitiva do mesmo modo que pratica

<sup>139</sup> Ibidem, p.9.

<sup>140</sup> MACEDO, loc. cit., grifo nosso.

<sup>141</sup> MACEDO, 1855, p.18, grifo do autor.

<sup>142</sup> Ibidem, p.17-18.

aquele, que se vinga de um abafado dia de calor tomando de noite um refrigerante sorvete no Francioni.<sup>143</sup>

Mas afinal, *A carteira do meu tio* pode ser considerada um romance<sup>144</sup>, ou melhor, um “romance de viagem”? O *Marmota Fluminense*, dirigido por Paula Brito, foi o primeiro jornal a editar *A carteira do meu tio*, entre os meses de janeiro e outubro de 1855, a viagem do sobrinho pelo território brasileiro era lançada na parte superior da primeira página do periódico, enquanto que nesse mesmo período, no espaço do folhetim (ou seja, no rodapé), foram publicados os romances *Vicentina* e *O forasteiro*, ambos de Joaquim Manuel de Macedo. Em 19 de janeiro de 1855, quando se publicava pela primeira vez a viagem do sobrinho, o redator d’A *Marmota* fez questão de diferenciar *A carteira* dos outros romances de Macedo:

Enquanto os jornais diários, cada vez mais importantes, satisfazem seus programas comerciais, e dizem-nos hoje muitas coisas sobre história, ciências, belas letras, etc.; *A Marmota* vai de dia em dia conquistando a posição que a que aspira, à custa de acurado trabalho e penosos sacrifícios, e é assim que tem conseguido elevar o número de seus assinantes à soma que felizmente já conta hoje. Para o desenvolvimento das letras a redação não duvida empenhar-se a fim de conseguir importantes trabalhos originais de penas brasileiras; e dar-se por feliz podendo dar hoje começo à belíssima história joco-séria da – CARTEIRA DO MEU TIO – além do novo romance do Sr. Dr. Macedo, que principiará talvez na terça-feira.<sup>145</sup>

A justificativa apresentada pelo jornal evidenciou a preocupação de seus diretores em trazer ao conhecimento do público carioca textos de autores nacionais, uma vez que boa parte dos folhetins publicados por outros periódicos famosos – como o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil* – eram de autores franceses, como Eugène Sue e Alexandre Dumas. No entanto, devemos nos perguntar por que Paula Brito diferenciou *A carteira* dos romances e optou por editá-la na parte superior do jornal e não no rodapé. Acreditamos que a explicação está relacionada ao teor do relato de viagem do sobrinho. Pela primeira vez, a engenhosa pena de Macedo abdicava das histórias de amor – característica de seus romances anteriores – para narrar a viagem de um personagem insolente e preguiçoso que pretendia ser político para não ter que trabalhar e que, diante de sua escolha, foi

<sup>143</sup> Ibidem, parte II, p.3.

<sup>144</sup> À época de sua publicação, apenas o jornal carioca *Correio da Tarde* se referiu *A carteira do meu tio* como um romance, em um anúncio publicado em 17 ago. 1855.

<sup>145</sup> MARMOTA Fluminense: jornal de modas e variedades. Rio de Janeiro [RJ]: Typ. Dous de Dezembro, de Paula Brito, n. 541, 19 jan. 1855.

obrigado por seu tio a peregrinar pelo território brasileiro a fim de observar os reais problemas do país. Além disso, naquele contexto político – o período da conciliação<sup>146</sup> –, no qual as críticas eram apresentadas de forma velada, as memórias do sobrinho denunciavam o cenário político brasileiro de forma sutil, irônica e alegórica, sem nomear e ofender diretamente a nenhum dos partidos e homens públicos, contribuindo para o posicionamento político dos leitores da folha, que apesar da predileção pela literatura, não se esquivava das discussões políticas e caras à época, especialmente, quando literatura e política estava intimamente relacionadas, como em *A carteira do meu tio*.

Uma segunda hipótese – que não necessariamente exclui a primeira – estaria relacionada à intenção de atrair os leitores dos romances macedianos, porque, a esta altura de sua carreira, o autor havia consolidado seu nome entre os literatos brasileiros e com sua fama os jornais angariavam novos assinantes. Macedo também poderia estar preocupado em oferecer ao fiel público de suas histórias de amor um pouco de sua veia crítica – afinal, os leitores d'*A Semana*<sup>147</sup>, provavelmente, não eram os mesmos d'*A Moreninha*. Há de se convir que as críticas presentes em *A carteira* eram reiteradas nas crônicas dominicais d'*A Semana* – assunto que trataremos no segundo capítulo –, o que nos permite aventar a ideia de que o autor desejava expressar seus princípios políticos utilizando diferentes linguagens e formas.

A narrativa de viagem do sobrinho também foi publicada na Província de Santa Catarina. Entre agosto e outubro, o primeiro folheto saiu à luz no espaço do folhetim no jornal *O conservador* e o segundo folheto saiu em *O Argos*, entre março e junho de 1856, ambos os periódicos dirigidos por José Joaquim Lopes e editados na tipografia que levava seu nome. O fato de *A carteira do meu tio* neste jornal ter aparecido no espaço dedicado ao folhetim reforça seu caráter ficcional, no entanto sua matéria o filiava à tradição dos textos de sátira política, cuja comicidade levavam os leitores ao riso e os fatos à reflexão social.

Desse modo, entendemos que *A carteira do meu tio* é uma narrativa de viagem ficcional, na qual “ao real cabe o papel de ornamento” e à verossimilhança, o

---

<sup>146</sup> O último capítulo deste trabalho abordará a política da conciliação e suas relações com *A carteira do meu tio*.

<sup>147</sup> *A Semana* era o título do espaço destinado às crônicas dominicais no *Jornal do Commercio*. Macedo assumiu esta coluna em abril de 1854 e esteve à frente dela até 1859.

“estatuto de credibilidade”.<sup>148</sup> A fim de questionar a própria estrutura do gênero, o relato do sobrinho subverteu características inerentes às narrativas de viagem tradicionais, bem como, propôs uma reflexão sobre o quadro político brasileiro à época. As impressões do jovem aspirante a homem público evidenciou um mundo conhecido e partilhado por Macedo e seus leitores, cujo caráter ficcional da obra não excluiu a inserção de elementos da “vida real”.<sup>149</sup>

Nesse caso, a preocupação de Macedo era expor os labéus da política nacional, organizada a partir de um pacto conciliatório que enfraquecia os partidos políticos e procurava reduzir a pó as divergências entre eles. As impressões da viagem do sobrinho remontam às principais características da política no Brasil, bem como denunciam a inaplicabilidade das leis e os ideais que moviam o homem público no país. Trata-se, portanto, de um retrato da política e das tradições culturais, a partir da “apropriação de ideias e de palavras”<sup>150</sup> que são conhecidas pelos leitores e pelo próprio Macedo, que a esta altura já era um político bem-sucedido no império.

O feito literário de Macedo foi articular a literatura de viagem à sátira política, na esteira do que fizeram outros grandes autores, como Jonathan Swift, em *Viagens de Gulliver*; Montesquieu, em *Cartas persas*; e Tomás Antônio Gonzaga, em *Cartas chilenas*. À época, a nova produção macediana era caracterizada por sua “veia satírica”. Paula Brito, por exemplo, no final de 1854, noticiou que no ano seguinte *A Marmota* publicaria *A Carteira*, que segundo o redator era uma “importante obra joco-séria, de uma das nossas mais agradáveis penas [...], obra que deve fazer bulha em todo o Império”<sup>151</sup>. O texto prometia causar uma bulha, ou seja, barulho, discussão, alarido e confusão, porque se tratava, segundo o próprio Paula Brito, de uma “engenhosa sátira, política, civil e administrativa, em interessantes diálogos entre o *Sobrinho do Tio*, o seu compadre Paciência, e algumas outras personagens”<sup>152</sup>.

---

<sup>148</sup> CRISTÓVÃO, Fernando. *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e biografias*, 2002, p. 51.

<sup>149</sup> Fernando Cristóvão ressaltou: “Os mesmo acontece a certos episódios de viagem efetivamente realizadas mas que são fictícios, ou que são reprodução de situações reais.” Cf. CRISTÓVÃO 2002, p. 52.

<sup>150</sup> MACHADO, Álvaro Manuel; PAGEAUX, Daniel-Henri. *Da literatura comparada à teoria da literatura*. Lisboa: Editora Presença, 2001, p.44-45.

<sup>151</sup> MARMOTA FLUMINENSE, op. cit., 28 out. 1854.

<sup>152</sup> Idem, 27 nov. 1855.

Em outros jornais, como o *Correio da Tarde* e o *Correio Mercantil*, os anúncios sobre a obra – recém-lançada em livro – apresentavam-na como uma “sátira oposicionista” que tocava em pontos delicados da nossa política, na qual constava uma “série infinita de carapuças sobre tudo e para todas as cabeças, talhadas como o espírito e a graça que caracterizavam os escritos da delicada pena de tão engenhoso escritor”<sup>153</sup>. Em tese, toda sátira faz oposição a algo, uma vez que a natureza desse gênero é justamente a censura dos costumes, pessoas e fatos históricos, porém, caracterizar a nova produção de Macedo como uma “sátira oposicionista”, estava em consonância com o momento político que o país vivia, cuja política de conciliação, liderada pelo marquês de Paraná, buscava estreitar os laços entre os partidos liberal e conservador, apaziguando os ânimos e desmobilizando a oposição dos luzias ao governo.

Dois traços, portanto, definiam a obra de Macedo: seu tom satírico e suas alegorias – carapuças que serviram a qualquer um. *A carteira do meu tio* ironizava o estado da política brasileira no século XIX sob o disfarce do divertimento. Nesse sentido, Macedo não poderia ter escolhido melhor gênero para compor suas críticas, porque a literatura de viagem, além de apreciada pelos leitores, era capaz de “instruir divertindo” e de retratar (criticar), com ares de verdade, uma dada realidade, a partir das impressões do sobrinho do tio e do compadre Paciência – que, de algum modo, representam as opiniões do próprio Macedo, como veremos no próximo capítulo.

Os dicionários do século XVIII e do início do século XIX apontam para o caráter censorador da sátira, definindo-a como uma “composição poética, inventada para emendar costumes depravados, ou para censurar e criticar obras de engenho. [...]”<sup>154</sup>. Trata-se, portanto, de obra destinada à crítica, e que, malgrado as definições setecentistas apontarem para a forma poética, é um gênero multiforme<sup>155</sup>, cujo

<sup>153</sup> CORREIO DA TARDE: jornal político, litterario e commercial. Rio de Janeiro: Typographia americana de I. P. da Costa, 22 nov. 1855; CORREIO MERCANTIL, 26 nov. 1855.

<sup>154</sup> Cf. Raphael Bluteau, 1728. Ver também: *Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto*, 1832 – “Sátira: Gênero de poesia, em que se censuram costumes etc.; Satirizar: fazer sátiras, censurar costumes, dizer mal de alguém”. Dicionário Antonio de Moraes Silva, 1789 - “Sátira: poema censório dos costumes, defeitos públicos, ou de algum particular; de ordinário se faz em verso”. *A Dictionary of the English Language*, 1840 – “Satire: A poem in which wickedness or folly is censured. Proper satire is distinguished, by the generality of the reflections, from a lagoon, which is aimed against a particular person; but they are too frequently confounded; Satirick: to satire; employed in writing of invective; censorious; severe in language”.

<sup>155</sup> ROCHA, Rejane C. *Da utopia ao ceticismo: a sátira na literatura brasileira contemporânea*. Tese de Doutorado. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2006, p.13. Segundo Rocha, “a

objetivo é atacar algo através da ridicularização de suas características. De acordo com Sylvia Talarolli, a partir do século XIX, “a sátira não sobrevive mais propriamente como um gênero, mas se configura como uma atitude, uma forma de olhar, que se manifesta em qualquer modalidade de texto (prosa, poesia, teatro, pintura, escultura)”<sup>156</sup> e, por que não, na literatura de viagem?

Entre os estudiosos não há um consenso do que seja a sátira<sup>157</sup>, porém, o gênero remonta à Antiguidade, período em que as obras romanas de Horácio, Juvenal, Pérsio e Sêneca, ou ainda as comédias gregas de Aristófanes são emblemáticas.<sup>158</sup> Entretanto, o caso mais notável, para os fins desta tese, seja a produção de Luciano de Samósata, especialmente em *Das verdadeiras narrativas*, cuja abordagem e o tom satírico, certamente, foi referência para Morus, Swift, Defoe, Machado de Assis<sup>159</sup> e o próprio Macedo.

Samósata compôs uma narrativa de viagem, na qual ele (autor, mas também narrador) e seus companheiros de empreitada se depararam com novos lugares, inclusive lugares inusitados como a Lua, nos quais viveram experiências inusitadas e pouco prováveis na vida real – como viver por um período no interior de uma baleia ou ser levado ao espaço por um tufão. O relato prodigioso de Samósata dialogava com a *Odisseia*, de Homero, na qual se conta o desenrolar da viagem de retorno de Odisseu, rei de Ítaca, que havia lutado na Guerra de Troia. Além das aventuras do herói homérico na terra dos feácios, serviu também de inspiração para Samósata os textos dos historiadores que apresentam maior preocupação em contar o “real”. Em *Das narrativas verdadeiras*, o filósofo antigo buscou unir a descrição fantástica ao relato verdadeiro, sendo assim, “ao fundir poesia e história, Luciano

---

referida multiformidade desse “anti-gênero” [sic] aponta para características e assuntos movediços: a expressão satírica acomoda-se a diversos meios de expressão, de acordo com o seus diversos interesses”.

<sup>156</sup> TELAROLLI, Sylvia. Entre a fúria e a esperança, o fel e o riso: a presença da sátira na literatura brasileira. In: SEGATTO, José Antônio; BALDAN, Ude. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 66.

<sup>157</sup> SOETHE, Paulo Astor. Sobre a sátira: contribuições da teoria literária alemã na década de 60. In: *Fragmentos*, n. 25, Florianópolis: Universidade Federal do Paraná, 2003, p.156.

<sup>158</sup> HANSEN, João Adolfo. A anatomia da sátira. In: VIEIRA, Bruno V. G; THAMOS, Márcio. *Permanência clássica: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras, 2011, p. 146. O autor analisa a origem do termo sátira, bem como pontua as principais características da sátira produzida pelos romanos na Antiguidade.

<sup>159</sup> José Melquior foi o primeiro a apontar na obra de Machado de Assis uma herança da produção de Samósata. MERQUIOR, 1997, p. 04.

inventou uma forma nova e imprevisível de narração, marcada pelo acaso e pelas inesperadas vicissitudes de uma viagem de exploração.”<sup>160</sup>

Já no início da narrativa, o filósofo esclarece ao leitor que estava voltado para a mentira, e ao assumir que mentiria ao longo da narrativa estaria nisso sendo verdadeiro. De acordo com Luciano, sua obra, com um tom cômico, fazia alusão a “alguns poetas, historiadores e filósofos”, porém ao assumir que contava mentiras, o autor se diferencia de toda uma tradição literária que enfatizava a veracidade de suas obras. Nas palavras de Luciano, “escrevo coisas que nem vi, nem sofri, nem que me informei pelo outros, e ainda sobre seres que não existem em absoluto e nem por princípio podem existir”<sup>161</sup>.

A dicotomia entre verdade e mentira, portanto, é a chave de leitura para a compreensão do texto de Luciano, pois o autor propõe uma reflexão acerca dos limites entre estes dois princípios. *Das narrativas verdadeiras* é, na verdade, uma sátira às técnicas narrativas “dos antigos poetas, historiadores e filósofos”, cuja imitação<sup>162</sup> – prática comum entre os antigos – deve ser feita com cuidado, a fim de que o leitor seja capaz de reconhecer e distinguir a ficção da realidade.<sup>163</sup>

Os elementos fantásticos que aparecem em *Das viagens verdadeiras* – a viagem à Lua, a estada no interior de uma baleia e a ave coberta de verduras, por exemplo – são, em verdade, a emulação dos textos clássicos que o precederam, sobretudo, da viagem empreendida por Odisseu. O autor diz ter voltado aos lugares que o herói homérico percorreu em seu retorno a Ítaca. Desse modo, a fantasia de Luciano não representa um mecanismo de evasão da realidade, mas uma forma de se distinguir dos poetas clássicos, dos filósofos e historiadores de seu tempo.

A sátira construída por Luciano de Samósata não revela as contradições sociais de sua época, mas põe em relevo as fragilidades de um sistema literário que

<sup>160</sup> Lucian and Latins: Humor and Humanism in Early Renaissance apud SANO, Lucia. *Das narrativas verdadeiras*: tradução, notas e estudo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 40.

<sup>161</sup> SAMÓSATA, Luciano. *Das narrativas verdadeiras*. In: SANO, Lucia. *Das narrativas verdadeiras*: tradução, notas e estudo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p.07.

<sup>162</sup> De acordo com Aristóteles, por exemplo, a imitação era algo positivo. Nas palavras do filósofo: “[...] o poeta há de ser criador mais das fábulas que dos versos, visto que é poeta por imitar e imitações. Ainda quando porventura seu tema [sic] sejam fatos reais, nem por isso é menos criador; nada impede que alguns fatos reais sejam verossímeis e possíveis e é em virtude disso que ele é seu criador.” ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1997, p. 29. Além disso, o poeta que emulasse os grandes poetas, demonstrava ter conhecimento da tradição literária, o que conferia autoridade à sua narrativa.

<sup>163</sup> SANO, op. cit. p.46.

se vangloria de apresentar aos leitores apenas verdades; contudo, tais autores mentem, ao escrever sobre coisas que não viram, como faz Ctésias de Cnido, por exemplo. Assim sendo, Luciano satiriza os padrões literários vigentes e, segundo Costa e Lima, promove uma inversão do *topos* do relato verdadeiro, na qual o autor-narrador relata uma porção de aventuras inverossímeis, descontruindo, desse modo, a crença de que todos os textos de viagem contam verdades.<sup>164</sup>

Herdeiro de Luciano de Samósata, Swift, no século XVIII, deu outra conotação ao termo, a sátira passou a integrar o universo do risível, pois o riso passou a ser um importante e eficiente mecanismo de correção dos valores, instrução das normas e progresso da sociedade.<sup>165</sup> Swift, em *A batalha dos livros*, definiu a sátira como "uma espécie de espelho, onde em geral quem se olha descobre o rosto de todos, menos o seu; o que é a principal razão para a boa acolhida com que o mundo a recebe".<sup>166</sup> A maneira como este escritor entendia a sátira nos revela a estratégia de apresentar aquilo que é risível no homem, evitando que ele se identifique com o seu lado mais condenável.

No século XIX, de acordo com George Minois, "é na sátira política que o riso encontra seu terreno predileto", porque os debates parlamentares e a liberdade de imprensa favorecem o debate de ideias, "no qual a ironia é chamada a desempenhar um papel essencial"<sup>167</sup>. Mesmo quando trata de assuntos sérios, a sátira moderna é capaz de suscitar o riso, só que um riso pragmático, ou seja, com uma finalidade clara: a de instruir. Desse modo, o "riso gratuito não tem mais lugar ou, pelo menos, passa a ser desprestigiado pelos filósofos, escritores e pensadores".<sup>168</sup> O riso, conquistado por meio da sátira, assume papel pedagógico, nas palavras de Minois:

[...] tornou-se uma faculdade de espírito, uma ferramenta intelectual, um instrumento a serviço de uma causa moral, social, política, religiosa ou antirreligiosa. Ele se decompôs em risos mais ou menos espirituais, risos funcionais, correspondendo a necessidades precisas.<sup>169</sup>

<sup>164</sup> LIMA, Luiz Costa. *Vida e mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 305-306.

<sup>165</sup> MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 482.

<sup>166</sup> SWIFT, Jonathan. *The battle of the books*. Original: Satire is a sort of glass wherein beholders do generally discover everybody's face but their own; which is the chief reason for that kind of reception it meets with in the world, and that so very few are offended with it.

<sup>167</sup> MINOIS, op. cit., p. 482.

<sup>168</sup> ROCHA, Rejane C. *Da utopia ao ceticismo: a sátira na literatura brasileira contemporânea*. Tese de Doutorado. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2006, p.11.

<sup>169</sup> MINOIS, op. cit., p. 409.

Entretanto, apesar da ampla gama de formas que podem se apropriar do estilo satírico, há determinadas características que são recorrentes a este tipo de texto. De acordo com Matthew Hodgart:

Los médios de expresión de la sátira, así como su tema, son efímeros a menudo, pero si bien hay un arte de la sátira común a todos los médios de expresión, sus contornos se pueden discernir mejor en las grandes obras de la literatura satírica.<sup>170</sup>

Hodgart aponta dois traços fundamentais da sátira: o ataque agressivo e a visão fantástica do mundo transformado, malgrado ser escrita para entreter, comentários “agudos e reveladores” sobre os problemas do mundo em que vivemos estão sempre presentes.<sup>171</sup> Se pensarmos no caso específico de *A carteira do meu tio*, aliado ao ataque agressivo aos vícios da sociedade brasileira, Macedo apresenta um mundo idealizado – fantástico –, quase paralelo, que é apresentado ao leitor pelas personagens do tio e do compadre Paciência, cuja crença no progresso moral e material, bem como na magnificência da Carta Constitucional de 1824 remetem a um mundo à parte da realidade do Brasil. Em outras palavras, o relato de viagem do sobrinho mostra-se como um texto fantástico e realista ao mesmo tempo, pois seu narrador, assim como a própria escrita oscilam entre verdade e mentira, entre virtudes e vícios, entre o arcaico e o moderno e, principalmente, entre o ideal e o real. Confirmando a premissa de Louis Vax: “o fantástico nutre-se do real e do possível”.<sup>172</sup>

Com efeito, há por parte dos escritores que optam pela sátira a crença de que podem interferir na realidade que os circunda, de modo a recuperar valores e procedimentos por eles considerados adequados. Nesse sentido, podemos afirmar que, por meio de um texto divertido, o autor satírico evidencia aquilo que ele entende como ideal; enquanto rindo, o leitor adere à crítica, bem como à visão de mundo ideal que ela apresenta.

Dos inúmeros temas possíveis à sátira, a política é o que mais se destaca, isto porque:

<sup>170</sup> HODGART, Matthew. *La sátira*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, p. 7.

<sup>171</sup> HODGART, 1969, p.11. Em outra passagem, ao comparar a sátira e a comédia, Hodgart reitera tais traços: “la verdadera sátira ofrece al mismo tiempo una visión más fantásticamente distorcida y una crítica más aguda de la vida que las que la comedia escénica tradicional puede sostener [...]”. Cf. HODGART, *ibidem*, p.189.

<sup>172</sup> VAX, Louis. *L’art et la littérature fantastiques*. Paris: P.U.F., 1960, apud MASSUD, Moisés. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004, p.185.

Existe una relación esencial entre la sátira e la política em su sentido más amplio: la sátira no solo es la forma más corriente de literatura política, sino que, en cuanto pretende influir en la conducta pública, es la parte más política de la literatura. Ambos los campos se consideran más bien desacreditados: la palabra “político” tiene un significado poco favorable, y los satíricos siempre se están justificando por sus caústicas lenguas. Pero también son necesarios ambos, puesto que todos los sistemas sociales y legales están necesitados de continua reforma, y el único medio de conseguir esta reforma es la política; así como solamente la sátira puede soltar ácidos bastante potentes para descomponer las posturas mentales que se oponen a dicha reforma. La mayor parte de los grandes satíricos han estado, em efecto, profundamente interesados en la política, y muchos de ellos se han manifestado contra el gobierno establecido em sus respectivos países.<sup>173</sup>

*A carteira do meu tio* foi apresentada pelos críticos, coevos à sua publicação, como uma “sátira oposicionista”, ou seja, seu conteúdo político era o que definia a própria obra, sendo ela uma tentativa de compreensão da vida pública do momento em que foi escrita. A filiação partidária de Macedo também foi determinante para que a obra fosse vista como uma “sátira oposicionista”. Declaradamente liberal, o autor levou para a ficção o universo político no qual estava inserido, em um contexto conciliatório em que levantar bandeiras partidárias não era bem quisto (trataremos melhor desse assunto no terceiro capítulo desta tese). Ao contrário, por exemplo, de Montesquieu e Gonzaga, Macedo não publicou sua sátira no anonimato; seu nome, naquela altura já respeitado e responsável por atrair novos leitores, estava estampado em *A Marmota* e na edição em livro.

As *Viagens de Gulliver* também foram tidas pelos críticos de sua época como um documento político. Swift, simpatizante do Partido *Torie*, atraiu a ira dos *Whigs*, que viam sua obra como um manifesto contra a sociedade inglesa e a organização do partido. De fato, a relação do escritor com os *tories*, num período em que se estabelecia a liberdade de imprensa, motivou o autor a produzir uma série de panfletos anônimos ridicularizando os rivais. De acordo com Roger Santos, Swift “produziu uma verdadeira batalha impressa contra as restrições comerciais impostas à Irlanda, contra o absentismo dos governantes e [...] contra um governo corrupto que se perpetuava sob o amparo dos dois primeiros Jorges”.<sup>174</sup>

<sup>173</sup> HODGART, 1969, p.33.

<sup>174</sup> SANTOS, Roger Maioli. *As viagens de Gulliver e a ascensão do romance inglês*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 49.

Leitor de Luciano, Rabelais e Cervantes, Swift descobriu, a partir da leitura desses autores, como a ficção poderia estar a serviço da sátira e, no início do século XVIII, publicou dois textos de cunho satírico: *O conto do tonel* e *A batalha dos livros*, ambos de 1704. Ao longo da década de 1810, o autor publicou outros textos que lhe lograram certo sucesso em Londres, mas com a queda dos *tories* (em 1714) a cena literária perdeu um apoio precioso, limitando muitíssimo o número de patronos. Nesse contexto, os autores se viram obrigados a escrever textos mais vendáveis, cedendo aos gostos do público-leitor; foi nesse clima que Swift, doze anos depois, publicou as *Viagens de Gulliver*, “motivado pelas preferências do público e pelo desejo de se fazer ouvir mais amplamente”.<sup>175</sup> As convicções políticas, as críticas ao governo inglês e a insatisfação com a presunção humana, contadas em tom irônico, marcariam a obra, cuja temática da viagem suavizaria seu tom combativo e atrairia os leitores – ávidos por este gênero.

Companheiro no *Scriblerus Club*<sup>176</sup>, John Gay em carta enviada a Swift, em 1726, contava-lhe sobre a repercussão de sua obra entre os ingleses:

Cerca de dez dias atrás, foi publicado um livro aqui, as viagens de um Gulliver, que tem sido a conversa em toda a cidade desde então: todos os livros foram vendidos em uma semana; e nada é mais divertido do que ouvir as pessoas dando diferentes opiniões, embora todos concordem que estão gostando muito. Geralmente se diz que você é o autor; mas segundo me disseram, o livreiro declara, que ele não sabe de que lado veio. Todos estão lendo, do mais alto para o mais baixo, do Conselho de Ministros até o berçário. Os políticos e os homens devem concordar, que a sátira sobre as sociedades em geral é muito severa.<sup>177</sup>

Em 1793, a primeira tradução da obra de Jonathan Swift para o português foi assinada por de J.B.G e saiu dos prelos da Real Imp. Da Universidade, localizada

<sup>175</sup> SANTOS, 2006, p. 54.

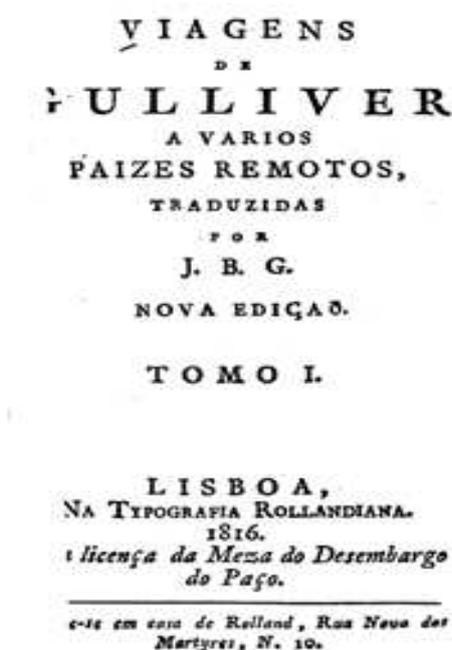
<sup>176</sup> Trata-se de associação literária concebida por Jonathan Swift e Alexander Pope, em 1714, com a intenção de se opor à presença predominante dos whigs nos cafés. Além de Swift e Pope, os idealizadores, formavam a *Scriblerus Club* outros três escritores: John Gay, Thomas Parnell e John Arbuthnot.

<sup>177</sup> Carta de John Gay para Jonathan Swift, 17 nov. 1726; *Works of the Rev. Jonathan Swift*, ed. John Nichols, 1801.

Disponível em: <http://spenserians.cath.vt.edu/CommentRecord.php?action=GET&cmmtid=11668>. Acesso em 20/05/2014. Original: “About ten days ago, a book was published here of the travels of one Gulliver, which has been the conversation of the whole town ever since: the whole impression sold in a week; and nothing is more diverting than to hear the different opinions people give of it, though all agree in liking it extremely. It is generally said that you are the author; but I am told, the bookseller declares, he knows not from what hand it came. From the highest to the lowest it is universally read, from the cabinet council to the nursery. The politicians to a man agree, that it is free from particular reflections, but that the satire on general societies of men is too severe”.

em Coimbra, sob o título *Viagens de Gulliver a vários países remotos*, em 2 volumes.<sup>178</sup> Outra edição foi lançada em 1816, sob a responsabilidade da Tipografia Rolandiana, localizada em Lisboa. O curioso é: tais edições não trazem o nome de Swift, há apenas a referência ao tradutor (*vide*, na página seguinte, figura 1).<sup>179</sup> Além disso, ao que tudo indica, as edições em português estavam ao alcance do público-leitor brasileiro, na década de 1850 – período que nos interessa nesta tese –, por exemplo, encontramos nos anúncios de jornal, diferentes livreiros que dispunham das *Viagens de Gulliver*, bem como de alguns artigos que faziam alusão à obra.<sup>180</sup>

**Figura 1**



Macedo foi leitor de Swift. Em uma de suas crônicas para o *Jornal do Commercio* o escritor, ao refletir sobre a sua própria arte, afirmou que em seu texto cômico era possível acrescentar personagens como os pigmeus de Gulliver.<sup>181</sup> Dois anos mais tarde, a viagem de Swift novamente foi lembrada em *A Semana*, dessa vez ao se referir à situação de abandono em que se encontrava a sua cidade natal,

<sup>178</sup> WATSON, George Watson; WILSON, Ian R. *The New Cambridge Bibliography of English Literature*, vol. 2. Londres: Cambridge University, 1971, p. 206. Ver também: GUERRA, Leonardo José C. de M. *Viagens de Gulliver: recepção (história) e interpretação (crítica)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>179</sup> SILVA, Jorge Bastos da. A Lusitania Dish: Swift to Portuguese taste. In: REAL, Hermann J. *The Reception of Jonathan Swift in Europe*. Londres: A&C Black, 2005, p. 79-80.

<sup>180</sup> Os anúncios, na sua maioria, são da Livraria Garnier. No jornal *Diário do Rio de Janeiro* encontramos anúncios nos números: 209, 210, 217, 224, 232, 235, 239, 242, 245, 260, 312, 333, 336, 349, publicados entre agosto e dezembro de 1854.

<sup>181</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 20 abr. 1856.

Itaboraí. O autor reiterou a necessidade cuidar dos costumes e conservar as memórias “que são para a alma do poeta o que foram para Gulliver as cadeias dos liliputianos.”<sup>182</sup>

George Orwell, em artigo intitulado *Política versus literatura: uma análise de Viagens de Gulliver*, ressalta o caráter crítico da obra em questão, na qual a “humanidade é atacada”. Para tanto, Swift exprime seu descontentamento com a sociedade de sua época por meio das ações de seu personagem principal. *Viagens de Gulliver* é, portanto, segundo Orwell um “livro tanto rancoroso como pessimista e que, sobretudo na primeira e na terceira partes, com frequência resvala num tipo de proselitismo político estreito.”<sup>183</sup> Malgrado pelo viés da sátira Swift admoestasse a Inglaterra setecentista, para o articulista as conclusões do autor se estendem às instituições humanas de maneira geral:

Os liliputianos também tem várias instituições sociais e jurídicas (por exemplo, existem pensões para idosos e as pessoas são recompensadas por manterem a lei, assim como são punidas por infringi-las) que Swift teria gostado de ver predominar em seu próprio país. [...], como Liliput representa a Inglaterra e as leis que ele fala jamais tiveram paralelo na Inglaterra, fica claro que o impulso de fazer sugestões constritivas foi demais para ele [...]. E devemos lembrar de que Swift deduz o todo de uma parte pequeniníssima, porque os governos débeis de sua época não lhe forneceu modelos prontos.<sup>184</sup>

Sobre as *Cartas Persas* praticamente não encontramos referências nos jornais, nem evidências de que Macedo as tenha lido, porém sabe-se que este foi um dos livros imputados pela Coroa de entrar no Brasil, entretanto, segundo Luís Carlos Villalta, esta obra de Montesquieu foi “o romance, proibido pela censura portuguesa, mais citado em acusações e confissões de heresia e libertinagem” durante a segunda metade dos setecentos e começo dos oitocentos<sup>185</sup>, o que nos permite aventar a ideia de que esta obra também era do conhecimento do público brasileiro, estando, portanto, no horizonte de expectativas dos leitores e do próprio autor. Entre o público europeu, certamente, ela foi um sucesso, apesar da vigilância

---

<sup>182</sup> Idem, 12 jul. 1857.

<sup>183</sup> ORWELL, George. *Política versus literatura: uma análise de Viagens de Gulliver*. In: SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Pinguim: Classics Companhia das Letras, 2010, p. 09-11.

<sup>184</sup> ORWELL, 2010, p.19.

<sup>185</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Robinson Crusoe e Cartas Persas: romances, viagens e devir histórico (1719-1806)*. 2005, p.2.

das autoridades policiais. Nesse sentido, Diderot comentou à recepção o conteúdo polêmico das *Cartas Persas*:

Que livro é mais contrário aos bons costumes, à religião, aos lugares-comuns da filosofia e da administração, em uma palavra, a todos os estereótipos, tipos banais, e conseqüentemente mais perigoso do que as Cartas Persas? O que se pode fazer de pior? Existem contudo cem edições das Cartas Persas e não há um estudante em toda a Universidade que não ache um exemplar nos sebos por doze vinténs.<sup>186</sup>

Já as *Cartas Chilenas*, é provável que Macedo as tenha lido, pois foram editadas pela primeira vez, em 1845, no jornal *Minerva Brasiliense*, para o qual autor contribuía. Na ocasião a publicação periódica publicou as sete cartas<sup>187</sup> e atribuiu a autoria da sátira a Tomás Antônio Gonzaga. Dezoito anos mais tarde, as cartas saíram em formato de livro, sob a direção de Luís Saturnino Veiga e editado na tipografia de Eduardo & Henrique Laemmert, ambas as edições despertaram o interesse do público-leitor para o texto.<sup>188</sup>

Montesquieu nas *Cartas Persas* (1721) apresentou aos leitores a – suposta – correspondência de dois persas, Usbeck e Rica, que estavam em viagem pela Europa. Nessas cartas, os viajantes contavam suas impressões sobre o mundo ocidental, assim como recebiam notícias de seus parentes e criados que haviam ficado em sua terra natal. As epístolas demonstram que os turistas estrangeiros estavam atônitos diante do “novo” e, por isso, passam a tecer comparações entre a França e a terra-mãe. O tom irônico predominou nas descrições sobre os costumes franceses. Na carta XXX, por exemplo, Rica conclui que a curiosidade indiscreta pelo exótico era uma característica marcante entre os parisienses.

Os habitantes de Paris são de uma curiosidade que beira a extravagância. Quando cheguei aqui olharam-me como se tivesse sido enviado pelo céu: velhos homens, mulheres, crianças, todos queriam ver-me. Se eu saía, todo mundo punha-se pela janela; se ia às Tulherias prontamente via um circulo forma-se a meu redor. [...]. Mas, se alguém por acaso informava ao grupo que eu era persa,

<sup>186</sup> DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p.117-118.

<sup>187</sup> Trata-se de uma edição incompleta, porque nessa ocasião saiu à luz 7 cartas, das 13 que compõem a obra.

<sup>188</sup> Para mais informações sobre os debates acerca da autoria, o processo de publicação, as polêmicas em torno do texto, consultar: FURTADO, Joaci P. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das Cartas Chilenas*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.41.

prontamente ouvia à minha volta um burburinho: “Ah! Ah! O senhor é persa? Que coisa extraordinária! Como pode alguém ser persa?”<sup>189</sup>

O comentário de Rica é uma facécia, com a qual Montesquieu satiriza o povo francês que se vê como superior aos demais. O célebre filósofo, ao optar pela literatura para expor suas críticas, o faz por considerar que o texto ficcional lhe confere maior liberdade, bem como é um artifício eficaz de intervenção social, além, é claro, de divertir instruindo. Em *O espírito das leis*, o autor aludiu à falta de autonomia dos historiadores:

Nas monarquias completamente absolutas, os historiadores traem a verdade, porque não têm liberdade para dizê-la. Nos Estados extremamente livres, traem a liberdade por causa da própria liberdade, que, sempre produzindo divisões, cada qual se torna tão escravo dos preconceitos de sua facção, como o seria de um déspota. Seus poetas teriam mais frequentemente essa rudeza original da invenção do que uma certa delicadeza criada pelo gosto.<sup>190</sup>

As impressões de Usbeck e Rica ganharam contornos de verdade e a estada de nove anos permitiu a eles tecer críticas mais acintosas acerca da monarquia e da vida religiosa na França. A longa permanência contribuiu ainda para uma observação mais apurada da realidade, dos costumes, das leis e dos valores morais da sociedade francesa, e conferiu aos registros desses adventícios maior notoriedade. Desse modo, Montesquieu, por meio da fala desses personagens, traz à luz sua própria filosofia, antecipando temas que iriam aparecer no magistral *O espírito das leis*, de 1748.

A história do povo Troglodita, contada por Usbeck entre as Cartas XI e XIV, ilustrou as ideias de Montesquieu sobre a origem do despotismo, teorias que apareceriam em outras obras do pensador, cujo alcance foi expressivo no decorrer dos séculos XVIII e XIX. A literatura, portanto, era para o filósofo francês uma “arma” de combate às injustiças e aos desmandos políticos, um meio de denunciar os descompassos e os exageros de uma monarquia tirana e uma ferramenta de mobilização dos cidadãos a fim de lutarem por mudanças sociais.

A viagem atraiu a atenção do público-leitor, ávido por este tipo de literatura e, por meio de Usbeck e de outros missivistas que tiveram suas cartas (supostamente)

<sup>189</sup> MONTESQUIEU. *Cartas Persas*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p.52.

<sup>190</sup> MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 2005, p.381.

traduzidas, Montesquieu construiu sua engenhosa sátira política, livre de julgamentos e das amarras impostas a um homem público, num contexto absolutista. Segundo Jean Starobinski:

No caso das *Cartas Persas*, a ausência do romancista implica em atribuir uma aparente autonomia a cada um dos que tomam da pena, do livro, apresentado como uma coletânea de cartas [...]. A palavra está alternadamente com os jovens viajantes, os eunucos, as esposas, os amigos distantes, os dervixes. O regime da obra é o da pluralidade de consciências, da diversidade de pontos de vista e de convicções. [...]. Mas o leitor não tarda a sentir que nessas vozes plurais, nesses sujeitos que sucessivamente têm razão de acordo com suas razões particulares, um autor oculto e onipresente compraz-se em confrontar as paixões opostas, os dogmas e a crítica do dogma, de tal modo que triunfe insensivelmente uma razão que resulta da percepção das relações.<sup>191</sup>

No caso das *Cartas Persas* o romancista é anulado para dar voz a inúmeros personagens – os viajantes, eunucos, esposas, amigos ausente – mecanismo que propicia o debate, a apreciação de diferentes pontos de vista, apresentados de forma livre, sem os entraves dos juízos de valor. Na Carta CII, por exemplo:

Os governos da Europa, na maioria, são monárquicos; ou melhor, assim são chamados, [...]. É um estado violento, que sempre degenera em despotismo ou em república. O poder nunca pode ser dividido igualmente entre o povo e o príncipe; é difícil demais manter o equilíbrio: o poder tem de diminuir de um lado, enquanto aumenta do outro. Mas geralmente a vantagem fica do lado do príncipe, que está à frente dos exércitos<sup>192</sup>.

As missivas também foram o recurso utilizado por Tomás Antônio Gonzaga. Em *Cartas Chilenas*, poema satírico editado em 1788, Critilo escreveu a Doroteu contando-lhe sobre as ações de Fanfarrão Minésio, governador do Chile. Na verdade, Minésio representa o governador Luís Cunha Pacheco e Menezes que estava à frente da Província de Minas Gerais, desde 1783. O governo de Menezes era duramente criticado pela tirania e pelo desrespeito aos direitos dos moradores da região, especialmente aqueles que moravam em Vila Rica, cuja alta quantidade de impostos era insustentável. Na dedicatória, Critilo esclarece que suas cartas instruiriam seus leitores por apresentar as ações de um governo tirano e corrupto, como o de Minésio:

<sup>191</sup> STAROBINSKI, Jean. Prefácio. In: *Cartas Persas*, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p. XVI.

<sup>192</sup> MONTESQUIEU, 2009, p.163.

Dois são os meios por que nos instruímos: um, quando vemos ações gloriosas, que nos despertam o desejo da imitação; outro, quando vemos ações indignas, que nos excitam o seu aborrecimento. [...]. Entendo que V. Exas. se desejarão instruir por um e outro modo. Para se instruírem pelo primeiro, tem V. Exas. os louváveis exemplos de seus progenitores. Para se instruírem pelo segundo, era \necessário que eu fosse descobrir o Fanfarrão Minésio, em um reino estranho!<sup>193</sup>

Com efeito, a exposição das ações de um mau governo assume um caráter pedagógico, mecanismo de conscientização da população e de formação política. Critilo apresenta um modelo de governante que deve ser rechaçado pelo público, pois está “coberto de horrorosos vícios”.

Montesquieu alegou ser o receptor das *Cartas Persas*, a quem os viajantes haviam confiado suas impressões e que as tornavam públicas por considerar de grande valia traduzi-las para sua língua vernácula:

Os persas que aqui escreveram estavam alojados no mesmo lugar que eu; estávamos sempre juntos. Como me consideravam um homem de outro mundo, nada me escondiam. De fato, pessoas transplantadas de tão longe não podiam mais ter segredos. Passavam-me a maioria de suas cartas; copiei-as. [...]. Portanto, meu único ofício aqui é o de um tradutor: tive apenas o trabalho de adaptar a obra aos nossos costumes.<sup>194</sup>

Ao afirmar que estava publicando registros de viajantes persas, Montesquieu invocava “a autoridade da vida real”, de modo que a obra nega em si o caráter imaginário. Para tanto, segundo Starobinsk “é preciso credenciar o mais vigorosamente possível a existência efetiva dos personagens e de suas aventuras”.<sup>195</sup> Igualmente, o editor das *Cartas Chilenas*, a fim de dar mais credibilidade ao texto, alega tê-lo traduzido pelo conteúdo crítico que nele estava presente, e assume ter feito algumas adaptações a fim de tornar a leitura do texto mais agradável:

Logo que li estas Cartas, assentei comigo que as devia traduzir na nossa língua, não só porque as julguei merecedoras deste obséquio, pela simplicidade de seu estilo, como, também, pelo benefício que resulta ao público, de se verem satirizadas as insolências deste chefe, para emenda dos mais que seguem tão vergonhosas pisadas.

<sup>193</sup> GONZAGA, Tomás A. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007, p.13.

<sup>194</sup> MONTESQUIEU, 2009, p.7-8.

<sup>195</sup> STAROBINSKI, 2009, p. XV-XVI, grifos do autor.

[...]. Eu mudei algumas coisas menos interessantes, para as acomodar melhor ao nosso gosto.<sup>196</sup>

A estratégia, adotada por Montesquieu e Gonzaga, de logo no prólogo justificar a tradução de tais cartas torna o texto literário ainda mais verossímil. A própria escolha da forma epistolar confere o *status* de verdade ao poema, para Joaci Furtado, primeiro “porque apenas um assunto grave ou suficientemente relevante levaria alguém a escrever tanto para tão longe, como faz supor a lógica da sátira”. E, segundo, porque a carta também permite a adoção de “tom mais informal intimista”, que permite ao narrador exagerar em alguns momentos a fim de denegrir o governo de Fanfarrão e tornar os leitores hostis a ele.<sup>197</sup> A veracidade dos acontecimentos narrados é reiterada ao longo do poema, Critilo chega a lançar uma maldição a si próprio, caso aquilo que relatasse fosse mentira: “Uma velha madrasta me persiga/ Uma mulher zelosa me atormente/ E tenha um bando de gatunos filhos/ Que um chavo não me deixem, se este chefe/ Não fez ainda mais do que eu refiro”<sup>198</sup>. Em outra passagem o remetente assegura a Doroteu – seu destinatário: “Só sei que o que te escrevo são verdades”<sup>199</sup>.

Como é comum aos viajantes que deixam registradas suas impressões, Critilo insiste que seu testemunho é fruto de sua experiência, que narra aquilo que presenciou, ou seja, que “viu com os próprios olhos”, comparando sua função de poeta com a de um pintor, responsável por retratar – pintar – a realidade observada: “Ora pois, doce amigo, vou pintá-lo / Da sorte que o topei a vez primeira”<sup>200</sup>; “Pois eis aqui, amigo, bem pintada / A porta, mais a rua deste chefe”<sup>201</sup>. Outro elemento encontradiço na literatura de viagem é a interferência do editor no texto, nesse caso – tanto nas *Cartas Persas*, quanto nas *Cartas Chilenas* –, seus tradutores reconhecem ter modificado o texto para agradar ao gosto do público-leitor, que buscava um texto mais palatável, divertido e ameno.

Outra estratégia que confere credibilidade ao relato de viagem é referenciar outros ilustres viajantes, é o que faz, por exemplo, Swift nas *Viagens de Gulliver*. Na carta que abre o livro, o narrador lembra que o famoso aventureiro William Dampier – com quem inclusive teria algum grau de parentesco – teria seguido seus conselhos

<sup>196</sup> GONZAGA, 2007, p.15.

<sup>197</sup> FURTADO, 1997, p.35.

<sup>198</sup> GONZAGA, 2007, p. 27.

<sup>199</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>200</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 43.

para editar *Uma viagem de volta ao mundo*. Para convencer os leitores da utilidade das viagens que seriam narradas ali, o narrador contou por que e como decidiu publicar suas impressões de viagem:

Espero que estejas disposto a declarar em público, quando tal te for pedido, que com muitas e frequentes Insistências me convenceste a publicar um mui descosido e incorreto Relato das minhas Viagens, instruindo-me a contratar uns jovens Cavalheiros de uma duas Universidades para que organizassem e lhe corrigissem o Estilo, como fez o meu primo Dampier seguindo meus Conselhos, em seu livro *Uma viagem de volta ao mundo*.<sup>202</sup>

O narrador das *Cartas Chilenas* não pretendia ser imparcial, ao contrário, desejava incomodar seu leitor, ao descrever a postura política de Minésio, a corrupção característica de seu governo e sua indiferença em relação ao povo. A este respeito, Critilo advertiu Doroteu:

Por mais galantes casos que te conte,  
Mostrar no teu semblante um ar de riso.  
Os grandes desconcertos, que executam  
Os homens que governam, só motivam,  
Na pessoa composta, horror e tédio.  
[...]  
Não esperes, amigo, não esperes  
Mostrar no teu semblante um ar de riso;  
Espera, quando muito, ler meus versos,  
Sem que molhe o papel amargo pranto,  
Sem que rompa a leitura alguns suspiros.<sup>203</sup>

Treze cartas revelam o caráter duvidoso de outras figuras importantes, além do governador Minésio, o narrador satiriza o padre, o secretário do governador e o pseudopoeta Robério, este último descrito como:

Caminha atrás do chefe um tal Robério.  
Que entre os criados tem respeito de aio:  
Estatura pequena, largo o rosto,  
Delgadas pernas e pançudo ventre,  
Sobejo de ombros, de pescoço falto;  
Tem de pisorga as cores, e a conserva  
As bufantes bochechas, sempre inchadas.  
Bem que já velho seja, inda presume  
De ser aos olhos das madamas grato,  
E o demolhe encaixou que tinha pernas  
Capazes de montar um velho ginete  
Que rincha de Parnaso. Pobre tonto!

<sup>202</sup> SWIFT, 2010, p.65.

<sup>203</sup> GONZAGA, 2007, p. 68-69.

Quem te mete em camisas de onze varas?  
 Tu só podes cantar, em coxos versos  
 E ao som da má rabeça, com que atroas  
 Os efeitos do teu amo e os seus despachos.

Robério é caracterizado como um bajulador, fofoqueiro, um bêbado que não tem nenhum talento para poesia. Em linhas gerais, a narração dos fatos e a descrição das personagens são levadas ao extremo e, por vezes, Critilo chega a atacar diretamente seus adversários. Na sexta carta, por exemplo, ao contar sobre os festejos religiosos, ele compara a situação com a passagem bíblica de Sodoma e Gomorra: “Se queres que o compare, como um homem/Que alguma noção tem das sacras letras, / Aqui Sodoma tens e mais Gomorra”<sup>204</sup>. Em seguida, sugere que Minésio se envolveu com as moças do lugar:

Depõe o nosso chefe a majestade  
 E, por ver as madamas, rebuçado  
 No capote de berne; corre as ruas,  
 Seguido, Doroteu, das suas guardas.  
 Depois de dar seus giros, vai sentar-se  
 Em um dos toscos bancos, onde tomam  
 Assento certas moças que puderam,  
 Não sei por que razão, cair-lhe em graça.  
 Não diz uma fineza às tais mocinhas.<sup>205</sup>

Na segunda carta, Critilo denuncia: “O povo, Doroteu, é como moscas / Que correm ao lugar, aonde sentem / O derramado mel, é semelhante / Aos corvos e aos abutres, que se ajuntam / Nos ermos, onde fede a carne podre”<sup>206</sup>. Mero espectador da vida política, o povo estava submetido aos desmandos de Fanfarrão. O caráter autoritário do governo chileno reduzia a pó a capacidade de organização da massa popular; sem conseguir resistir, o povo acatava a tudo que lhes era imposto, e como “abutres” na carniça, esperava ter seus desejos atendidos pelo poder público. Entretanto, Critilo reconhece que é em vão a espera do povo:

Aqui o povo geme e os seus gemidos  
 Não podem, Doroteu, chegar ao trono.  
 E se chegam, sucede quase sempre  
 O mesmo que sucede nas tormentas,  
 Aonde o leve barco se soçobra  
 Aonde a grande nau resiste ao vento.<sup>207</sup>

---

<sup>204</sup> GONZAGA, 2007, p.89.

<sup>205</sup> GONZAGA, loc. cit.

<sup>206</sup> Ibidem, p.42.

<sup>207</sup> Ibidem, p.73.

Critilo acreditava que a tirania de Fanfarrão Minésio impedia o desenvolvimento da sociedade e corrompia os bons homens, afinal: “Que peito, Doroteu, que peito pode / Constante, persistir nos sãos projetos / Ouvindo as ameaças do tirano”<sup>208</sup>. Para manter seu poder, o estadista chileno se aparentava ser “bom”, mas não passava de um “vil lacaio”. Nas palavras do viajante: “No público a mostrar risonha cara / Oh! Alma de Fidalgo, oh chefe digno / De vestir a libré de um vil lacaio”<sup>209</sup>.

A relação entre Critilo e o amigo Doroteu é muito semelhante à do sobrinho do tio e de seu companheiro de viagem, o compadre Paciência; em ambos os casos, Doroteu e Paciência são uma espécie de contraponto a seus companheiros, pois se mostram mais lúcidos em relação aos fatos que lhes são apresentados. Por exemplo, enquanto Critilo, revoltado com a situação política que o circundava, adota um discurso ferino, passional, que chega aos limites da civilidade, apelando para uma linguagem ofensiva e, em alguns momentos, inapropriada, seu destinatário procura ponderar os julgamentos de seu interlocutor. Na oitava carta, Critilo conta que um “De Marquésio”, cujo patrimônio seria de 20 mil cruzados, teria comprado uma capitania e, para garantir a transação, teria feito o pagamento de uma luva de 30 mil ao governador. Ao ouvir a história o prudente Doroteu questionou-se sobre a coesão nos valores apresentados: “Se o patrimônio De Marquésio consiste, como afirmas, / Em vinte mil cruzados, em palavra, / Como, de luvas, deu ao chefe os trinta?”. Reconhecendo a confusão, Critilo desculpou-se: “Amigo Doroteu, estou pilhado; / A palavra, que sai da boca fora, / É como a calhoadada, que se atira, / Que já não tem remédio; paciência. / Eu as ervas arranco, e, desde agora, / Contigo falarei com mais cautela.”<sup>210</sup>

Compadre Paciência também é um contraponto à personalidade do sobrinho. Paciência foi designado pelo tio para acompanhar o sobrinho em sua viagem pelo território brasileiro. Logo no início da empreitada, o sobrinho atolou na estrada e, ao sair do lamaçal, um “homem de botas” lhe apresentou um atalho que lhe faria desviar dos atoleiros. Aceitando a sugestão do tal homem, o sobrinho retomou o caminho, quando do outro lado da margem se deparou com o mesmo que, a partir de então, lhe faria companhia:

---

<sup>208</sup> GONZAGA, loc. cit.

<sup>209</sup> Ibidem, p.90.

<sup>210</sup> GONZAGA, 2007, p.102-103.

- Como? ... pois o senhor não vai para o lado da barreira?...
- Nada tenho o prazer de voltar na sua companhia.
- Se não fosse muita curiosidade, estimaria saber, com que fim.
- Adivinhei, que não lhe dá gosto o andar só, e assentei, que faríamos bem andar juntos.
- Obrigado; mas realmente não sei como agradecer tão assinalado favor feito a um estranho, e desconhecido.<sup>211</sup>

Em seguida o “homem de botas” se apresenta ao sobrinho:

- O senhor é o sobrinho de seu tio, e vem estudar no livro de sua terra.
- Pois é meu tio...
- É um compadre deste seu criado, a quem lhe encarregou a fazer-lhe companhia nesta viagem.
- Ainda bem... O seu nome?
- Conhecem-me menos pelo meu nome, do que pela minha alcunha.
- Venha um, ou outra!
- Lá vai a alcunha: chamam-me Paciência.<sup>212</sup>

O tio, sabiamente, escolheu o compadre Paciência para acompanhar seu “impostor e atrevido” sobrinho, pois ele compartilhava dos mesmos valores morais que o tio, sendo, portanto, o oposto do sobrinho que pretendia tirar vantagem de todas as situações. O contraste entre o “bom caráter” do compadre e o egoísmo do sobrinho fica evidente nessa passagem do atoleiro, pois o sobrinho se espanta com a ajuda que lhe é oferecida por um estranho, porém, Paciência lhe conta que teria auxiliado qualquer pessoa que estivesse em dificuldade, pois age sem esperar nada em troca, ao contrário do sobrinho, que age de acordo com o ganho individual que lhe será revertido. Nesse sentido, a alcunha de *Paciência* diz muito sobre sua personalidade.

Em outra passagem d’*A carteira*, na qual o narrador relatou um incêndio na casa de uma família carente, o sobrinho e o compadre discutiram suas posições políticas: O primeiro afirma:

- Também como se pode aturar a teima de farroupilha? ... pensei comigo mesmo: ora que a *gentinha miúda* suponha, que em eleições pode ser mais alguma coisa, do que portadora de listas! ... é um desaforo! Não se deve entender a lei com a plebe, quando a lei fala de direitos.<sup>213</sup>

---

<sup>211</sup> MACEDO, 1855, p.79-80.

<sup>212</sup> MACEDO, 1855, p.80.

<sup>213</sup> Ibidem, p.99, grifo do autor.

O compadre, indignado com tal declaração, logo advertiu o companheiro: “- É um crime! Disse o compadre: o senhor deve ir participar o ocorrido ao Delegado de polícia”<sup>214</sup>. Incomodado com a situação, e sabendo que foi o próprio delegado que havia posto fogo na casa da pobre família, o compadre incentiva-os a procurar outra autoridade pública e reafirma: “- [...] o senhor tem a seu favor o direito, que lhe confere a lei”. Entretanto, desiludido, o homem – que acabava de perder sua casa e sua dignidade respondeu-lhe: - “tenho também contra mim a pobreza, que é uma espécie de eterna suspensão de garantias, meu caro”<sup>215</sup>.

Atento a toda conversa entre Paciência e o desabrigado, o sobrinho concluiu a narrativa: “o meu compadre, apesar de ter a alcunha de Paciência, estava furioso, como um possesso; mas eu, fiel aos meus princípios, achei a coisa muito natural”. Preocupado em retomar o caminho, o sobrinho, depois de expor suas teorias sobre o direito ao voto, encerra a discussão com aquele ar irônico e indiferente que lhe é tão característico:

Profundamente convencido destas verdades indestrutíveis, obriguei o meu compadre Paciência a pôr-se a caminho, deixando entregue a seus pesares o pateta e atrevido, que tinha a ideia de querer votar livremente, e a velha moça, que continuava a derramar um dilúvio de lágrimas.<sup>216</sup>

Tal desfecho reafirma o contraste entre a visão de mundo desses dois personagens.

Há outra diferença latente entre as *Cartas Chilenas* e *A carteira do meu tio*; apesar de ambas tratarem da questão política, tecendo críticas contundentes à postura dos governantes e aos vícios que permeiam a vida política no Brasil, a sátira de Gonzaga tem um fio de esperança, um traço de otimismo que não encontramos na viagem de Macedo. Critilo e Doroteu acreditam na implantação de um Estado justo, no qual o soberano seria um homem virtuoso, leal ao seu povo e preocupado com o bem comum:

De pejo e de vergonha os bons monarcas,  
Que pias intenções sempre alimentam  
De reger como filhos os seus povos,  
Tocados se verão. Prudentes, sábios,

---

<sup>214</sup> Ibidem, p.100.

<sup>215</sup> Ibidem, p.101.

<sup>216</sup> MACEDO, 1855, p.104.

Consultarão primeiro sobre a escolha  
 Daqueles chefes, que a remotos climas  
 Determinam mandar, deles fiando  
 A importante porção do seu governo;  
 Prevenidos que a vã, brutal soberba  
 Só nas obras influi destes monstros.  
 Pelo escrutínio da virtude espero  
 Que regulados os seus votos sejam.<sup>217</sup>

Em *A carteira*, o compadre Paciência parece acreditar na boa política:

Sou um roceiro igualmente rústico, que ainda reza pela cartilha da independência: não faça caso das minhas excentricidades; tenho a mania de ser homem de bem, e de acreditar que a base de toda a política deve ser a virtude; asneiras de homem da roça!<sup>218</sup>

Enquanto o sobrinho tem uma visão cética:

[...] os grandes políticos da escola do *Eu*, que, como se sabe, é a predominante na atualidade, às vezes, e sempre que é necessário aos seus interesses, pulam também pelas janelas para dentro do ministério, e até mesmo se sujeitam, a fim de chegar a fazer caminho por qualquer buraco de rato. É por isso que eu sustento que a ginástica é uma arte indispensável aos estadistas: a política toda se reduz a saber atacar e retirar, saltar e correr, agarrar e comer, tudo muito oportunamente.<sup>219</sup>

O título das *Cartas Chilenas* remete-nos ao das *Cartas Persas*, de fato, ambas se aproximam no que tange à exposição dos malefícios de um governo tirano. A estrutura narrativa também é semelhante: a escolha pela forma epistolar com a qual homens em terras estranhas contam a alguém de sua terra natal suas impressões sobre o lugar visitado, sua gente e seu modo de organização social. Além disso, as duas obras foram publicadas de forma anônima – afinal, as *Cartas Chilenas* circularam anonimamente em Vila Rica entre 1787 e 1788 –, Tomás Antônio Gonzaga recorre ao anonimato para satirizar a debilitada Coroa portuguesa, que vê na exploração aurífera a solução de seus problemas financeiros. Igualmente, Montesquieu não assina a obra, mas seu anonimato vai além: nas 161 cartas da coletânea, os únicos nomes das pessoas são os dos viajantes, de seus amigos, de suas esposas, de seus escravos; nenhum dos indivíduos que os visitantes orientais

<sup>217</sup> GONZAGA, 2007, p. 19.

<sup>218</sup> MACEDO, 1855, p.84.

<sup>219</sup> Ibidem, vol. 2, p. 57-58.

encontram na França tem nome, apenas as cidades são identificadas. O anonimato não é necessariamente um mecanismo adotado para preservar o autor, até porque “sua identidade não seria um mistério muito grande para uma polícia bem organizada”<sup>220</sup>, mas uma estratégia que evita a particularização do ato, ou seja, estende a ação descrita a uma categoria social. Para Starobinski, a omissão de nomes permite ao leitor constatar que “[...] aos olhos dos viajantes persas, o indivíduo, despojado de toda e qualquer identidade pessoal, existe apenas em atitudes e discursos típicos, que o caracterizam como o representante de uma categoria: o eclipse do nome põe a nu o papel social, a função, o comportamento genérico”<sup>221</sup>.

Segundo consta, Montesquieu manteve o anonimato até a segunda edição das *Cartas Persas*, sua mudança teria sido motivada pela edição bem-sucedida das *Lettres péruviennes* (1747), de Mme. de Graffigny.<sup>222</sup> No segundo prefácio, que acompanhou a edição de 1754, além de se apresentar como tradutor das cartas dos viajantes persas, o filósofo francês elogiou o romance epistolar:

Nada agradou mais nas cartas persas do que o leitor encontrar nelas, inesperadamente, uma espécie de romance. Ele vê como começa, como se desenrola, como termina: os diversos personagens estão colocados em uma corrente que os liga. [...]. Aliás este tipo de romance costuma ser sucesso, porque nela cada qual presta contas pessoalmente de sua situação atual; isso faz o leitor sentir as paixões mais do que qualquer narrativa que se pudesse fazer delas. E é uma das causas do sucesso de algumas obras encantadoras que foram publicadas depois das cartas persas.<sup>223</sup>

Montesquieu alega ter sido ele o primeiro a explorar o potencial do romance epistolar. Depois do sucesso das *Cartas Persas*, o autor nos chama a atenção ao fato de terem aparecido no mercado editorial outras “obras encantadoras” do mesmo gênero, como *Pamela* (1741), de Richardson – traduzida para o francês pelo abade Prévost – e a própria *Lettres péruviennes* (1747), de Madame de Graffigny, romance que foi vertido para o português com o título de *Cartas de huma peruviana*, em 1811, editada pela Impressão Régia neste mesmo ano.

Outra obra que estava no horizonte das expectativas de Macedo e seus leitores era *O episódio da infernal comédia, ou viagem ao inferno*, sátira escrita por

---

<sup>220</sup> STAROBINSKI, 2009, p. XV.

<sup>221</sup> STAROBINSKI, 2009, p. XX.

<sup>222</sup> Ibidem, p. XII.

<sup>223</sup> MONTESQUIEU, 2009, p.5.

Gonçalves de Magalhães, em 1836, quando ele ainda estava na França, cuja narrativa conta como Moutinho teve de se desdobrar e usar de toda sua influência para reaver um quadro e fazê-lo chegar ao Brasil. O quadro em questão era de Araújo Porto-Alegre, que o teria pintado e enviado à corte, porém, em virtude da incompetência da Legação e de Moutinho – que era, então, o responsável pelas encomendas enviadas da França à capital fluminense – não havia chegado ao seu destino final.<sup>224</sup> Com aguçada ironia, o relato traz inúmeras críticas à política brasileira e, no que tange ao perfil de nossos homens públicos, o narrador é incisivo:

No Brasil, como sabes, qualquer zote [?]  
 Um formado doutor se conceitua;  
 Quem p'ra trolha nasceu, ou p'ra o rabote  
 Não creias que consulte a sorte sua;  
 Toda a baixa gentilha deste lote  
 Em política ao menos se insinua.  
 O vadio, o pedante, o mentecapto  
 P'ra os públicos empregos julga-se apto.  
 Não é com má atenção que isto te digo,  
 Mas sim por qu'*ad reum* o caso pede,  
 Tu mesmo terás disto la contigo  
 Que o pedantismo no Brasil tem sede:  
 Quem tem um Governante por amigo  
 Alcança tudo o que deseja, e pede,  
 Não se gradua o mérito e a virtude,  
 P'ra escravo, e adulator basta que estude...<sup>225</sup>

Assim como Macedo, Magalhães reconhece que a política brasileira atraía homens de caráter duvidoso, cuja preocupação maior era atender aos seus interesses pessoais e não aos da nação. Ambos ressaltam o *status* social que são atribuídos aos títulos, como o de doutor que, por vezes, é alcançado sem grande esforço.<sup>226</sup> No século XIX, era comum os jovens brasileiros, de origem abastada,

<sup>224</sup> BLAKE, Sacramento. Domingos José Gonçalves de Magalhães. (Vol. II, p. 217). O prefácio e notas são de autoria de Araújo Porto-Alegre.

<sup>225</sup> MAGALHÃES, Gonçalves de. *Episódio da infernal comédia, ou viagem ao inferno*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin, 1836, p.50-51.

<sup>226</sup> Essa crítica permanece ao longo do século XIX, por exemplo, trinta e cinco anos depois d'*A carteira do meu tio* ser publicada, Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – obra que não faz parte de nossas análises – retrata episódio semelhante, isto porque, Brás Cubas conquista o diploma de bacharel sem grandes esforços. Nas palavras do personagem: “E foi assim que desembarquei em Lisboa e segui para Coimbra. A Universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocrementemente, e nem por isso perdi o grau de bacharel; deram-me com a solenidade do estilo, após os anos da lei; uma bela festa que me encheu de orgulho e de saudades, – principalmente de saudades. Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião; era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico, vivendo na pura fé dos olhos pretos e das constituições escritas. No dia em que a Universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro, confesso que me achei de algum

irem à Europa a fim de obterem o bacharelado. Macedo, em uma de suas crônicas, na qual analisava o sistema educacional no império, satirizou o fato de que a viagem servia para muitos desses jovens como uma alternativa às reprovações e às exigências dos professores brasileiros; com a acidez que lhe era de costume, o autor escreveu:

Com certeza de tão fácil e boa fortuna está visto que todos os estudantes que *não são pobres*, isto é, todos aqueles que podem gastar, quando se veem espantados do Rio de Janeiro, batem asas, e vão procurar novos ares, novos climas, onde lhes sorri a felicidade, e não receiam esbarrar diante de cruéis *raposas*.<sup>227</sup>

O sobrinho, provavelmente, se enquadra nessa categoria de estudante, se levar em consideração o quão aplicado ele foi para obter o título de doutor. Ele mesmo confessa ao leitor que durante sua estada na Europa pouco estudou e, mesmo assim, regressou com a carta de doutor:

Aos vinte anos de minha idade parti para a Europa, a fim de completar os meus estudos (à custa do meu tio, já se sabe!). Estudei com efeito muito em Paris, onde assentei a fatecha: oh! Sim, estudei muito! Passei pelos *boulevards*; fui ao teatro, apaixonei-me loucamente por vinte *grisettes*; tive dez ou doze primeiros amores; por me faltar o tempo não pude ver uma só biblioteca; por me acordar sempre tarde nunca frequentei aula alguma; e no fim de cinco anos dei um pulo à Alemanha, arranjei uma carta de doutor (*palavra de honra* que ainda não tive a curiosidade de examinar em que espécie de ciência), e voltei para o nosso Brasil [...].<sup>228</sup>

Em ambos os textos, além do título de doutor, o candidato a um cargo político no Brasil tinha que ter um padrinho de prestígio, algum “figurão” que lhe introduzisse na vida pública e lhe garantisse o apoio das elites. Nesse sentido, o mérito e a aptidão para a administração pública eram uma “peta”, uma ilusão, tornando a política o espaço privilegiado de atuação dos ladinos e preguiçosos. Nas palavras do sobrinho, “o patronato é a placenta da sabedoria, e a medida do mérito: tomara eu ser afilhado de algum bom padrinho, que verã como fico imediatamente sábio, e

---

modo logrado, ainda que orgulhoso. Explico-me: o diploma era uma carta de alforria; se me dava a liberdade, dava-me a responsabilidade. Guardei-o, deixei as margens do Mondego, e vim por ali fora assaz desconsolado, mas sentindo já uns ímpetos, uma curiosidade, um desejo de acotovelar os outros, de influir, de gozar, de viver, — de prolongar a Universidade pela vida adiante...”. In: ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Ed. Objetivo, s/d, p.65

<sup>227</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. 26 nov. 1860. In: CANO, Jefferson (Organização e notas). *Labirinto*. Campinas: Mercado de Letras. Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004, p. 276.

<sup>228</sup> Idem, 1855, tomo I, p.6, grifo nosso.

até mesmo benemérito da pátria!”<sup>229</sup>. Em outra passagem essa característica da política brasileira é, novamente, ironizada:

[...] estamos na terra dos compadrescos e dos afilhados: a moda está mesmo tão introduzida, que já não se faz nada, nem coisa alguma se consegue sem padrinho; e padrinho hoje em dia é sinônimo de sabedoria para o analfabeto, de merecimento para o indigno.<sup>230</sup>

Indiferentes ao sofrimento do povo e às necessidades dos cidadãos, os políticos da “escola do eu” estavam preocupados em aumentar suas posses e fortalecer suas redes de contato, alheios aos problemas estruturais que acometiam a população no dia a dia, eles administravam mal as cidades. A proposta de nossos autores era obrigar os políticos viverem a realidade das cidades. Tal proposta é aventada pelo sobrinho do tio quando ele se deparou com um atoleiro que atrapalhava a continuidade de sua viagem: “Ah! Se eu chegar a ser deputado, hei de propor, que os presidentes da província do Rio de Janeiro sejam obrigados a viajar pelas nossas estradas quinze dias de alguns meses de chuva no cavalo do meu tio!”<sup>231</sup> Outrossim, na sétima carta de *Viagem à Petrópolis*, Macedo comentou a indiferença dos políticos em relação às obras de melhoramento necessárias para o bom funcionamento da cidade:

Os nossos ministros parece que não são amantes da paisagem, da arquitetura e das cartas geográficas e topográficas; porque se assim não fosse havíamos de vê-los caminhar em outra esfera. Querem reformar as eleições, querem reformar a municipalidade, querem reformar todos os poderes, todas as leis e nunca falam em reformar o Campo do lixo, e as próprias ruas por ondem passam, e onde parece não sofrem com os balanços e saltos que dão.<sup>232</sup>

Almeida Garret, em *Viagens na minha terra*, um amigo do narrador sugeriu algo semelhante ao personagem da viagem de Macedo:

Dizia um secretário de Estado, meu amigo, que para se repartir com igualdade o melhoramento das ruas por toda Lisboa, deviam ser obrigados os ministros a mudar de rua e bairro todos os três meses. Quando se fixar uma lei de responsabilidade ministerial, para as calendas gregas, eu hei de propor que cada ministro seja obrigado a

---

<sup>229</sup> Ibidem, p.13.

<sup>230</sup> Ibidem, p.81.

<sup>231</sup> MACEDO, 1855, p. 41.

<sup>232</sup> VIAGEM À PETRÓPOLIS..., 30 abr. 1853.

viajar por este seu reino de Portugal ao menos uma vez a cada ano, como a desobriga.<sup>233</sup>

A sugestão do sobrinho, do próprio Macedo e do amigo do viajante-narrador de Garret valoriza a experiência, o ver com os próprios olhos, abordado anteriormente. Nos três casos, o compromisso político com a melhoria da infraestrutura partiria do desconforto vivenciado pessoalmente pelos homens públicos ao se deslocarem por estradas precárias. Na prática, a intenção do tio, ao obrigar seu sobrinho a viajar pelo território nacional, era que este visse e vivenciasse os problemas que assolavam o povo brasileiro, a fim de que o aspirante a político se sensibilizasse com a situação de desordem, descaso e descumprimento das leis que impediam o progresso material e moral do país.

A nosso ver, a escolha de Macedo pela literatura de viagem está associada ao interesse do público-leitor por este tipo de literatura. No processo de institucionalização da cultura escrita, ocorrido nas primeiras décadas do século XIX, os livros de viagem passaram a ocupar um espaço de destaque, observável pelo número de obras publicadas ou traduzidas para o português, bem como pela frequência com que os viajantes, reais ou imaginários, foram citados pelos homens de letras à época. No entanto, malgrado a percepção de que a literatura de viagem fosse um veículo importante de formação da sociedade, as narrativas de viagem passaram a ser problematizadas, com maior afluência, pelos letrados no decorrer das décadas de 1840 e 1850, entre eles o próprio Macedo, para quem os erros grosseiros repetidos por inúmeros viajantes, sobretudo estrangeiros, difundiam e cristalizavam visões equivocadas acerca da realidade brasileira. Nesse sentido, cabia a tais letrados não somente a problematização desse tipo de literatura, mas também, a composição de narrativas de viagem – ficcionais ou verídicas – que fossem genuinamente nacionais, ou seja, que abarcassem temas pertinentes à história do Brasil recém-independentes e fossem escritas por autores locais.

Não obstante *A carteira do meu tio* fosse um livro de viagem, no qual há claramente um acordo ficcional<sup>234</sup> estabelecido entre o autor e o leitor, a narrativa do sobrinho foi vinculada na parte superior d'*A Marmota*, espaço habitualmente dedicado às matérias importantes de seu tempo. Desse modo, como bem definia o

---

<sup>233</sup> GARRET, s/d, p. 30.

<sup>234</sup> ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 78-85.

editor do referido jornal, tratava-se de uma obra “joco-séria”, cujo conteúdo incomodaria a muitos, dado ao tema político em discussão e à forma irônica com a qual fora abordada pelo escritor de Itaboraí.

Macedo, certamente, buscou apresentar aos leitores a insatisfação com seus pares e com a cena política da qual fazia parte. O escritor era, portanto, um observador privilegiado, pois, como homem público, ele tinha condições de expor os valores e os acordos que engendravam seu funcionamento. Em última instância, a premissa do “ver com os próprios olhos” é o sustentáculo d’*A carteira*, seja porque este era um princípio básico do gênero de viagens e uma preocupação expressa pelo tio ao determinar que o sobrinho percorresse o território brasileiro, a fim de comparar a realidade observada com as leis constitucionais, ou, principalmente, porque o escritor contou, por meio de alegorias, os meandros da política nacional que ele observava no dia a dia de sua atuação política, como deputado da Assembleia Provincial que transitava entre os círculos dirigentes do Império.

Os princípios que norteavam a conduta do escritor que pertencia às fileiras liberais podem ser identificados nas entrelinhas da narrativa. Um jogo dicotômico entre o que pensa o tio e o compadre Paciência e as ideias amorais defendidas pelo jovem aspirante a político acabam oferecendo ao leitor a visão de Macedo acerca da realidade que o circunscrevia, especialmente, no que tange às relações de poder que são estabelecidos entre a elite política imperial.

Além de um grande crítico de seu tempo, Macedo mostrou sua versatilidade literária e uma sensibilidade apurada para perceber (e atender) as expectativas do público-leitor brasileiro. Na esteira de autores como Jonathan Swift, Montesquieu, e Tomás Antônio Gonzaga e Gonçalves de Magalhães, cujas obras se revestem de ironia a fim de avaliar o quadro político que circundava seus ilustres autores. Macedo também descontrói os modelos tradicionais do gênero de viagem, como fizeram o filósofo antigo Luciano de Sámosata, Laurence Sterne, em *Viagem sentimental*, Xavier de Maistre, em *Viagem à roda do meu quarto* e Almeida Garret, em *Viagens na minha terra*, nas quais seus narradores apresentam um tom fortemente subjetivo, humorístico e com inúmeras digressões.

Enfim, a narrativa de viagem do sobrinho, além do quadro político brasileiro, refletiu sobre as tópicas e as formas características dos gêneros de viagem, advogando a favor de uma literatura de viagem que fosse, na medida do possível,

fiel à realidade descrita e, ao mesmo tempo, contribuísse para a formação do caráter moral do povo sem abdicar do entretenimento, da diversão e da sátira, para qual a censura dos costumes é uma baliza.

## Capítulo 2

### Crônica e literatura de viagem

[...] estou profundamente convencido de que as minhas revistas hebdomadárias hão de ser com todo cuidado consultadas pela posteridade quando tiver de escrever a história do Brasil, e por conseqüente devo nelas registrar todos os fatos sabidos e não sabidos pelos contemporâneos.<sup>1</sup>

A crônica hebdomadária e a literatura de viagem tiveram lugar de destaque na produção literária de Joaquim Manuel de Macedo, no decorrer da década de 1850. Estes dois gêneros vincularam as críticas do autor ao sistema político-partidário e as práticas políticas que caracterizavam a cena pública brasileira. Com efeito, o escritor, assim como a geração a qual pertencia, acreditava que por meio de sua literatura e de sua atuação legislativa contribuiria para a construção nacional. Um projeto tão audacioso exigia um meio de comunicação de largo alcance – a imprensa – e um tipo de literatura que entretece, mas, sobretudo, ensinasse valores morais adequados a uma grande nação.

De fato, os homens de letras, independente da filiação partidária, assumiram para si o mesmo fardo, ou seja, o papel de construtores da nação e da nacionalidade.<sup>2</sup> Macedo, por sua vez, elegeu a crônica como gênero privilegiado, graças à sua versatilidade e efemeridade; mas também, como os antigos<sup>3</sup>, buscou na sátira aliada à narrativa de viagem uma forma inteligente e bem-humorada de vituperar a política brasileira.

Ao privilegiar dois gêneros – crônica e literatura de viagem – e editá-los em diferentes jornais, o escritor pretendia abarcar um público amplo, com hábitos de leitura e gostos variados. Por isso, nesse capítulo nos propusemos a analisar as crônicas dominicais escritas para o *Jornal do Commercio*, pois apresentam as mesmas temáticas d'*A carteira*, escritas, no entanto, respeitando as especificidades de cada gênero e o público ao qual se destinam. Desse modo, pretendemos traçar um perfil do leitor-modelo d'*A Semana* e d'*A carteira* e refletir sobre a contribuição

---

<sup>1</sup> MACEDO, Joaquim M. de. A semana. *Jornal do Commercio*, 12 ago. 1855.

<sup>2</sup> Sobre este tema ver: CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o orbe literário e a construção do império brasileiro*, Tese de Doutorado, História, UNICAMP, 2001 e RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>3</sup> Catulo, Juvenal, Luciano de Samósata, entre outros.

desses textos para a formação da esfera pública, em um momento em que a imprensa periódica goza de especial destaque.

Para tanto, começamos esta empreitada refletindo sobre o papel da imprensa no século XIX, a formação da opinião pública, a inserção da literatura nos periódicos cariocas, bem como o surgimento da crônica e suas características peculiares para, enfim, analisar as crônicas de *A Semana* à luz d'*A carteira do meu tio*, e vice-versa.

## 2.1 Esfera pública, imprensa e opinião pública

A imprensa foi decisiva na formação dos costumes, do pensamento social e da consciência histórica oitocentista, sendo, portanto, um elemento ativo no processo histórico. Tal abordagem se assemelha à de Robert Darnton em seus estudos sobre o papel da tipografia no contexto da Revolução Francesa, no qual o historiador buscou entender a palavra impressa como um “ingrediente” do acontecimento, ou seja, como “força ativa na história” e não apenas como um registro do que aconteceu durante a Revolução. Segundo Darnton, “para tomar o poder tem que tomar a palavra e difundi-la”, o que torna a tipografia “o principal instrumento na criação de uma nova cultura política”.<sup>4</sup>

A atividade impressa no Brasil, no decorrer do século XIX, esteve intimamente ligada ao campo político e seu desenvolvimento foi concomitante à criação de espaços de discussão política. Desse modo, os periódicos, produzidos em um contexto de liberdade de expressão, contribuíram para a formação da esfera pública.

Entendemos a noção de esfera pública, a partir da formulação empreendida por Jürgen Habermas, apresentada inicialmente em *Mudança estrutural da esfera pública* e revistada no livro *Direito e democracia*, à luz de questões características das sociedades contemporâneas e das próprias críticas que o conceito recebeu de diferentes pesquisadores.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França de 1775 a 1880*. São Paulo: Edusp, 1996, p.15-16.

<sup>5</sup> O conceito de esfera pública habermasiano foi amplamente debatido entre cientistas políticos, filósofos e historiadores desde que foi lançada a primeira edição, em 1961, de *Mudança estrutural da esfera pública*. Nesse sentido, ressaltamos o livro *Habermas and the public sphere*, organizado por Vraing Calhoun, que reúne uma série de críticos que problematizaram os pressupostos habermasiano, tais como: Nancy Fraser, Peter Howendahl e Seyla Benhabib. Cf. CALHOUN, Craing (ed). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1994. Recentemente, a tese de doutorado de Jorge Lubenow empreendeu uma “leitura reconstrutiva” do conceito de esfera

Primeiramente, Habermas aponta que a esfera pública é uma categoria histórica que se relaciona com o universo da burguesia, uma vez que, esta classe social formava um público letrado, num período em que o desenvolvimento da imprensa facilitou a difusão de ideias acerca de assuntos de interesse geral, inclusive debates em torno das ações do Governo. Trata-se, portanto, de um processo de publicização dos atos políticos institucionais, dando ao público informações sobre o andamento da vida política nacional, bem como, condições para que questionasse determinadas práticas de seus governantes. Desse modo, o surgimento de uma esfera pública representa o nascimento de um espaço de discussão a fim de se estabelecer certo consenso acerca das questões políticas que envolvem a cena pública. De acordo com Habermas:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais de troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, [...].<sup>6</sup>

A esfera pública, portanto, compunha-se por pessoas que se reuniam para discutir questões privadas, mas que tinham relevância pública. Entre seus membros, há duas características que estabelece uma igualdade entre eles: eram proprietários e seres humanos.<sup>7</sup>

A identificação do público dos “proprietários” como o dos “seres humanos” pode ser efetuada especialmente porque, em regra, o status social das pessoas privadas burguesas conjuga de qualquer modo as características de propriedade e formação cultural. Mas, antes de mais nada, a ficção de uma esfera pública é facilitada por assumir funções efetivas no contexto da emancipação política da sociedade civil burguesa em relação à regulamentação mercantilista, sobretudo, em relação ao regime absolutista.<sup>8</sup>

---

pública, observando suas transformações ao longo da produção intelectual de Habermas. Para tanto, o pesquisador percorreu as principais obras do filósofo alemão, analisando as “reformulações do conteúdo, a ampliação da categoria e o alargamento da infraestrutura da esfera pública”, bem como, o “reposicionamento da esfera pública por um rearranjo interno num contexto teórico mais amplo da teoria da ação comunicativa e da reformulação da relação sistema-mundo da vida da teoria da sociedade”, tendo em vista, as críticas que a noção de esfera pública recebeu e as repostas que Habermas formulou a tais apontamentos acerca de sua teoria. Cf. LUBENOW, Jorge Adriano. *A categoria da esfera pública em Jürgen Habermas*. Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

<sup>6</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a, p.42.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>8</sup> HABERMAS, loc. cit.

A igualdade entre os indivíduos nessa esfera pública reside na defesa de interesses em comuns, a saber, a defesa da propriedade privada e a ânsia por preservá-la. Entretanto, a atuação da burguesia nesta esfera pública pressupõe uma “capacidade de racionalização pública”:

A arte do raciocínio público é aprendida pela vanguarda burguesa da classe média culta em contato com o “mundo elegante”, na sociedade aristocrática da corte que, é na verdade, à medida que o moderno aparelho do Estado se automatizava em relação à esfera pessoal do monarca, separa-se, separava-se cada vez mais da corte, passando a constituir um contrapeso na cidade.<sup>9</sup>

A cidade, para Habermas, não é apenas um centro econômico, no qual a burguesia engendra seus negócios, mas também, “uma primeira esfera pública literária que encontra as suas instituições nos *coffe-houses*, nos *salons* e nas comunidades de comensais”<sup>10</sup>. Desse modo, a cidade oferece espaços de sociabilidade que se tornam lugares propícios para o debate político, contribuindo para a formação de uma **opinião pública** baseada na racionalização, característica inerente ao ser humano. Atrelada à emergência de uma opinião pública, apresenta-se a questão da publicidade, pois a propalação das ideias garante que os temas debatidos sejam submetidos a uma avaliação pública. A publicidade, portanto, “procurava submeter a pessoa ou a questão ao julgamento público e tornava as decisões políticas sujeitas à revisão perante a instância da opinião pública.”<sup>11</sup>

Em *Direito e democracia*, Habermas se refere à “esfera ou espaço público” como um “fenômeno social elementar”, que não pode ser “entendida como uma instituição, nem como uma organização”, tampouco como um sistema, pois se caracteriza por meio de “horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis”.<sup>12</sup> Sendo assim, nas palavras do filósofo:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos.<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> HABERMAS, 2003a, p. 44.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 235.

<sup>12</sup> HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b, p.92.

<sup>13</sup> HABERMAS, 2003b, p.92.

Habermas reitera que há uma ligação entre a esfera pública e espaços concretos, cuja presença de um público é inerente ao seu funcionamento. Em geral, os participantes de tais reuniões são designados, entre outros termos, como “foros”, “palcos”, “arenas”. Contudo, o autor observa que a esfera pública não se restringe à reunião efetiva de seus membros em um espaço concreto, isto porque, ela integra também:

[...] a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública.<sup>14</sup>

Problematizando as reflexões de Habermas, François-Xavier Guerra e Annick Lempérière procuraram entender a formação de espaço público na América, tendo em vista as peculiaridades dos processos políticos no continente que alcançou sua independência nas primeiras décadas do século XIX. Para os autores, somente a difusão da palavra impressa não explicaria as transformações políticas ocorridas no território americano, uma vez que, a difusão do Iluminismo e de novas formas de comunicação e sociabilidade apareceram tardiamente na América hispânica e na América portuguesa. Contudo, como assinala o pesquisador:

[...] las nuevas pautas culturales no bastaron para modificar profundamente las características del espacio público del Antiguo Régimen. La noción misma de absolutismo debe ser reexaminada analizando no sólo la distancia que media entre las prácticas políticas y el discurso de los gobernantes, sino incluso releyendo el discurso absolutista sin atribuir a sus autores propósitos y significaciones anacrónicas. Por lo tanto, es una cultura pública muy antigua la que afronta los procesos revolucionarios desde 1808. Inversamente, la revolución propicia de manera decisiva el auge de las formas modernas de sociabilidad y de formación de la opinión. Sin embargo, muchas de las ambigüedades que podemos percibir en el uso que hacen las élites, durante el periodo revolucionario, de conceptos como la “libertad de imprenta”, el “pueblo”, la “opinión pública”, o bien en la organización de ceremonias cívicas, proceden del arraigo todavía vigoroso de los antiguos modos de concebir los variados vínculos entre los miembros de la comunidad política.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Ibidem, p.93.

<sup>15</sup> GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998, p. 13-14.

Desse modo, de acordo com Guerra, a transição entre do Antigo Regime para a Modernidade no território americano se deu num processo de amálgama entre práticas políticas antigas e novos pressupostos e reivindicações. No Brasil, a modernidade política foi se estabelecendo, paulatinamente, a partir do debate em torno de tais ideias entre a elite política brasileira. Contudo, Guerra ressalta que essas transformações políticas não extirparam práticas políticas e tradicionais da cena pública.<sup>16</sup>

François-Xavier Guerra e Annick Lempérière reconheceram a importância da obra *Mudança estrutural da esfera pública* para os estudos sobre a política moderna, no entanto, apontaram três pontos problemáticos no conceito de esfera pública exposto na obra em questão. Primeiro, o caráter teleológico da análise de Habermas, cuja interpretação histórica é marcada por uma visão histórica linear e progressiva, na qual, nas palavras de Guerra e Lempérière, “busca en el pasado premoderno todo lo que pudieran ser gérmenes, fuentes y orígenes de nuestra modernidad cultural y política”.<sup>17</sup> O segundo ponto crítico está relacionado à análise circunscrita das formas modernas de comunicação das elites, que segundo os autores, exclui outros modos de circulação de informações, utilizadas há mais tempo, como os pasquins e os libelo e, mais populares, como a sátira. Desse modo, Guerra e Lempérière propõem uma gama plural de espaços e de esferas públicas, uma vez que a esfera pública é entendida como um espaço abstrato, os espaços públicos são concretos, logo:

La esfera pública se entiende como un espacio abstracto e inmaterial, aun cuando una historia cultural de nuevo cuño, [...], ha abordado ya sus aspectos más palpables: los impresos, su difusión y su recepción, las prácticas de lectura, etc. La mayor parte de los espacios públicos que encontramos aquí son muy concretos: la calle y la plaza, el Congreso y el palacio, el café y la imprenta. Y sobre todo la ciudad, lugar por excelencia de la política. El público es aquí, ante todo, el pueblo concreto con toda su diversidad. Los encuentros y las modalidades más intelectuales y etéreas de la comunicación y del intercambio de opiniones se producen en el espacio compartido de las relaciones personales, del vecindario, del parentesco y de la pertenencia a las mismas instituciones. El abstracto espacio público moderno es todavía uno más de los espacios —muy reducido en

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 109-115.

<sup>17</sup> Ibidem, p.10.

muchos casos— en los que se congregan, comunican y actúan los hombres.<sup>18</sup>

Outra crítica direcionada ao arcabouço teórico habermasiano se refere à utilização do termo *sociedade burguesa*, François-Xavier Guerra e Annick Lempérière alertam para o uso inadequado de tal conceito, pois se limita a um enfoque estritamente sociológico das formas de publicidade, bem como, no contexto lbero-americano é ainda mais problemático, pois a palavra burguesia não fazia parte do vocabulário político e ideológico americano até o ocaso do século XIX.<sup>19</sup> Desse modo:

Se puede inferir de esto que las formas supuestamente “burguesas” de sociabilidad tampoco cuajan bien con la realidad iberoamericana. Y con eso aparece lo que para nosotros sería el punto más problemático: su encuesta se limita, esencialmente, a Francia, Inglaterra y Alemania; esta selección —que puede justificarse para el siglo xix— deja fuera del análisis una vasta y esencial área cultural del Antiguo Régimen: Italia y el mundo ibérico.<sup>20</sup>

A modernidade, de acordo com Guerra e Lempérière, difundiu novos padrões de comportamento e uma nova forma de ver a sociedade, calcados, sobretudo, na valorização do indivíduo, cuja penetração no mundo político foi latente. Desse modo, a política moderna esforçou-se para converter a diversidade dos atores sociais em uma “unidad de la opinión, del interés o de la voluntad generales”<sup>21</sup>. Daí decorre a concepção unanimista de opinião pública, cujo caráter moderno é notório, na América hispânica em especial, “para evitar el riesgo de que la diversidad de opiniones conduzca a la guerra de partidos, se preconiza una solución sorprendente: la formación de un partido nacional.”<sup>22</sup>

O historiador Marco Morel, ao analisar o surgimento de uma modernidade política no Brasil, ressalta que o período entre 1820 e 1840 foi extremamente agitado e, portanto, propício para que tal processo se efetivasse. A partir dos estudos de Habermas acerca da esfera pública, Morel propôs três interpretações deste conceito, tendo em vista a realidade brasileira oitocentista: primeiro, salienta que a esfera pública não se confunde com o Estado; segundo, a esfera literária e

<sup>18</sup> GUERRA; LEMPÉRIÈRE, 1998, p.10.

<sup>19</sup> GUERRA; LEMPÉRIÈRE, loc. cit.

<sup>20</sup> Ibidem, p.09-10.

<sup>21</sup> GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. 3ª ed. 2ª reimpresión. México: FCE/MAPFRE, 2010, p.91.

<sup>22</sup> Ibidem, p.273.

cultural não está apartada da sociedade e é resultado “da expressão letrada ou oral dos agentes históricos diversificados”; e, por fim, trata-se, igualmente, de “espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas”.<sup>23</sup>

No caso brasileiro, o Rio de Janeiro teve papel de destaque para a formação de uma esfera pública no país, uma vez que, na condição de capital imperial, passou a reverberar propostas políticas para todo o território e discutir os princípios liberais e as experiências políticas advindas da América e da Europa. O autor expõe a gama de espaços públicos que a cidade contava, na qual as multidões se reuniam, quer seja para cerimônias oficiais ou para manifestações contra a corte. De acordo com Morel:

[...] as ruas da capital imperial eram o *locus* privilegiado de se fazer política, mesmo para os que não eram privilegiados sociais e não interferiam diretamente nas decisões do poder. As ruas da Cidade-Corte era cena de poder, ponto essencial para a organização da nacionalidade que se elaborava. Ruas ocupadas numa mesma época de diferentes maneiras (celebrações dinásticas e religiosas, festejos diversos, “desordens” e revoltas, vozes, clamores, tentativas de manifestações cívicas), revelando assim a pluralidade de tempos num mesmo tempo histórico e apontando para as transformações dos espaços públicos em suas dimensões políticas.<sup>24</sup>

Essa modernidade política, para Morel, deflagrou alguns questionamentos no que tange à sua estruturação e dinâmica de funcionamento, no entanto, o autor destaca que alguns elementos foram cruciais para a emergência desse cenário, tais como: o aparecimento da figura do homem de letras, o estabelecimento da liberdade de imprensa, a multiplicação dos impressos e a formação de novos espaços públicos no decorrer das décadas de 1820.<sup>25</sup>

Cabe lembrar que o Brasil, durante o período colonial, esteve fora do circuito de produção de impressos, este isolamento deveu-se ao programa político-administrativo da Coroa, bem como à ausência de instituições de Ensino Superior na colônia. Foi a partir de 1808 que este panorama começou a ser modificado, porque a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil marcou o início do processo de institucionalização da cultura escrita, com a criação da Imprensa Régia, a fundação

---

<sup>23</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005, p 18.

<sup>24</sup> Ibidem, p.166.

<sup>25</sup> Ibidem, p.167-169.

da Biblioteca Real (1813) e a abertura de escolas e universidades. A autorização da impressão no Brasil em 1808 foi fundamental para o progresso do ensino, bem como para o desenvolvimento das letras no país. Os testemunhos produzidos nesse período dão conta do impacto desta medida para a emancipação cultural da, então, colônia. Padre Perereca, por exemplo, relatou em tom eufórico:

O Brasil até ao feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente sol, viesse vivificar este país, [...], dissipando as trevas da ignorância, cujas negras, e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria.<sup>26</sup>

Hipólito da Costa, fundador do jornal *Correio Brasiliense* – que apesar de editado em Londres tinha ampla circulação no Rio de Janeiro – também comentou, em maio de 1808, o decreto joanino em seu periódico:

O mundo talvez se admirará com o que eu vá enunciar, como uma grande novidade, que se pretende estabelecer uma imprensa no Brasil; mas tal é o fato. Começou no século 19 e ainda os pobres brasilienses ainda não gozavam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homens; [...] Tarde, desgraçadamente tarde, mas, enfim apareceram os tipos no Brasil.<sup>27</sup>

A imprensa foi crucial para a ampliação do saber no Rio de Janeiro e inconcebível seria pensar o desenvolvimento da cultura e da ciência de forma eficaz sem ela. Malgrado o país, antes mesmo da instalação dos prelos, possuir uma (pequena) elite instruída e familiarizada com a cultura escrita – impressa na Europa e introduzida nos trópicos muitas vezes por contrabando –, o seu alcance era pequeno e a interlocução entre os alfabetizados foi restrita. A presença da imprensa, nesse sentido, ampliou o gosto pelo saber e o acesso de um público-leitor mais amplo a este suporte. A inglesa Maria Graham esteve no Rio pela primeira vez em 1821, e observou o impacto do decreto de maio de 1808:

Ainda que a imprensa, naturalmente, não se pudesse gabar de muita liberdade, mesmo porque realmente sua liberdade por essa época não teria muita importância, foi isso o primeiro gosto pela leitura, que

<sup>26</sup> SANTOS, Luiz G. dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1943. p. 256-257.

<sup>27</sup> CORREIO BRASILIENSE, jun. 1808, p. 393,

se tornou, não somente um luxo, mas até uma necessidade em certos países e que aqui progride rápida e diariamente.<sup>28</sup>

Pelo que sugere o comentário de Graham, a criação da imprensa oficial no Brasil não significou livre circulação de ideias, já que o governo também criou meios de cerceá-la.<sup>29</sup> Em 1821, um decreto estabeleceu a liberdade de imprensa e autorizou a instalação de novas tipografias, acabando com o monopólio real existente até então. Neste mesmo ano duas tipografias foram instaladas no Rio de Janeiro: a Nova Tipografia e a Tipografia de Moreira e Garcez. No ano seguinte, outras quatro foram montadas na cidade: a de Silva Porto e Cia., de Felizardo Joaquim da Silva Moraes, a de Manuel Joaquim Silva Porto e a de Santos e Sousa. Todas se dedicaram à publicação de textos avulsos de cunho político e ao jornalismo noticiário.<sup>30</sup>

Em 1821, com o retorno de D. João VI para Portugal e as querelas que daí surgiram, rapidamente se multiplicaram os impressos no Rio de Janeiro, motivados, sobretudo, pelas reviravoltas políticas de Portugal que buscavam frear os avanços conquistados durante a administração joanina. Contrária aos rumos que as cortes de Lisboa pretendiam dar ao Brasil, o letrado carioca manifestou-se através de inúmeros panfletos e jornais contra aquilo que considerava um retrocesso ao estado colonial. A polêmica estendeu-se até a Independência, caracterizada pelo anonimato e pelo tom combativo. Ao longo desse período o número de impressos circulando pela corte multiplicou-se<sup>31</sup> e as discussões em torno do que seria a nação brasileira ganharam corpo.

---

<sup>28</sup> GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 55.

<sup>29</sup> Os prelos, a princípio, eram administrados por uma Junta composta pelo oficial da Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, José Bernardes de Castro, um antigo membro da Sociedade Literária, Mariano da Fonseca, e José da Silva Lisboa. Os três administraram o órgão até 1830, quando a administração passou a ser de responsabilidade do Cônego Januário da Cunha Barbosa. RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822): como um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imesp, 1988, p. 174.

<sup>30</sup> RIZZINI, 1988, p. 322.

<sup>31</sup> Nos anos que se seguiram à Independência, os principais jornais a circularem pelo Rio de Janeiro foram: o *Diário constitucional fluminense* (1821-1822); o *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823); os *Annaes fluminenses de ciências e artes* (1822); a *Aurora fluminense* (1827-1835); *O beija flor*; o *Jornal científico e literário* (1826); o *Bem da ordem*; o *Revérbero constitucional*; *O espelho*; *O compilador constitucional*; *A verdade: jornal miscellanico* (1835), entre tantos outros de duração efêmera. A historiadora Isabel Lustosa abordou esta “guerra” política por meio da imprensa, na obra *Insultos Impressos*. Cf. LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Nos anos posteriores à vinda de D. João VI, a imprensa periódica cumpriu uma importante função no que diz respeito à formação e circulação de ideias no Brasil, porque os jornais eram de fácil acesso e atingiam um número bem maior de leitores que os livros, devido ao seu custo inferior. Além disso, no Brasil, a imprensa foi o que melhor se desenvolveu no âmbito da cultura escrita nas primeiras décadas do século XIX, contribuindo decisivamente para a formação de um público-leitor mais regular.

Entendida não apenas como um meio de informação, mas como um instrumento de aperfeiçoamento do homem e da sociedade, a imprensa, nesse período, dedicou-se a promover a instrução de um número maior de pessoas, destacando temáticas que permitissem a formação de um leitor exigente e apto a colaborar com o progresso do Brasil.<sup>32</sup> Para Isabel Lustosa:

Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com um educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através de seus escritos jornalísticos. Assim, não é de se estranhar que o jornal tivesse tamanho e a forma de um livro.<sup>33</sup>

Diferentemente dos jornais que hoje conhecemos, os periódicos oitocentistas abordavam ampla e variada gama de assuntos e possuíam formatos muito diferentes – alguns eram menores com 4 a 6 páginas, enquanto outros se assemelhavam a um livro com 100 a 150 páginas. Além disso, determinados artigos tinham continuidade em outros números e internamente o conteúdo era creditado a alguma seção, tais como: política, comércio e artes; literatura e ciências; miscelânea e à correspondência.<sup>34</sup>

No corpo editorial dessas publicações estavam ilustres nomes, na sua maioria, profissionais liberais (advogados, médicos, comerciantes, etc.) e homens

---

<sup>32</sup> MARTINS, Lílian. *História em revista*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2009, p.11.

<sup>33</sup> LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.15.

<sup>34</sup> O formato dos jornais dificulta classificá-los como jornal ou revista. Segundo Tânia de Luca, “a fixação de gêneros foi lenta e pode ser acompanhada a partir dos sentidos atribuídos a termos como *jornal*, *revista*, *magazine*, *hebdomadário* em dicionários e compêndios de diferentes épocas”. Desse modo, as diferenças no formato, na apresentação e na estruturação de um impresso fornecem indícios dos significados que este têm para sua época. In: LUCA, Tânia R. de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 131-132.

ligados à política, como senadores, deputados e governadores. Nesse período, como apontou Antônio Cândido, se o letrado brasileiro “não pertencesse a um grupo de prestígio social”, ou seja, se não fosse “padre, militar ou magistrado” estaria relegado ao segundo plano.<sup>35</sup>

A implantação da imprensa no Brasil foi peremptória para a construção do ideal de nação e de uma literatura genuinamente nacional, pensada e escrita por brasileiros, inspirados pela “cor local”, ou seja, por elementos tidos como característicos aos trópicos. Era clara a necessidade de compor uma literatura própria e autêntica, à medida que esta era entendida como a “expressão escrita da vida intelectual dos povos”<sup>36</sup>. De acordo com Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, o processo de introdução da imprensa no Brasil e da divulgação de ideias nacionalistas são concomitantes. Desse modo, é impossível desarticular o surgimento da imprensa das visíveis “transformações nos espaços públicos, modernização política e cultural das instituições, processo de independência e de construção do Estado nacional”.<sup>37</sup>

A missão de educar e o valor dado à instrução pública nortearam o desenvolvimento da imprensa brasileira. Os jornais tornaram-se divulgadores de tudo aquilo que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade, desde as descobertas das ciências naturais até as noções de etiqueta, passando pelo desenvolvimento industrial e pela difusão das belas letras – essencial para a formação de um público-leitor regular. A educação era, portanto, fundamental para o aprimoramento dos homens e para a “felicidade humana”.<sup>38</sup>

Nesse sentido, o jornalismo era tido como basilar para colocar o país nos trilhos do progresso e dos padrões civilizados e sua difusão tornava-se necessária para o aperfeiçoamento moral dos brasileiros, num período em que a nação estava em formação. A multiplicação dos impressos permitiu à imprensa popularizar-se, a ponto de ter sido comparada, em 1849, à “revolução que o Evangelho tinha

---

<sup>35</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 87.

<sup>36</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 29 set. 1858.

<sup>37</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.7.

<sup>38</sup> BEIJA FLOR: Jornal de Instrução e Recreio, Rio de Janeiro: [s.n.], 02 jun. 1849.

começado”, pois “deu a todos o que outrora só aos grandes e aos ricos se distribuía”<sup>39</sup>.

Cinco anos mais tarde, *O Guanabara*, revista da qual Macedo era um dos editores, publicou uma reflexão sobre o papel do jornalista na sociedade, mostrando a ambiguidade deste ofício, capaz de promover a guerra ou instituir tempos de paz:

Não é ele que excita ou acama as paixões, que alimenta ou combate os vícios, que impele ou detém os inexpertos e faz a guerra ou a paz! Não é ele enfim que instrui os povos ou os deprava, que os engrandece ou abate, e anima a indústria ou a esmaga!<sup>40</sup>

Machado de Assis sobre a imprensa escreveu:

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções. [...]. O jornal, literatura quotidiana, no dito de um publicista contemporâneo, é reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a ideia de, um homem, mas a ideia popular, esta fração da ideia humana.<sup>41</sup>

A multiplicação dos periódicos com objetivos tidos como “nobres” – educar, civilizar e modernizar – não coibiria o surgimento de folhas “mal-intencionadas” e de profissionais que passaram a utilizar este suporte para atender aos interesses privados. *A Marmota* criticou tais escritores, ao advertir que:

O cargo de escritor público, que antigamente fazia honra, e era ocupado por homens sérios que tinha por timbre falar a verdade, manter o respeito ao governo, a obediências às leis, e lembrar honestamente os melhoramentos dos pais, hoje é um ofício de carrasco; a gazeta é o patíbulo dos seus patrícios.<sup>42</sup>

No ano seguinte, o *Diário do Rio de Janeiro* fez uma crítica semelhante:

[...], tem o abuso substituído às vezes a grita confusa e indistinta dos bandos, os clamores de grupos parciais, sem vontade conhecida, sem brado uníssono, sem fim justificado, e deixando ouvir por intervalos a voz roufenha e abafada do interesse privado, do

<sup>39</sup> BEIJA FLOR, 02 jun. 1849.

<sup>40</sup> O GUANABARA, 07 set. 1854, p.315.

<sup>41</sup> ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: *Obra Completa*. vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, p.943-948.

<sup>42</sup> A MARMOTA DA CORTE, 21 set. 1849.

egoísmo sem disfarce, da ambição sem grandeza. Nestes casos estará a imprensa, quando trocar a representação da opinião pública pela expressão dos desejos insofridos de um partido ou de uma simples parcialidade.<sup>43</sup>

No âmbito ideal, a imprensa é vista como um espaço imparcial, voltado para os interesses relativos à nação, em que, nas palavras de Machado de Assis, “se reflete, não a ideia de um homem, mas a ideia popular”<sup>44</sup>, cuja pretensão é ser a expressão da maioria – a dita opinião pública. De fato, os jornais do século XIX, paulatinamente, passaram a dar mais “voz” ao seu público-leitor por meio de seções especiais, como, por exemplo, a “correspondência” ou “publicação a pedido”. Esse canal permitia que a folha atendesse aos pedidos dos leitores e os inseriam nos debates que eram travados em suas páginas, em um momento no qual havia relativa secularização de temas polêmicos, segundo artigo publicado em *A Marmota*:

[...] hoje, graças ao século dos *vapores*, aparecem sábios tão repentinos, e abreviados, como as pipocas que se formam com o pequeno calor!. [...], todos se metem na política, e enfim, para mais admiração, até algumas senhoras, que antes se ocupavam em falar de *modas*, casamentos e romances, hoje em dia deu-lhes a mania para politicarem, e tomarem partidos por este ou aquele sistema.<sup>45</sup>

O excerto mostra a insatisfação do redator com uma “popularização” das discussões políticas, quando até aqueles que antes só se ocupavam com a leitura de romances querem expressar suas opiniões. No entanto, a própria atividade literária era uma espécie de extensão da vida política, como muito bem pontuou o jornal *Chronica Litteraria*, ao afirmar: “[...] será o dia do seu glorioso triunfo aquele em que se estabelecer como axioma que um bom político deve ser um exímio literato”<sup>46</sup>.

No Segundo Reinado, os homens de letras, transidos do arcabouço romântico, acreditavam que a existência da nação requeria uma literatura e uma historiografia nacional.<sup>47</sup> Para tanto, era necessário compor um grupo de literatos brasileiros que trabalhassem em torno de uma produção literária original e do aumento da atividade impressa no país. Os esforços dessa intelectualidade

<sup>43</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 07 fev. 1850.

<sup>44</sup> ASSIS, 1992, p.943-948.

<sup>45</sup> A MARMOTA DA CORTE, 21 dez. 1849.

<sup>46</sup> CHRONICA LITTERARIA: jornal de instruccao e recreio. Rio de Janeiro: Typ. Guanabarensense de L.A.F. de Menezes, 05 jan. 1848.

<sup>47</sup> RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 86.

ampliaram significativamente o número de leitores regulares, graças à oferta de impressos, com destaque para o periodismo.

Atrelado à existência de um público-leitor mais regular, surge outro fenômeno interessante: a formação de uma opinião pública. Malgrado a expressão ter aparecido pela primeira vez na oitava edição do dicionário de Moraes Silva, de 1890, a construção do conceito moderno de opinião pública está intimamente relacionado à emergência de novos espaços de sociabilidade, nos quais os temas políticos passam a ser debatidos publicamente. A lei de liberdade de imprensa, assinada em 2 de março de 1821<sup>48</sup>, foi fundamental para que o termo *opinião* deixasse de significar apenas um ponto de vista, para ser visto como uma instância crítica.<sup>49</sup> Como assinala a pesquisadora Lúcia M. B. Pereira das Neves, o termo *opinião pública*, no contexto político brasileiro ao longo da década de 1820, passou a designar:

[...] una auténtica fuerza pública, cuya objetividade venía de la razón y cuya eficacia resultaba del impulso propiciado por el progreso de las Luces, pero contraria, din duda, a las alteraciones bruscas del orden, y destinada a asegurar el reinado de la sabiduría y de la prudência sobre la tierra.<sup>50</sup>

Entre a Revolução Liberal do Porto (1820) e o posterior retorno do rei para Portugal (1821), multiplicou-se o número de folhas, panfletos e jornais dedicados a discutir os destinos políticos da, então, colônia. A emancipação passou a ser uma alternativa e as discordâncias entre Brasil e Portugal aumentaram. O interessante é que neste momento os assuntos políticos passaram a figurar nos meios de comunicação com maior alcance e circulação, a fim de formar certa opinião pública sobre o futuro do território. Segundo Marco Morel:

É neste momento crucial que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem do espaço público marcado pelas

<sup>48</sup> Afinal, antes dessa data os impressos eram produzidos na Tipografia Régia e submetidos ao crivo da censura real. Cabe lembrar que, antes de 1808, a circulação de livros era restrita e, em grande medida, contrabandeada; e que entre 1808 e 1821, a maioria das publicações editadas no Brasil eram manuais didáticos, livros religiosos ou textos literários com valor educativo, difíceis de serem caracterizados como construtores de uma opinião pública.

<sup>49</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. das. *Opinión Pública - Brasil*. In: Javier Fernandez Sebastián (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos – I. 1ª ed. Madrid, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos, 2009, p.1012-1014.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.1013.

formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes [...] para o espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (que nem sempre era vinculada ao poder oficial do Estado) e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão-leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões.<sup>51</sup>

A atividade impressa, pós 1821, divulgava, comentava, (re)construía e atribuía sentido político aos fatos, tornando-se uma “arena pública de exposição de ideias, valores e interesses”. No que tange às transformações desse período, Marco Morel destaca:

En este momento crucial es cuando comienza a darse en Brasil, de una manera más consistente, el paso de un espacio público marcado por las formas de comunicación típicas del Antiguo Régimen (como las gacetas, los pregones, la exhibición de carteles impresos o manuscritos en las calles, las lecturas colectivas y proclamaciones en voz alta, entre otros) a un espacio público donde los debates se consolidaban en la prensa (que no siempre estaba vinculada al poder oficial del Estado) y donde adquirirían importancia las lecturas privadas e individuales, permitiendo la formación de una opinión de carácter más abstracto, basada sobre todo en el examen crítico de cada ciudadano-lector.<sup>52</sup>

Nesse contexto, a imprensa periódica tornou-se um “campo de batalhas”, no qual a palavra impressa era a principal arma para que os grupos se difamassem e reafirmassem seus princípios políticos-ideológicos. José Murilo de Carvalho ressalta que as polêmicas surgidas nas páginas dos jornais indicam o “grau de tolerância política”, bem como revelam a “concepção de oposição e de opinião pública”.<sup>53</sup>

O jornal *Spectador Brasileiro*, em 1824, ao fazer propaganda da folha aos leitores reforçou a ideia de que “um jornal é a exposição diária daquilo que se passa, ou se passou em tal, ou tal país sobre este, ou aquele objeto: sendo a folha o eco da opinião pública [...]”<sup>54</sup>. Vinte seis anos depois, um artigo publicado no *Diário do Rio*

<sup>51</sup> MOREL, 2005, p. 205-206.

<sup>52</sup> MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998, p.304.

<sup>53</sup> CARVALHO, J. M. Cidadania: tipos e percursos. In: *Revista Estudos Brasileiros*, v.9, nº 18, 1996, p.341.

<sup>54</sup> SPECTADOR BRASILEIRO: diario politico, litterario e commercial. Rio de Janeiro: Typ. Plancher, 17 set. 1824.

de *Janeiro* caracterizava a imprensa como “a voz poderosa da consciência pública, o brado altíssimo do sentimento mais comum de um país”.<sup>55</sup>

O jornal, nesse caso, é entendido como o veículo de manifestação da opinião pública e espaço privilegiado para a sua construção, despontando como força e instrumento essencial para a atuação na esfera pública. A difusão dos impressos interligou regiões e alterou as relações entre os sujeitos e os poderes estabelecidos. No entanto, este era um conceito em construção, cuja formulação estava intimamente relacionada às questões e grupos políticos de uma determinada época, portanto, trata-se de “uma concepção historicamente datada”<sup>56</sup>.

O periódico *Nova Luz Brasileira*, editado em 19 de fevereiro de 1830, em sua primeira página, publicou a definição de alguns termos recorrentes à época, tais como: Suprema Lei do Estado, Política, Civilização e Opinião Pública. Este último conceito foi sintetizado como sendo:

[...] o modo de pensar expresso, e uniforme de mais da metade de um Povo sobre qualquer objeto: daqui vem a influência, poder e direção que dá a todos os negócios: sua vitória é sempre certa: desgraçado daquele que faz oposição.<sup>57</sup>

A “vontade da maioria”, portanto, parece definir o que seja então a opinião pública, caracterizada pela força e pelo poder decisório que ela possui, como se efetivamente reunisse em si “as forças físicas e morais da Nação”<sup>58</sup>. Habermas sinaliza que na esfera pública, “as manifestações são acolhidas de acordo com temas e tomadas de posição pró e contra”, sendo assim, “as informações e argumentos são elaborados na forma de opiniões focalizadas”<sup>59</sup>. Tais opiniões se tornaram opinião pública de acordo com a forma adotada para disseminá-la, bem como, por meio da ampla adesão que suscitaram. Nesse processo, a influência de pessoas ou instituições, cuja boa reputação lhes confere credibilidade a ponto de interferir nas convicções alheias. De acordo com o filósofo alemão, “na esfera pública luta-se por influência, pois ela se forma nessa esfera.”<sup>60</sup>

<sup>55</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 7 fev.1850.

<sup>56</sup> MOREL, 2005, p 200.

<sup>57</sup> NOVA LUZ BRASILEIRA. Rio de Janeiro; RJ: Typ. de Lessa e Pereira, 19 fev.1830.

<sup>58</sup> SPECTADOR BRASILEIRO, 05 jul. 1824.

<sup>59</sup> HABERMAS, 2003b, p.94.

<sup>60</sup> HABERMAS, 2003b, p.94. Nesse sentido, Lúcia Maria B. Pereira das Neves assinala que alguns redatores de periódicos viam a opinião pública como uma forma de manipulação e de conquistar o público-leitor. Cf. NEVES, Lúcia Maria B. P. das. Opinião Pública - Brasil. In: Javier Fernandez Sebastián (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las

Com efeito, opinião pública passou a representar “expressão da vontade da maioria dos membros de uma sociedade”<sup>61</sup> em detrimento do desejo do monarca. A esfera pública seria, portanto, “a esfera de legitimação do poder público”. Uma espécie de “fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública.”<sup>62</sup> Com essa magnitude, a opinião pública é, em alguns casos, utilizada como um “instrumento para intervenção direta na vida pública, nas instituições, funcionando de maneira normativa ou pedagógica junto às autoridades”.<sup>63</sup>

Desse modo, a ideia de “opinião pública” serviu – e ainda serve – “como recurso de legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”.<sup>64</sup> O que não significa que houvesse unanimidade de opiniões. Por exemplo, o jornal *Aurora fluminense* fez distinção entre a opinião “boa” e a “má”, de acordo com os homens que as fabricam e os interesses que os movem:

A opinião pública é a soma das ideias ou noções comuns a todos os indivíduos de uma mesma sociedade (pelo menos do maior número); se estas ideias são justas, a opinião é boa, se elas são falsas, a opinião é má [...]. Desgraçadamente os homens que criam, ou dirigem a opinião, de ordinário não são Filósofos [...]; enquanto outros dispõem da força pública, do dinheiro, das Tipografias, dos jornais etc.<sup>65</sup>

O trecho, além de sugerir esta divisão em má ou boa, também diferenciou os produtores e dirigentes da opinião entre o filósofo e os “outros” que possuem recursos e meios para disseminá-la. O trecho confirma a ideia retórica de que a opinião pública representava a “vontade da maioria”. No entanto, a opinião pública é produzida por um grupo específico de homens, e que, portanto, ela expressa o pensamento de um determinado grupo, que controla seus meios de produção e circulação, talvez, por isso, seja mais conveniente pensar em “uma” opinião pública (e não em “a” opinião pública).

---

revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos – I. 1ª ed. Madrid, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos, 2009, p. 1015.

<sup>61</sup> MOREL, 2005, p. 210.

<sup>62</sup> HABERMAS, 2003a, p. 4

<sup>63</sup> MOREL, loc. cit.

<sup>64</sup> MOREL, 2005, p. 200.

<sup>65</sup> AURORA FLUMINENSE: jornal politico e litterario. Rio de Janeiro [RJ]: Typ. do Diário, 07 abr. 1830.

O jornal *Spectador Brasileiro*, editado pelo francês Plancher, em 1824, também distinguiu tipos de autores, ao afirmar que os escritores “se mostram em um contínuo desvairamento, havendo entre eles homens abalizados, e conhecedores da grande arte de escrever para a formatura da opinião pública”.<sup>66</sup> Havia entre os letrados os bons escritores preocupados em colaborar com o aperfeiçoamento da sociedade brasileira através de seus textos e histórias, e os “aventureiros” que, de algum modo, usavam o ofício para atingir aos objetivos pessoais sem se preocuparem com a instrução geral do povo e a inserção política de sua produção.<sup>67</sup>

A década de 1830 foi marcada pelo *boom* de publicações periódicas que contribuíram decisivamente para a formação da opinião pública. Para a elite letrada à época o número significativo de folhas era um “termômetro” do desenvolvimento da cultura escrita e “progresso das luzes” na jovem nação brasileira. Nesse sentido, Plancher, editor d’*O Jornal do Commercio* reiterava o papel da imprensa periódica na:

[...] consolidação da Independência e do Sistema, que infelizmente nos rege, objetos que tem captado toda a atenção dos Brasileiros em geral de tal maneira, que hoje um só não há, que deixe de emitir sua opinião sobre os interesses do país, indo se assim formando esse caráter nacional, de que nos haviam privado três séculos de escravidão, e que é um dos mais forte baluartes contra as invasões do Despotismo, esse monstro que tanto tempo inundara a terra de sangue, e que hoje infelizmente para a humanidade se acha nos últimos paroxismos de sua existência.<sup>68</sup>

No contexto da abdicação de D. Pedro I, por exemplo, o jornal *Diário do Rio de Janeiro* creditou à opinião pública a “força” que pressionou o imperador a deixar o cargo:

<sup>66</sup> SPECTADOR BRASILEIRO, 13 jul. 1824.

<sup>67</sup> Joaquim Manuel de Macedo, em fins de 1867 e começo de 1868 escreveu a continuidade da história do sobrinho, intitulada *Memórias do sobrinho de meu tio*, nesta, o personagem-narrador conta os desdobramentos de sua vida após a fatídica viagem narrada em *A carteira do meu tio*, a certa altura de seu texto memorialístico, o sobrinho conta que para ascender na carreira política lançou uma folha política a fim de projetar seu nome na cena pública, prática comum no jogo político do Segundo Reinado. O sobrinho em conversa com sua esposa Chiquinha – tão ardilosa quanto o marido – buscou estabelecer as diretrizes de seu novo empreendimento, porém, foi Chiquinha quem definiu a linha mestra que teria o jornal: uma “gazeta sem ideias e que se proclama idealista, que não tem consciência e que fala sempre em nome dela, que afeta gravidade nos artigos da redação, e que espalha veneno em artigos anônimos, mas de lavra própria, e que com esses recursos assassina ou faz assassinar a honra alheia, quando isso convém ao seu interesse [...]”. Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011, p.191-192.

<sup>68</sup> JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Typ. de J.Villeneuve e C., 07 fev. 1831.

Brasileiro! Um Príncipe mal aconselhado, trazido ao precipício por paixões violentas e desgraçados prejuízos antinacionais cedeu à força da Opinião Pública, tão briosamente declarada, e reconhece que não podia ser mais o Imperador dos Brasileiros.<sup>69</sup>

Nesse sentido, em 1833, o jornal *O Sete d’Abril* atribuiu a queda do imperador à forma desrespeitosa com que ele tratava a opinião pública, desconsiderando seu papel relevante na esfera política:

Quando o “ex-Imperador” queria fazer de bom “careta” para iludir os Brasileiros, dizia: – Está acabado o tempo de esmagar os homens! – E depondo os Gigantes, repeliu: – O Governo que não se regula pela OPINIÃO PÚBLICA se torna o flagelo da humanidade! – Se ele tivesse fiel a estes princípios de eterna verdade, nem estaria corrido do solo em que as proferiu, para ir fazer vítimas no país que o viu nascer.<sup>70</sup>

Anos mais tarde, Joaquim Manuel de Macedo, em uma de suas crônicas publicadas no *Jornal do Commercio*, tentou definir – com muito humor – a famigerada opinião pública, como:

[...] a presunção e a água benta, que cada um toma a que quer.  
 É uma estátua com a cabeça de engonço, que olha para o sul e para o norte, ou para a nascente ou para o poente, segundo o impulso que lhe dão aqueles que estão de cima mais facilmente lhes chegam com as mãos às orelhas.  
 É uma mocetona caprichosa, que uma hora se mostra aberta de brilhantes e trajando sedas, e outras se apresenta em uma *négligé* perfeitamente republicano.  
 É uma criança, que chora e ri, grita e cala-se, beija e morde às vezes, sem saber por que.  
 É uma gaita de fole, que soa conforme o assopram.  
 É uma coisa que se parece muito com a pátria porque anda na boca de todos e poucos fazem caso dela.  
 É um sapato de borracha, que se ajusta ao pezinho da Brasileira mimosa, e à *loesa* de um Churinada.  
 É uma mulher doida, que quando nasce o sol grita – preto! E quando o sol se esconde clama – branco!  
 É um balanço perigoso, que ora eleva o homem às nuvens, ora arrasta pela terra, e às vezes também atira de cambalhotas em pantana.  
 É uma perigosa feiticeira, que tem voz de uma sereia, o ímpeto de um pampeiro, e a inconstância de uma mulher; não lhe falta mais nada para enganar e desenganar o mundo.  
 É uma Penélope que desfaz a noite e que faz o dia.  
 É um marimbondo cujo zumbido se ouve sempre nas praças públicas e no lar do povo, poucas vezes nos salões dos ministros, e raramente no palácio dos reis.

<sup>69</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 11 abr. 1831.

<sup>70</sup> O SETE D’ABRIL. Rio de Janeiro: Typ. Americana, de I.P. da Costa, 15 jun. 1833.

É uma grande verdade, que às vezes se diz que é peta; e também uma famosa peta, a que quando convém a certos sujeitos, se empresta foros de verdade.

Mas o diabo é que também se parece muito com os vulcões dos Andes, que, quando mal se espera, levam tudo pelos ares.<sup>71</sup>

Macedo via a opinião pública com desconfiança, primeiro porque, segundo o autor, seus juízos carregam *status* de “verdade” e, por isso, são capazes de conduzir uma parcela significativa da população, que não se questiona sobre a origem de tais “verdades”. Destarte, a opinião pública se “disfarça” como a vontade da maioria, símbolo dos interesses pátrios, “porque anda na boca de todos e poucos fazem caso dela”. Por isso mesmo, ela carrega em si a força que pode instituir ou acabar com governos, bem como arruinar ou tornar bem-sucedida a carreira política de um homem público. Entretanto, o elemento decisivo que a opinião pública carrega não excluiu a transitoriedade de seus julgamentos, “que ora eleva o homem às nuvens, ora arrasta pela terra”, porque se adapta às circunstâncias, aos interesses pessoais e às questões de seu tempo.<sup>72</sup>

O cronista de *A Semana* também entende que a opinião pública recebe o “impulso que lhe dão aqueles que estão de cima”, ou seja, ela é encaminhada por homens de estirpe e lhes serve como instrumento de controle. Nesse sentido, a ampliação dos meios de comunicação de massa facilitou a difusão de um pensamento atribuído à maioria, permitindo à opinião pública uma inserção em, praticamente, todos os grupos sociais, pois ela é o “zumbido que se ouve sempre nas praças públicas e no lar do povo, poucas vezes nos salões dos ministros, e raramente no palácio dos reis”<sup>73</sup>.

Apesar das duras críticas tecidas pelo autor no excerto anterior, quando necessário ele sabia elogiar a opinião pública, quando esta, segundo seu ponto de vista, assumia uma postura contundente. Por exemplo, em meio aos festejos comemorativos da independência, Macedo reconhece que a imprensa aproveitou o ensejo para defender a proposta de reforma eleitoral que estava em discussão na Assembleia:

---

<sup>71</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 06 mai. 1855.

<sup>72</sup> O jornal lisbonense, *Recreio, jornal das famílias*, em 1838, sobre este caráter transitório afirmou: “A opinião pública é sujeita à moda, e tem ordinariamente a mesma consistência e duração que as modas”.

<sup>73</sup> JORNAL DO COMMERCIO, loc. cit.

A opinião pública prevaleceu-se do ensejo que lhe ofereciam os festejos para demonstrar alta, franca e brilhantemente a favor da causa das reformas, que foram abraçadas pelo ministério. Em quase todos os municípios da província do Rio de Janeiro em que se solenizou o grande dia do Brasil, com os vivas entusiásticos levantados à independência ouviu-se de mistura vivas ardentes à reforma eleitoral e ao ministério que essa reforma promovera.<sup>74</sup>

A imprensa, preocupada com a formação política e moral do povo e a instalação de um governo eficiente – capaz de promover a modernização das instituições e colocar o país nos trilhos do progresso material –, exaltava uma opinião pública que se formava à medida que ela se expandia e atingia um maior número de leitores. Cabia, portanto, a esta opinião pública, manifestar-se livremente contra as improbidades administrativas e, quando necessário, destituir os maus governos<sup>75</sup>:

Concebemos que o governo mesmo contra a vontade nacional, pode prolongar a sua existência por algum tempo, pois graças à sua exorbitante influência, as verdadeiras condições do sistema representativo desapareceram; [...]. Porém é mister que este estado anormal não descoroçoe aos verdadeiros amigos da liberdade; uma semelhante política não é nem pode ser duradoura se a opinião se manifestar fracamente. A força da opinião pública tem aniquilado colossos e tem sempre surgido triunfante do meio da corrupção: pode-se retardar o seu triunfo, porém não adia-lo indefinidamente.<sup>76</sup>

O *Correio Mercantil*, em 1848, lembrou que, desde o Primeiro Reinado, a opinião pública tem sido decisiva para consolidação das ideias e dos partidos políticos no país:

Dissemos que no Brasil sempre tem havido partidos. No reinado do 1º imperador havia o liberal e o absolutista: mas este último *sempre vencido pela opinião pública*, e pelo espírito de nacionalidade brasileira, nunca pode levar avante seus nefandos projetos, apesar das tentativas que fez.<sup>77</sup>

O grau de civilização atingindo por uma nação também é determinado por sua opinião pública; assim pensava o redator de *A Marmota* ao comparar os Estados

<sup>74</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 17 set. 1855.

<sup>75</sup> Essa visão se aproxima da definição de opinião pública de Norberto Bobbio definida como: “uma opinião sobre assuntos que dizem respeito à nação ou a outro agregado social, expressa de maneira livre por homens que estão fora do governo, mas que reclamam o direito de que suas opiniões possam influenciar ou determinar ações governamentais.”. In: OPINIÃO PÚBLICA. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

<sup>76</sup> CORREIO MERCANTIL, 08 jun. 1849.

<sup>77</sup> CORREIO MERCANTIL, 19 dez. 1848, grifo nosso.

Unidos com o Brasil: “o que faz dos Estados Unidos o que são, é a *opinião pública*; o povo todo é tão profundamente moral, que o cidadão se não distingue muitos nos atos da *religião, moral e simplicidade*, não é eleito para coisa nenhuma [...]”<sup>78</sup> Nesse sentido, a opinião pública é vista como disciplinadora, não cabendo a ela apenas assuntos políticos, mas a formação global dos indivíduos, ou seja, a educação e a construção do caráter a partir dos princípios morais aceitáveis à época.

## 2.2 O folhetim e a crônica nos jornais da Corte

A partir da década de 1830, a inserção sistemática de textos literários na imprensa em geral ampliou a possibilidade de ensinar valores e práticas sociais aceitáveis a um número maior de leitores, sobretudo, ao público feminino. O romance era visto como um instrumento útil para a formação moral do leitor, bem como fomentava o gosto pela leitura, estimulando, assim, a aquisição da competência leitora responsável por um processo de transformação sócio-político, do qual emanam cidadãos mais críticos. *A Nitheroy*, revista brasiliense editada na França em 1836, no seu primeiro número, apresentou a seus leitores brasileiros um “Ensaio sobre a história da literatura”, no qual afirma:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência. E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças, e costumes, a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar as gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade.<sup>79</sup>

A literatura nacional, inserida paulatinamente nos periódicos, dialogava com o restante do jornal, pois também refletia os anseios e os problemas da jovem nação, sendo a expressão do “caráter do povo”. Desse modo, esta produção literária, aliada a outros fatores, foi responsável pela organização da esfera pública, na medida em que atuava, também, como a manifestação de uma opinião pública, que foi

<sup>78</sup> MARMOTA FLUMINENSE, 23 out. 1849.

<sup>79</sup> NITEROY: revista brasiliense, ciencias, letras e artes. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin, T. 1, v.1, 1836, p.132.

construída a partir do debate público em torno de assuntos que dizem respeito à nação.

No século XIX, o livro, em geral, era o fim da trajetória literária de um texto ficcional, porque os literatos publicavam suas histórias de forma seriada primeiro nos jornais, e depois de aceitas pelo público-leitor e pela crítica especializada, eram convertidas em livros.<sup>80</sup> O romance-folhetim fomentou o apreço pela leitura, mesmo em um período no qual o índice de alfabetizados era restrito e, muito importante, tornou-se um veículo de formação cultural, moral e política. O filósofo francês Denis Diderot acreditava que o romance era mais eficaz na formação moral dos indivíduos do que os manuais de conduta, devido à capacidade de emocionar o leitor e envolvê-lo na trama, de modo que este criasse empatia com os personagens virtuosos, rejeitando os imprudentes e desvirtuados.<sup>81</sup>

Macedo foi um dos precursores do romance no Brasil. *A Moreninha* além de atrair o gosto dos leitores por este gênero, também marcou, definitivamente, as características desse tipo de produção. Esta obra conferiu a Macedo o reconhecimento entre os homens de letras, graças à sua engenhosidade de compor um quadro fidedigno da sociedade de seu tempo, sem abdicar dos traços de imaginação que despertavam a curiosidade do público-leitor. Dutra e Mello, em sua resenha crítica sobre *A Moreninha*, caracterizou o romance como interessante, porque “tudo o que se passa nele é tão natural, tão expressivo [...]. O diálogo é rápido, insinuante e cheio de vida; os caracteres bem anunciados [...]”<sup>82</sup>.

O escritor de Itaboraí também conseguiu o feito de produzir uma obra genuinamente nacional, que atendia às demandas da intelectualidade oitocentista. Por esta razão, Macedo aproximou-se de escritores como Manuel Araújo Porto-Alegre e Gonçalves Dias, com os quais fundou a *Revista Guanabara*, cuja preocupação era a afirmação da nacionalidade pelo viés da literatura.

---

<sup>80</sup> Cabe aqui uma questão – que não é o foco deste trabalho –: o problema das histórias da literatura reside em considerar a “obra literária” como aquela que se apresenta em formato de livro, sendo esta a única digna de investigação por críticos e teóricos das Belas Letras. No entanto, nossos primeiros romances eram vinculados primeiro nos jornais e sua análise deve ser feita também em seu suporte original. Desse modo, podemos afirmar que a história da literatura é uma história de livros e não de textos.

<sup>81</sup> AUGUSTI, Valéria. *O romance como guia de conduta: A Moreninha e Os dois amores*. Campinas: IEL/UNICAMP, 1998.

<sup>82</sup> MELLO, Dutra e. *A Moreninha*. In: *Minerva Brasiliense: jornal de Ciências, Letras e Artes*, publicado por uma associação de literatos, out. 1844, p. 750.

A crítica especializada oitocentista reconheceu as contribuições de Macedo para a literatura nacional. O crítico Reinaldo Gomes em 1858, por exemplo, escreveu um artigo para o *Diário do Rio de Janeiro*, no qual fez um panorama da história da literatura brasileira em que reconhece o legado de Macedo. Para ele:

O Sr. Manuel de Macedo quis ser romancista e fundou o romance nacional, [...]. A mão augusta que no Brasil protege as ciências, enobreceu o peito deste homem de letras, que animando-se, deu o exemplo da iniciativa à mocidade que ia lançar-se mão na carreira do progresso moral. [...] com razão devemos chamá-lo de um exemplo fecundo, surgiram de toda a parte obras novas, talentos jovens, que vieram pedir a auréola da glória de um público que já tem o sentimento da arte em todas as suas especialidades.<sup>83</sup>

O grande feito do autor d'*A Moreninha* foi produzir textos que conciliavam, com maestria, o entretenimento e as questões da vida cotidiana, sem abdicar do caráter pedagógico-moral, expresso pela capacidade de apresentar o meio – onde se ambientava a trama – e pela linguagem acessível. Por estas razões, nas décadas de 1840 e 1860, Macedo publicou sistematicamente na imprensa periódica. Com um estilo característico, seus textos – publicados entre folhetins, crônicas e peças teatrais – contribuíram, decisivamente, para a formação de um público-leitor regular e a consolidação do romance-folhetim e da crônica – que, na ocasião da edição de *A Moreninha*, ainda dava os primeiros passos – como gêneros literários do século XIX.

O romance não foi uma invenção da literatura brasileira, mas um legado da França, Inglaterra e Alemanha. Para o século XIX, esta forma literária “foi a mais fecunda e caprichosa manifestação de ideias” e “genuíno filho deste século”.<sup>84</sup> Mas a “frutinha”<sup>85</sup> dos oitocentos foi mesmo o romance-folhetim, desenvolvido a partir da década de 1830.

O termo “folhetim” tem origem na palavra francesa *feuilleton*, derivada de *feuille*, cujo significado é pequena folha. No começo do século XIX, *le feuilleton* designava a parte inferior da primeira página dos jornais, o rodapé, espaço dedicado ao entretenimento, no qual se publicavam receitas de bolo, piadas, adivinhações,

<sup>83</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 29 set. 1858.

<sup>84</sup> MINERVA BRASILIENSE, out.1844, p. 746.

<sup>85</sup> O ESPELHO: revista de literatura, modas, indústria e arte, 30 out. 1859.

comentários críticos de peças teatrais e livros. Era um espaço aberto para os escritores neófitos se aventurarem, enfim para aquilo que divertisse o público.<sup>86</sup>

Com o aprimoramento das técnicas tipográficas, multiplicou-se o número de impressos na França. Nesse contexto, Émile Girardin e seu sócio Dutacq, editores dos jornais *Le Siècle* e *La Presse*, inovaram dando ao *feuilleton* um lugar de destaque, como uma estratégia para atrair novos leitores e aumentar a receita do jornal. O que se significa que existe uma relação indissolúvel entre o periódico e o romance-folhetim.

A invenção francesa foi transplantada ao Brasil em 05 de outubro; sob a direção editorial de Justiniano José da Rocha, *O Chronista* foi o primeiro periódico brasileiro a inaugurar um espaço específico para o *feuilleton*: o rodapé do jornal. Ao que parece os redatores tiveram dificuldade para batizar a nova seção, primeiro cogitaram o termo “folhetão” – mas este não era adequado, uma vez que, além de soar mal, o nome original em francês significava “folhinha”, já que lhe é reservado um lugar pequeno na página do jornal. Para evitar embaraços, decidiram chamar os “artigos de modo genérico FOLHA, um epíteto designará o gênero dessa folha: assim uma vez será FOLHA LITERÁRIA, outra vez FOLHA CRÍTICA, ora FOLHA CIENTÍFICA, ora FOLHA ARTÍSTICA &C.”<sup>87</sup>. Desse modo, o termo *folhetim* só apareceria três anos mais tarde. Na apresentação os redatores enfatizaram onde estaria localizada a novidade literária:

Se, por ventura, amigo leitor, entendeis a língua francesa, quando vos vem às mãos algum periódico francês, quando ansioso desdobrais suas extensas páginas, sede ingênuo, confessai, para onde primeiro se dirige vossos olhos? Por nós vos julgamos (e este é o melhor meio de quase sempre acertar nos juízos que dos outros fazemos), haveis de necessariamente com um rápido lanço d’olhos abranger todas as colunas de alto a baixo... se nada interrompeu vosso raio visual, como que esperáveis achar coisa que não achaste, mostrai-vos meio triste, ledes à pressa essas monstruosas colunas para poderdes, abrindo outro número, ver se sereis mais feliz. Pois bem nesse outro número, quase em fim da página, um grande traço negro mais carregado interrompe vossa vista indagadora, por baixo desse traço, letras maiúsculas que dizem FEUILLETON aparecem radiantes, fascinadoras, feiticeiras. Então dais um suspiro de contentamento, - vosso predileto FEUILLETON é posto de parte, é mimosamente reservado para ser lido com vagar, para ser

<sup>86</sup> MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das letras, 1966, p.57-58.

<sup>87</sup> O CHRONISTA. Rio de Janeiro: Typ. Commercial, de Silva e Irmaos, 05 out.1836.

saboreado a contento, para servir de sobremesa a vosso banquete de leitura.<sup>88</sup>

O traço negro que dividia a página era, portanto, o sinal de que naquele novo espaço o leitor encontraria algo que destoava do restante do jornal. Era o lugar dedicado ao prazer, ao divertimento, ao deleite; era a “sobremesa” o *grand finale* depois da leitura informativa (e por que não cansativa?) no alto da folha.

A novidade foi apresentada como uma “abençoada invenção da literatura periódica”, destinada a distrair uma variada gama de leitores que ia da virgem melancólica ao pobre trabalhador. Permitindo, assim, que a instrução “vestida” de divertimento atingisse diferentes grupos sociais, contribuindo, decisivamente, para o processo de civilização do país a partir dos padrões do mundo moderno:

FEUILLETON, abençoada invenção da literatura periódica, filho mimoso de brilhante imaginação, que trajas ricas galas, que te cobres de joias preciosas, tu, que distrais a virgem de seus melancólicos pensares, o jovem estudioso de seus enfadonhos livros, o rico negociante de seus cálculos endinheirados, o desocupado proprietário de descanso insípido, o ardente ambicioso de seus planos ilusórios, tu que fazes esquecer o trabalho do pobre, tu que fazes esquecer o ócio ao rico, permite, oh!, permite, duende da civilização moderna, que nossos proselitismo te procure sectários no nosso Brasil, - o que é digno de adorar-te!  
Árvore preciosa, que cultivada pelo gênio delicado do Francês, que bafejada pelo sopro fertilizador de um povo instruído, viçosa te adornas de abundantes flores, é com nossa mão grosseira, com nosso tosco engenho que te queremos transplantar para o abençoado solo de nossa pátria; a natureza lhe sorri, o sol lhe o aquece e fertiliza: nele aclimar-te-ás, nele certo não perderás o mimo de teu aroma, o mimo de tua folhagem. [...].<sup>89</sup>

A literatura, que ganhava ainda mais destaque com a introdução deste espaço, era fundamental para o sucesso de um projeto civilizacional pensado pelos letrados brasileiros. Sua finalidade não estava restrita apenas ao divertimento, aliados ao que figurava no restante do jornal os textos literários eram capazes de apresentar ao público-leitor temas polêmicos à época e padrões de comportamento ideais para um cidadão, em um momento em que se construía a nação e os brasileiros. O restante do periódico – com a linguagem apropriada e uma abordagem imparcial – ocupar-se-ia com os assuntos relacionados à:

<sup>88</sup> O CHRONISTA, 05 out.1836.

<sup>89</sup> O CHRONISTA, loc. cit.

[...] administração, com política, com justiça, com legislatura, com finanças, indústria, comércio, com todos esses assuntos de grande importância na verdade, mas que só dizem respeito ao material da vida, ao positivo da existência; o domínio de nossas FOLHAS é todo intelectual elas falarão às imaginações, e às inteligências [...]. Fazer aparecer em nossa população a primeira necessidade da civilização moderna – o desejo de ler –, dar-lhe incremento, e fomentá-lo, oferecer leitura que distraia das lidas da existência, das amofinações dos trabalhos, dos tédios da inocupação, eis o que temos em vista, eis o que esperamos conseguir.<sup>90</sup>

Em 4 de janeiro de 1839, o *Jornal do Commercio* aderiu à novidade, com a publicação do romance *Edmundo e sua prima*, de Paul de Kock (traduzido por Julio Cezer Muzzi), mas para se diferenciar do concorrente *O Chronista*, o jornal adaptou o vocábulo francês *feuilleton* para folhetim. A folha *Sete D’Abril*, comentou a adesão do periódico ao novo gênero:

O *Jornal do Commercio* tem a primazia entre os periódicos da Corte pela beleza da impressão; pelo que toca a redação, este periódico não tem alguma. Ultimamente adotou o uso dos periódicos franceses publicando o que neles aparece estampado com o título *feuilleton*, palavra que ele traduziu, em ódio ao *Chronista*, por folhetim: que importa porém a diferença de nome? Se tal uso é um melhoramento, o *Chronista* foi o primeiro periódico brasileiro que adotou esse melhoramento.<sup>91</sup>

Seguindo a nova tendência, mas sem querer que parecesse “cópia”, sob a direção de J. M. Rocha de Cabral, *O Despertador* – que em números anteriores havia se referido ao folhetim com uma “*excrecência*”<sup>92</sup> – também passou a publicar romances de forma seriada só que na seção *Variedades*. No ano seguinte, o *Diário do Rio de Janeiro*, em 12 de fevereiro de 1841, adotou o nome *Folhetim* para sua antiga seção *Apêndice*:

A palavra *folhetim*, adotada pelo *Jornal do Commercio* para dar ideia dos artigos de recreio que os franceses chamam de *feuilleton*, está geralmente recebida: nós para não contrariarmos o uso substituímos o nosso *apêndice* pelo *folhetim*.<sup>93</sup>

A adoção do nome *folhetim* para uma seção que já existia denota o sucesso alcançado pelo gênero que, em grande medida, pressionava os editores a inserirem este espaço em seus jornais, a fim de não perder leitores para as empresas

<sup>90</sup> O CHRONISTA, 05 out. 1836.

<sup>91</sup> O SETE D’ABRIL, 28 jan. 1839.

<sup>92</sup> O DESPERTADOR: diario commercial, politico, scientifico e litterario. Rio de Janeiro: Typ. da Associação do Despertador, 19 out. 1938.

<sup>93</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 12 fev. 1841.

concorrentes. Ao longo da década de 1840 e 1850, o interesse dos leitores por textos literários motivou a criação de jornais específicos, com linha editorial voltada para a disseminação da cultura e das belas letras. Tais jornais atendiam às demandas de um novo público-leitor preocupado em se informar, bem como entreter-se e se ver retratado nos jornais.

Anos mais tarde, Machado de Assis – ainda no início de sua carreira – em uma crônica para *O espelho: revista de literatura, modas, indústria e arte*, propôs uma reflexão sobre os folhetinistas e o folhetim; visto por ele como um “confeito literário”, uma “frutinha de nosso tempo”:

Uma das plantas europeias que dificilmente se tem aclimatado entre nós, é o folhetinista.

Se é defeito de suas propriedades orgânicas ou da incompatibilidade do clima, não o sei eu. Enuncio apenas a verdade.

Entretanto eu disse – dificilmente – o que supõe algum caso de aclimatação seria. O que não estiver contido nesta exceção, vê já o leitor que nasceu enfezado e mesquinho de formas.

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal.

Espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais. Se o tem conseguido por toda parte, não é meu fim estudá-lo; cinjo-me ao nosso círculo apenas.

Mas comecemos por definir a nova entidade literária.

O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, *o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista*. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas da moderna criação.

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos arredados como polos heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

Efeito estranho é este assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão e a calma, a observação profunda. Pelo que toca o devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; é capital próprio.

O folhetinista, na sociedade ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. *Todo mundo lhe pertence; até mesmo o político.*<sup>94</sup>

<sup>94</sup> O ESPELHO, 30 out.1859.

Segundo Machado, apesar do sucesso de público, a invenção francesa não havia se adaptado à realidade nacional, pela própria falta de originalidade que ele aponta nos folhetinistas brasileiros. No entanto, o autor de folhetins, independente da qualidade do texto, tornou-se uma figura central no “mundo das letras”, afinal Machado comenta que todos procuram “estar bem” com o folhetinista, o que, a nosso ver, evidencia a importância desse profissional em um período de formação da esfera pública. E continua sua análise:

Assim aquinhoado pode dizer-se que não há entidade mais feliz neste mundo, exceções feitas. Tem a sociedade diante da sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e as *bas-bleus* para aplaudi-lo.

Todos o amam, todos os admiram, *porque todos tem interesse em estar de bem com esse arauto* amável que levanta nas lojas do jornal, a sua aclamação hebdomadária.

Entretanto, apesar dessa atenção pública, apesar de todas as vantagens de sua posição, nem todos os dias são tecidos de ouro para os folhetinistas. Há os negros, com fios de bronze; à testa deles está o dia.... adivinhem? O dia de escrever!

Não parece? Pois é verdade puríssima. Passam-se séculos nas horas que os folhetinistas gastam à mesa para construir sua obra.

Não é nada, *é o calculo e o dever que vem pedir da abstração e da liberdade – um folhetim*. Ora quando há falta de assunto se une aquela morbidez moral, que se pode definir por um amor ao farniente, então é um suplício...

Um suplício sim. Os olhos negros que saboreiam essas páginas coruscantes de lirismo e de imagens, mal sabem às vezes o que custa escrevê-las. [...]<sup>95</sup>

Outro aspecto interessante no comentário de Machado é a constatação de que a vida de um folhetinista não era só *glamour*, pois o ofício de escrever lhe demandava tempo, porém o mercado editorial cobrava- lhe, incessantemente, novas publicações. O autor ainda relata que em alguns momentos faltava assunto ao escritor, mas que mesmo assim, ele tinha o dever/compromisso – por vezes contratual – de escrever, fato que, em última instância, colocava em risco a qualidade dos textos. Ao fim e ao cabo, o século XIX assistiu à *mercantilização das letras*, ou ainda, disseminou aquilo que Sainte-Beuve classificou como “literatura industrial”<sup>96</sup>, interessada em atender aos interesses comerciais dos jornais – sendo o folhetim a expressão máxima desse fenômeno.

<sup>95</sup> O ESPELHO, loc. cit.

<sup>96</sup> Sainte-Beuve foi ácido ao analisar a propagação do folhetim na França. Segundo este crítico o folhetim era a morte da literatura como arte e poderia ser escrito por “qualquer um”. Nas suas

Machado conclui seu – extenso – comentário analisando a figura do folhetinista, o qual, em sua opinião, copia descaradamente as modas europeias:

[...] Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se nas suas divagações sobre o *boulevard* e *Café Torloni*, de que estão sobre *mac-adam* lamacento e com grossa lenda lírica no meio de um deserto.

Alguns vão até Paris estudar a parte filosófica dos colegas de lá; é inútil dizer que degeneram no físico como no moral.

Força é dizê-lo; a cor nacional, e, raríssimas exceções tem tomado o folhetinista entre nós. *Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil.*

Entretanto com todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais afeição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa.<sup>97</sup>

Dentre os apontamentos feitos por Machado, a ideia de que literatura e jornalismo possuem uma relação indissociável nos é cara, sobretudo, porque a melhor expressão desta relação é a crônica, na qual o jornalista-literato (ou literato-jornalista) com linguagem literária comentava os fatos e as notícias do cotidiano, diariamente publicadas pelas gazetas. A crônica, por excelência, se apropria dos temas políticos, revelando a “face” de uma determinada opinião pública que contribuiu decisivamente para construção da esfera pública<sup>98</sup>.

Um escritor dificilmente alcançaria o reconhecimento literário escrevendo crônicas, no entanto, os editores de periódicos buscavam e escolhiam “a dedo” seus cronistas. Em geral, convidavam autores já consagrados para ocupar este ofício. No século XIX, nossos mais ilustres homens de letras produziram textos *cronísticos* para os principais jornais; além de Macedo, José de Alencar e Machado de Assis fizeram parte desse seleto grupo.

---

palavras: É preciso se resignar aos hábitos novos, à invasão da democracia literária como ao advento de todas as outras democracias. Pouco importa que isso pareça mais gritante em literatura. Escrever e fazer imprimir serão cada vez menos um traço distintivo. Com nossos costumes eleitorais, industriais, todo mundo, pelo menos uma vez na vida, terá tido sua página, seu discurso, seu prospecto, seu *toast*, será autor. Daí a fazer um folhetim, não há mais que um passo. “Por que não eu?” – cada um dirá a si mesmo. Estímulos respeitáveis se intrometem aí. Porque tem uma família, porque casou por amor, até a mulher escreverá sob um pseudônimo”. In: SAINTE-BEUVE. Da literatura industrial. Tradução: Jefferson Cano. In: *Revista Remate de Males*, v. 29, n. 2, 2009, 188. O artigo original foi publicado na *Revue des deux mondes*, t. 19, 01 set. 1839, p. 675-691.

<sup>97</sup> O ESPELHO, 30 out. 1859.

<sup>98</sup> Entendida aqui, a partir das reflexões de Marco Morel, como o espaço onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com Estado.

A crônica atenta para a vida cotidiana e, por isso, consegue alcançar públicos de perfis distintos, que procuram neste gênero uma análise bem-humorada das questões do presente – que envolve assuntos políticos, econômicos e culturais – e que interferiam diretamente na vida em sociedade. De acordo com Antonio Candido, a crônica “pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais fantásticas, – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor”.<sup>99</sup> O texto, mesmo ao tratar de assuntos polêmicos e “espinhosos”, torna-se agradável pois emprega uma linguagem coloquial, logo:

[...] a crônica pode dizer as coisas mais sérias e mais empenhadas por meio do ziguezague de uma aparente conversa fiada. Mas igualmente sérias são as descrições alegres da vida, o relato caprichoso dos fatos, o desenho de certos tipos humanos, o mero registro daquele inesperado que surge de repente.<sup>100</sup>

O gênero crônico se consolidou no decorrer do século XIX, quando este surge na imprensa periódica, com a qual está intimamente relacionada. A pesquisadora Marília Rothier Cardoso associa essa forma narrativa às transformações no mundo da técnica, à moda e aos padrões de consumo capitalistas do mundo moderno. O jornal era acessível a um número cada vez maior de leitores, permitindo ao “homem da rua pode ter o mundo nas mãos, lendo reportagens, entrevistas e crônicas”<sup>101</sup>. Devido ao alcance da imprensa e à diversidade de seu público, a crônica tinha que ser um “texto leve, fluente e sintético, que formasse o elo entre o passado (as linhagens medievais) e o presente (registro do instante, resgatado da viragem para a fama)”<sup>102</sup>.

O tempo é determinante para a crônica, não é à toa que seu nome deriva do termo grego *chrónos*. Este gênero, além de se ater aos fatos do presente, também é produzido em curto espaço de tempo e sua “durabilidade” é efêmera, assim como o suporte que o publica. A fim de “eternizá-las” é que Macedo, por exemplo, reuniu em livro os romances que escreveu para as suas crônicas de *A Semana*. José de

<sup>99</sup> CANDIDO, Antonio. *A Vida ao Rés-do-Chão*. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro, Ed. da UNICAMP/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p.14.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p.20.

<sup>101</sup> CARDOSO, Marília Rothier. *Moda da crônica: frívola e cruel*. In.: CANDIDO, Antonio et alii. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro, Ed. da UNICAMP/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, 137.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 137.

Alencar, cronista do *Correio Mercantil*, definiu: “nestas páginas somos o homem do passado, o simples cronista dos acontecimentos de uma semana”<sup>103</sup>. Certamente, em virtude da “vida curta” que a crônica possui, ela tenha sido considerada um “gênero menor”<sup>104</sup>, ainda que produzida por autores renomados do século XIX, como o próprio Macedo, Alencar e Machado de Assis.

Os três grandes periódicos do Segundo Reinado – o *Jornal do Commercio*, o *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio de Janeiro* – inseriram a crônica em suas páginas. No entanto, o primeiro jornal a fixar este gênero no espaço do folhetim foi o *Jornal do Commercio*, em dezembro de 1852, quando Francisco Otaviano foi o escolhido para inaugurar a série dominical que ganhou o título de *A Semana*. Antes, este periódico publicava os textos cronísticos na seção de Comunicados, como aconteceu com uma série de quarenta e sete *Cartas ao amigo ausente*, escritas por José Maria da Silva Paranhos (o futuro Visconde de Rio Branco), editadas nesta seção no decorrer de 1851.<sup>105</sup>

No início deste mesmo ano (10/02/1851), o *Correio Mercantil* lançou a série *A Pacotilha*, espaço dedicado à crônica semanal, que também aparecia na seção Comunicado. Assinado pelo pseudônimo Carijó<sup>106</sup> – depois assinado por Carijó & Cia. –, o cronista encarava seu ofício como uma tarefa árdua, e se comprometia a fazer o possível para, neste novo espaço, escrever sobre assuntos relevantes e variados, desse modo, seu programa era “publicar o que se possa ser publicado, além do que já tenha sido, das precisas observações e análises [...]”<sup>107</sup>

No ano seguinte à estreia de *A Pacotilha*, foi a vez do *Diário do Rio de Janeiro* criar um espaço para o texto cronístico, em sua seção Comunicado, porém, o título conferido - *Chronica Semanal* - era mais “fiel” ao seu conteúdo e finalidade, apresentado pelo redator como:

Com este título daremos semanalmente aos nossos assinantes um artigo, no qual faremos sucinta narração dos fatos mais importantes que ocorreram no decurso de cada semana, adicionando a cada um

<sup>103</sup> Ao corre da pena. In.: *Correio Mercantil*, 15 out. 1854.

<sup>104</sup> CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: *A Crônica*. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.13.

<sup>105</sup> CANO, Jefferson. *Nas trilhas da crônica: literatura e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX*.

<sup>106</sup> Sacramento Blake atribui a Pinheiro Guimarães a autoria d'A Pacotilha. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, vol 7, Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura. 1970, p.13.

<sup>107</sup> CORREIO MERCANTIL, 10 fev. 1851.

deles as considerações que nos prescrevem convenientes para atingir ao fim a que se deve dirigir-se todo o escritor público, isto é: moralizar.

Trilhando esta vereda, é nosso ardente desejo ser útil, pois que tal é também o intento dos padrões novos d'esta futrica velha, que por ainda existir, por mercê de Deus, no século de reformas, sofreu também por sua vez, uma reforma radical.

Antes de encetarmos nossa tarefa, aqui apresentamos os devidos cumprimentos aos colegas contemporâneos, em com particularidade ao Amigo Ausente, e a respeitável firma de Carijó e Cia., à qual além do título de *igualdade* rogamos digno ajuntar o de *fraternidade*, que lhe pedimos.<sup>108</sup>

A crônica consolidou seu espaço no jornal, servindo como “mais um prato literário ao almoço do assinante aos domingos”, apresentando ao leitor um “retrospecto dos fatos da semana; uma crônica da política; uma resenha das dores e dos divertimentos; um quadro da sociedade e da literatura.”<sup>109</sup>, esse gênero contribuía para que se atingisse a própria finalidade da imprensa, que era instruir, civilizar e moralizar. Nesse sentido, o cronista equiparou-se ao “escritor público”, definido pela *Marmota* como um profissional “que tinha por timbre falar a verdade, manter o respeito ao governo, a obediência às leis, e lembrar honestamente os melhoramentos do país”<sup>110</sup>.

O cronista e seu estilo autoral, nesse sentido, destacaram-se em um espaço (o do folhetim) marcado pela subjetividade e pela independência, ao contrário do restante do jornal, que prezava pela objetividade, pela transmissão da informação de forma imparcial, nas palavras de Machado, onde caía a “luz séria e vigorosa, a reflexão e a calma, a observação profunda”<sup>111</sup>. A crônica é uma aparente “conversa fiada” e, por isso, Macedo deve ter sido um bom cronista, porque, segundo Antonio Candido, o escritor de Itaboraí sempre cedia ao “impulso irresistível da tagarelice”, e por isso suas obras apresentam uma “narrativa oral”, típica “de alguém muito conversador”<sup>112</sup>.

O traço marcante desse novo gênero dominical era a interpretação da realidade, de modo que seu autor não deveria se preocupar com formalidades, pois

<sup>108</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 06 jul. 1852.

<sup>109</sup> CORREIO MERCANTIL, 09 jul. 1854.

<sup>110</sup> A MARMOTA DA CORTE, 21 nov. 1849.

<sup>111</sup> O ESPELHO, 30 out. 1859.

<sup>112</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2007, p.453-461.

julgava possuir certa autonomia, que lhe permitia adotar posicionamentos que em alguns momentos contrariava o pensamento expresso pelos editores do periódico.

### 2.3 O cronista Macedo e seu leitor-modelo

*A Semana* estreou em dezembro de 1852, no espaço destinado ao folhetim, seu primeiro redator foi Francisco Otaviano. Dois anos mais tarde, Otaviano migrou para o *Correio Mercantil* deixando vago o seu lugar. A procura de um substituto à altura, a folha teria recusado a indicação de José de Alencar – nesse momento ainda um jovem escritor – porque prefeririam um literato com mais prestígio. Optaram, portanto, por Justiniano José da Rocha, que logo abdicou da tarefa, deixando-a, provavelmente, para Firmino Rodrigues da Silva que também não abraçou o ofício por muito tempo e logo foi substituído por Macedo que, nesta ocasião já era um autor respeitado. Ao assumir a coluna, ele manteve o anonimato, mas a ausência de seu nome – ou pseudônimo – ao final do texto não significava que os leitores não soubessem que os textos eram de sua autoria. Em alguns momentos, os temas – sobretudo políticos – tratados em *A Semana* apareciam em seus outros textos literários que eram publicados no mesmo período, porém, em outros jornais<sup>113</sup>.

Macedo optou pelo anonimato em suas crônicas dominicais, no entanto, certamente, o escritor poderia ser reconhecido por seu estilo literário. A ironia com que tratava as questões políticas era um traço característico de sua escrita e, provavelmente, reconhecível para o público-leitor. Apesar de o gênero cronístico ater-se, sobretudo, aos fatos ocorridos em um determinado período, os temas abordados na série d'*A Semana* eram semelhantes aos de *A carteira do meu tio*. Desse modo, o leitor de *A carteira* que lesse as crônicas hebdomadárias, provavelmente, perceberia que os textos eram do mesmo autor. Entretanto, a maior preocupação de Macedo talvez fosse expor suas críticas ao sistema político brasileiro para diferentes públicos, uma vez que o *Jornal do Commercio* e *A Marmota*, em virtude de seus perfis editoriais, atendiam a leitores distintos.

O *Jornal do Commercio* foi fundado, em 1º de outubro de 1827, pelo francês Pierre Plancher, sendo o jornal diário mais antigo da América Latina. Plancher

---

<sup>113</sup> CANO, Jefferson. *Nas trilhas da crônica*, p.8-10. (No prelo.) (Artigo gentilmente cedido pelo autor.)

pretendia lançar uma publicação que estaria preocupada – como o próprio nome sugere – com as questões mercantis. No primeiro número, os objetivos da nova folha foram apresentados ao público-leitor:

De hoje por diante continuará-se-há a publicação deste *JORNAL DO COMMERCIO*. Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores Negociantes conterà diariamente tudo o que diz respeito ao Comércio, tanto em Anúncios, como em Preços Correntes exatos de Importação e Exportação, entrada e saída de Embarcações, etc.<sup>114</sup>

A fim de cumprir sua “vocação mercantil”, o jornal veiculava informações sobre o embarque e desembarque de navios no porto carioca, anúncios, dados da movimentação comercial, leis relacionadas ao comércio, publicadas nas cerca de 20 seções<sup>115</sup>. Plancher contava com a colaboração do inglês Hunt, do médico francês João Francisco Sigaud e dos ilustres brasileiros Francisco de Paula Brito e Evaristo Ferreira, entre outros escritores.

O alijamento das questões políticas não duraria por muito tempo, duas semanas após o número inaugural, o periódico homenageava a monarquia e conclamava os brasileiros a reconhecerem sua importância e a cooperarem com ela:

A Nação Brasileira não pode sem o mais vivo, sem o mais verdadeiro entusiasmo deixar de publicar sua gratidão, cobrindo de flores o Berço do Jovem Augusto, que na crise da regeneração das Monarquias e das Nações veio elevá-la a uma categoria já de muito tempo proporcionada com o estado físico de suas forças e de seus recursos. [...]; no momento [...] em que a Nação Brasileira não tiver mais do que um só modo de pensar, ver-se-ão os frutos da regeneração, que mudou e transformou a existência política do Brasil.

Decidamo-nos a ser o que devemos ser por uma sincera, e mutua cooperação com o Augusto Criador do Império; e saudemos com transportes de prazer o dia em que apareceu no Trono de Portugal Aquele que devia erguer um Trono no Brasil; reúnam-se os nossos corações, e formem o monumento de nossa gratidão.<sup>116</sup>

A aproximação com a política ficou evidente em julho de 1828, quando Plancher, atendendo aos pedidos de seus assinantes, decidiu alterar o nome do

<sup>114</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 01 out. 1827.

<sup>115</sup> Das 20 seções, destacamos as seguintes: *Notícias marítimas; Preços correntes dos gêneros de importação, Exportações, Câmbios*, entre outras, cujos títulos remontam ao caráter comercial da folha.

<sup>116</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 12 out. 1827.

periódico para *Jornal do Commercio: Folha Comercial e Política*. Na ocasião, o editor justificou a mudança:

Os redatores do *Jornal do Commercio* em consequência das reiteradas petições de muitas pessoas, [...] de hoje em diante, tomarão as medidas necessárias para dedicar parte de seu jornal às questões políticas, sem, contudo, prejudicarem em nada a parte comercial. Os redatores sempre solícitos em tornar a sua publicação de mais a mais útil, e considerando a grande vantagem que resulta ao público pela publicação, na madrugada do dia seguinte, das notícias de todos os acontecimentos políticos chegadas até a tarde da véspera, não hesitarão a aproveitar mais esta ocasião para provar aos seus assinantes a gratidão pela proteção com que até agora horaram a sua folha.<sup>117</sup>

Com o respaldo dos leitores, a publicação optava por um jornalismo informativo e de opinião, que participasse da vida política do país e contribuísse para a construção social da nação brasileira. Desse modo, a publicação passaria a atuar nos debates políticos da época e intervir na formação da esfera pública. Com a mudança, quatro novas seções foram introduzidas na folha, a saber: *Decretos*, *Correspondência*, *Notícias estrangeiras* e *Rio de Janeiro*. O editor francês atribuía à imprensa o papel de formadora de uma opinião pública e considerava que a imparcialidade fazia parte do veículo, mas os jornalistas deveriam *tomar partido* e advogar em torno de uma causa, com a qual se identificassem.

O escritor era visto como um intérprete da “voz do povo”, cuja responsabilidade era com a verdade, expressa com coerência e coragem. Por representar os desígnios da maioria é que a imprensa tornava-se essencial e deveria ter a atenção dos governantes.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> Idem, 16 jul. 1828.

<sup>118</sup> Dada a importância dos profissionais da imprensa, os governantes deveriam levar as opiniões veiculadas por ela. Esta ideia aparece em um artigo, no qual o redator analisava a situação política da Espanha, a saber: “[A Espanha] hoje é um Reino pobre, desunido, percorrido em todos os sentidos por quadrilhas de ladrões, dominada por frades, ávidos e ociosos. O soberano em lugar de assinar ordens, que se executam desde o Báltico até o Missouri, acha-se reduzido a autorizar, para satisfazer a vingança de uma facção que desagrada o país, a prisão, os suplícios e a morte dos bravos, que o socorreram nos dias de seu cativeiro. Foi ele quem produziu este estado de servidão, em que se acha abismado com seu povo; tem sido a sua funesta persistência nas estreitas ideias antigas do governo; é o seu estado de obediência a entes perigosos, que tem sempre levado a miséria, e a guerra civil aos países em que tem sido admitidos. Em lugar de seguir cegamente os conselhos, ou antes, as ordens do Padre Cyrillo, agente das sanguessugas da Espanha, se tivesse escutado a voz do povo, que pedia a reforma, e as dos corajosos escritores, que eram seus intérpretes, teria podido encontrar a felicidade pessoal e um poder respeitado. Ver: *Jornal do Commercio*, 30 jul. 1828, grifo nosso.

No primeiro aniversário da folha, os editores agradeceram aos leitores e referendaram a preocupação política e o maior espaço que confeririam ao tema no jornal:

Os editores do *Jornal do Commercio* mereceriam a nota de ingratos, se no dia em a publicação completa um ano, não oferecesse humildemente ao iluminado público desta Corte, e em particular ao honrado Corpo do Comércio os seus mais expressivos agradecimentos pela proteção e benevolência com que tem sido tratados e, querendo tornar-se mais e mais devedores de tão preciosa aceitação, observando por outro lado o quanto **a maior extensão que ultimamente deram à parte política e miscelânea promoveram o concursos dos assinantes e sua satisfação**, eles se resolveram a não poupar trabalhos, nem despesas para que no início do seu segundo ano seu Jornal apresente novo grau de aperfeiçoamento, ora confiado a vários redatores da melhor fama e probidade literária os diversos ramos que esta folha abrangia, com a admissão da Política Nacional, o mais interessante para nós e até o dia de hoje pouco contemplado, **acrescentando um folheto de duas ou quatro pequenas colunas para estabelecer a perfeita divisão entre os artigos sérios e de interesse dominante com o Teatro e de Literatura**, não deixando de aplicar os mais desvelados cuidados à parte comercial e dos anúncios, sempre a fundamental, e de mestrança da publicação, esperando tornar-se dignos por estes melhoramentos, e outros que o tempo indicará sempre crescente boa opinião com quem têm sido favorecidos.<sup>119</sup>

Além do maior espaço conferido à política, uma nova seção dedicada ao teatro e à literatura foi prometida aos leitores do periódico. Em seu segundo ano o jornal aproximava-se do campo literário e garantia que a redação do impresso estaria sob a responsabilidade dos melhores escritores do Império.

Em agosto de 1830, a folha se envolveu em uma polêmica depois da publicação de uma nota em defesa de uma “política de colonização discriminatória aos portugueses”, assinada pelo jornalista Julio César Muzzi. O texto gerou a fúria dos portugueses que viviam no país e forçou Plancher a tomar algumas medidas drásticas: primeiro, demitiu Muzzi e, em seguida, decidiu mudar o título do periódico e prometeu abandonar os temas políticos, retornando, desse modo, à proposta inicial de uma folha voltada às questões comerciais:

Os Proprietários do *Jornal do Commercio* ouvindo o parecer de muitos Comerciantes desta Praça, e penhorados da verdade, e utilidade, que lhes provêm do são acordo deles, se decidiram logo a fazer diversas mudanças ao seu estabelecimento, começando pela do Redator; e, [...] convieram definitivamente em mudar o título do

<sup>119</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 30 set. 1828, grifo nosso.

mesmo Jornal, restituindo-o ao de – DIÁRIO MERCANTIL, ou NOVO *JORNAL DO COMMERCIO* – ao qual, e às suas operações, e a tudo que lhe respeita, é exclusivamente dedicado, recusando-se de todo a artigos de Política, quaisquer que sejam, e de polêmica com os mais Jornais.<sup>120</sup>

Mas, pela segunda vez, o editor descumpriu sua promessa. Os assuntos políticos voltaram às páginas do periódico e às críticas ao imperador, bem como referências a assuntos polêmicos, como a questão escravista<sup>121</sup> foram temas abordados pela folha. Em 1831, o jornal apoiou o movimento que exigia a abdicação de D. Pedro I, pois, apesar de reconhecer e respeitar o governo do monarca português, questionava os atos autoritários de sua gestão. Em 06 de abril, por exemplo, às vésperas da abdicação, o editor reafirmou a importância do conhecimento das leis pelo povo, para que o mesmo não aceitasse o despotismo monárquico:

A tipografia de Emile Seignot Plancher acaba de imprimir uma obra, que sem dúvida será apreciada pelo público brasileiro, a Biblioteca Constitucional Brasileiro, que constará de 15 volumes no pequeno formato das folhinhas. Estes volumes, dos quais 4 já saíram à luz, conterão todas as Leis e interessam particularmente ao povo, tais, como a Constituição do Estado, o Código Criminal, as Leis sobre os Municípios, as Buscas ou Visitas Domiciliares, Juízos de Paz, Liberdade de Imprensa, Arrecadação da Décima, etc. porquanto é necessário que o povo saiba, quais são os seus deveres para com a Pátria, e o Monarca, que conheça os direitos civis, que lhe outorga o liberal sistema, que os rege, e nenhum outro meio é mais condizente à um tal fim, do que familiarizar o povo com as leituras das Leis do Estado. [...]. Nós esperamos que os Srs. Redatores das folhas políticas, tanto na Capital, como das províncias, reconhecendo as vantagens, que se podem tirar desta publicação, a recomendem aos cidadãos de todas as classes, certos, de que com isso farão um relevante serviço à Pátria. Quanto menos instruído é um povo, tanto mais sujeito está a cair nas garras do hediondo despotismo.<sup>122</sup>

Catorze dias após a abdicação de D. Pedro I, Plancher anunciou que mudaria novamente o nome do jornal. O editor primeiro excluiu o *Novo*, ficando então *Diário Mercantil ou Jornal do Commercio*, mas em setembro do mesmo ano, uma nova mudança foi realizada: caiu a denominação *Diário Mercantil*, fato que fez com que o jornal voltasse a adotar o título original.

<sup>120</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 12 ago. 1830.

<sup>121</sup> Idem, 05 fev. 1831.

<sup>122</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 06 abr. 1831.

Na década de 1850, o jornal já não pertencia mais a Plancher<sup>123</sup>, mas a Junius Villeneuve e Francisco Antônio Picot, no entanto, o periódico ainda mantinha os objetivos de seu idealizador: contribuir para o desenvolvimento material do país. A grande novidade nesse período foi criação d'*A Semana*, em 1852, inicialmente sob a responsabilidade de Francisco Otaviano, como dito anteriormente, e depois de Joaquim Manuel de Macedo.

No período em que Macedo escreveu *A Semana* as questões políticas predominaram. Nesse espaço o autor emitiu suas críticas à conciliação, defendeu o projeto de reforma eleitoral, analisou o perfil dos políticos do Império, além de comentar a importância de datas oficiais como o *7 de setembro* e *12 de outubro*. A vida cultural da capital também foi tema das crônicas macedianas, era comum o escritor tecer apreciações sobre as novas peças teatrais e livros recém-publicados, bem como discutir o estado dos teatros e as iniciativas do poder público para o desenvolvimento intelectual da nação; praticamente nada escapava da “pena imparcial e severa do incorruptível escritor da *Semana*”<sup>124</sup>. Macedo definia sua “pobre crônica” como uma “colcha de retalhos”.<sup>125</sup>

Ao assumir *A Semana*, Macedo fez questão de imprimir aos textos o seu estilo irônico e debochado, abdicando de uma linguagem mais apurada, característica dos cronistas que o antecederam. Seu texto “inaugural” tem um tom incisivo, que também encontramos em *A carteira do meu tio*.

Um discurso sem exórdio é como um sobrado sem escada, como uma companhia sem badalo, como uma frota sem bandeira, como uma sumaca<sup>126</sup> sem cachorro, como um potentado eleitoral sem comando, como um turco sem turbante, como um alemão sem cachimbo, como um italiano sem macarrão, como um inglês sem calças brancas, como um francês sem retrato de Napoleão, como um

<sup>123</sup> Plancher vendeu a tipografia do *Jornal do Commercio*, em 1834, para Junius Villeneuve e Réol Antonie de Mougnot. Nesse mesmo ano, o tipógrafo francês retornou à França, mas mantinha contato com os novos responsáveis pela publicação, mediando a aquisição os direitos dos folhetins de Alexandre Dumas e Eugène Sue. Plancher morreu em 1844, na capital parisiense. Pouco depois, Villeuneuve fez de Francisco de Antônio Picot seu braço direito. Somente em 15 de outubro de 1890, José Cardos Rodrigues adquiriu a *Villeneuve e Picot*, proprietária do jornal. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 126-127.

<sup>124</sup> MARMOTA FLUMINENSE, 09 jun.1857.

<sup>125</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 08 abr. 1855. Nas palavras de Macedo: “[...] esta minha pobre semana está pela própria natureza condenada a sempre parecer certa colcha de pobre que se compõem de retalhos de trinta mil chitas e riscados de padrões diferentes”.

<sup>126</sup> Barco pequeno, de dois mastros, muito usado, antigamente, na América do Sul. In: Dicionário online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/sumaca/>. Acesso em 04/09/2014.

espanhol sem fidalguia, como um chim sem rabicho, como um russo sem *of*, como um holandês sem *von*. [...]

Mas... (tornando ao exórdio) eu queria saudar o dia festivo, glorioso, político, e altamente significativo, que dá começo ao mês de Abril, com um preâmbulo de deixar todos de queixo caído; no primeiro ímpeto peguei na pena, e escrevi uma *tirada* digna de um deputado novo que prepara o seu discurso três meses antes de se abrirem as câmaras; estava um exórdio sublime, principiava assim:

Brilha pomposo e rutilante Febo.

Que aos beijos se arrancou da rósea aurora...<sup>127</sup>

No final, Macedo decidiu não escrever o tal exórdio e afirmou que sua primeira crônica em *A Semana* estaria como um “corpo sem cabeça”. O autor se mostrava completamente indiferente ao julgamento do público em relação à sua decisão, talvez porque, a esta altura de sua carreira literária, não precisasse mais “bajular” o leitor que, apesar do anonimato da coluna, certamente saberia que aquele tom irônico pertencia ao célebre escritor de *A Moreninha*. Nas palavras de Macedo:

E ainda que o público se desgoste e leve a mal o meu procedimento, que importa isso?... Hoje não há mais receio de desgostá-lo, porque Charton e a Casaloni<sup>128</sup> não tem privilégio exclusivo de estar em cima do público, e quem tem medo de pateada, ou de sinais de reprovação, pode muito bem agarrar-se com a polícia do Provisório, e uma vez apadrinhado por ela diga que quem for capaz abra a boca.<sup>129</sup>

É claro que Macedo abusa da retórica ao dizer que não se preocupava com a opinião do público, por mais famoso e respeitado que ele fosse entre os homens de letra e os leitores, certamente havia uma preocupação em agradar aos assinantes de domingo, caso contrário não seria necessário tantas explicações acerca da ausência do famigerado exórdio. Macedo imaginava um leitor exigente para suas crônicas, que não se contentava com qualquer “artiguinho”. Em certa ocasião, ele

<sup>127</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 01 abr. 1855.

<sup>128</sup> Nesse período, as cantoras Anne Charton e Anetta Casaloni disputavam a preferência do público carioca, nos concertos de ópera que aconteciam no teatro S. Pedro de Alcântara. Lira Neto, em seu livro *O inimigo do rei*, conta que os “[...] fãs não se contentavam em apenas atirar flores e ramalhetes ao palco ou mandar enormes buquês aos camarins. Ao final das apresentações, organizavam barulhentos cortejos, que conduziam as prima-donas da saída do teatro até a porta de casa. Os mais exaltados chegavam a orquestrar um coro de vais, assobios e batidas de pés em meio aos espetáculos, para demonstrar desagrado a esta ou aquela, conforme a sua preferência. Muitas vezes tais manifestações – as chamadas “pateadas” – acabavam nas vias de fato, em pancadaria reprimida pela polícia”. Cf. NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006, p. 96.

<sup>129</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 01 abr. 1855.

afirmou que caso não apresentasse a cada semana “um estirado artigo que tenha suas semelhanças com [...] a coleção de leis do Império”, os leitores do *Jornal do Commercio* iam “por a boca no mundo, e começar a gritar por essas ruas afora: ‘hoje não tivemos a semana’”.<sup>130</sup>

Em outubro de 1855, o escritor de Itaboraí reconheceu a pressão que o público-leitor exercia sobre sua escrita e a necessidade de agradar aos leitores, atendendo aos seus pedidos:

Escreve!

Escreve sim; o relógio marcou a hora: escreve, e escreve de tal modo que prendas a atenção de seus leitores durante uns vinte minutos, pelo menos.

O público é senhor despótico: é uma espécie de Luiz XIV de todos os tempos, que quer sempre ser obedecido, e não admite nem desculpas nem explicações.

O pensamento de um escritor de *semana* deve obedecer ao ponteiro do relógio com a mesma prontidão com o carpinteiro ou o pedreiro obedece ao malho que bate o prego na sua obra.<sup>131</sup>

Estando há um mês à frente d’*A Semana*, o escritor se dirigiu ao seu público-leitor de forma muito respeitosa, através de pronomes de tratamentos como “ilustre” e “digníssimos”, utilizados para designar “um nobre, esclarecido por nascimento, ou méritos”<sup>132</sup>, aplicados, sobretudo, em documentos oficiais. Nessa ocasião, o escritor reclamou da ausência (ou não podia tratar?) de temas relevantes naquela semana que se encerrava, Macedo comparava seu texto com um relatório – o que justificaria a utilização da expressão *ilustre* para designar o leitor – e esperava que, dada a falta de assuntos polêmicos, o texto tivesse um efeito tranquilizante:

Ilustres e digníssimos senhores leitores do *Jornal do Commercio*:

Eu desempenho a árdua tarefa que tomei sobre mim, venho hoje apresentar-vos o quadro das novidades da semana que acaba de tocar o seu termo, e muito feliz me julgarei se a leitura deste relatório não produzir em todos vós os efeitos de uma tisana soporífera<sup>133</sup>, ou de um discurso de *copo d’água*<sup>134</sup>.

<sup>130</sup> Ibidem, 08 abr. 1855.

<sup>131</sup> Ibidem, 21 out. 1855.

<sup>132</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*, 1789.

<sup>133</sup> Planta com efeito calmante.

<sup>134</sup> A expressão significa um discurso sobre temas irrelevantes e foi utilizada por Macedo em *Memórias do sobrinho do meu tio*. “Sessão do clube dos desgostosos: presidência da Chiquinha

Pela própria natureza da crônica, os leitores esperariam que *A Semana* discutisse as principais notícias da semana, para tanto, Macedo, provavelmente, acompanhava os principais jornais da capital e observava quais temas apareciam nas rodas de conversas naquele período de sete dias. Mas em alguns momentos parecia ser difícil escrever um resumo daqueles dias, dada a falta de notícias, como ele confessou neste excerto:

Há semana estapafúrdias e desenxabidas em que um triste cronista, por mais que passe em revista trinta vezes todos os jornais dos sete dias, e converse, parafuse, esmerilhe, trabalhe e sue a camisas, não encontra coisa que valha a pena de se fazer menção.<sup>135</sup>

Em outra ocasião, o cronista novamente dividiu com seus leitores a angústia de não ter assunto: “cheguei ao fim de semana que teve sete dias; como todas as outras, e que parece não ter tido nenhum [...]”; mas, como era de praxe, ele aproveita a ausência de assunto para alfinetar os políticos, ao comparar tal situação com os “[...] discursos-monstros de certos parlamentares, em que as ideias próprias e os pensamentos aproveitáveis aparecem como ilhazinhas microscópicas perdidas em um oceano de palavras.”<sup>136</sup>

Malgrado a preocupação, enquanto cronista, de comentar as *últimas notícias*, Macedo adotou um estilo irônico e metafórico que, apesar de vinculado a um jornal de grande circulação, se aproximava da *oralidade*, quase como uma conversa informal com o leitor, na qual o romancista escrevia, mesmo os temas mais polêmicos, de forma bem-humorada e independente e, sob o disfarce da “liberdade literária”, oferecia repostas aos problemas políticos e sociais que lhe eram caros à época. Nesse sentido, depois de oito meses à frente d’*A Semana*, o autor assinalou:

Os meus leitores, que não de ter reparado que até hoje a minha pena tem obedecido somente à musa do capricho, e ainda não se quis cingir a regras, nem a preceitos, que tem doudejado como uma cabeça de poeta que está sem dinheiro, ou como um coração de

---

que faz do piano regimento da casa: ordem do dia — males mais consideráveis do país, — não tem, mas toma a palavra o compadre Paciência, que faz *discurso de copo d'agua e discorre sobre ninharias*, como as questões de emancipação, de finanças, de degeneração do sistema representativo e suas causas, e descobre o elixir das reformas para curar tudo isso, rematando o discurso com um epílogo de ave de mau agouro”. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Peguim Classics Companhia das Letras, 2011, p. 301, grifo nosso.

<sup>135</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 19 ago. 1855.

<sup>136</sup> Ibidem, 17 fev. 1855.

moça vaidosa, que anda doida, por casar, os meus leitores, repito, provavelmente dirão lá consigo: “ora bem, o tal Sr. redator da *Semana* acabou enfim por tomar juízo e adotou um *sistema*.”<sup>137</sup>

Macedo se mostrava avesso às imposições externas e advogava em torno de uma liberdade que garantisse a ele dizer a “verdade”, pois era “decidido inimigo de fantasmagorias e de fingimentos”. Sua crítica se direcionava aos jornais e jornalistas que, em decorrência da conciliação, passaram a evitar enfrentamentos com os políticos do Império. Macedo não queria aderir a nenhum “sistema”, a fim de que seus textos se tornassem previsíveis a ponto dos leitores “adivinharem no sábado o que [ele] teria a dizer no domingo”<sup>138</sup>.

As crônicas d’A *Semana* se notabilizaram pela acidez e Macedo acreditava que a leitura delas era um castigo para os leitores: “[...] não haverá melhor penitência do que a leitura dessa semana”<sup>139</sup>. Em outra ocasião, avisou ao público (ou melhor uma parte dele) que teriam que o “engolir”: “o público que engula, pois, na certeza de que seu estômago já deve estar habituado a esta espécie de alimentação; porque o estômago do público é como o de Saturno, que até mesmo pedras recebeu e digeriu”<sup>140</sup>. Entretanto, Macedo se referia a um grupo de leitores específico: seus desafetos políticos, que passaram a reclamar com os editores acerca do conteúdo de seus textos.

O estilo debochado e as opiniões polêmicas acerca da política imperial levariam o autor a sofrer retaliações de uma “camuflada oposição” – digo, camuflada, porque em tempos de *conciliação* “não havia” oposição, assunto este que trataremos no próximo capítulo. Macedo nesses momentos dizia que seu “ministério” estava em “crise”:

Desconfio que em algum destes dias mais chegados haverá crise do ministério da *Semana* cá pelo mundo político do *Jornal do Commercio*: um homem de juízo sempre reconhece quando começa a ter cheiro de fruta passada; basta para isso reparar no nariz de certos amigalhões do tempo de glórias. A minha pobre *Semana* já se acha no caso do órfão sem herança, que anda de Herodes para Pilatos, sem depara com uma alma caridosa que lhe aceite a tutoria:

<sup>137</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 18 dez. 1855.

<sup>138</sup> JORNAL DO COMMERCIO, loc. cit.

<sup>139</sup> Ibidem, 08 abr. 1855.

<sup>140</sup> Ibidem, 29 abr. 1855.

é já uma infeliz enjeitadinha, cuja paternidade causa receio e vexame, e por isso contra ela se protesta.<sup>141</sup>

E continua, afirmando ser “vítima de potências sinistras”, que buscavam sufocar a voz d’A *Semana*, mas que diante de uma “crise”, ele estaria pronto a abdicar do ofício: “Se fizer muita bulha, e se declarar a crise, dou a minha demissão jurando que estou cansado, e retiro-me aos bastidores.”<sup>142</sup> Na semana seguinte, Macedo ainda se sentia pressionado e com a “demissão nas costas”, entretanto, dizia estar firme em seus propósitos e pronto para deixar o folhetim se fosse necessário, uma vez que não abriria mão de sua *independência literária*:

[...] quanto mais oficial: não jurei *bandeira*, e declaro que o meu *ministério* é antes de tudo independente, e não é solidário com ninguém. Nos domingos o *Jornal do Commercio* é folha oficial do risco do folhetim para cima; do risco para baixo tudo é meu, meu só. E unicamente do meu ministério, que é, repito, independente e antisolidário. Faço ponto aqui, e passo adiante.<sup>143</sup>

Numa referência clara ao ministério da conciliação, o autor satirizou o sistema político, cuja preocupação era amenizar as divergências entre os partidos políticos. Diante da “crise” restava a ele mudar o estilo, ou seja, fazer como seus colegas “políticos conciliados”, abrandar as críticas, baixar as “bandeiras” e mudar o tom (irônico):

Mas, o que posso fazer eu, que acabo apenas de escapar de uma crise furiosa desesperada que ia-me atirando os ossos escada abaixo?.. Por ora me sinto ainda com bastante força para me meter em funduras, e, portanto, não tenho outro remédio senão mudar o estilo, e mostrar-me na redação da *Semana* sério e grave como um juiz na audiência.<sup>144</sup>

Dois meses depois, quando a “crise” aparentava estar sob controle, Macedo fez questão de reafirmar sua *independência literária*, nessa ocasião, o escritor, ao invés de tratar do fato mais popular/importante ocorrido no decorrer da semana, optava por explorar outros assuntos que ele achava pertinentes aos leitores:

Conformando-me com a opinião geral, devia eu começar já declarando que o acontecimento mais notável da semana foi a distribuição das ações da estrada de ferro de Pedro II; mas como não costume ler pela cartilha dos outros, e julgo sempre as coisas

<sup>141</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 22 abr. 1855.

<sup>142</sup> JORNAL DO COMMERCIO, loc. cit.

<sup>143</sup> Ibidem, 29 abr. 1855.

<sup>144</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 13 mai. 1855.

segundo a minha fraca inteligência, e tanto que ainda não passei procuração a ninguém para pensar por mim, digo e sustento que o fato que durante esta semana deu mais a pensar e que temer, foi a publicação dos *Apontamentos sobre a cólera morbus epidêmica*<sup>145</sup> escritos pelo Dr. E. Victorio, e coordenado e publicado por seu filho o Sr. Adolpho Victorio.<sup>146</sup>

Mas a estabilidade era passageira; naquele mesmo mês, a revista hebdomadária de Macedo que deveria sair no dia 22 não veio a público, na semana seguinte o autor justificou a ausência, dando a entender que havia sido censurado pelos editores do jornal:

Os altos poderes da casa entenderão, ou fingiram entender que na minha *Semana*, que devia aparecer domingo passado havia ideias perigosas e infensas ao pacto fundamental (e ao nosso), e impuseram-lhe por isso embargos à publicidade! [...].<sup>147</sup>

A situação deixou Macedo profundamente incomodado, a ponto de assumir que estava “um pouco de candêas<sup>148</sup> às avessas com os senhores do *risco para cima*”, sobretudo, porque, segundo o julgamento do próprio autor, “não havia na [sua] semana um só alfinete (era tudo *prego cavilha*), não havia nenhuma só indireta (diretas francas, evidentes desde o princípio ao fim) e, entretanto julgaram-na *incompatível* e até inconstitucional!”<sup>149</sup>. No entanto, mesmo diante de uma situação delicada o autor fez questão de declarar que não mudaria suas posições:

[...] não houve nem haverá tão cedo mudança de política cá *do risco para baixo*: estou firme, e nem há quem se lembre de pôr em crise nenhum ministério em uma época em que todos, mais ou menos, têm medo que em crises lhes venha pôr a vida a pestífera filha da Ásia.  
Nem morri nem caí, em prova disso venho hoje cumprir o dever de meu cargo [...].<sup>150</sup>

<sup>145</sup> O lançamento havia sido destaque no *Correio Mercantil*, apesar de reconhecer o mérito do trabalho criticava seus inúmeros erros tipográficos. *Correio Mercantil*, 02 jul. 1855.

<sup>146</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 01 jul. 1855.

<sup>147</sup> Ibidem, 29 jul. 1855.

<sup>148</sup> A palavra *candêas*, de acordo com a definição de um dicionário da época, “era o mesmo que vela. Vaso para luz”. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832.

<sup>149</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 29 jul. 1855.

<sup>150</sup> JORNAL DO COMMERCIO, loc. cit.

Em 23 de março de 1856, Macedo fez alusão à *polícia*, apresentando-a como uma força repressora da capital:

Agora vou ocupar-me, como prometi, de muito importantes notícias científicas, literárias, artísticas, diplomáticas, filosóficas, industriais, comerciais, teatrais, políticas, econômicas, sociais, universais e outras coisinhas mais....

Porém se eu me meter nisso por certo que ei de fazer muita bulha... lembrei-me agora mesmo desse inconveniente! A polícia inspetorial não quer bulha dentro da cidade, e tanto que já prendeu um calceteiro por *bater o prego*...

Nada... nada de entrar de *semana* com a polícia; nada de ruído; haja profundo silêncio na cidade, como aconteceu na câmara quando fala o santo do dia...

Por consequência recolho-me aos bastidores.<sup>151</sup>

Novamente, Macedo reconhece que suas opiniões provocavam uma “bulha” no Império, mas a fim de evitar mais represálias aos seus textos, o autor optava, naquele momento, pelo silêncio – semelhante aos dos membros da câmara em tempos de conciliação. O trecho deixa expresso que ideias polêmicas eram tidas como inconvenientes e o cerceamento da crítica ao governo era atuante, quando, metaforicamente, ele afirma que a polícia inspetorial havia prendido “um calceteiro por *bater o prego*”. Como já dissemos, não podemos falar em uma censura oficial, mas pelo que sugere os textos de Macedo, em tempos de conciliação, a orientação era evitar ataques diretos e assuntos controversos, além disso, fica evidente que o escritor sentia-se “vigiado”, pois mencionava, em diversas crônicas, a atuação policial, e o curioso é que a expressão *polícia* sempre aparece escrita em itálico<sup>152</sup>.

As crônicas d’*A Semana* tratavam de variados temas e, mesmo sendo curtas, procuravam abranger questões contemporâneas com certo toque ficcional. Escritas em primeira pessoa, por vezes apresentavam um tom confessional e subjetivo, que as diferenciavam da linguagem jornalística característica do “risco para cima”, como se referia Macedo ao restante da folha. No entanto, era natural que as crônicas dialogassem com as notícias divulgadas pelos periódicos da época, não se restringindo apenas às matérias do *Jornal do Commercio*, e que, portanto, Macedo esperasse de seu leitor o conhecimento prévio de tais notícias.

<sup>151</sup> Idem, 23 mar. 1856.

<sup>152</sup> Menções sobre a atuação da polícia podem ser encontradas nas crônicas de *A Semana*, publicadas pelo *Jornal do Commercio*, em: 29/07/1855; 23/09/1855; 21/10/1855; 06/04/1856; 20/04/1856; 25/05/1856; 01/06/1856; 20/07/1856; 15/06/1857; 16/07/1857.

O leitor d’*A Semana* imaginado por Macedo era mais politizado e estava a par dos acontecimentos políticos, dos assuntos polêmicos que envolviam a sociedade carioca à época. A proposta do texto cronístico era apresentar um balanço dos fatos da semana, o que, de certo modo, exigia que o leitor acompanhasse e por isso conseguia captar as críticas e até concordar com seu ponto de vista.

Macedo entendia as demandas de seus leitores e escrevia para atendê-las, estabelecendo, ao longo de suas crônicas, um diálogo com o público, no qual ele expunha suas intenções e seu processo de criação, trazendo o leitor para mais perto de si. Em sua terceira semana à frente da coluna, o escritor compartilhou com o leitor sua rotina de trabalho:

Eu tenho por costume sentar-me para escrever a *Semana*, no sábado ao meio dia: pego na pena à primeira badalada do sino; dir-me-ão que acordo muito tarde; mas o que querem? Vejo tanta gente hoje em dia *coxeando como Talleyran*<sup>153</sup>, que me convenci estar na moda ao imitar o grande homem, e tendo por isso vontade de parecer-me com ele em alguma coisa, assentei de deixar sempre tudo o que devo fazer para última hora, como praticava o tal Perigord.<sup>154</sup>

Com ironia, traço constante na produção macediana, o autor não deixa de alfinetar seus “opositores”, ao assumir que deixava tudo para a última hora, como era de costume entre os “grandes homens”. Nesse sentido, ao empregar a expressão “coxeando como Talleyrand”, Macedo ironiza não apenas a deficiência física, mas um defeito moral: a procrastinação.<sup>155</sup>

<sup>153</sup> Francês, nascido em Paris em 13/02/1754, estudou teologia e recebeu o título de Abade Perigord. Integrou a Assembleia Constituinte formada em 1789, por ocasião da Revolução Francesa. Depois fez parte do governo de Napoleão Bonaparte, mas divergências com o imperador motivou sua saída do cargo diplomático que possuía, em 1807. In: *Revista literária: periódico de literatura, philosophia, viagem, ciencias e belas-artes*, tomo IV, 3º anp. Porto: Typographia Commercial Portuense, p. 471-493.

<sup>154</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 15 abr. 1855.

<sup>155</sup> Na *Ilíada*, de Homero, o deus Hefestos é descrito como coxo, bem como despertava o riso dos outros deuses. Para permanecer no Olimpo, Hefestos armou uma estratégia, confeccionou uma poltrona de muita graça, que agradou tanto a Hera que ela sentou-se nela, mas depois não conseguia levantar-se, vendo-se obrigada a solicitar a ajuda de Zeus; este convenceu Hefestos a solucionar o problema, o que foi feito, mas com algumas condições, entre as quais poder ele, Hefestos, permanecer entre os deuses no Olimpo. A história de Hefestos, ainda, é marcada pela traição da esposa Afrodite com o deus Ares. Hefestos, ao saber da traição, armou para pegar a esposa e o amante em flagrante, para tanto, preparou uma armadilha na cama do casal e avisou Afrodite que estaria viajando nos próximos dias, quando Ades e Afrodite se deitaram uma rede caiu sobre eles e os aprisionou, Hefestos chegou logo em seguida e surpreendeu os amantes naquela situação constrangedora. Cf. Ver cantos 1º e 18º. In: HOMERO. *Ilíada*. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics - Companhia das Letras, 2003.

As crônicas possuíam sentidos variados, que deveriam ser desvelados pelo leitor, além de inúmeras referências à mitologia, ao universo do teatro e da literatura e a personagens históricos, o escritor utilizava inúmeras metáforas, cujo entendimento é fundamental para a compreensão de seus textos. Os ataques, ou melhor, as “alfinetadas” de Macedo eram acerbas, mas paliadas com o humor. Em defesa de seu ofício, o autor justificou:

[...] uma *Semana* sem alfinete é como uma câmara sem oposição, como um namoro sem ciúmes, um vatapá sem pimentas, um baile mascarado sem intrigas, uma eleição sem cabeça quebrada, e um emprego público criado de novo sem candidato de olho.<sup>156</sup>

O excerto deixa claro que Macedo não poupava críticas a ninguém, pelo contrário, sua *Semana* não se absteria de tocar em assuntos polêmicos, pois “alfinetar” era sua essência. Em plena conciliação, a *Semana* assumia o compromisso com o leitor de defender seus princípios e não se esquivava diante dos assuntos de interesse da nação, não seria, portanto, como “uma câmara sem oposição”, diagnóstico que o autor – que também cumpria seu mandato na Assembleia Provincial – fazia do cenário político da época.

Sob o pretexto de assumir suas intenções ao escrever *A Semana*, Macedo se comparou aos políticos coevos e, com ironia, criticava veementemente a postura egocêntrica e narcisista desses homens públicos, que se apoderaram da máquina pública para satisfazer seus interesses pessoais, mas que, apesar do comportamento reprovável, esses “sujeitinhos” eram tratados como “beneméritos da pátria”:

Leitores, agradecei-me esta *Semana*! E verdade que não a escrevi tanto pelo amor de vós, como pelo interesse particular do meu ministério: mas eu não me julgo pior que os outros, e dizem-me que há por aqui uma boa meia dúzia (dou só meia dúzia, porque pretendo corrigir os meus erros de cifras nas erratas da *Semana*) de sujeitinhos reconhecidos por beneméritos da pátria, que não tem sido senão beneméritos de si mesmos.<sup>157</sup>

<sup>156</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 13 mai. 1855.

<sup>157</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 24 jun. 1855.

Macedo acreditava que seu leitor vinha sendo iludido, mas sua missão era justamente a de denunciar, a fim de ajudá-lo a sair da situação de mero expectador dos acontecimentos:

A única esperança que me resta está firmada na consideração de que um público como o nosso que anda sendo logrado todos os dias e por todos os modos, sem jamais perder a paciência, não há de agora vir fazer o triste papel de *cavaquista*<sup>158</sup> por causa de algumas *burlas* sem consequência que lhe prega um pobre diabo como eu. É verdade que, conforme o velho anexam, *a corda arrebeta sempre pelo lado mais fraco*, e talvez o Sr. público, que não tem ânimo de arrebitar-se contra os carapetões-fidalgos de que não poucas vezes é vítima, ponha as mãos na cabeça e se arme de ponto em branco para tirar a vingança de um logro plebeu, que por força maior sou coagido a pregar-lhe.<sup>159</sup>

O excerto acima também evidencia a linguagem coloquial empregada por Macedo. Ao se apropriar de um dito popular – “a corda arrebeta sempre pelo lado mais fraco” –, o escritor abusa da oralidade e reitera seu estilo acessível que tanto agradava aos leitores. Entretanto, apesar de certa informalidade do texto cronístico macediano, o leitor, para entender sua ironia, tinha que estar a par da vida política do país.

Em certa ocasião, Macedo orientou como seus leitores deveriam proceder à leitura de suas crônicas: “aqui podem os meus leitores descansar o *Jornal* sobre a mesa, tomar a sua pitada de rapé, assoar-se, tossir, etc., etc., agora silêncio, que eu vou continuar.”<sup>160</sup>. Entendemos que esta interferência demonstra a preocupação do autor com a compreensão de suas posições e dos assuntos abordados, tal compreensão exigia concentração e seriedade do público-leitor. Macedo estaria pedindo ao leitor que dedicasse tempo exclusivamente à leitura de sua crônica, a fim de que fosse mais bem assimilada. Enfim, o leitor-modelo<sup>161</sup> macediano deve estar *atento e disponível* para acompanhar o raciocínio do escritor.

<sup>158</sup> Pessoa que dá o cavaco por qualquer coisa, que se irrita facilmente.

<sup>159</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 22 abr. 1855.

<sup>160</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 22 abr. 1855.

<sup>161</sup> Usamos aqui a expressão leitor-modelo a partir das premissas de Umberto Eco, que define o termo como: “uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mais ainda procura criar. [...]”. In: ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. 1994, p.15. O leitor empírico – “você, eu, todos nós, quando lemos um texto” – dos textos de Macedo não pode ser definido, mas podemos buscar definir o leitor-modelo – “uma espécie de tipo ideal” – imaginado pelo autor, que se torna um “coautor” da obra, pois o sentido de um texto é construído com a participação efetiva de seu leitor. De acordo com Umberto Eco: [...] qualquer narrativa de ficção é necessária e fatalmente rápida porque, ao construir um mundo que inclui uma multiplicidade de

Nesse contexto “conciliador” a literatura – romances e crônicas – era, talvez, o único meio de tecer críticas contundentes ao modelo político, às reformas realizadas, aos ministros e, por que não, ao imperador. Além disso, ao produzir textos de diferentes gêneros e publicá-los em periódicos distintos, Macedo garantia que eles seriam lidos por leitores com perfis díspares. Nesse caso, no *Jornal do Commercio*, desde seu início, predominavam os assuntos políticos e comerciais e, por isso, seus assinantes – “homens sisudos, como se dizia”<sup>162</sup> – esperavam encontrar matérias e reportagens que privilegiassem tais temas, ademais, a própria crônica – mesmo que fosse um texto com feições literárias – não fugia completamente ao caráter noticioso da folha, pelo contrário, a crônica buscava dialogar com o que era publicado no restante do jornal, enquanto *A Marmota* tinha outra proposta, mais voltada para o universo das belas-letas, que atraía outro tipo de leitor.

#### **2.4 A carteira do meu tio nas páginas de *A Marmota da Corte***

No final da década de 1820, Paula Brito foi contratado pelo *Jornal do Commercio*, dirigido por Plancher, no qual assumiu, inicialmente, a tarefa de compositor tipográfico. Em 1832, fundou sua própria tipografia, além dos livros, Brito dedicou-se à publicação de periódicos satíricos como *A mulher do Simplício ou A fluminense exaltada*, entre outros títulos de igual importância<sup>163</sup>. Mas, talvez, as folhas de maior sucesso no século XIX tenham sido “as *Marmotas*”: de 1849 a 1852, *A Marmota da Corte*; de 1852 a 1857, a *Marmota Fluminense* e entre 1857 a 1864, *A Marmota*. Até 1861, ano da morte de Paula Brito, o periódico era editado às terças e às sextas-feiras. Entre 1861 e 1864, sua publicação se deu de forma irregular.

---

acontecimentos e personagens, não pode dizer tudo sobre esse mundo. Alude a ele e pede ao leitor que preencha toda uma série de lacunas. Afinal, todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça uma parte de seu trabalho. Esse leitor-modelo é alcançado por meio da análise minuciosa do vocabulário, das relações intertextuais e da própria estrutura sintática da obra. Desse modo, nos propomos a investigar as estratégias linguístico-literárias utilizadas por Joaquim Manuel de Macedo em *A Semana* e *A carteira do meu tio* a fim de construir o leitor-modelo por ele pensado.

<sup>162</sup> MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista no Império*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1961, p.282.

<sup>163</sup> Em 1833, Paula Brito lançou *O homem de cor*, *A mineira do Rio de Janeiro*, *O limão de cheiro*, *O saturnino*, entre outros.

O jornal de Paula Brito privilegiou a publicação de folhetins, artigos sobre moda, partituras musicais, muitas charadas e poemas, mas não deixou de lado as discussões políticas, no entanto estas apareciam nas entrelinhas, escritas para um público leigo, menos politizado, diferente dos leitores do *Jornal do Commercio*, definido por Brito como o “Gigante do Rio”<sup>164</sup>.

A *Marmota* desde seu início buscou servir ao desenvolvimento da pátria, através da formação moral de seus leitores. O objetivo da folha era *instruir divertindo* a mocidade, ou seja, jovens estudantes e moças cujos valores apreendidos deveriam ser o da fé católica, da família burguesa, do cumprimento das leis do Estado e da veneração ao imperador D. Pedro II. Em seu primeiro número, em 1849, Próspero Diniz – redator à época – assinalou aos leitores as intenções do novo periódico:

[...]. Esta folha há de ser um guisadinho saboroso, e bem temperado por tal forma que faça os leitores ou convidados dela lamberem os beiços, e pedirem repetição da dose: há de ser um pudim de coisas boas; há de levar o leite de verdade, o pão da religião, os ovos da pilherias, o cedrão da lei, as passas das poesias, a noz moscada da crítica, e por fim, a canela da decência para aromatizar o paladar das famílias, e dar uma vista agradável ao bolo. Ora pois, abram a boca e fechem os olhos para chuparem o petisco!<sup>165</sup>

A analogia com os ingredientes de uma receita de bolo, feita pelo redator, sinaliza a qual público o periódico pretendia atingir, uma vez que se trata de uma referência ao universo feminino, mais familiarizado com ingredientes e procedimentos culinários. Entretanto, ao continuar a apresentação da folha, Próspero Diniz clamava que a “rapaziada” contribuísse com temas e informações interessantes:

[...] Enquanto não estou bem familiarizado com as moléstias do país, rogo à bela rapaziada desta cidade (que bastante viveza tem) que me remetam à tipografia notícias interessantes que eu publicarei, e basta só darem o tema que eu farei o sermão. Os que tiverem veia poética mandem todas as poesias que fizerem, ainda mesmo incorretas que eu as corrigirei, e quanto à critica suprirei a falta [...]. Rapazes, patuscos, estudantes, caixeiros, todos, todos, cheguem para mim, ajudem-me com as informações da terra que verão como o negócio toma caminho, *crescete et multiplicament*.<sup>166</sup>

<sup>164</sup> MARMOTA FLUMINENSE, 20 jan.1854.

<sup>165</sup> A MARMOTA NA CORTE, 07 set.1849.

<sup>166</sup> A MARMOTA NA CORTE, 07 set.1849.

A fala do editor nos remete a dois pontos importantes: primeiro, fica claro o perfil de leitor esperado pela folha: jovens rapazes e moças; segundo, a preocupação em estimular o desenvolvimento das letras no país, a partir da descoberta de novos talentos, convocando os que tivessem poemas que os enviassem à redação, pois seriam analisados e publicados pelo periódico. De fato, ao longo dos doze anos em que foram editadas “as *Marmotas*”, o periódico trouxe à luz textos de jovens escritores brasileiros, como Machado de Assis (no “comecinho” de sua carreira).

A folha, além de textos inéditos que depois viriam a ser editados em volume<sup>167</sup>, notabilizou-se pela reedição de obras com uma boa recepção do público<sup>168</sup>, esta estratégia, segundo Simionato, visava reduzir os custos e garantir leitores, pois afinal eram produções já conhecidas e de sucesso. Tal prática, segundo a pesquisadora, foi decisiva para a longevidade da gazeta.<sup>169</sup>

Ao continuar a apresentação das propostas d’*A Marmota*, o redator se dirigiu às mocinhas, garantindo a elas sua máxima atenção, pois lhes ensinaria bons modos, literatura e até como “cativar a qualquer coração por mais bronzeado”:

Façamos críticas em geral, carapuças de carregação para se venderem a quem servirem, e já não é pouco. O nosso plano é reformar abusos, recrear os leitores, e ganhar a estimação das simpáticas meninas que honrarem a *Marmota* com as suas mãozinhas maciais, e acetinadas [...].<sup>170</sup>

Os anúncios, máximas e charadas também teriam espaço na publicação, em geral, aparecendo na quarta e última página. Almejando servir como um instrumento de formação, a folha, em sua apresentação, não fez nenhuma referência aos temas políticos e asseverou a preocupação em se manter afastada dos partidos e das

<sup>167</sup> *Maria ou as Meninas roubadas* (1852 e 1853), de Antonio Gonçalves Texeira e Sousa; *A carteira do meu tio* (1855) e *O forasteiro* (1855), de Joaquim Manuel de Macedo; *O canário*, conto do Conde Schmidt (1856, de Guilherme Candido Bellegarde; *O prestígio da lei* (1859), de Manuel de Araújo Porto-Alegre; e *Queda que as mulheres têm para os tolos* (1861), tradução de Machado de Assis. Cf. SIMIONATO, Juliana S. *A Marmota e seu perfil editorial: contribuição para edição e estudo dos textos machadianos publicados nesse periódico (1855-1861)*. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes, 2009, p.52.

<sup>168</sup> Para citar alguns exemplos: *Dores e Flores*, de Augusto Emílio Zaluar; *O primo da Califórnia e Vicentina*, de Joaquim Manuel de Macedo; *Elogio acadêmico da Senhora D. Maria I*, de José Bonifácio Andrada e Silva. Conferir lista completa em: SIMIONATO, Juliana S. *A Marmota e seu perfil editorial: contribuição para edição e estudo dos textos machadianos publicados nesse periódico (1855-1861)*. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes, 2009, p.50-51.

<sup>169</sup> SIMIONATO, op. cit., p.51.

<sup>170</sup> A MARMOTA NA CORTE, 07 set. 1849.

intrigas comuns à época, ao concluir o texto inaugural com a seguinte afirmação: “[...] nos tornaremos um periódico estimado por todos sem sustentar nenhum partido nem nutrir intrigas”.<sup>171</sup>

De fato, *A Marmota* buscou apartar-se de discussões políticas mais acaloradas, o que não significa, necessariamente, que o tema não aparecesse nas páginas do jornal, pelo contrário, a publicação de *A carteira do meu tio* demonstra que havia uma preocupação de seus editores com a formação moral e política de seus leitores. Além da viagem do sobrinho, cuja política era o mote, o jornal passou, no mesmo ano, a publicar uma seção intitulada *Os dous compadres*, em que contava o diálogo entre dois amigos sobre os mais diversos assuntos, sendo a política um deles. Em 9 de outubro de 1855, por exemplo, os dois conversavam sobre a situação da imprensa na capital e o alcance das ideias publicadas em *A Marmota*:

– [...]. Pois a *Marmota* não é, como qualquer outro jornal, órgão da opinião pública?  
 – O que diz, compadre? Órgão da opinião pública?! Pois o compadre supõe que a não ser o *Jornal do Commercio*, que é o quinto poder do Império, pela sua influência, pela influência de seus meios, pelos meios de sua influência, e por ser lido por sete mil assinantes, etc., etc.: haveria quem se importasse com ele, nem com o que ele diz?<sup>172</sup>

Neste trecho da conversa, o compadre reconhece o alcance, o poder e a importância do *Jornal do Commercio* para a formação da opinião pública. Ele a classifica com “o quinto poder do Império”. Mais adiante, o personagem caracterizou os jornalistas da época: “esses jornalistas que o compadre tem visto muitas vezes ganharem posição: são os partidos a que eles se ligam, e por amor dos quais a tudo se arriscam, que os mantêm”<sup>173</sup>. O trecho mostra o descontentamento do redator no que tange à parcialidade dos jornalistas da corte, uma vez que, por estarem ligados aos partidos e aos grandes homens, manipulam informações, alijam-se dos temas caros ao desenvolvimento da nação e, pior, advogam em torno de causas pessoais, afinal, “mamam na teta grande da vaca gorda, e comem excelentes fatias de pão de ló do estado!”<sup>174</sup>

<sup>171</sup> A MARMOTA NA CORTE, loc. cit.

<sup>172</sup> MARMOTA FLUMINENSE, 09 out. 1855.

<sup>173</sup> MARMOTA FLUMINENSE, 09 out. 1855.

<sup>174</sup> MARMOTA FLUMINENSE, loc. cit.

Cinco dias depois, em 14 de outubro, o periódico elogiou *A Semana*, de Macedo. Na ocasião, a conversa entre os dois compadres era sobre os atos de caridade do homem público, visto que havia aqueles cuja preocupação era apresentar-se como “beneméritos da pátria e zelosos defensores da humanidade aflita”, ou seja, buscavam com sua atitude caridosa publicidade. Sobre este assunto, segundo o compadre, “[...] a judiciosa *Semana* do *Jornal do Commercio* falou com acrimonia”<sup>175</sup>. A coluna hebdomadária de Macedo era tida como referência na formação da opinião pública, elogiada por sua sensatez e por seu tom mordaz. Em outra conversa dos amigos, o escritor da *Semana* é, novamente, elogiado:

- Então, Sr. compadre, continuam as novidades?
- Sempre as há.
- Nem sempre; há semana quase estéreis; ao menos assim o tem dito às vezes a *Semana*.
- Mas nem por isso deixam elas de ser interessantes.
- Habilidade da pena, que as escreve; de nada fez Deus o homem.
- E isso é o que se deve admirar num escritor jornalista.
- No escritor da *Semana* admira-se tudo.<sup>176</sup>

Quando o assunto era “os teatros da Corte e a produção teatral brasileira”, o editor da *Marmota* mostrava-se familiarizado com a discussão desse tema nos principais jornais, sendo que a *Semana* foi uma de suas fontes. Em 05 de maio de 1855, ao escrever sobre a popularidade que o Gymnasio Dramatico estava alcançando entre os espectadores da capital do Império, relacionou a lotação da casa à publicidade dada ao lugar pela crônica *d’A Semana*:

As linhas que foram escritas pelo habilíssimo e sempre engraçado escritor da *Semana*, consignadas no *Jornal do Commercio*, deram-lhe uma enchente a deixar sem bilhetes igual número de espectadores; a receita de quarta-feira, apesar de mau tempo, foi de dois terços, assistindo a elas já muitas moças e moços bonitos, como, com o espírito que lhe sobra, pediu o escritor que nos referimos.<sup>177</sup>

O redator manteve o anonimato de Macedo – mas, certamente, sabia quem escrevia a coluna –, definindo-o com um escritor hábil e engraçado. A referência à

<sup>175</sup> Ibidem, 14 out.1855.

<sup>176</sup> Ibidem, 16 out.1855.

<sup>177</sup> MARMOTA FLUMINENSE, 08 mai.1855.

*Semana* sugere que a coluna dominical era benquista entre os leitores e referência para a formação da opinião pública na capital. Na estreia do espetáculo *As mulheres de mármore*, drama francês, traduzido por Vieira Souto, a *Marmota Fluminense* reproduziu o parecer do “judicioso escritor da *Semana*” sobre a peça<sup>178</sup>, fato que confirma a hipótese de que as crônicas de Macedo eram insígnias à época.

Em junho de 1855, um artigo na primeira página da *Marmota Fluminense*, discorria sobre “a moda”, mas não se tratava de um texto sobre roupas e acessórios, mas da moda que se tornava recorrente entre os meios de comunicação da época: falar mal do governo. Para o redator do jornal, aqueles que optavam pelo ataque em geral almejavam integrar o gabinete e quando estavam no poder “os que achavam tudo mau, nada fazem de bom”:

Os homens não servem para tudo; os que falam muito, chamados ao poder fazem pouco; o que ataca os desperdícios, não sabe ser econômico, o que se mostra mais liberal, quando está debaixo, torna-se aristocrata logo que se vê de cima; [...]. Para subirem dizem ao povo – é por amor *de vós*; quando no poder – é por amor *de nós*.<sup>179</sup>

Como se pode observar, o artigo era uma exegese sobre os políticos brasileiros que, em geral, ao integrarem o governo, a fim de atender demandas pessoais, abdicavam de suas opiniões mais radicais e adotavam um discurso moderado, muitas vezes conivente com os problemas agudos da nação. Apesar da importância do tema abordado, o redator mostrou-se preocupado que o artigo pudesse incomodar a tradicional leitora da *Marmota*, acostumada a temas mais “amenos”, por isso, justificou a decisão de trazê-lo à luz: “[...] a moda hoje é tão extravagante, que é moda escrever principiando por uma coisa e acabando por outra, como fazia sempre o falecido *Marmota*, e como faz o habilíssimo escritor da *Semana*, no grande mundo do *Jornal do Commercio*, no seu ministério, da *linha para cá*”<sup>180</sup>. Ou seja, desviar-se da linha mestra do jornal, apresentar suas opiniões com independência e num texto marcado pelas constantes digressões eram características comuns às crônicas de Macedo. Mesmo assim, o redator fez questão de tranquilizar as leitoras: “se nada disso agradar às nossas leitoras, no número seguinte falaremos das *modas* e não do que é *moda*.”

<sup>178</sup> Ibidem, 30 nov.1855.

<sup>179</sup> Ibidem, 08 jun.1855.

<sup>180</sup> MARMOTA FLUMINENSE, 08 jun.1855.

Mas Macedo não gostou da opinião que a *Marmota* proferiu sobre seu estilo digressivo em comparação a um defunto e, em 17 de junho, ele fez questão de responder às críticas do jornal de Paula Brito:

Um dos órgãos da imprensa da corte (é a Sr.<sup>a</sup> *Marmota*), atirando os primeiros botes de oposição ao meu ministério, declarou-me incurso em uma moda extravagante, porque, em sua opinião, as minhas semanas *principiam sempre com uma coisa e acabam em outra*, querendo sem dúvida significar com isso que os meus exórdios se parecem tanto com o corpo do discurso, como um ovo com um espeto. Ainda se o ataque parasse ali, bem ia o negócio; mas não: o furor oposicionista chegou a ponto de me comparar com um defunto, e de considerar o meu ministério da *linha para lá!*...

No que diz respeito à linha, não fez moça o golpe do adversário; porque isto de linhas é muito relativo, e cada qual sabe as *linhas* com que se cose. Sustento que continuo a guardar a minha oposição da linha para baixo do *Jornal do Commercio*; se, porém a alta redação entender que deve *reformar* o *Jornal*, e declarar que quer que suas colunas sejam *diretas*, e que há *incompatibilidades* no folhetim, desconfio que não terei dúvida em pular da linha para cima; mas há de ser um pulo dado ao meio-dia, com o sol fora e à vista de todo mundo.<sup>181</sup>

A produção hebdomadária do *Jornal do Commercio* tinha uma excelente recepção entre o público-leitor e, além da *Marmota*, outros jornais da capital foram interlocutores d'*A Semana*. Em muitos momentos, Macedo foi duramente criticado por suas opiniões polêmicas; além disso, o literato escrevia sobre diferentes assuntos, tornando-se uma referência para outras publicações da capital. Entre os temas preferidos do autor, além da política, estava a situação das artes no Brasil, sobretudo, a produção teatral, que frequentemente figurava em seu folhetim dominical. Era comum o escritor tecer pareceres sobre as obras encenadas na corte e comentar a situação de nossos teatros, porém, como era de se esperar, nem sempre seus juízos eram bem-aceitos pelos outros meios, tonando os certames sobre o tema algo habitual. Em 26 de novembro de 1855, por exemplo, o *Correio Mercantil* publicou uma resposta – assinada por *O Nordeste* – às críticas de Macedo sobre o teatro lírico<sup>182</sup>, no qual afirmava:

<sup>181</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 17 jun.1855.

<sup>182</sup> Macedo na *Semana*, de vinte e cinco de novembro, disse que não havia bons operetas para encenarem *Fidanzata Corsa*. Nas palavras do cronista: “Paccini escreveu *Fidanzata Corsa* para uma ninhada de artistas que não se encontra assim com a mesma facilidade com que a gente esbarra aí em qualquer parte como um formigueiro de estadistas; escreveu-a para a exímia primadona Tadolini, e para os insignes artistas Coletti, Fraschini e Basadina. Só um feliz acaso pode reunir um conjunto de tão belas vozes, hoje seria isso impossível; e a ópera que se escreve de

*A Semana do Jornal do Commercio* de ontem ocupar-se em criticar os andamentos da ópera *Fidanzata Corsa*. Desde quando, Sr. Redator, os inimigos da direção e do mestre que põe em cena qualquer ópera, deixaram de dizer que seus ensinamentos foram alterados? [...]. E se a *Semana* é a própria a reconhecer no Dr. Gianini grande inteligência musical; se afirma que ele fora discípulo do maestro Paccini, parece que no Rio de Janeiro ninguém está mais no caso de dar os andamentos a uma ópera desse insigne maestro, [...].  
Ora isto, Sr. Redator, faz rir.<sup>183</sup>

Nesse mesmo ano, um artigo assinado por Acadamus reconhecia a importância da *Semana* – “um gigante” – para a discussão de assuntos vitais para o desenvolvimento das artes no Império:

Se uma hábil pena como a do ilustre redator da *Semana*, não tivesse tomado a seu cargo apreciação desses modelos, talvez não estendêssemos mais sobre o assunto; porém depois de apresentar no campo da imprensa um gigante, é uma ousadia imperdoável que o pobre pigmeu também queira medir suas forças com as dele; não podemos, contudo deixar em silêncio as obras do Sr. Pettrich.<sup>184</sup>

O *Diário do Rio de Janeiro*, em sua seção *Publicações a pedido*, em setembro transmitiu uma carta escrita pelo redator do jornal *A Pátria* para Macedo, na qual tecia críticas veementes ao redator. Logo no início do texto, compara o folhetim dominical de Macedo ao livro sagrado do Islã, lido e admirado pelos “pais”, mas visto com desconfiança pelos “filhos”: “Respeitável redator da *Semana do Jornal do Commercio*, o prometido é devido: e nossos pais ensinaram-nos no seu alcorão a ler que à fé de uma promessa feita nunca se falta; e o alcorão de nossos pais é um mito sublime”. Na sequência, o remetente foi mais duro em seu juízo sobre o semanário, e asseverou que Macedo escrevia sem “crença, sem lealdade e sem verdade”:

Sem crença, porque, o que escrevei, em um dia esqueceis e condenais mesmo logo que uma semana tem corrido; e nisso mostrais que sois verdadeiro homem de semanas.  
Sem lealdade, porque, asseverais e garantes momentaneamente uma proposição que não tendes em visto sustentar, fazendo-o só talvez para iludir a boa fé daqueles a quem lisonjeais na presença para ferir na ausência, quando por qualquer circunstância julgais isso necessário aos vossos interesses pessoais, sem vos importardes mesmo com a justiça e com a verdade.

---

propósito para ser executada por tais artistas é quase sempre um cachopo coberto de flores, onde naufragam companhias líricas.” Ver: *Jornal do Commercio*, 25/11/1855.

<sup>183</sup> CORREIO MERCANTIL, 26 nov.1855.

<sup>184</sup> Ibidem, 05 jul.1855, grifo nosso.

Não respeiteis a verdade dos fatos, porque os truncais de modo mais leviano e sem cerimônia que é possível imaginar-se.<sup>185</sup>

Dois meses depois, o mesmo jornal, ao analisar a situação do gabinete Paraná, reconhecia a importância dos comentários de Macedo sobre o assunto e o estilo cômico empregado pelo autor em suas análises:

[...] política da qual temos colhido tristíssimos frutos, cuja parte cômica vem com tanto espírito narrada na *Semana do Jornal do Commercio* de 25 do corrente, e cuja continuação ser-nos-á fatal para o futuro, que nos fará reconhecer o seu erro, infelizmente mui tarde.<sup>186</sup>

Em dezembro do mesmo ano, a corrupção foi o tema de um artigo do *Diário do Rio de Janeiro*. Entendida como uma mácula em nossa sociedade, tal imoralidade possibilitava o acesso de pessoas inaptas aos cargos públicos, especialmente os cargos do alto escalão do governo, sendo, portanto, o estudo, o merecimento e o talento vistos pela nação como um vício, um demérito<sup>187</sup>. Ao tratar deste tema, o articulista lembrou uma crônica de Macedo – publicada no dia 10 daquele mês – em que ele, com a ironia de sempre, contava as peripécias do piolho viajante para abordar o mesmo assunto.<sup>188</sup> A alusão à *Semana* reitera a ideia de que seção era uma referência para um público-leitor carioca, sobretudo, o mais especializado.

As eleições foram um tema recorrente na imprensa carioca em 1856. Macedo havia dedicado considerável espaço para este assunto em sua *Semana*<sup>189</sup>, e novamente os outros jornais da capital mencionaram seus comentários acerca do processo eleitoral.<sup>190</sup> Nesse mesmo ano, outro assunto de grande importância figurou nas páginas da revista hebdomadária de Macedo: o falecimento do chefe do

<sup>185</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 28 jul. 1855. Macedo não respondeu diretamente a crítica que recebeu do redator de A Pátria em sua *Semana*, na verdade, a edição do dia 05 de agosto de 1855, na qual poderia ter saído alguma resposta, não foi editada pelo *Jornal do Commercio*.

<sup>186</sup> Ibidem, 28 nov. 1855.

<sup>187</sup> Ibidem, 17 dez. 1855. O trecho do artigo diz o seguinte: “De que servem as habilitações, a justiça, o direito, os serviços, quando tudo é desprezado, quando ai qualquer peru ou piolho viajante, de que fala atualmente *A Semana do Jornal do Commercio*, por meio de certos canais que recordam o reinado de Luís XV, são preferidos para s empregos, quer no interior quer no exterior, para cónsules e ministros?”

<sup>188</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 10 dez. 1855.

<sup>189</sup> Em 1856, as eleições foram assunto para as crônicas de *A Semana* publicadas em: 14/02/1856; 09/03/1856; 27/07/1856; 27/08/1856; 31/08/1856; 14/09/1856; 05/10/1856; 13/10/1856; 15/11/1856; 23/11/1856; 27/12/1856.

<sup>190</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 02 abr. 1856; 20 jun. 1856; CORREIO MERCANTIL, 20 maio 1856.

gabinete da conciliação, o ilustre Marquês de Paraná. As opiniões do escritor acerca do ocorrido logo foram comentadas por outros periódicos, como, por exemplo, o *Correio da tarde*, que na seção *Comunicado* fez a seguinte menção à *Semana*:

“A morte do Marquês de Paraná foi uma calamidade pública.”  
Estas palavras exprimindo a dor, e a tristeza tão espontâneas ante a severa imagem da morte, e a presença de um sepulcro misterioso e frigidamente paredes, o maior vulto do gabinete atual, resumem todos os elogios e todas as honras que se poderiam render à memória do presidente do conselho.  
Foi este o pensamento do autor da *Semana* do *Jornal do Commercio*.<sup>191</sup>

Havia o reconhecimento por parte da crítica especializada de que as crônicas d’*A Semana* eram importantíssimas para o desenvolvimento do gênero e para a formação da opinião pública. Em julho de 1856, por exemplo, o redator do folhetim dominical – assinado por L. A. – do *Diário do Rio de Janeiro*, ao se despedir da seção menciona o legado dos textos do *Jornal do Commercio* e do *Correio Mercantil*, reconhecendo a contribuição das revistas desses jornais para a consolidação da figura do folhetinista:

Nunca poderei chegar à altura da *Semana* e do *Correr da pena*, nem também acompanhar o voo de meus colegas da atualidade, mas reconheço que podia dar mais do que fiz.  
Muitas vezes escrevi meus folhetins na mesa do paginador do Diário, à última hora, aproveitando sem correção o que me caía do bico da pena.  
Demais, depois da *Semana* e do *Correr da pena*, a tarefa do folhetinista tornou-se difícil. O Rio de Janeiro, que ainda há pouco lia esses dois primeiros modelos de nossos folhetins hebdomadários, e habituado como eu às *Páginas Menores* do *Mercantil* e à *Semana* do *Jornal do Commercio*, não podia contentar-se com essas páginas insossas que eu batizava com o título de folhetim.<sup>192</sup>

A fala do folhetinista do *Diário* aponta também para a formação de um público-leitor para este tipo de texto, pois ao afirmar que quem lia *A Semana* e as *Páginas Menores* consideraria seu folhetim insosso, ele reitera a ideia – expressa também por Macedo<sup>193</sup> – de que os leitores das crônicas dominicais eram exigentes e possuíam determinadas expectativas que deveriam ser supridas com a leitura da revista, caso contrário a seção estava fadada ao fracasso. Macedo, certamente,

<sup>191</sup> CORREIO DA TARDE, 18 jul.1856;

<sup>192</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 14 jul.1856.

<sup>193</sup> Macedo em sua *Semana* mencionou que os leitores não aceitavam qualquer artiguinho. Ver: JORNAL DO COMMERCIO, 08 abr.1855.

sabia atender aos anseios de seus exigentes leitores, visto que *A Semana* tinha um alcance significativo, afinal o *Jornal do Commercio* tinha mais de sete mil assinantes, bem como, o conteúdo polêmico e abrangente da revista davam margem para que ela fosse constantemente referenciada pelos outros jornais.

Em novembro de 1856, o *Correio Mercantil* publicou um artigo assinado por Nicostrato, no qual criticava a opinião de Macedo sobre a homeopatia. O escritor d'*A Semana* havia comentado o lançamento do 1º volume de *Prática Homeopática*, na qual se analisava o sistema Hanemann, entretanto, o cronista criticou o fato de a obra ter sido composta no anonimato – embora, ele dê a entender que conhece o escritor – e por alguém que não possui formação médica. Nicostrato, porém, não concordou com o juízo crítico emitido por Macedo acerca da obra e defendeu o autor do livro recém-publicado; para o articulista, o redator da *Semana* adotou uma postura parcial, sugerindo a Macedo que, a fim de evitar novos equívocos, buscasse se informar melhor.<sup>194</sup>

No ano seguinte, na seção “Publicação a pedido”, outra vez Macedo foi censurado por suas opiniões. Dessa vez, o vereador J. L. Pereira Bahia reprovava os comentários apresentados em *A Semana* sobre a Câmara; provavelmente, o político sabia que era Macedo o responsável pela crônica, pois inicia sua apreciação afirmando – ou quase se desculpando – “se não fosse tão conhecido o redator da *Semana* do *Jornal do Commercio* pela sua inteligência, ilustração e independência de caráter, deixaria passar apercebidas as censuras que foram dirigidas à câmara municipal sobre o endireitamento da rua de Santo Amaro”<sup>195</sup>. Bahia chega a sugerir que Macedo tenha atendido ao pedido de algum “amigo” para escrever tal afronta. Na verdade, Macedo considerava a obra desnecessária – preocupada com o “belo” – enquanto havia inúmeras outras pendências mais urgentes com as quais deveria se preocupar, por exemplo, em calçar a cidade, fazer pontes e aterrar mangues. O cronista alegou que a câmara poderia “empregar melhor o dinheiro dos contribuintes”<sup>196</sup>. Duas semanas depois, Macedo respondeu ao artigo: “O sr. vereador Bahia saiu em defesa da ideia, e no meio de expressões muito obsequiosas e delicadas com que me tratou, e que extremamente lhe agradeço,

---

<sup>194</sup> CORREIO MERCANTIL, 28 nov.1856.

<sup>195</sup> CORREIO MERCANTIL, 29 mar.1857. J. L. Pereira Bahia pagou para que o artigo fosse publicado em duas edições do jornal, desse modo, o mesmo artigo saiu novamente em 30 mar.1857.

<sup>196</sup> Ibidem, 22 mar.1857.

deu-me honras de pregador, que é coisa para que nunca tive jeito”. E reiterou sua posição contrária à obra: “o que disse e de novo repito é que o embelezamento de uma rua é luxo [...]”<sup>197</sup>.

Mas nem só de duras críticas Macedo viveu, em 8 de abril de 1857, outra “publicação a pedido” veio à luz no *Correio Mercantil*, assinada por “O imparcial”, que se definia como “constante leitor”<sup>198</sup> da *Semana*. O responsável pelo texto elogiava o escritor da *Semana* por expor os problemas de carestia pelos quais passavam os habitantes mais pobres da capital<sup>199</sup>.

A identidade de Macedo como redator da *Semana* foi revelada em 22 de abril de 1857 pelo *Correio Mercantil*. Tratava-se de um artigo assinado por Claudio Luiz da Costa, cujo tema era a produção literária no Brasil, mais especificamente sobre a visita de Francisco de Monte Alverne e a contribuição deste religioso para a instrução no país: “Pelo modo e exatidão com que referiu esta visita o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo no folhetim *A Semana*, do *Jornal do Commercio*, n.73, deu mais uma prova de seu acrisolado amor à pátria”.<sup>200</sup> Provavelmente, entre o público mais especializado – políticos, jornalistas, literatos – a identidade de Macedo à frente da *Semana* era conhecida<sup>201</sup>, mas nesta data tornou-se pública de quem era a autoria do folhetim dominical do *Jornal do Commercio*.

Mas voltemos a falar sobre o leitor d’*A carteira do meu tio*. Tendo em vista o perfil do periódico em que Macedo publicou seu livro de viagem, poderíamos afirmar que o texto foi escrito para as jovens moças, estudantes, a mocidade carioca que estava em formação e precisava de obras que contribuíssem para a formação moral e dos bons costumes. O público efebo, consumidor da *Marmota*, esperaria uma história leve, engraçada que lhes oferecesse distração e divertimento e, por isso, os editores do jornal optaram pela *A carteira*, além da fama literária de Macedo à época, a obra com seus traços jocosos promoveriam o divertimento, sem abdicar da

<sup>197</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 05 abr.1857.

<sup>198</sup> CORREIO MERCANTIL, 08 abr.1857.

<sup>199</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 05 abr.1857.

<sup>200</sup> CORREIO MERCANTIL, 22 abr.1857.

<sup>201</sup> Em 17 de agosto de 1856, Macedo falou em *A Semana* sobre Itaboraí, sua cidade natal: “[...] já vou começar por dizer-lhes que motivo me levou para fora da corte, e que vida passei longe da caprichosa e feiticeira capital do Império. A vila de Itaboraí, gracioso pedacinho deste vasto imenso Brasil, o meu belo Itaboraí, que tão esquecido das passeadas gentilezas e alegres e inocentes folganças andava, [...] este ano renovado os tempos de seus mais brilhantes expectadores. [...]”. Fatalmente, os leitores que não sabiam quem era o autor de *A Semana*, depois da menção a Itaboraí deve tê-la associado a Macedo, afinal qual outro escritor de renome à época teria a mesma origem? Nenhum.

transmissão de valores “nobres”, por meio de uma narrativa de viagem, gênero tão apreciado pelos leitores da corte.

O leitor-modelo d’*A carteira* tem em seu horizonte de expectativas os livros de viagem. Macedo subverteu algumas tópicas tradicionais do gênero – como demonstramos no capítulo anterior – opção que exige um leitor familiarizado com este tipo de literatura e que possa, portanto, assimilar a crítica do autor às relações de viagem, sobretudo, aquelas escritas por estrangeiros que visitavam o país, e estavam repletas de erros e imprecisões, contribuindo para a cristalização de uma imagem equivocada acerca do Brasil. Além disso, Macedo também pôs em xeque a valorização excessiva do discurso adventício a respeito do território brasileiro.

Logo na “introdução e *et cetera*”, o sobrinho-narrador revela ao leitor: “principiei tratando logo da minha pessoa”, e antes que os leitores protestem acusando-o de egoísta, o debochado narrador esclarece: “a regra a que me cingi, não tem nada de vil nem de baixa; e a prova é que ela nos vem dos grandes”, ou seja, sua postura egocêntrica e individualista era uma lição aprendida com aqueles que ele considerava “grandes homens”, cuja imitação o levaria ao sucesso. A sinceridade expressa pelo sobrinho e o cinismo com o qual apresenta suas intenções acabam por aproximar o leitor, que se sente instigado a continuar a leitura e a desvendar a trajetória do narrador, que se apresenta apenas como o sobrinho do tio e que parte sem dizer de onde, nem para onde iria.

Ao longo de sua narrativa, o sobrinho procurou ser o mais “transparente” possível, relatando, inclusive, pensamentos e atitudes que seriam reprováveis, mas que estabelecem entre o narrador e o leitor uma cumplicidade, que é fundamental para o sucesso da leitura, afinal, Macedo tinha por objetivo levar o público à reflexão sobre a cultura política do país, expondo suas características mais reprováveis: o patronato, o individualismo e o desrespeito às leis.

A linguagem coloquial empregada pelo autor facilita a leitura de um público pouco especializado, mais afeito aos folhetins românticos, do que aos textos monótonos dos jornais noticiosos. As aventuras narradas pelo sobrinho acabam envolvendo o leitor, mas também criam um sentimento ambíguo em relação à personagem. Ódio e paixão permeiam a leitura da obra, pois ora o público se compadece do sobrinho, ora se incomoda com tamanha sinceridade. Por exemplo, ao receber a missão do tio, o sobrinho “ganhou” seu meio de locomoção, um *russo-*

*queimado*, descrito pelo narrador como “uma preguiça-mostro com cascos nos pés, crinas no pescoço e cabeça de três palmos do focinho às orelhas”, num primeiro momento o leitor se solidariza com a árdua tarefa que o sobrinho teria de enfrentar, afinal, deslocar-se com uma mula que mais empaca do que anda não seria uma tarefa fácil. Entretanto, ao continuar sua narrativa, o sobrinho explica:

Mas o homem deve tirar partido de todas as circunstancias em que estiver colocado; *o gênio brilha em toda a parte e em todos os casos*; ora, não há dúvida alguma, eu sou um homem de portentoso gênio, e, portanto, cumpre que se aproveite deste cavalo mesmo tal, qual é, para demonstrar a superioridades do meu talento.<sup>202</sup>

Nesse momento, ao invés do público condoer-se com o futuro sofrimento da personagem, ele sente um profundo desconforto com a arrogância com que o sobrinho ridiculariza a situação. Contudo, esse desconforto é fundamental para que o próprio leitor transcenda o mundo ficcional e reflita sobre a realidade que o circunscreve, procurando encontrar em “pessoas do mundo real” a visão de mundo do sobrinho.

A sinceridade do sobrinho não deixa dúvidas ao leitor sobre seu caráter vacilante e seus princípios questionáveis, pelo contrário, o narrador-viajante faz questão de explicar tudo o que escreve e emitir juízos sobre tudo que lhe acontece ao longo da viagem. Desse modo, o excesso de explicações cumpre uma “função didática”, que se enquadra bem à proposta de Macedo, cuja preocupação era apresentar um quadro da política no Império.

O próprio Macedo, em uma de suas crônicas em *A Semana* definiu *A carteira* como uma “papel revolucionário”<sup>203</sup>. Em dezembro de 1854, o editor d’*A Marmota* avisou os leitores que no ano seguinte seria publicada “a importante obra política-joco-séria, [...] que deve fazer bulha em todo Império”.<sup>204</sup> Toda essa “bulha” aconteceria porque Macedo retratava a realidade social que circunscrevia a ele e ao seu público-leitor, apresentando tipos sociais que compunham a sociedade brasileira da época. Desse modo, a descrição desses tipos deveria *ser reconhecível* por parte dos leitores, a fim de que estes não só compreendessem a crítica tecida pelo autor, mas também concordassem com o seu ponto de vista.

<sup>202</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.33.

<sup>203</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 15 jul.1855.

<sup>204</sup> MARMORTA FLUMINENSE, 29 dez.1854.

Pelo teor e pela proposta d'*A carteira*, o sobrinho-narrador esperava um leitor-modelo que se deixasse conduzir pelo narrador, que estivesse disposto a preencher os “vazios dos textos”<sup>205</sup> e associar os elementos narrados a situações próximas a ele. Na introdução, por exemplo, ao se apresentar como sobrinho do tio, o narrador marcou a importância do grau de parentesco para a ascensão política. A fim de consolidar seu argumento, ele fez uma menção indireta à subida ao poder de Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte que, em 1852, tornou-se imperador da França:

Sou, portanto, o *sobrinho do meu tio*, e tenho dito: na atualidade já não é qualquer coisa ser um homem sobrinho de seu tio: e se não, que responda uma das primeiras nações do mundo, porque se entregou amarrada de pés e mãos a um *senhor* só e simplesmente por ele ser *sobrinho de seu tio*.<sup>206</sup>

O escritor fez uma sutil referência aos últimos acontecimentos políticos da França que, provavelmente, eram conhecidos por seus leitores, entretanto, se o público não estivesse inteirado de tais fatos o sentido geral do texto não estaria comprometido. Já o leitor d'*A Semana*, tinha que ser capaz de decifrar códigos e compreender metáforas de forma autônoma, caso contrário colocava em risco o entendimento de toda a crônica. Isto não significa que o sobrinho-narrador abrisse mão da ironia e do discurso metafórico, mas ele decifrava suas ideias e as explicava ao leitor, evitando, assim, a duplicidade de sentido.

É difícil determinarmos se *A carteira do meu tio* foi um sucesso à época de sua publicação – diferente d'*A Semana*, cujo conteúdo foi comentado por outros periódicos –, o que se encontra nos jornais coevos são anúncios e algumas poucas menções, mas, infelizmente, nenhum juízo crítico ou publicações a pedido que comentassem a obra. Entretanto, dois fatos assinalam que a recepção tenha sido boa: primeiro, o texto – além da circulação na Corte – foi publicado em uma folha editada na Província de Santa Catarina<sup>207</sup> e segundo, assim que terminou a publicação de forma seriada na *Marmota*, os dois livretos foram editados em volume único, pela Tipografia Dous de Dezembro, de Paula Brito, o que indica que a história havia agradado aos leitores. Além disso, *A carteira* se enquadra bem ao perfil dos

<sup>205</sup> O leitor-modelo de Eco, além de preencher os vazios do texto, o atualiza, analisando-o nas condições históricas em que foi criado e o trazendo para o presente. Cf. ECO, Umberto. *Seis passos no bosque da ficção*, 2004, p.49.

<sup>206</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.5-6.

<sup>207</sup> Ver capítulo 1.

leitores d'*A Marmota*, pois as questões políticas discutidas por Macedo, ao longo da narrativa, apresentam-se ao leitor sob o disfarce do cômico e da viagem, características que agradavam aos assinantes do periódico, bem como cumpriam o propósito da própria folha, que era contribuir para o desenvolvimento moral do povo brasileiro.

A imprensa, a partir das primeiras décadas do século XIX, tornou-se um importante instrumento de formação da opinião pública e de combate político. Joaquim Manoel de Macedo foi um dos mais importantes escritores desse período, alcançando o sucesso com a publicação de *A Moreninha*, em 1844. O autor figurou com seus textos em inúmeros jornais – *A Marmota*, *O Jornal do Commercio* – e notabilizou-se por transitar em diferentes gêneros literários. Macedo foi um dos precursores do jornalismo cultural e da literatura folhetinesca, um homem de letras que fez do ofício de escritor-jornalista um meio de divulgação de seu projeto de nação e de seus valores morais.

Na década de 1850, Macedo já era um escritor respeitado entre os homens de letras. Nesse período, ele produzia romances, peças teatrais e crônicas em diferentes meios de comunicação. O escritor de Itaboraí contribuía com os principais jornais e conciliava a carreira literária com a vida política. *A carteira do meu tio* – texto que norteia esta tese – foi editado de forma seriada ao longo de 1855, no jornal *A Marmota Fluminense*, concomitantemente, Macedo publicava um romance-folhetim – *O forasteiro* – neste mesmo jornal e crônicas dominicais em *A Semana*, do *Jornal do Commercio*. Tais crônicas apareciam no espaço destinado aos folhetins, o rodapé do jornal, e nos dão uma dimensão das opiniões de Macedo acerca da política do Império.

Macedo, como homem de letras, contribuiu decisivamente para a formação de uma opinião pública, seus escritos não poupavam críticas aos Ministros de Estado e ao modo de se fazer política no Brasil. Além disso, podemos afirmar que seus textos literários eram uma extensão de seus discursos na Assembleia Provincial – que serão analisados mais detidamente no capítulo três – e que a ironia tão marcante em seu estilo não minimizava as duras críticas ao sistema político brasileiro, mesmo em tempos de conciliação. Boa parte de sua produção esteve vinculada aos periódicos, espaço de discussão essencial na construção da linguagem e da vida

política, que impactava na ação dos indivíduos e na consolidação/transformação das relações de poder.

A nosso ver, as crônicas de *A Semana* e a narrativa de *A carteira do meu tio* se complementam. O leitor d'*A Marmota* que lesse, aos domingos, o *Jornal do Commercio* encontrava não só o mesmo estilo irônico e combativo, mas, também, os mesmos temas políticos e uma gama de carapuças que poderiam servir em variadas cabeças. Macedo, desse modo, reiterava suas convicções políticas de forma independente, sem as amarras que a política da conciliação impunha à tribuna.

### Capítulo 3

#### ***A carteira do meu tio e a política imperial***

Quando se tem certeza, ou mesmo quando somente se desconfia a indiferença do governo, o homem, em cujo coração não se apagou de todo a esperança, chama a atenção pública para a consideração dos males, que assaltam a sociedade, e depois espera resignado pelo remédio, que lhe há de trazer o futuro.<sup>1</sup>

Joaquim Manuel de Macedo assumiu o fardo, enquanto homem de letras, de colaborar para a elaboração de uma literatura brasileira e a própria construção de um estado nacional. Para tanto, Macedo foi um observador dos costumes e da paisagem, bem como buscou incansavelmente refletir sobre a vida social, cultural e política do Império brasileiro. Liberal convicto, o autor de Itaboraí, além de produzir folhetins, dispensou tempo e energia para atuar como político, envolvendo-se nas principais discussões parlamentares, ao longo dos anos 1850 e 1860.

A política e a literatura desempenhavam, para Macedo, funções complementares e estavam intimamente relacionadas. O autor acreditava que sua produção literária era uma poderosa arma de combate, um meio de instrução e, como tal, não poderia estar apartada da realidade, pelo contrário, ela tinha que “chamar a atenção pública para a consideração dos males que assaltam a sociedade”<sup>2</sup>.

Macedo, como homem público, teve uma vida intensa e no início dos anos de 1850 lançou-se à carreira política, ocasião em que tentou pela primeira vez assumir o cargo de deputado provincial, porém não obteve sucesso, restando-lhe a suplência. Dois anos depois, pleiteou uma cadeira na Assembleia Provincial, mas, novamente, conseguiu um número insuficiente de votos, mantendo-se como suplente. Contudo, em 1854, finalmente, teve seu nome arrolado na lista dos novos deputados. A entrada de Macedo na vida política do Império se deu em um período de transformações importantes, introduzidas com a saída dos liberais do poder em 1848, a cisão interna no Partido Conservador em meados de 1852 e a formação de um novo gabinete em 1853.

---

<sup>1</sup> A NAÇÃO. Rio de Janeiro: Typ. da Nação de J. M. de Macedo, Covill e Cia, 1852-1854, 07 jul.1852.

<sup>2</sup> A NAÇÃO, loc. cit.

O escritor de Itaboraí foi “fiel” à bandeira liberal ao longo de toda sua trajetória política, ao contrário de muitos companheiros que migraram do partido no decorrer do Segundo Reinado. Macedo defendeu os projetos de reforma apresentados por seus correligionários, bem como manifestava, sempre que podia, o apreço pelas ideias liberais.

Entre os anos de 1852 e 1854, ou seja, período em que o escritor pleiteava uma vaga na Assembleia Provincial, passou a editar, em parceria com Francisco Sales Torres Homem, uma folha política intitulada *A Nação*. Macedo imprimia os exemplares em sua própria casa e seu projeto era, provavelmente, dar continuidade a outra publicação liberal – *A Reforma*<sup>3</sup> – que havia encerrado seus trabalhos no início de 1852. Certamente, o trabalho em *A Nação* deu projeção política a Macedo, contribuindo para o sucesso de sua candidatura em 1854, dada a importância da imprensa na formação da cena política brasileira e da opinião pública – discutidas no segundo capítulo.

O envolvimento de Macedo com a política marcou, decisivamente, sua produção literária nos anos de 1850. Como demonstramos nos capítulos anteriores, as crônicas de *A Semana* e *A carteira do meu tio* são emblemáticas nesse sentido, porém, outros textos produzidos nessa década também nos ajudam a pensar sobre o posicionamento político do autor, como é o caso da peça teatral *A torre em concurso* (1857) e, claro, dos artigos de *A Nação*.

Neste último capítulo, buscamos fazer uma reflexão sobre o contexto político em que *A carteira do meu tio* veio à luz. Pretende-se investigar a atuação desse homem de letras na esfera pública, tendo em vista que os textos por nós analisados nos capítulos anteriores tinham como mote a política imperial. A intenção é refletir sobre a visão de Macedo acerca do que havia acontecido com a cena política e, principalmente, qual o significado atribuído por ele à política da conciliação. Para tanto, além de sua “sátira oposicionista”, recorreremos aos artigos que ele escreveu para o periódico *A Nação* e as suas intervenções na Assembleia Provincial. Optamos por fazer essa “acareação” entre diferentes textos de Macedo, porque em

---

<sup>3</sup> *A Reforma* foi lançada em 20 de setembro de 1851 e pertencia a Luís Antônio Navarro de Andrade. A redação do jornal era de responsabilidade de três figuras ilustres do jornalismo brasileiro: Francisco Sales Torres Homem, Antônio Manuel de Campos Melo e Gabriel José Rodrigues dos Santos. Entretanto, o periódico teve vida curta, no ano seguinte, por causa de desentendimentos entre os redatores, sua publicação foi suspensa. Cf. SOUSA, Galante. *Introdução ao estudo da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963, p. 115-139.

*A carteira do meu tio* é possível observar a presença de duas vozes: a do narrador-sobrinho debochado, que apresenta seus distorcidos valores, e a do narrador-autor que pretende examinar criticamente a situação política do país.<sup>4</sup> Para Jefferson Cano, “o sobrinho é claramente aquele personagem-narrador que mais se distancia do autor”<sup>5</sup>

De acordo com Temístocles Linhares, tanto em *A carteira do meu tio* quanto em *Memórias do sobrinho do tio* “Macedo traça a psicologia do político brasileiro com bastante segurança, com tantos elementos de verdade que muito pouco há a lhe acrescentar ou suprimir ainda em nossos dias”. Em ambas, ele conseguiu retratar o homem público “em seus fundamentos humanos, em sua caça às posições e aos cargos.”<sup>6</sup>

Nos diálogos entre o sobrinho e o compadre Paciência, ou entre o sobrinho e o tio fica evidente o conflito de opiniões, desse conflito emergem duas vozes ábsonas que, em última instância, são as do próprio autor. Macedo, ao apresentar essas duas vozes antagônicas conseguiu diferenciar a boa e a má política, ou ainda, o político de princípios e o egoísta. Este aspecto pode ser comprovado em duas passagens do livro, a saber: a primeira, quando os viajantes são acolhidos pelo Sr. Constante em sua hospedaria e, durante uma conversa, antes de servir o jantar, ele insistia em perguntar aos novos hóspedes sobre a novidades da capital. O sobrinho, irritado e com fome, respondeu que a corte passava por uma crise ministerial devido aos abusos e à violência, nas palavras do jovem: “abri a boca, e disse tudo, que me veio à cabeça: chamei de ladrões e celerados a todos os ministros, um por um”<sup>7</sup>. A retaliação veio rapidamente, o estalajadeiro acusou o sobrinho de ser “inimigo do governo” e defendeu o ministério como “um deputado da maioria”. Logo, o jovem

<sup>4</sup> Essa dualidade de vozes também é encontrada em *O Sobrinho de Rameau*, de Denis Diderot. Trata-se de uma sátira em que Diderot, se valendo da tradição dialógica, passeia com argúcia e bom humor pelos mais variados temas, como a educação das crianças, a importância do dinheiro, o papel dos gênios e artistas na sociedade, a ética e a moral, dentre outros. Tais temas aparecem por meio de um diálogo entre Eu, um filósofo (que não deve ser identificado inteiramente com Diderot) e Ele, um parasita da alta roda, boêmio excêntrico e contraditório, que “combinava altivez e vileza, bom senso e desvario”. Há certa semelhança entre a proposta literária de Diderot e Macedo, pois na obra do escritor de Itaboraí o diálogo é entre o Sobrinho do Tio e o Compadre Paciência e o próprio tio. Cf. TELES, Edson, Introdução. In: DIDEROT, Denis. *O sobrinho de Rameau*. Trad. Bruno Costa. São Paulo: Ed. Hedra, 2006.

<sup>5</sup> CANO, Jefferson. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manoel de. *Labirinto*. Campinas/SP: Mercado das Letras, Cecult: São Paulo: Fapesp, 2004, p. 13.

<sup>6</sup> LINHARES, Temístocles. Macedo e o romance brasileiro. In: *Revista do livro*. Rio de Janeiro: 1958, n. 10, p.97-98.

<sup>7</sup> MACEDO, Joaquim M. de. *A carteira do meu tio*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1855, tomo II, p.22.

caiu em si e reconheceu “a arma terrível que tem um estalajadeiro para empregar contra os seus adversários políticos” e, como se não tivesse alternativa, se “arrependeu” do discurso de oposição proferido ao Sr. Constante – especialmente, porque o dono da hospedagem se vingava atrasando o jantar<sup>8</sup>:

Tempo perdido! Oito horas e meias, e nem os pratos da mesa! Oh que fome! O maldito estalajadeiro punha em horríveis pratos a minha firmeza de princípios; declaro francamente, que me arrependi de me haver mostrado oposicionista.<sup>9</sup>

A segunda, na qual o sobrinho, depois fazer uma longa explanação sobre a ausência de bom senso nos homens do governo, deu-se conta de que falava como o compadre Paciência e não como seus mestres:

Isto mesmo que acabo de escrever n’ *A carteira do meu tio* há de ficar muito em segredo; porque aliás seria um verdadeiro comprometimento para mim; pois que falei na linguagem do compadre Paciência, e não segundo as lições da escola que sigo. É que me lembrando do tal bom senso, fico fora de mim e digo asneiras.<sup>10</sup>

Essas duas vozes se alternam ao longo de toda a obra, uma representada pelo sobrinho “impostor e atrevido” e a outra pela do homem de letras Macedo, que em alguns momentos interfere diretamente no texto, mas que, na maioria das vezes, se coloca nas falas do tio e do compadre Paciência. Flora Sussekind, ao analisar as *Memórias do sobrinho do meu tio*, comentou que era comum o autor inserir “notas autocríticas” em seus textos narrados em primeira pessoa<sup>11</sup>. De acordo com a pesquisadora, é como se ele emprestasse ao sobrinho-narrador “alguns dos principais temas do debate político”, nos quais estava envolvido e se esforçasse em disseminá-los no desenrolar de sua obra de ficção.<sup>12</sup> A única nota de rodapé que

<sup>8</sup> Daí se origina a “política da barriga”, da qual trataremos mais adiante, no item sobre o caráter corrompidos dos políticos brasileiro. Ver nota 19.

<sup>9</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p.24.

<sup>10</sup> Ibidem, tomo II, p.22.

<sup>11</sup> De acordo com a pesquisadora: “Basta lembrar, nesse sentido, do Simplício, de *A luneta mágica*, que se define, de saída, como míope ‘física e moralmente’, ‘escravo das opiniões alheias’ e incapaz de ajustar ‘duas ideias’ próprias. Ou do narrador-cronista de *Um passeio pelo Rio de Janeiro*, que a, todo momento, registra seus muitos desvios de percurso e crítica, brincando, a extensão das próprias digressões. Ou, ainda, num texto de publicação póstuma, *Amores de um médico*, [...]”. Cf. SUSSEKIND, Flora. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Pinguin Classics – Companhia das Letras, 2011, p.12.

<sup>12</sup> SUSSEKIND, Flora. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Pinguin Classics - Companhia das Letras, 2011, p.9.

aparece em *A carteira do meu tio*, por exemplo, expressa claramente a intenção da obra:

O autor desse livro está convencido, de que na Província do Rio de Janeiro, a mais civilizada do Império, não se observam fatos como esse, que aí vai imaginado; mas desgraçadamente em outras Províncias, e com especialidade em algumas do Norte, têm tido lugar não poucos atentados tão honrosos como esse; e pois que está no pensamento do autor atacar os abusos, e a desmoralização, acredita ele, que pode bem supor praticados nesta ou naquela Província, onde fizer viajar seu herói, as ilegalidades e os crimes, que em qualquer outra parte do Império se tem observado.<sup>13</sup>

Com efeito, o autor constrói uma ponte entre o elemento ficcional e a realidade brasileira, marcada pela relação antagônica entre as duas vozes narrativas. Os juízos, trazidos à luz pela segunda voz acerca do sistema político, desmontam o ficcionismo do sobrinho-narrador<sup>14</sup>. Dessa dicotomia entre o discurso debochado e o tom sério e direto a obra atinge sua função educativa, quase panfletária. Ademais, por meio do jogo de vozes ábsonas, o leitor é convidado por Macedo a construir, de acordo com seus próprios valores, um parecer sobre os temas discutidos ao longo do enredo. Em *A carteira do meu tio*, a nosso ver, o autor abordou esses temas e estruturou o texto em três eixos: o corrompido caráter dos políticos da nação, a inaplicabilidade das leis constitucionais e a política de conciliação adotada pelo gabinete Paraná, em 1853.

### 3.1 A “Política do Eu” e seus mestres

A expectativa dos editores d’*A Marmota* era que a publicação d’*A carteira do meu tio* causasse uma “bulha em todo Império”<sup>15</sup>, pois a “sátira oposicionista” apresentava uma “série infinita de carapuças” que serviria a muitos políticos da época.<sup>16</sup>

<sup>13</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p. 99.

<sup>14</sup> Malgrado o sobrinho manter uma retórica da sinceridade – “Eu digo as cousas como elas são” –, comum aos viajantes, esta expressa em tom de galhofa e, por isso, o texto de Macedo consegue extrair do leitor aquele riso espontâneo, fruto da narração de um jovem “impostor e atrevido” em contraponto com o discurso moralizante de uma segunda voz.

<sup>15</sup> MARMOTA FLUMINENSE, 29 dez.1854.

<sup>16</sup> CORREIO DA TARDE, n.87 de 21 nov.1855. Anúncios semelhantes a este foram publicados nos números: 88, de 22/11/1855; 90, de 24/11/1855; 91, de 26/11/1855; 94, de 29/11/1855.

Nos capítulos anteriores, comentamos sobre a motivação do sobrinho para empreender uma viagem pelo território brasileiro: tratava-se de uma imposição do tio diante da decisão do jovem pela carreira política, já que o mantenedor obrigava-o a escolher uma carreira depois de seu retorno da Europa. Ao manifestar a decisão de seguir pela vida pública, o sobrinho justificava sua escolha definindo-a como comum aos “vadios de certa classe”, ou seja, àqueles que, assim como a personagem, não estavam dispostos a trabalhar com afinco pela nação, mas gostariam de “viver à custa dela”<sup>17</sup>.

Ser político era, portanto, um “modo de vida” e o sucesso nessa carreira dependia da capacidade do homem público de “ser cata-vento e ter os pés sempre prontos para quebrar os degraus, por onde subir, assim que não precisar mais deles”<sup>18</sup>. Duas características, de acordo com o jovem, marcavam a política à época: o *interesse* e a *indiferença*, especialmente, entre os grupos dirigentes que balizam suas ações tendo em vista seus interesses pessoais. Para o sobrinho e seus mestres é fundamental que um estadista saiba selecionar suas companhias, aproximando-se de quem possa lhe dar algum tipo de vantagem, mas, também, deve saber descartá-las quando já não conseguir tirar nenhum proveito da aproximação. Nesse cenário político, marcado pelo interesse e pela indiferença, os dirigentes partidários ao invés de darem um “bom exemplo”, de acordo com o narrador, são aqueles que mais se aproveitam das circunstâncias e das pessoas:

Os chefes dos partidos, que são a cabeça, exceção feita a meia dúzia de homens sinceros e dedicados, que todos respeitam, são egoístas e ambiciosos, cujos princípios políticos se resumem todos ao pronome – EU –; trabalham só a favor de seus interesses materiais, lutam e fazem lutar os outros só para se verem ocupando altas posições sociais, que lhes deem muito dinheiro e importância social. Para eles a política não passa de uma guerra de ambições ignóbeis, que se define perfeitamente com estas palavras, já muito repetidas: “desce tu, que eu quero subir”.<sup>19</sup>

O sobrinho aponta o *egoísmo* como um traço característico de boa parte dos homens públicos no Brasil, por isso é que o personagem vai dizer que os políticos locais resumem seus princípios no pronome *Eu*. Nesse sentido, em um artigo de A

---

<sup>17</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p. 9.

<sup>18</sup> Ibidem, tomo I, p. 83.

<sup>19</sup> Ibidem, tomo I, p. 87.

*Nação*, Macedo afirmou que aqueles que procedem segundo as leis do *Eu* evidenciam a “estabilidade de seus princípios”, pois:

No seu código particular, no alcorão de sua moral, existem princípios e regras inalteráveis: a política de Alexandre VI e os seus escrúpulos, parece que serviram de norma para a confecção dessa lei satânica, que aconselha ‘sempre está lei máxima terrível – “o fim justifica os meios, e todos os meios são bons para se chegar ao fim”.<sup>20</sup>

Em *A carteira do meu tio*, o sobrinho reconheceu que estes meios atentam contra a dignidade humana, porém ele não vê isso como um problema, pelo contrário, “os fins justificam os meios, e o mais é peta”<sup>21</sup>. A máxima maquiavélica é, segundo o autor, um traço definidor do modo de se fazer política no Brasil, bem como a mentira e corrupção são inerentes aos homens públicos, com exceção, claro, de alguns poucos que trabalham em prol do desenvolvimento da nação.

Entre os parlamentares brasileiros uma prática tronou-se habitual: a troca de partidos, cuja ocorrência demonstra a preponderância da “troca de favores” em detrimento do alinhamento ideológico, nosso insolente narrador atribuiu esta prática ao que ele designou por “política da barriga”:

[...] os heróis que mudam de partido e se prendem ao carro ministerial pelos laços das tripas, *id est*, pela influência da fome, mostram-se fiéis e dedicados enquanto o ministério lhes conserva as pitanças; mas, logo que sentem, que lhes faltam, ou que as rações diminuem, ou que outros estômagos são mais bem aquinhoados do que os seus, põem a boca no mundo, largam o carro no caminho e tornam a levantar furiosa gritaria.<sup>22</sup>

De forma irônica, o sobrinho constata que os interesses são a mola propulsora da política no Brasil, porém, o ilustre aspirante a homem público não vê nenhum problema em pensar assim, pelo contrário, é justo que um “servo da nação” tire dela proveito e, para tanto, faz-se necessário ser apadrinhado por alguém que já esteja “em cima”. Em contraste com a fala do sobrinho, o compadre Paciência apresentou sua visão acerca do assunto, as conclusões são parecidas com as do companheiro de viagem, contudo, ele não idealiza tal comportamento, pelo contrário ele define, em tom de desdém, aqueles que o cometem como “coche pequeno”, alguém sem efetiva importância:

<sup>20</sup> A NAÇÃO, 02 set.1852.

<sup>21</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p.78.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p.39-40.

[...] a razão da alta gritaria, [...], que fazem aqueles que fazem da política seu *meio de vida*, aqueles que sobem os degraus por onde sobem as primeiras posições oficiais, aqueles que atraíam os partidos, que os seguiram, e que os elevaram como seus chefes, aqueles que de tempo em tempo mudam de princípios e de opinião, como as cobras mudam de pele, aqueles que como papagaios falam muito, quando tem fome, e calam-se logo que tem a barriga cheia, [...] a razão da gritaria e do espalhafato, [...], está em ser coche pequeno, e não poderem todos comerem ao mesmo tempo dentro dele.<sup>23</sup>

As características elencadas por Paciência, certamente, definiam um grupo significativo de políticos, porém, o autor d'*A carteira* certamente ao ironizar esse tipo de político em sua sátira tinha em mente alguns de seus ex-companheiros de partido, como é o caso de Antônio da Silva Limpo de Abreu<sup>24</sup>. Em um artigo publicado em sua folha liberal *A Nação*, Macedo criticou veementemente a postura do futuro visconde de Abaeté (título que alcançaria em 1854), afirmando que ele teria passado por uma “completa e tristíssima transformação”, depois de ter construído sua carreira política nas fileiras do partido liberal. Segundo o autor, depois de Limpo de Abreu ter sido deputado, presidente de província, ministro, senador e conselheiro do Estado, migrou para o grupo dos conservadores ao ver o “o partido liberal decaído, proscrito, perseguido, caluniado, atormentado, comprimido, assassinado”<sup>25</sup>. Em outra ocasião, a mudança de partido de Limpo de Abreu foi novamente criticada pelo escritor:

Trinta anos quase militou o Sr. Limpo de Abreu debaixo das nossas bandeiras, e nesse trinta anos subiu ele pelos nosso ombros até onde se pode chegar na carreira política. Foi sempre deputado, foi presidente da câmara, foi ministro do primeiro ministério, escolhido por S.M. Imperial, foi seu camarista, foi ainda ministro, foi senador, e

<sup>23</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p. 96-97.

<sup>24</sup> Graduado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1820. Foi Grande do Império; Conselheiro de Estado; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Exerceu diversos cargos de magistratura, tendo sido decisivo para a sua carreira pública a nomeação para Juiz em Minas Gerais. Foi Desembargador da Relação da Bahia, da Relação do Rio de Janeiro; Ministro Adjunto do Conselho Supremo Militar e do Supremo Tribunal de Justiça; Presidente de Minas Gerais. Durante a Regência de Feijó tornou-se um de seus principais auxiliares. Ocupou as pastas do Império, da Justiça e dos Estrangeiros em diversos períodos. Em 1848, foi convidado para Ministro da Fazenda, cargo que voltou a ocupar em 1855. Sendo curta a sua permanência como gestor das finanças, limitou-se à expedição de ordens e ao despacho do expediente. Senador por Minas Gerais (1847); foi Presidente do Senado por muitos anos. Aposentou-se como Ministro do Supremo Tribunal; cargo que ocupou de 1846 a 1848. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Missão Especial do Rio da Prata em 1856. Assumiu a Presidência do Conselho e a pasta da Marinha em 1858. Foi Ministro em seis Gabinetes. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/institucional/galeria-dos-ministros/imperio-segundo-reinado/antonio-paulino-limpo-de-abreu>. Acesso em: 07/01/2015.

<sup>25</sup> A NAÇÃO, 07 jul. 1853.

finalmente, conselheiro de estado: durante todo esse tempo, viu-se o Sr. Limpo de Abreu continuamente atacados pelos saquaremas, e agredido pelo seu chefe e Messias, de uma maneira sem exemplo: teve de ser deportado por eles, e fazendo então parte do ministério o mesmo homem, que hoje o nomeia ministro extraordinário; e o Sr. Limpo de Abreu os combateu também sem cessar, quer na câmara temporária, quer no senado, ainda mesmo nas vésperas da sua metamorfose!...<sup>26</sup>

Com efeito, Macedo mostrava-se profundamente inconformado com as constantes mudanças de partido entre os homens públicos, sobretudo, dos antigos colegas luzias, por isso ele passou a chamar esse tipo de “político mercenário” de “trânsfugas”<sup>27</sup>. Nessa categoria, além de Limpo Abreu, outro “ex-liberal”, também, desconsolava o escritor de Itaboraí: José Maria da Silva Paranhos<sup>28</sup>. Macedo, em *A Nação* chegou a ironizar a atuação de ambos, ao escrever: “Quem diria em 1849, que o Sr. Limpo de Abreu e o Sr. Paranhos, seriam os ministros especiais, os confidentes íntimos da política saquarema?!!!”<sup>29</sup>.

No começo dos anos de 1850, Paranhos passou a escrever para o *Jornal do Commercio* (de tendência conservadora), e daí tem início sua história saquarema. Cabe lembrar que, a esta altura, os conservadores eram maioria no parlamento e dirigiam o ministério, fato que, certamente, foi ponderado pelo futuro visconde de Rio Branco. Em 1852, Paranhos se elegeu deputado; na ocasião, Macedo atribuiu sua vitória à “influência do ministério, [e, segundo o autor, ela] não provém da metamorfose política; provém somente da proteção, com que o escuda, e levanta o Sr. Visconde de Paraná”<sup>30</sup>. A nosso ver, Macedo não se conformava com a “metamorfose” de Paranhos, sobretudo, porque ambos tiveram uma trajetória parecida, o escritor também foi colaborador do *Jornal do Commercio*, mas não abandonou as bandeiras liberais. Sobre o ex-liberal, o escritor foi assertivo:

O Dr. Paranhos foi liberal exaltado, quando os liberais governavam o país, foi ainda liberal, quando os seus correligionários estavam na

<sup>26</sup> A NAÇÃO, 25 set. 1852.

<sup>27</sup> A NAÇÃO, loc. cit. O vocábulo trânsfuga é definido pelos dicionários à época como desertor. Cf: Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez & Latino*, 1728 e Luiz Maria da Silva Pinto. *Diccionario da Lingua Brasileira*, 1832. A palavra desertor tem origem latina (*desertus*) “selvagem, lugar arruinado, deserto”, literalmente “algo abandonado”; desertar, portanto, tem o sentido de abandonar, esquecer, deixar de lado. Já a palavra *trânsfuga*, significa fugir através de (trans = através; fuga = fugir); o verbo fugir tem origem na palavra latina *fugax*, entendida com aquilo “que escapa com facilidade, transitório”.

<sup>28</sup> José Maria da Silva Paranhos havia sido liberal, mas naquele momento já se convertera ao partido conservador. Sua aproximação com Paraná ocorreu durante a missão especial no Prata.

<sup>29</sup> A NAÇÃO, 07 jul. 1853.

<sup>30</sup> Idem, 01 dez. 1852.

oposição; mas uma nova mudança política tardava; e o Dr. Paranhos foi pouco a pouco passando por diversas metamorfoses, fez-se primeiro amigo ausente, depois fingiu-se ressentidos..... depois..... não pode esperar mais..... transformou-se em saquarema.

E o governo o premiou com um alto lugar na diplomacia, e enfim deu-lhe na câmara temporária uma cadeira que terá de ser de espinhos para o Sr. Dr. Paranhos, que não se animará por certo a pedir a palavra para defender a política saquarema com medo de que a sua voz seja coberta pelas risadas de escárnio, que poderiam rebentar dos próprios bancos ministeriais.

Eis aí o melhor dos exemplos!

Aí tendes o soldado fiel perseguido, e o suíço político premiado.

Santa política e bela moral!...<sup>31</sup>

Pelo excerto fica expresso o ressentimento do escritor em relação a Paranhos, que no início da década de 1850 havia se aproximado dos saquaremas, especialmente, de Carneiro Leão, que o convidou, em 1853, a integrar o gabinete de conciliação. Em uma de suas crônicas, Macedo chegou a afirmar que os políticos que saíram das fileiras liberais tornavam-se indiferentes ao cumprimento das leis e do programa reformista defendido pelos luzias. Nas palavras do literato:

[...] no Brasil estamos já todos cansados de ver por *um óculo* tanta coisa boa, como, por exemplo, fiel execução das leis, reformas, colonização, medição de terras, liberdade de voto, etc., que já ninguém mais quer saber de óculos, nem de microscópio, nem de outro algum instrumento que socorra os olhos, e tem já chegado a tal ponto a preferência dada à cegueira, que até a milagrosa *Santa Luzia*, que é advogada da boa vista, tem perdido alguns de seus antigos carolas que se dão por muito felizes apesar de padecerem de catarata depois que fugiram da santa.<sup>32</sup>

Dez anos mais tarde, o tema da “dança das cadeiras” entre os políticos, voltava a figurar uma produção macediana. Dessa vez, foi em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro (1862-1863)*, na qual o escritor retomou a ideia de que o egoísmo e a ambição pautavam as ações dos homens públicos no país, cujos princípios ficam em segundo plano para darem lugar às conveniências e aos interesses particulares:

A inconstância e volubilidade de muitos políticos excedem tanto às proporções de possíveis modificações conscienciosas de princípios, que a todos antes se afiguram contradanças executadas ao som da orquestra mágica da ambição e do egoísmo.

São mudanças determinadas por conveniências que não se confessam, mas que excitam os contradançadores a voltar as caras

<sup>31</sup> A NAÇÃO, 05 fev.1853

<sup>32</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 17 fev.1856.

ora para um, ora para outro ponto, conforme o vento político que sopra.

Assim, pois, serve-me às mil maravilhas o galo da capela, e quando aí por essas ruas eu encontrar alguns desses homens políticos que andam aos saltos de um para outro partido, dizendo hoje que é branco o que ontem diziam que era preto, e achando sempre razão em quem está de cima, direi a mim mesmo, ou aos amigos que passearem comigo nessa ocasião: “Ali vai um *galo da capela*.”<sup>33</sup>

Para Macedo, as disputas partidárias não eram calcadas em princípios ideológicos, mas pelo desejo de se obter poder e o desejo de estar “acima”, por isso, também, os políticos mudavam de partido com relativa frequência. E, novamente, o escritor rebaixa esses políticos trânsfugas, enquanto o compadre Paciência os definia como “coches pequenos”, nesse texto da década de 1860 eles foram caracterizados como “galo de capela”. Em ambas as expressões ficam latentes o tom galhofeiro e o descrédito desse tipo de político. Afora os senhores Limpo de Abreu e Silva Paranhos, dois “belos exemplos” de trânsfugas, Joaquim M. de Macedo foi impactado pela mudança de partido de outro companheiro liberal, nos referimos a Francisco Sales Torres Homem, com quem o escritor manteve laços de amizade e projetos profissionais.

O grupo dos liberais costumava se encontrar na loja Passos; ali Macedo, Limpo Abreu, Sales Torres Homem, entre outros, reuniam-se para discutir política. O dono – Sr. Passos – era um entusiasta do republicanismo, e só mantinha a casa porque o lugar era o “centro de reunião diária dos amigos políticos e porque não pagava aluguel”. No entanto, no início dos anos de 1850, o espaço quase fechou, por causa das “desilusões profundas, e do desgosto profundo” que Passos sentia ao “ver que alguns liberais e republicanos, em quem muito confiara, tinham quase de súbito desertado para outros arraiais conservadores”<sup>34</sup>.

Torres Homem foi um destes desertores, sua “transformação” começou em fevereiro de 1853, período no qual escreveu uma série de artigos para o *Correio Mercantil* defendendo as ideias de conciliação, contribuindo para a ascensão política, naquele mesmo ano, de Hermeto Carneiro Leão. No ano seguinte, Torres Homem assumiu a direção do Tesouro Nacional, instituição na qual recebia ordens oriundas do governo conservador. Como diz o ditado popular: “de pedra a vidraça”, o

<sup>33</sup> MACEDO, Joaquim M. de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Edições do Senado, 2005a, p.52.

<sup>34</sup> MACEDO, Joaquim M. de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Edições do Senado, 2005b, p. 182-183.

autor de o *Libelo do Povo*<sup>35</sup> aproximou-se da política progressista do Marquês de Paraná e ainda se tornou funcionário de seu governo. Essa aproximação com o gabinete conservador influenciou para o fim de *A Nação*, em 1854.<sup>36</sup>

Certamente, a debandada de Torres Homem para o lado conservador foi uma grande decepção para Macedo, isto porque, em abril de 1853, o escritor saiu em defesa do amigo, quando ele foi acusado de desertor pelo jornal *Restaurador*. Na ocasião Macedo escreveu em *A Nação*: “o constante atleta da liberdade, o eloquente redator do *Nacional* e do *Maiorista*, o colaborador da *Reforma*, o proscrito de 1842, o deputado de 1844 e 1848 é incapaz de desertar das bandeiras liberais.”<sup>37</sup> Contudo, o tempo mostrou o inverso.

Ironicamente, o sobrinho atribuiu as trocas partidárias à *fome*, “a mais poderosa das alavancas políticas, e a *barriga* dos adversários políticos é a *Sebastopol*<sup>38</sup>, contra a qual deve um ministério sábio e adestrado acertar toda a sua artilharia.” Pelo excerto fica claro que o alvo preferencial dos membros da oposição é a “barriga”, para tanto, o governo tem a seu favor o poder, com o qual joga a fim de conquistar os adversários para suas trincheiras. Afinal, “poucas *barrigas* resistem a um *assédio* feito em regra, e a um assalto dado oportunamente: toda a dificuldade está em descobrir-se o ponto fraco da fortaleza, de fazer-lhe aí a brecha”.<sup>39</sup>

Outra característica comum à política nacional, apontada em *A carteira do meu tio*, são as relações de apadrinhamento. “A família era uma fonte importante de capital político”<sup>40</sup>, isto porque a parentela – que ia muito além dos laços sanguíneos – estabelecia um pacto de lealdade e ajuda mútua que se estendia para a esfera pública. Pela própria tradição religiosa, ser padrinho, afilhado ou compadre significava assumir responsabilidades com a fé, mas também com o desenvolvimento pessoal. Sobre este aspecto, o compadre Paciência foi assertivo:

<sup>35</sup> Panfleto político, publicado por Sales Torres Homem, em 1849.

<sup>36</sup> Magalhães Junior dividiu a carreira política de Torres Homem em três fases: a primeira, revolucionária; a segunda, coalicionista; e a terceira, conservadora. MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p.31.

<sup>37</sup> A NAÇÃO, 16 abr.1853.

<sup>38</sup> O Cerco de Sebastopol foi o principal combate ocorrido durante a Guerra da Crimeia, tendo durado de setembro de 1854 a setembro de 1855. Os principais jornais do Rio de Janeiro noticiaram os desdobramentos do conflito e deram ênfase ao episódio citado por Macedo em *A carteira do meu tio*.

<sup>39</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p.32.

<sup>40</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá da cá*. In: *Braudel Papers*, s/d, p.04.

[...] estamos na terra dos compadres e dos afilhados: a moda está mesmo tão introduzida, que já não se faz nada, nem coisa alguma se consegue sem padrinho; e padrinho hoje em dia é sinônimo de inocência para o grande criminoso, de sabedoria para o analfabeto, de merecimento para o indigno.<sup>41</sup>

Daí a política se caracterizar como o espaço de triunfo dos incompetentes e despreparados, onde se valoriza o padrinho e não o mérito. O próprio sobrinho reconhece este aspecto da política brasileira ao se comparar com o tio:

Meu tio, pelo que posso julgar, é um homem que sabe muito, e que fala pouco: nunca foi eleito deputado, por ter essas duas terríveis qualidades. Felizmente eu sou o avesso do bom velho; não sei coisa alguma n'esta vida, e falo mais que uma velha metida a literata: se já tivesse quarenta anos entrava em alguma lista para senador.<sup>42</sup>

A historiografia mostrou que boa parte de nossos políticos possuíam ensino superior<sup>43</sup>, uma vez que a oferta de empregos que exigiam qualificação era restrita, o destino dos bacharéis foi o funcionalismo público, a magistratura, a carreira militar e, claro, os cargos políticos. Desse modo, o Estado apresentava-se como a principal fonte de mercês, cuja obtenção reforçava os laços de dependência e patronato. Era muito difícil despontar no cenário político sem ter indicação de algum “figurão de gravata”. Desse modo, a formação acadêmica era o que menos importava na cena política, o mais importante era ter um sobrenome, um bom casamento ou um benévolo padrinho. O sobrinho, portanto, é representante deste grupo de “privilegiados” que herdaram o poder político sem merecê-lo, ele próprio se definia como tal:

Estou exatamente no caso de alguns candidatos ao parlamento, e a importantes empregos públicos, cuja única recomendação é neste o ser filho do Sr. Fulano, naquele ser neto do Sr. Beltrano, e até as vezes naquele outro ser primo da Sra. Sicrana. Querirão observar-me que, em vez de me declarar sobrinho do meu tio, deveria antes apresentar-me, como filho do meu pai?... eis aí uma asneira como tantas outras! Eu gosto de cingir-me aos usos de minha terra, e há nela muita gente, mesmo, ou principalmente entre os senhores fidalgos, que costuma esquecer-se do modo o mais completo, de quem fora seu pai: a moda é esta: agora a razão de tão inocente capricho, que a digam dos Excelentíssimos esquecidos.<sup>44</sup>

<sup>41</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p. 81.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 07-08.

<sup>43</sup> CARVALHO, José M. de. A construção da ordem & Teatro das sobras, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.58.

<sup>44</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.05.

E para arrematar o discurso sobre o valor de ser sobrinho de alguém, o narrador-viajante fez referência à atualidade política francesa que, em 1848, colocou o sobrinho de Napoleão Bonaparte no poder e, quatro anos depois, o coroou imperador, assim como a seu tio em 1804:

Sou, portanto, o *sobrinho do meu tio*, e tenho dito: na atualidade já não é qualquer coisa ser um homem *sobrinho de seu tio*; e se não, que responda uma das primeiras nações do mundo, porque se entregou amarrada de pés e mãos a um *senhor só* e simplesmente por ele ser sobrinho de seu tio.

Aceitem-me, pois tal qual sou, *sobrinho de meu tio*, e mais nada: e nem preciso, nem desejo ser outra coisa.<sup>45</sup>

As constantes trocas de partidos políticos são o espectro, em linhas gerais, de uma política baseada na troca de favores, da falta de definição política e da ausência de debates mais ideológicos, sobre ética e sobre o bom funcionamento do sistema representativo. A cultura do apadrinhamento político no Brasil acabava atraindo para o ofício um bando de aventureiros e sanguessugas que estavam em busca de poder, independente dos meios que se tenha que optar para alcançá-lo. Nesse cenário, a conciliação é extremamente favorável, uma vez que se passa a defender um governo e não um partido. Em uma política conciliada deve-se baixar as bandeiras políticas em nome do “bem-estar nacional”, foi esta a direção sinalizada pelo presidente do Conselho ao Senado, em setembro de 1853:

[...] o gabinete nada tem com o passado, os seus membros não se consideram nem como luzias, nem como saquaremas, estão todos de acordo em administrar o país segundo as necessidades atuais.

Portanto aqueles que apoiam e compartilham o pensamento do ministério são ministerialistas, qualquer que tenha sido ou seja seu partido; e os que não apoiam e compartilham este pensamento, não sendo os mais aptos para executá-lo, não podem ser nomeados para os empregos políticos.<sup>46</sup>

Com efeito, a nova cena política que se construía com o ministério presidido por Carneiro Leão tinha por objetivo abrandar as disputas partidárias, limitando o espaço de atuação da oposição. Para Macedo, a política de conciliação franqueou a troca de partidos como uma prática natural, justificável e até necessária para o progresso da nação, mascarando o egoísmo de nossos políticos e a fragilidade do

<sup>45</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.05-06.

<sup>46</sup> BRASIL. *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, 1848-1857, 10 set. 1853. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>

debate sobre o sistema representativo e o cumprimento das leis constitucionais no país. Por meio da fala do sobrinho, o escritor ironizou esta situação:

Quem tiver fome, não se envergonhe de ir vender a sua opinião, e sacrificar os seus princípios a troco de um prato da mesa ministerial; por que tudo isso se explicará convenientemente. As palavras *compra* e *venda* não serão por certo empregadas, e o *faminto*, que se deixou conquistar pela política da barriga, em vez de dizer: “*desertei de minhas fileiras*”, “*bandeei-me*”, “*atraíçoei minhas bandeira*”, pode muito bem exclamar com um angélico sorriso nos lábios: “*fiz uma conciliação*”.<sup>47</sup>

O escritor ressentia-se pela mudança partidária de alguns correligionários em nome da conciliação, especialmente Limpo de Abreu e Paranhos, antigos liberais; enquanto Torres Homem, articulador desta política, passou a flertar com os conservadores e nunca mais saiu do meio saquarema. Macedo reiterava que a conciliação deturpava a essência do sistema representativo, uma vez que pretender sufocar as organizações partidárias seria um absurdo, causando a anomalia do modelo democrático no Brasil. De acordo com o literato, “os partidos políticos nascem da própria natureza do sistema, são seus filhos, fazem parte da sua vida”<sup>48</sup>.

Em uma conversa, o sobrinho pediu ao compadre que definisse os dois partidos a fim de que pudesse escolher qual fileira iria integrar. Paciência, então, começou a compará-los a animal, composto por “três entidades”: a enorme cauda que representa a multidão; o corpo formado pelos “correligionários pensantes”; enquanto a cabeça, uma minoria, são os chefes. Quando o bicho se desespera, a cauda assume o comando e leva a cabeça para “onde lhe parece”. Entretanto, segundo Paciência, o problema da multidão é sua passividade, pois, enquanto cauda, “não sabe, nem procura saber, o que quer: segue o movimento que lhe imprime a cabeça”<sup>49</sup>. O corpo, por sua vez, produz ideias convenientes ao país, mas “são idealistas, são poetas” e por isso, acabam se tornando vítimas dos mandatários dos partidos. Por fim, a cabeça, que tem o controle das outras entidades, é movida

<sup>47</sup> MACEDO, 1855, tomo II, 38.

<sup>48</sup> A NAÇÃO, 24 nov.1852. Em outro artigo, Macedo asseverou: “Os partidos políticos são da essência do sistema representativo; entram na sua vida, e por isso mesmo que lhe são absolutamente necessários, tem também seus direitos nele. Lembremos o primeiro destes direitos. Os partidos políticos pedem e devem trabalhar por subir ao poder a fim de governar o país segundo suas ideias.” Cf. A NAÇÃO, 11 dez. 1852.

<sup>49</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.85-86.

pelos interesses pessoais, “lutam e fazem lutar os outros só para se verem ocupando altas posições sociais, que lhes deem dinheiro e importância pessoal.”<sup>50</sup>

A comparação com o corpo do animal denota que a estrutura e os métodos de ambos os partidos eram semelhantes: uma elite dirigente que conduz a agremiação, uma elite pensante que produz conhecimento e o resto que é conduzido pelos que estão acima. Contudo, ideologicamente, havia alguma diferença entre saquaremas e luzias? De acordo com Paciência:

O copo de um proclama, que quer *conservar*, bem que vá, pelo sim pelo não, destruindo muita coisa boa; e o corpo do outro assevera, que quer progredir. Os *conservadores* dizem que não admitem o progresso político, porque temem que ele nos atire além dos limites da prudência: os progressistas repelem os erros do passado; sustentam que o sistema representativo está falseado entre nós, e que é indispensável apelar para as diversas reformas políticas, se quisermos que a monarquia constitucional seja no Brasil uma realidade: uns com os outros, conservadores e progressistas, dizem ainda muita coisa, mas o essencial é isto.<sup>51</sup>

Como se vê, o compadre distinguiu saquaremas e luzias a partir da dicotomia: “conservar x reformar”, um lugar-comum à época para se definir os dois partidos políticos do Segundo Reinado. No entanto, entre os dirigentes partidários, com exceção “dos poucos que são sinceros e dedicados”, não há engajamento ideológico, e por isso, no que tange aos princípios políticos “eles são idênticos”, e podem ser resumidos, segundo Paciência, no “pronomo Eu”. Desse modo, a corrupção da moralidade política acontece entre os chefes dos partidos, uma vez que, enquanto a elite pensante mantém-se arraigada aos seus princípios – e por isso é idealista – os chefes se transmutam facilmente:

[...] os conservadores logo que se acham no governo, andam para trás como caranguejos, ou oprimem o país como pesadelos; e este progressistas ocupando o timão do estado desenvolvem e mostram um tal progresso de preguiça, que chegam até a subir e descer sem jamais sair de um mesmo lugar!..<sup>52</sup>

Diante da definição do compadre, o sobrinho se lembra da conclusão a que chegou Daniel O'Connell – político nacionalista irlandês que lutou pelos direitos católicos e revogação da união entre Grã-Bretanha e Irlanda – quando se referiu aos

<sup>50</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.86-87.

<sup>51</sup> Ibidem, p.88.

<sup>52</sup> Ibidem, p.88-89.

partidos britânicos: “os *Whigs* são os *Tories* fora do ministério”<sup>53</sup>. O parecer de O’Connell é semelhante a de um outro político brasileiro, Holanda Cavalcanti, a quem foi atribuída a célebre frase: “não há nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder”<sup>54</sup>.

A declaração do visconde de Albuquerque sobre a semelhança entre luzias e saquaremas tonou-se uma espécie de provérbio sobre a política imperial brasileira, repetido em diferentes textos. A nosso ver, a definição se refere mais à parença dos métodos<sup>55</sup> utilizados pelos dois partidos, do que à similaridade de ideias entre eles.

A fim de ir além das famosas formulações que destacavam as semelhanças entre liberais e conservadores, em *O tempo Saquarema*, o historiador Ilmar Mattos ao analisar o perfil dos partidos imperiais os definiu, de forma perspicaz, como sendo “semelhantes, diferentes e hierarquizados”<sup>56</sup>. Enquanto, o programa liberal de governo defendia a hegemonia do Poder Legislativo em detrimento do Executivo e criticava as atribuições do Poder Moderador, cuja interferência na cena política poderia privilegiar alguns grupos sociais e manter interesses particulares de possíveis aliados. Os conservadores, por sua vez, apoiavam a centralização política e a primazia do imperador, cabendo à Câmara o papel conciliatório.<sup>57</sup>

José Murilo de Carvalho, em *A Construção da Ordem*, assinalou que a formação acadêmica era um traço comum da elite política, boa parte frequentou a Universidade de Coimbra ou as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, de modo que havia certa coesão entre seus membros. Entretanto, Mattos enfatizou em sua análise a questão da origem socioeconômica desse grupo: tanto os liberais, quanto os conservadores tinham filiados oriundos do latifúndio, sendo que a elite latifundiária das Províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia pertenciam ao Partido Conservador, enquanto que os produtores de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul eram integrantes do Partido Liberal.<sup>58</sup>

Por conseguinte, de acordo com Ilmar Mattos a composição social dos partidos foi um fator determinante para a vitória do programa conservador, uma vez

---

<sup>53</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.89.

<sup>54</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: 1813-1857*, tomo I, p.173.

<sup>55</sup> Preservar a indicação dos presidentes de províncias a fim de utilizar tal prerrogativa para garantir o controle das eleições e estabelecer relações clientelistas para manter-se no poder.

<sup>56</sup> MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, p.145.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p.166.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p.160-172.

que, a maioria dos eleitores estava ligada ao latifúndio, enquanto o Partido Conservador era formado por burocratas e proprietários de terra. Em contrapartida, as fileiras liberais compostas por profissionais liberais e comerciantes que desempenhavam papéis secundários na cena política tinham poucas chances de implementar seu projeto de governo.

Os saquaremas – grupo formado pelos cafeicultores do Vale do Paraíba – conseguiram estabelecer uma agenda política que atendia às demandas dos senhores de terras, conquistando o apoio de seus correligionários do Partido Conservador, estratégia fundamental para o sucesso da direção política saquarema. Para Mattos, este grupo estabeleceu uma direção não só política, mas “intelectual e moral”, trabalhando em torno de um projeto de construção do Estado, cujos interesses econômicos e sociais fossem atendidos, sobretudo, no que tange à manutenção da escravidão.<sup>59</sup>

Em o *Pacto Imperial*, Miriam Dolhnikoff ressalta que o pomo da discórdia entre liberais e conservadores era a questão da adoção do modelo federalista, os primeiros defendiam a concessão de autonomia às províncias e a implementação de eleições para os cargos do Poder Judiciário, enquanto os segundos alegavam que a centralização era o único mecanismo para garantir a ordem e que a magistratura deveria manter suas prerrogativas. No entanto, os dois partidos concordavam com a permanência do sistema escravista e a salvaguarda da unidade territorial.<sup>60</sup>

Luzias e saquaremas concordavam que a monarquia constitucional era o melhor sistema político<sup>61</sup>, uma vez que garantia a neutralidade do Estado, porém, como vimos, divergiam no modo de funcionamento deste modelo. Sendo assim, para Macedo a adesão partidária estava condicionada à afinidade com os princípios do partido escolhido, sendo condenável o comportamento pouco ideológico dos políticos brasileiros.

---

<sup>59</sup> MATTOS, 2004, p.164.

<sup>60</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: as origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p.15.

<sup>61</sup> Macedo fez questão de esclarecer que os liberais não apoiavam o sistema republicano: Não somos republicanos, nem o é o nosso partido: para que o fôssemos seria preciso, que tivéssemos bebido o fôdão dos antigos, e nos houvéssemos esquecido do nosso passado; ou que fôssemos desses escritores excepcionais, que aspiram à posse do anel de Salomão, ou à lâmpada maravilhosa.” Cf. A NAÇÃO, 13 nov.1852.

### 3.2 A “defunta” Constituição de 1824

Ao informar o sobrinho de que ele teria que empreender uma viagem pelo território brasileiro a fim de se preparar para a carreira política, o tio anunciou que ele teria a companhia ilustre de uma “intérprete” de trinta anos, cuja função seria ajudar o jovem a entender a realidade brasileira. Mantendo o suspense de quem seria a “adorável” companheira de viagem, o tio avisou que apesar de “seu nome estar na boca de todos”, ela estava morta, na verdade, nunca havia vivido. Diante das informações, o sobrinho logo indagou: “quer que eu viaje com uma defunta?”, mas o tio nada quis dizer naquele momento, e ordenou ao jovem que se recolhesse, pois no dia seguinte daria início à empreitada e, finalmente, conheceria sua companheira. Na manhã da partida, o tio levou o jovem até sua casa a fim de lhe entregar a tal defunta:

Acompanhando a meu tio, entrei com ele no seu jardim, e dirigindo-nos ambos a um bosquinho de ciprestes e de arvores da independência, um pouco enfezada e triste, descobri por entre os pés de perpétuas roxas, um túmulo extremamente pequeno, que teria, quando muito, um palmo de comprimento, e quatro polegadas de largo.

– Eis aqui! Disse meu tio suspirando.

– Pois é isto?... perguntei admirado.

– E a moça, meu tio!...

– Está aí dentro encerrada.

Eu me sentia cada vez mais curioso e surpreso.<sup>62</sup>

O episódio narrado transparecia a verdadeira adoração que o tio tinha pela tal defunta, seu epitáfio trazia a seguinte inscrição “aqui jaz quem nunca viveu”, fazendo o sobrinho acreditar que se tratava de uma “senhora que passou logo do berço para o túmulo”. Entretanto, para a surpresa do jovem aspirante a político, a “santa mártir” era um pequeno livro:

Abri o túmulo, e encontrei primeiro um caixãozinho de ouro, abri também este e encontrei um outro caixãozinho de prata, abri ainda este, e encontrei um terceiro de chumbo, e dentro deste, finalmente, envolvido em uma espécie de mortalha de veludo verde e amarelo, com um pequenino livro, em cuja primeira página li o seguinte título: Constituição do Império do Brasil.<sup>63</sup>

<sup>62</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.17-18.

<sup>63</sup> Ibidem, p.19.

A epifania causada pela revelação de quem seria a tal defunta, emocionou o tio e deixou o sobrinho atônito, o jovem não tinha o que dizer e pôs-se a ouvir atentamente as palavras de seu tutor, que saiu em defesa da Constituição:

– Eis aí a Santa Mártir, meu sobrinho: quando ela nasceu, um povo inteiro saudou-a, como fonte inesgotável de toda sua felicidade; como o elemento poderoso de sua grandeza futura: saudou-a com o entusiasmo e a fé, com que os hebreus receberam as dozes tábuas da lei: pobre Mártir! Não a deixaram nunca fazer o bem que pode: apunhalaram-na, apunhalaram-na ainda hoje todos os dias, e, entretanto cobrem-se com o seu nome, e fingem amá-la os mesmos sacrilégios, que a desrespeitam, que a ferem, a pisam aos pés!..<sup>64</sup>

A intenção do tio ao entregar o texto constitucional ao sobrinho era de que ao longo da viagem ele comparasse a realidade com o que preveem as leis. Nas palavras do tutor ao sobrinho: “viaja com ela, observa o que se passa em nossa terra, e compara o que observares com o que ela tem a te dizer em seus sábios preceitos”. O tio acreditava que depois de observar e anotar tudo que fosse visto ao logo da viagem, o jovem aspirante a homem público teria aprendido a “grande verdade” e “o remédio” para curar todos os sortilégios políticos. A partir da experiência, o sobrinho poderia comprovar que a Constituição nunca havia sido executada.<sup>65</sup>

Com efeito, a inaplicabilidade das leis também foi um tema criticado por Macedo em sua sátira política; aliado ao caráter corrompido dos políticos, o não cumprimento das leis nacionais contribuía para o falseamento do sistema representativo e os abusos de poder. Em artigo para sua folha liberal, Macedo se referiu à carta constitucional como o “nosso edifício social”:

A Constituição do Império é a base do nosso edifício social, e devia ser portanto como uma arca santa, que nenhum dedo profano ensoasse tocar: mas o que temos nós vistos?... a lei sagrada é ferida em suas mais sábias disposições e até uma câmara houve tão sacrílega, tão ímpia, que atreveu-se a reformar essa Constituição, pretextando querer interpretar alguns de seus artigos. E temos nós o direito de exigir do povo, que tenha respeito a uma lei, que tenha fé em um princípio, que o governo menoscaba...

---

<sup>64</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.20.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 20-21.

Dizem que o nosso governo é monárquico constitucional; pois bem, haverá um só Brasileiro que chegue a dizer sem corar de vergonha, que no Brasil haja liberdade de voto?... nenhum.<sup>66</sup>

Em seus textos de cunho político, Macedo ressaltava a importância de eleições livres para o bom funcionamento do sistema democrático e para que o povo fosse efetivamente representado. Entretanto, mais do que o desejo de um liberal, o escritor lembrava que o voto livre era um direito constitucional e, como tal, não poderia ser esquecido, nem sublimado. Às vésperas das eleições para a Câmara, em 1852, Macedo convocou seus eleitores a lutarem por eleições livres, como garantia à constituição<sup>67</sup>.

Um incidente narrado pelo sobrinho, em especial, demonstrou a falta de liberdade de voto e o descumprimento das leis constitucionais no país. No decorrer do trajeto, o jovem e o compadre Paciência avistaram uma casa em chamas e ao conversarem com o proprietário descobriram que o incêndio havia sido provocado por um potentado local, diante da relutância de seu dono de votar no candidato indicado por ele. Os dois viajantes, indignados com a situação, se dirigiram à casa do inspetor de polícia a fim de relatar tal situação, ao chegarem o filho do agente policial estava lendo em voz alta alguns artigos constitucionais, fato que permitiu ao sobrinho, finalmente, atender ao pedido do tio –, ou seja, comparar as leis e a realidade:

Prestamos atenção e ouvimos o menino lendo o seguinte: “Artigo 179 da Constituição do Império: VII Todo cidadão tem em sua casa um asilo inviolável; XXII É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude”.

– Que irrisão!... exclamou o compadre.

– É uma utopia constitucional desmentida pela lógica dos fatos. O nenê podia muito bem ler os incisos VII e XXII do artigo 179 da Constituição do Império, e alguns dos artigos da lei de eleições ao clarão do fogo, que está acabando de queimar a pobre casinha do atrevido, que quer votar conforme sua consciência.

– E o que me diz do belo Inspetor de Quarteirão?...

– Ora! É um Inspetor *come il faut*: faz o filho decorar a Constituição, e ele pela sua parte a executa, ou viola, conforme os casos e as circunstâncias.

Um Inspetor de Quarteirão consentindo que no pé de sua casa, e quase debaixo de seus olhos assim ofenda as garantias de um cidadão, e se menospreza a lei!... isto é insuportável!...

<sup>66</sup> A NAÇÃO, 07 set.1852, grifo nosso.

<sup>67</sup> Ibidem, 03 nov. “Aproxima-se o dia da grande batalha: amigos! Estejamos prontos! Temos para entrar em campo, e tomar parte no combate direitos sagrados, que nos são garantidos pela CONSTITUIÇÃO! Somos livres, e devemos todos votar livremente.”

– Oh, compadre!... pois deveras queria que o desprezo das garantias do cidadão, e das leis fosse um direito exclusivo dos ministros de estado?... nada, não senhor; os Inspetores de Quarteirão fazem também das suas casas, e podem dizer, como o poeta macarrônico. “*Nos quoque gens sumus, et quoque cavalgare sabemus.*”<sup>68</sup>

O sobrinho-viajante comprovava a teoria do tio: de fato, a Constituição era desrespeitada por aqueles que deveriam aplicá-la, entretanto, o desajustado sobrinho ironizava tal constatação e afirmava que a leitura do texto o havia divertido. Afinal, “a Constituição é um poema em oito cantos, contendo cento e sessenta e nove estrofes de metrificação variada e, como todas as composições poéticas e de literatura amena, serve bastante para o entretenimento nas horas vagas.”<sup>69</sup>

Em outra ocasião, o jovem comparou a carta magna a um sorvete, que fica suspenso por um período em decorrência da falta de gelo, porém, a lei maior estaria em pior condição, pois “raramente dava sinais de vida entre nós”. Esta era uma das razões, dentre três, pelas quais o sobrinho justificava sua ojeriza à Constituição:

[...] pela minha parte declaro que detesto a Constituição por três fortíssimas razões; primo: porque assim me assemelho a muitos dos grandes homens da minha terra; segundo: porque a Constituição do Império é um poema, e eu abomino a poesia; tercio: porque, ou ela há de ser sempre letra morta, como até agora; [...], se há de ser letra morta é melhor enterrá-la, já que é obra de caridade dar sepultura aos mortos.<sup>70</sup>

O sobrinho afirmava não entender a veneração que o tio tinha pela carta constitucional, uma vez que tal adoração estava associada ao que ela “*deveria ser*, e não pelo que a *fazem ser*”. Em tom de deboche, o jovem elenca o que na opinião dos entusiastas a Constituição devia ser – a citação é longa, mas vale a pena apresentá-la na íntegra:

*Devia ser...* notem, antes de tudo que quando escrevo *devia ser* é repetindo o que dizem os pobres de espírito, que acreditam nas cebolas do Egito; porque cá o *sobrinho do meu tio* reza pelo alcorão dos grandes estadistas de vontade de ferro.

Vamos ao caso.

A Constituição do Império devia ser como as asas de um anjo, à cuja sombra se acolhessem sempre todos os Brasileiro; é porém, como dizia aqui há anos atrás um dos tais entusiastas, uma espécie de chapéu de chuva, que os ministros trazem aberto ou fechado, conforme o tempo que faz.

<sup>68</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p. 105-107.

<sup>69</sup> Ibidem, tomo II, p. 02.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 04.

A Constituição deveria ser uma virgem famosa, de quem os ministros e magistrados da nação fossem amantes apaixonados; mas é pelo contrário como uma velha pobre e coberta de cicatrizes, de quem eles se riem e zombam constantemente.

A Constituição deveria ser a arca santa do povo; e não é mais do que a peteca dos opressores do mesmo povo.

A Constituição devia ser um objeto sagrado, no qual nenhuma mão sacrílega tocasse sem que ficasse mirrada; e é como a terra aurífera, que vê enriquecer-se e engrandecer-se aqueles, cujas mãos mais lhe rasgam o seio, e as entranhas.

A Constituição devia ser uma grande realidade, e é apenas uma grande peta.

Devia ser como uma divindade, pelo culto da qual estivessem prontos a sacrificar a vida os seus sacerdotes; e é como os oráculos antigos, cujas respostas às Pitonisas interpretavam e faziam ouvir sempre favoráveis aos que melhor lhes pagavam.

Devia ser como uma mãe idólatra, cujos filhos lhe pagassem a maternal ternura com amor e dedicação; e é como a árvore frondosa, que definha e morre, porque as parasitas que nela se enroscam, lhe roubam a seiva, e pagam com a morte o favor daquela que os elevou até sua cópula altaneira.

Devia ser um escudo encantado, um asilo seguro para o inocente, perseguido pela prepotência ou pelo poder opressor, e é como uma casa sem portas, onde ninguém se julga livre de ser agarrado: por mais que um pobre homem se apadrinhe muito em regra com o mais claro e positivo de seus artigos, qualquer beleguim lhe põe a mão em cima: é o caso de se dizer *fia-te na virgem e não corras*.

Devia ser muita coisa, que não é; e pelo contrário, é muita coisa, que não devia ser.<sup>71</sup>

Macedo, por meio do sobrinho, criticou a postura dos ministros de Estado em relação às leis, pois estes eram os primeiros a descumpri-la. O autor chegou a dizer que “no Brasil a caloteada-mor do Império [era] a nossa Constituição. Poucos são os seus artigos que não nos recordam algum calote.”<sup>72</sup> Tanto que ao fazer um prognóstico do que viria a ser o ano de 1853, Macedo foi enfático:

O sistema representativo está falseado no Brasil: a constituição ferida em suas bases essenciais.

*O que predomina hoje é a mentira.*

Dizem que somos governados pelo sistema monárquico-constitucional: é uma mentira; porque a vida desse sistema depende da harmonia e da independência dos poderes do estado, e tal independência, e tal harmonia desaparecem diante da onipotência do senado.

Dizem que o povo elege de quatro em quatro anos os seus representantes, demonstrando na sua escolha o pensamento que a nação quer que triunfe: é outra mentira; porque entre nós a eleição não passa de farsa representada pelo ministério, e não é mais do

<sup>71</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p. 06-08.

<sup>72</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 27 mai.1855.

que uma simples conquista das urnas, operada pelo poder largo despendido de abusos, e às vezes até chegando a ter lugar o emprego de pólvora e bala!

Dizem que os ministros são responsáveis; é outra mentira; porque a câmara dos deputados, a quem cumpre acusar os ministros, é formada por estes mesmos, que designam a vontade um por um todos os seus membros, que consequentemente não tem nem pode ter força moral para acusá-los.

Eis ai três mentiras capitais: diante delas, quem ousará duvidar da profundidade do mal que afeta a nossa sociedade política?<sup>73</sup>

Sem a armadura da ficção, Macedo foi enérgico ao criticar o descumprimento das leis por parte dos ministros e deputados brasileiros. A política nacional estava ameaçada, uma vez, que em nome de interesses particulares, as leis eram postas de lado, minando a confiança do povo no modelo democrático. O Brasil precisava passar por reformas que moralizassem este cenário de caos político; para além do progresso material, era necessário “o progresso moral e político!”<sup>74</sup>

### 3.3 A Conciliação

A política conciliatória levada a cabo pelo conservador Honório Hermeto Carneiro Leão é um dos temas centrais de *A carteira do meu tio*. Na verdade, a temática marcou a produção literária do escritor à época, suas peças de teatro, folhetins e crônicas denotam o olhar crítico do homem de letras em relação ao novo gabinete, cuja insatisfação com o que parecia ser a solução de todos os problemas políticos brasileiros – a conciliação entre os partidos – era latente.

A famigerada conciliação foi, em primeiro lugar, resultado de um processo político marcado pelas disputas entre liberais e conservadores, acirradas no decorrer da década de 1840. Durante quatro anos, entre 1844 e 1848, os liberais estiveram no controle da cena política brasileira<sup>75</sup>, contudo, em 29 de setembro de 1848, Pedro Araújo Lima, o marquês de Olinda, foi nomeado por D. Pedro II para ser o presidente de um novo ministério, marcando o retorno dos conservadores ao poder, depois da renúncia do ministro liberal.

<sup>73</sup> A NAÇÃO, 05 jan.1853, grifo nosso.

<sup>74</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p. 96.

<sup>75</sup> Os três primeiros Presidentes do Conselho de Ministros foram os liberais: Manuel Alves Branco, em 20 de julho de 1847, José Carlos Pereira de Almeida Torres, visconde de Macaé, em 8 de março de 1848; Francisco de Paula Sousa e Melo, em, 31 de maio de 1848.

A fim de garantir maioria conservadora entre os parlamentares, no ano seguinte à posse do marquês de Olinda, o imperador dissolveu a câmara dos deputados e convocou novas eleições, das quais os saquaremas despontaram como maioria quase absoluta – um único deputado liberal foi eleito: o representante da Província do Pará, Bernardo de Sousa Franco<sup>76</sup>. Essa hegemonia conservadora, explica, em parte, porque Macedo teve dificuldade em se eleger para Assembleia Provincial nas eleições de 1850 e em 1852<sup>77</sup>. Foi com a ascensão da política de conciliação que o escritor finalmente assumiu a vaga titular de deputado nesta casa legislativa.

Inicialmente, o gabinete de 29 de setembro era formado pelo marquês de Olinda, na presidência do Conselho, bem como, na pasta de Estrangeiros e da Fazenda; José de Costa Carvalho, na pasta do Império; Eusébio de Queirós, na Justiça; Manuel Felizardo de Sousa e Melo, na Marinha; e, por fim, Manuel Felizardo, na Guerra. Em 06 de outubro de 1849, o ministério passou por algumas modificações com a saída do marquês de Olinda: a presidência do Conselho ficou a cargo do visconde de Monte Alegre; a pasta de Estrangeiros ficou sob a responsabilidade de Paulino José Soares de Sousa e da Fazenda com Joaquim José Rodrigues Torres. Tais substituições marcaram a ascensão, de acordo com Ilmar Mattos, da “trindade saquarema”<sup>78</sup>.

A maneira como se deu a ascensão do partido conservador em 1848, segundo Macedo, feria os princípios constitucionais, uma vez que, naquele ano, a Câmara e o Ministério estavam alinhados, pois ambos eram liberais. A decisão do

---

<sup>76</sup> A unanimidade conservadora na câmara não durou muito, um surto de febre amarela assolou a capital fluminense, levando a óbito alguns deputados, de modo que entre os suplentes convocados figuravam alguns liberais, como Bernardo de Sousa Franco. A convocação de novos deputados foi consequência de três fatores: a terrível epidemia de febre amarela, que atacou alguns políticos e impediu tantos outros de chegarem à Corte; a nomeação para o Senado, desfalcando as bancadas; e a escolha dos deputados para o cargo de presidente de província, tão criticada pelos muitos problemas criados, pois muitos iam “fazer política” e não voltavam na época das sessões. Apesar da resistência inicial, ao longo da oitava legislatura se efetivou a entrada de suplentes, retirando o aspecto de unanimidade conservadora. Como ressalta Francisco Iglésias, só a bancada mineira se renovou com quatro liberais. Apesar disso, o surgimento da oposição não chegou, até o final do ano legislativo, a criar sérios embaraços ao governo, que conseguiu aprovar importantes leis, como a que aboliu o tráfico negreiro. Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Vida Política, 1848-1868*. In: HOLANDA, Sérgio B. (org). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, tomo II, vol. 5, p.16.

<sup>77</sup> Nesse período, como apontamos no início deste capítulo, Macedo assumiu o posto na condição de suplente.

<sup>78</sup> A trindade saquarema era composta pelos principais líderes do Partido Conservador: Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Souza e Eusébio de Queirós. MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, p.182.

imperador em substituir o ministério liberal por um conservador<sup>79</sup>, em 9 de setembro de 1848, desfez, portanto, este alinhamento, obrigando o monarca a dissolver a câmara e a convocar novas eleições, usando as atribuições do Poder Moderador. Malgrado o descontentamento do escritor com os desdobramentos políticos pós-1848, ele não questionava a deliberação do imperador, mas, acreditava que esta teria sido motivada pela campanha negativa – por meio de calúnias, intrigas e perseguição – que os conservadores passaram a fazer contra os liberais.<sup>80</sup>

Filiado ao Partido Liberal, o escritor considerava seus correligionários os mais aptos ao governo do país.<sup>81</sup> Entretanto, o autor reconhecia que os gabinetes liberais, entre 1844 e 1848, erraram ao não terem promovido as reformas necessárias, quando naquele momento tinham maioria na Câmara<sup>82</sup>. Nas palavras do escritor:

Acudimos ao apelo do trono, e quatro anos o servimos com uma lealdade e honra proverbiais: se alguma acusação pode ser lançada com justiça contra os nossos estadistas, é somente por terem levado sua condescendência ao ponto de esquecer os mais sérios compromissos, de adiar reformas as mais indispensáveis, e de deixar em pé leis anticonstitucionais e tirânicas, que haviam sido forjadas pelos oligarcas, e que nós toleramos, e não soubemos destruir, cometendo assim o erro mais palmar e indesculpável. No entanto, o Brasil sentiu por mil maneiras a benéfica influência da política liberal.<sup>83</sup>

Macedo acusava o governo conservador de abuso de poder e de empregar a violência no processo eleitoral para conter a oposição, contudo, deve-se considerar o contexto no qual esta acusação fora realizada, afinal o autor estava consternado com a ascensão política dos saquaremas e com a incapacidade de reação dos

<sup>79</sup> A opção de D. Pedro II pelos conservadores, segundo Francisco Iglesias, estará relacionada à capacidade de implementar as reformas necessárias, além disso, o imperador julgava os conservadores mais organizados internamente. Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Vida Política, 1848-1868*. In: HOLANDA, Sérgio B. (org). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, tomo II, vol. 5, p.11.

<sup>80</sup> Macedo acusava os conservadores de empreenderem uma verdadeira “caça” aos liberais, na qual aplicavam à máxima “a verdade é uma mentira repetida “muitas vezes”, e hastearam a bandeira da “justiça e [d]a tolerância!”. Entretanto, nas palavras do autor a “justiça [dos conservadores] foi e tem sido uma desenfreada e constante violação da constituição e das leis; e a sua tolerância foi a perseguição do partido liberal atrozmente executada!...”. Cf. *A Nação*, 29/09/1852.

<sup>81</sup> ANDRADE, Priscilla Rampin de. *Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo, imprensa e política na consolidação do Estado nacional brasileiro*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Sociais e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.25.

<sup>82</sup> Joaquim Nabuco fez uma análise semelhante do quinquênio liberal em *Um estadista no império*. De acordo com Nabuco: “No governo, porém, de 1844 a 1848, ele [o Partido Liberal] nunca seriamente pensou em reformar a lei de 1848; fez apenas algumas tentativas se insistência”. Cf. NABUCO, Joaquim. *Um estadista no império*, vol I, p.194.

<sup>83</sup> A NAÇÃO, 29 set.1852.

luzias. De fato, o governo central teria condições de manipular o processo eleitoral, pressionando os presidentes de província a articularem a fraude com os delegados, responsáveis pelo pleito na localidade. Entretanto, como aponta Miriam Dolhnikoff, “esta manipulação exigia a adesão dos fazendeiros e indivíduos que compunham o universo dos eleitores, assim como a capacidade de fraudar as urnas em diversas localidades.”<sup>84</sup>

A ascensão do gabinete saquarema em 1848 impôs restrições à atuação dos liberais na tribuna, restando a este grupo a luta por meio da imprensa. As folhas liberais marcaram posição ao longo desse período e se opuseram às atitudes do governo, denunciando abusos e irregularidades. A publicação de panfletos políticos, como o *Libelo do Povo*, de Torres Homem, também contribuíram para o fortalecimento do discurso da oposição. Contudo, Macedo indicou que, entre 1848 e 1852, os conservadores buscaram cercear a imprensa opositora, a fim de minimizar as críticas ao governo, de modo que a opinião pública não se apropriasse do discurso de objeção.<sup>85</sup>

Com a resolução dos conflitos em Pernambuco, o gabinete saquarema, em 1850, conseguiu aprovar medidas polêmicas, como a Lei Eusébio de Queirós – que previa a extinção do tráfico de escravos – e a Lei de Terras, porém, no ano seguinte, uma carta de exoneração coletiva redigida pelos ministros chegou às mãos do monarca. Os ilustres ministros alegavam não ter condições de levar a cabo o “pensamento imperial”, aconselhando-o a procurar substitutos que tenham “espíritos mais repousados, é preciso mais calor, mais ânimo, mais vida do que têm os atuais Ministros de Vossa Majestade Imperial”<sup>86</sup>. D. Pedro II não acatou o pedido dos ministros, mas no ano seguinte, em 11 de maio de 1852, convidou Joaquim José Rodrigues Torres para organizar um novo ministério conservador<sup>87</sup>. Os ministros alegavam que:

<sup>84</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2001, p.27.

<sup>85</sup> A NAÇÃO, 03 set.1853.

<sup>86</sup> Apud VIANNA, Hélio. *Os vultos do Império*. Col. Brasiliana, Rio de Janeiro: Ed. Companhia Nacional, 1968, p.152.

<sup>87</sup> O gabinete de 11 de maio de 1852 era composto por Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, que ficou com a presidência do Conselho e com a pasta da Fazenda; Francisco Gonçalves Martins (barão de São Lourenço) ficou com a pasta do Império; a da Justiça ficou com José Idelfonso de Sousa Ramos, viscondé de Jaguari, que foi substituído em 14 de junho de 1853 por Luís Antonio Barbosa; a pasta de Estrangeiros ficou com Paulino José Soares de Sousa; a da Marinha com Zacarias de Góis e Vasconcelos e a da Guerra com Manuel Felizardo de Sousa Melo. Barão de Javari.

Um novo ministério amorteceria a força da oposição, tornaria mais calmos os espíritos, pondo-os em expectativa, adiaria muitas pretensões, cuja não satisfação acarreia hoje novos adversários e atravessaria com muito menos dificuldade, e com mais vantagem, a próxima Sessão Legislativa e a crise das eleições.<sup>88</sup>

Pelo excerto já se vê o “germe” da política de conciliação, uma vez que os ministros sinalizavam a necessidade de amortecer “a força da oposição”. Entretanto, Macedo via o novo gabinete como uma continuidade do anterior, sobretudo, pela manutenção de três ministros – Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Francisco Gonçalves Martins. O autor também questionava a composição do Conselho, que seria pouco democrática, uma vez que contava com quatro senadores e apenas dois deputados. Foram feitas apenas três substituições, em relação ao gabinete anterior – Eusébio de Queirós na pasta da justiça, Manuel Felizardo de Souza e Melo na marinha, e José da Costa Carvalho no Império; sendo que a de Eusébio teria sido a mais importante<sup>89</sup>, pois a personalidade enérgica e inflexível do ex-ministro atrapalhava a criação de um clima mais conciliador no cenário político imperial. Macedo, por sinal, descreve Eusébio como um homem arbitrário, com qualidades incontestáveis, mas que havia perdido a capacidade de mediação, necessária a qualquer um que deseja ser um estadista, no sentido pleno da palavra:

O Sr. Eusébio de Queirós é um juiz ilustrado; é um chefe de polícia hábil; é um orador de mérito incontestável; será provavelmente um administrador ativo; é sem a menos dúvida um capitão de eleições consumado: ora, sendo já tanta coisa, por força acabaria por deixar também de ser alguma coisa: desgraçadamente o que deixou de ser foi estadista.<sup>90</sup>

Contudo, o novo presidente do Conselho, o saquarema Rodrigues Torres também não convencia o escritor, que questionava a capacidade do novo presidente

<sup>88</sup> Apud VIANNA, Hélio. *Os vultos do Império*, Col. Brasiliense, Rio de Janeiro: Ced. Companhia Nacional, ano, p.151.

<sup>89</sup> De acordo com Francisco Iglesias, naquele momento as ideias de conciliação já estavam sendo discutidas, pressionando a formação de um gabinete “mais flexível, com vistas a uma futura conciliação, afastando-se assim uma figura bem marcada de conservador como Eusébio, que dividia muito as opiniões” Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Vida Política, 1848-1868*. In: HOLANDA, Sérgio B. (org). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, tomo II, vol. 5, p..22.

<sup>90</sup> A NAÇÃO, 17 jun.1853.

de estabelecer o diálogo entre os partidos e dentro do próprio partido conservador que estava em crise. Em 1853, o escritor sinalizou que Rodrigues Torres havia falhado como chefe do gabinete:

O Sr. Rodrigues Torres, o homem que mais confiança tinha de todos os lados e o que *por seu antigo prestígio estava apto para a conciliação moral dos partidos*, como executor de uma doutrina emanada de mais alto já não serve depois que subiu à presidência do conselho, e se identificou com esses homens a quem seu próprio partido está guerreando. A sua nova aliança foi a túnica de Dejanira<sup>91</sup>, e que o fará expirar nas mais tremendas agonias: *não há salvação para ele depois da reorganização de seu ministério, e depois da exclusão do Sr. Sousa Franco.*<sup>92</sup>

O excerto sinaliza uma crise interna no ministério de Rodrigues Torres que impossibilitaria, inclusive, sua continuidade. Malgrado a Câmara contar com uma maioria conservadora, Macedo narra a ocorrência de uma crise entre os membros desse partido, que desestabilizava o próprio Conselho, pois se tornavam frequentes os ataques de alguns de seus partidários ao governo saquarema, bem como, ocorria um fenômeno da regionalização das lideranças partidárias. Segundo Macedo:

No Rio Grande Sul a maioria do partido saquarema, que tem por chefe o senador Pedro Chaves:

Em S. Paulo a maioria do grupo saquarema dirigido pelo Sr. Deputado Nebias:

No Rio de Janeiro uma grande parte do partido saquarema que segue os conselhos ocultos do Sr. Eusébio de Queirós, e todo o partido saquarema da serra acima, que se revoltou contra os desatinos do Sr. Sousa Ramos e do gabinete na obra da repressão do tráfico.

E quase todo o norte desde o rio S. Francisco até o Ceará todo o partido saquarema que lá existe, pequeno e insignificante embora,

<sup>91</sup> A mitologia grega conta que Dejanira, filha de Eneu, rei de Cálidon, na Etólia, foi a terceira esposa de Hércules (ou Hércules). Dejanira havia sido prometida inicialmente ao deus-rio Aqueloo, a quem Hércules derrotou num combate singular, em que Aqueloo se metamorfoseou, sem sucesso, em diversos animais. Em Cálidon, Djanira teve um filho com Hércules, chamado Hilo. Anos depois, ao deixar Cálidon com sua esposa, Hércules foi detido no caminho pelo rio Eveno, cujas águas estavam elevadas e revoltas. O centauro Nesso ofereceu-se a transportar ambos para a outra margem. Após a travessia, no entanto, Nesso, ao invés de voltar para pegar Hércules, tentou violar Dejanira. Hércules, furioso, feriu-o com uma de suas flechas envenenadas pelo sangue da Hidra de Lerna. Antes de morrer, Nesso, para se vingar, dá a Dejanira sua túnica ensanguentada, dizendo que ela era um talismã capaz de trazer de volta os maridos infiéis. Mais tarde, enciumada pelo fato de Hércules ter se apaixonado por Íole, Dejanira oferece a ele a túnica envenenada, causando-lhe dores tão terríveis que acabam por levá-lo a se matar. Dejanira, arrependida e em desespero, termina também por se suicidar. Disponível em: <http://somitologiagrega.blogspot.com.br/2013/08/dejanira.html>. Acesso em 12/02/2015.

<sup>92</sup> A NAÇÃO, 08 jun.1853, grifo nosso.

mas que obedece cegamente ao comando dos Srs. Cavalcante e Regos Barros.<sup>93</sup>

O retrato que Macedo tece sobre a crise do partido conservador demonstra ser impossível a continuidade de Rodrigues Torres à frente do ministério. Sua permanência no posto agravaria a situação de “desordem” e “inquietação geral” que havia se instalado entre os saquaremas.<sup>94</sup> Além disso, para o escritor, “a continuação do gabinete do Sr. Rodrigues Torres equivale a um triunfo do absurdo sobre a lógica”<sup>95</sup>.

Com efeito, o cenário político brasileiro exigia mudanças, o racha interno entre os conservadores demonstrava que a política inflexível e persecutória empreendida pelos saquaremas havia fomentado a ira dos liberais e o afastamento dos conservadores mais moderados<sup>96</sup>. O grupo de oposição ao governo, advindo das fileiras conservadoras, ao qual Macedo se refere por “partido parlamentar” ou “saquarema dissidente”, ainda estava “na sua infância política” e, portanto, não estavam aptos a assumirem o governo se fosse, dada a conjuntura, organizado um novo gabinete; afinal, de acordo com o escritor, “ninguém sabe se morrerá mesmo do mal dos sete dias”. Ademais, o novo grupo não poderia contar com o apoio dos liberais e ainda teriam “contra si toda a falange baiana e mineira saquarema”<sup>97</sup>. Restava, então, a liderança liberal, que a esta altura esperava obter mais espaço nas instituições políticas.

Entretanto, Macedo identificou que uma “nova” ideia política ia ganhando espaço na cena política imperial: a *conciliação*. Naquele ano, a “grande ideia” partia das penas de alguém muito próximo a ele, o ainda liberal Francisco de Sales Torres Homem. Entre os meses de fevereiro a abril de 1853, o autor de *O Libelo do Povo* publicou uma série de artigos no *Correio Mercantil* defendendo a bandeira da conciliação.

---

<sup>93</sup> A NAÇÃO, 25 jun.1853.

<sup>94</sup> Ibidem, 11 maio.

<sup>95</sup> Ibidem, 16 jul.

<sup>96</sup> Seis anos após o fim do gabinete de 06 de setembro de 1853, Macedo fez a seguinte análise sobre esse processo: “Não havendo mais encontro de opiniões, estremecem as crenças, e exultou o ceticismo: compreendendo os perigos de uma situação anômala, o mais notável dos chefes conservadores, afastou-se um pouco ou mesmo muito dos seus antigos companheiros, concebeu provavelmente o pensamento de criar um novo partido político no país, abraçou e realizou algumas ideias liberais, e hasteou uma bandeira, em que se havia escrito a palavra *conciliação*”. MACEDO, Joaquim M. de. *Chronica Política*. In: *Bibliotheca brasileira*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1863, p.113.

<sup>97</sup> A NAÇÃO, op. cit. 16 jul.

A ideia, ao que tudo indica, já era aventada há alguns anos, mas os textos de Sales Torres Homem, para este importante periódico liberal, reacenderam os debates em torno da possibilidade de conciliação entre os partidos em prol da realização de reformas. O literato formulou sua proposta com base na experiência britânica que, sob a liderança dos ilustres lord Russel e lord Aberdeen, formaram um gabinete de conciliação, a fim de solucionar um período de crise política desencadeada pela rivalidade entre os dois partidos – Whig e Tory – Torres Homem destacava que as coalizões partidárias promovidas pelos ingleses:

[...] não apagam os matizes das opiniões; os ministros só concordam na solução principal questão que concentrou seus esforços, conservando livres seus juízos sobre outros assuntos que antes os dividia. Tais alianças são por natureza temporais e terminam com a cessação do objeto que lhes deu origem.<sup>98</sup>

O tentame britânico propunha estabelecer uma política de conciliação em caráter temporário, tratava-se de uma medida para conter as agruras entres os estadistas e reorganizar a cena pública. Para tanto, era mister que os partidos políticos, sem abdicarem de seus princípios, adotassem uma postura mais flexível que facilitasse o diálogo entre os diferentes grupos políticos. A manobra visava executar reformas, e para este fim, o meio era justificável. Com o gabinete Aberdeen, sintetiza Torres Homem:

As distinções *whig* e *tory*, que a mão dos séculos inscrevera no vocabulário dos partidos, e que a rotina e a prevenção arraigavam nos costumes políticos, acham-se neste momento ofuscadas e substituídas pelas palavras de conciliação e coalizão!<sup>99</sup>

Na conclusão desse primeiro artigo, o jornalista sugeriu que o modelo inglês fosse transplantado para o Brasil:

Se na Inglaterra, aonde as lutas políticas têm lugar sem dilacerações e sem dores dentro dos circos traçados pela constituição, e lealmente respeitados pelos depositários da autoridade pública, julgou-se ainda *indispensável ao interesse da nação* a fusão das duas principais parcialidade que a dividiam, com quanta maior razão que deveriam ser abençoados no Brasil os votos e os esforços que

<sup>98</sup> HOMEM, Francisco de S. T. *Pensamento acerca da conciliação dos partidos*; coleção de artigos publicados pelo *Correio Mercantil* de fevereiro de 1853 em diante. Rio de Janeiro: Typographia do *Correio Mercantil*, 1853, p.4.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p.5.

fizessem os espíritos de boa fé *para liquidar e finalizar dissidências* que só têm servido até aqui de fornecer pretextos à pressão alternada dos partidos e à total *ruína do regime constitucional*.<sup>100</sup>

O objetivo da política de conciliação, pensada por Torres Homem, era arrefecer as disputas partidárias. O jornalista, que na ocasião pertencia às fileiras liberais, justificava a medida como uma forma de preservar o regime constitucional e os interesses da nação. O autor do combativo *Libelo do Povo*, em 1853, avaliava que o “violento embate dos partidos” eram “males” para a sociedade e instava a interferência do imperador, pois a Coroa:

[...] segundo princípio cardeal da constituição devemos considerar impassível, neutral, na posição excelsa que ocupa, longe das regiões em que tripudiam os partidos, e acima do ponto até onde remontam as nuvens das paixões políticas. Seu único interesse, [...] [constituirá] em fundar o regimento do estado sobre o amplo alicerce e concórdia pública, pondo fim ao domínio exclusivo das *facções rivais*, [...]. O chefe augusto do Brasil, se usando em benefício da causa comum de seus súditos dessa onipotência de fato, de que o tem revestido a mesma luta dos partidos, a lançasse na balança para terminá-la, ou ao menos para neutralizar os seus deploráveis efeitos!<sup>101</sup>

Nesse ponto, Macedo concordava com Torres Homem, defendendo que a Coroa tinha que interferir na cena pública, nomeando um chefe de gabinete mais flexível e convocando novas eleições a fim de compor uma câmara equilibrada que se propusesse a recuperar as propostas liberais da década de 1840. O escritor de Itaboraí, em apoio a Torres Homem, chegou a afirmar que “a conciliação pregada e sustentada pelo nosso habilíssimo correligionário [...] nada tem de repulsiva.”<sup>102</sup>. Outro ponto no qual os dois autores convergiam era a defesa das reformas, principal justificativa para o pacto entre os partidos. “Conciliação sobre a base das reformas: eis nosso pensamento fundamental”, reiterou o jornalista<sup>103</sup>.

Três pontos da legislação brasileira precisavam de reformas, de acordo com os liberais: a lei de 3 de dezembro de 1841, o processo eleitoral e o parlamento. O primeiro tema teria sido discutido no senado, pela primeira vez, em um projeto de lei apresentado no dia 14 de junho de 1845, por Bernardo Pereira Vasconcellos. No

<sup>100</sup> HOMEM, 1853, p.5.

<sup>101</sup> Ibidem, p.6.

<sup>102</sup> A NAÇÃO, 16 mar.1853.

<sup>103</sup> HOMEM, op. cit., p.7.

ano seguinte, a proposta reapareceu, agora na câmara, sob a liderança do então ministro da justiça Fernandes Torres. De acordo com a análise de Torres Homem, a lei de 3 de dezembro de 1841 ao concentrar as funções política e judiciária ameaçava a “segurança individual”, feria os direitos políticos e viabilizava ações coercitivas, tratava-se de uma “polícia revestida de atribuições judiciárias a bem do serviço das reações” e seus efeitos, de acordo com o jornalista, poderiam ser observados por qualquer um que percorresse, especialmente, o interior das províncias – indicação esta semelhante a do tio para o sobrinho.<sup>104</sup>

Igualmente, a reforma eleitoral era de extrema importância para o fortalecimento do sistema representativo. De acordo com o redator, “não há decerto no meio de nós, [...], um só homem de boa-fé, e que tendo respirado o ar de seu tempo, se interesse pela manutenção do atual sistema de eleições.”<sup>105</sup> Entretanto, sua proposta foi apresentada com maiores detalhes:

Propomos a supressão do primeiro grau de eleição, aonde o artifício, a corrupção e a força exercem principalmente a sua danosa influência; propomos a eleição direta com elevação do censo, que substitua a maioria numérica e simples pela maioria dos mais capazes, à semelhança do que se vê praticado na maior parte dos estados constitucionais do antigo mundo.<sup>106</sup>

Torres Homem declarou, ainda, a importância da “eleição livre” para o funcionamento do regime constitucional, definindo-a como a “mola real” do sistema, pois garantia uma “câmara dividida em frações iguais ou, pelo menos, composta de uma oposição assaz numerosa” capaz de fazer frente aos abusos do governo. Naquele contexto, a “transação das ideias hostis” era apresentada como uma boa prática, inspirada “pelo bom senso e pela consciência do interesse público”.<sup>107</sup>

A terceira, porém não menos importante, proposta dos liberais era a reforma parlamentar, na qual se discutia, prioritariamente, duas questões: as incompatibilidades e a alteração da organização da câmara dos senadores. A ideia das incompatibilidades – defendida também por Macedo – seria um mecanismo de

<sup>104</sup> HOMEM, 1853, p. 20. Caberia aqui uma digressão breve: a sugestão de Torres Homem aos leitores é que eles percorram as vilas e o interior da província a fim de comprovar sua denúncia, sugestão esta, que demonstra a importância do ver com os próprios olhos, da viagem como fonte de obtenção de conhecimento e do deslocamento como espaço de reflexão. A saída apresentada pelo jornalista ao público-leitor é a mesma que o tio faz ao sobrinho, percorrer para conhecer, caminhar para refletir.

<sup>105</sup> HOMEM, loc. cit.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 20-21.

<sup>107</sup> Ibidem, p.7.

limitar a interferência dos poderes Executivo e Judiciário no Legislativo, criando empecilhos para a candidatura dos magistrados.

Nas páginas de *A Nação*, Macedo discutiu a proposta de conciliação elaborada por Torres Homem e, apesar do escritor de Itaboraí considerá-la aceitável, acreditava que não era o melhor caminho para se chegar às reformas.

Não pertencemos ao número daqueles que viram, como a pouco dissemos, na palavra conciliação a placenta de um novo partido, e uma nova bandeira desfraldando-se aos olhos do povo. Quanto a nós a conciliação, tal qual a concebeu e tem explicado o eloquente Sr. S.T.H., não muda, nem ao menos modifica o grande pensamento, para cuja realização trabalha o partido liberal: o fim é ainda e sempre o mesmo, *o meio é que difere um pouco dos outros apresentados*.<sup>108</sup>

Em contrapartida, o literato apresentava três “meios” de se atingir as reformas necessárias para o país: pela convocação de uma constituinte; pela conciliação partidária – aventada por Torres Homem – ou por meio de uma *revolução vinda de cima*.<sup>109</sup> Dentre as possibilidades, escritor considerava a terceira o caminho mais seguro para a nação. Isto significa que Macedo atribuía ao imperador a responsabilidade de reorganizar o ministério, a fim de conseguir um maior equilíbrio partidário que facilitasse o diálogo e a execução de reformas que modernizassem o sistema político brasileiro:

Uma *revolução* operada pela coroa é primeiro que tudo, um recurso todo hipotético: a coroa convencida da pronta necessidade de reformas, chamaria para seus conselhos estadistas capazes de compreender e de desempenhar essa política regeneradora e brilhante: *um ministério assim organizado iria pedir as câmaras a consumação da grande obra*, e a grande obra seria consumada, *sem que o país estremecesse*; passando por um forte abalo; porque *a câmara vitalícia não ousaria afrontar a opinião pública*; suponhamos porém que o senado levantasse a bandeira terrível que tem a sua disposição no artigo 61 da constituição<sup>110</sup>, tal qual ele interpretou; suponhamos que o sol do Indostão ardesse na Sibéria... eis aí o caso

<sup>108</sup> A NAÇÃO, 16 abr.1853, grifo nosso.

<sup>109</sup> A NAÇÃO, loc. cit. De acordo com a análise de Macedo, a constituinte seria o meio “mais pronto e o mais enérgico, porém ao mesmo tempo o mais perigoso”; já a conciliação – vista com certo pessimismo – “era o mecanismo mais suave; mas também o mais incerto, ou o menos realizável”.

<sup>110</sup> Segundo o artigo 61, da Constituição de 1824: “Se a Câmara dos Deputados não aprovar as emendas, ou adições do Senado, ou vice-versa, e todavia a Câmara recusante julgar, que o projeto é vantajoso, poderá requerer por uma Deputação de três Membros a reunião das duas Câmaras, que se fará na Câmara do Senado, e conforme o resultado da discussão se seguirá, o que for deliberado.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 15/01/2015.

em que a hipótese se deveria realizar; *a coroa abraçava-se com a nação, e a coroa com a nação ergueria entusiasticamente o monumento que se opusera de um modo intolerável um corpo de estado.*

Há, entretanto, neste recurso ainda um perigo: é a espécie de ditadura a que assume o governo: também só para ele recorreríamos em último e desesperado caso: também só o proporíamos achando-se assentado no majestoso trono americano um monarca ilustrado, liberal e virtuoso, como o Senhor D. Pedro II.<sup>111</sup>

Com efeito, a intervenção da Coroa era tida como o último recurso a ser utilizado em tempos de crise – ele até ironiza ao dizer quando “o sol do Indostão ardesse na Sibéria” –, como aquele que se instalava no Brasil, desde a ascensão do gabinete saquarema, em 1848. Macedo chegou a comentar a preocupação do imperador com o caos político que se instalava no Brasil em decorrência das contendas entre homens públicos, nesse caso, a conciliação partidária era “um apelo feito pela Coroa a todos os partidos, para levar a cabo o monumento conhecido, projetado e reclamado pelo partido liberal – as reformas!”.<sup>112</sup> Certamente, o intento do imperador de que as reformas – especialmente a eleitoral – saíssem do papel foi decisivo para que Macedo acreditasse que a “revolução de cima” fosse possível naquela conjuntura.

O escritor, contudo, via o Senado como o maior obstáculo à implantação de reformas, inclusive, os políticos favoráveis à convocação de uma constituinte acreditavam que esta era a única alternativa para se evitar “uma oposição acintosa e invencível, encontrada no senado, às ideias das reformas”<sup>113</sup>. Na câmara vitalícia, segundo ao autor, estava encastelada a oligarquia do partido saquarema que dificultava – em nome de seus interesses pessoais – o debate em torno de projetos importantes para o país:

No partido saquarema há duas entidades bem distintas: uma é o partido propriamente dito, outra é o *circulo excepcional*, o círculo exclusivo formado por alguns chefes do partido: a esse círculo temos nós chamado oligarquia, julgando-o pelos seus atos, e pelas suas tendências.

O partido saquarema propriamente dito convém tanto às reformas, que pregamos, como a outro qualquer partido político. Com as reformas temos em vista conseguir garantias para a liberdade de voto, conseguir eleições reais, conseguir verdadeira liberdade individual, rompendo a liga perniciosa e fatal das atribuições policiais com as judiciárias, conseguir independência da magistratura por um

<sup>111</sup> A NAÇÃO, 16 abr. 1853, grifo nosso.

<sup>112</sup> A NAÇÃO, loc. cit.

<sup>113</sup> A NAÇÃO, loc. cit.

lado, e por outro também conseguir a independência do corpo legislativo, mercê de uma lei de incompatibilidade.<sup>114</sup>

As reformas eleitoral e judiciária iriam, portanto, “atacar de frente os interesses dessa oligarquia”, e regenerar o sistema representativo que se encontrava, segundo o autor, falseado. Para Macedo aquele era o tempo de mudanças para a política nacional, a começar pela restauração do Senado, com o “aniquilamento dessa oligarquia, que tem seu ninho na câmara vitalícia”, o que não significava o fim desta instituição, mas sua renovação.<sup>115</sup>

Digamos que o desejo de Macedo se concretizou – mesmo que em parte – quatro meses após a publicação deste artigo. Em 06 de setembro de 1853, D. Pedro II nomeou Carneiro Leão para a presidência do Conselho de Ministros, dando-lhe a missão de articular as reformas e promover o diálogo entre os dois partidos. A valer, durante o gabinete Paraná foram discutidos dois projetos reformistas – um em 1854 e outro em 1855 -, mas apenas um obteve vitória. Ao fim e ao cabo, a intervenção do monarca garantiu a abertura de uma nova cena política. Entretanto, não significa que a conciliação foi fruto exclusivo da ação do monarca; a nosso ver, a política conciliatória se beneficiou de outros dois fatores: a articulação dos liberais para retornar ao governo e, por fim, a crise interna entre os membros do partido conservador que demandava uma solução urgente – ou haveria um racha definitivo, com a formação de um terceiro partido.

Dentre as possibilidades de interpretação da política de conciliação, implementada a partir de 1853, acreditamos que esta deva ser entendida pela junção de três fatores: o primeiro, a necessidade de ampliar o número de deputados liberais no parlamento brasileiro<sup>116</sup>, a fim de encaminhar as discussões em torno de

---

<sup>114</sup> A NAÇÃO, 20 abr. 1853.

<sup>115</sup> A NAÇÃO, loc. cit.

<sup>116</sup> Acerca deste ponto, Macedo escreveu: “a conciliação recomendara-se por algum benefício: os liberais viram-se livres da excomunhão conservadora, e um ou outro dos seus chefes pode tomar parte no governo do Estado”. Cf. MACEDO, Joaquim M. de. *Chronica Política*. In: *Bibliotheca brasileira*, 1863, p.113. Nas palavras de Izabel Marson: “A Conciliação abria espaço para os derrotados de ontem, que não perderam tempo em responder ao chamado, para sucesso inquestionável da argúcia progressista. [...] a política do progresso retornava com seu conteúdo salvacionista e necessário, por conseguir somar as forças dos mais hábeis políticos do Império, a serviço do fortalecimento do Estado”. Mais adiante: “redefinia o jogo político-partidário e o regime representativo, numa formula capaz de preservar intacto o prestígio e o poder do imperador e do Estado”. A autora defende que em 1853, embasados na razão, “a nova harmonia abafava antigas lutas e reduzia as disputas parlamentares entre liberais e conservadores a mero artifício, [...]”. Cf. MARSON, Isabel A. *O império do progresso: a revolução praieira (1842-1855)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p.441-442.

projetos reformistas que estavam na pauta do partido desde a década de 1840, e que os dois ministérios – tanto o de 29 de setembro de 1848, quanto o de 12 de maio de 1852 – não haviam conseguido dar cabo; e o segundo está relacionado à adoção de uma postura mais enérgica do imperador no que tange ao governo. D. Pedro II desejava que estas reformas fossem efetivamente executadas, a ponto de, pela primeira vez desde a implantação do parlamentarismo (1847) no país, redigir um documento direcionado ao novo ministro, cujo objetivo era instruí-lo sobre as políticas prioritárias da Coroa. E terceiro, a necessidade de reorganização interna no partido conservador que enfrentava uma crise, com a formação de uma frente de oposição aos chefes saquaremas.

Caberia, portanto, situar, mesmo que em linhas gerais, a política de conciliação dentro de um debate historiográfico mais amplo e apontar como este momento foi interpretado ao longo dos séculos XIX e XX. O tema, diga-se de passagem, é recorrente em pesquisas que abordam a política imperial e o processo de construção do Estado brasileiro.

Justiniano José da Rocha foi o primeiro a analisar os desdobramentos do chamado ministério da Conciliação.<sup>117</sup> Contemporâneo à gestão de Paraná, Rocha escreveu, em 1855, um panfleto político intitulado *Ação, reação e transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, cuja preocupação era compor um quadro dos momentos políticos vividos pelo país até aquela data. A partir de uma leitura que chamaremos de “evolucionista”<sup>118</sup>, Justiniano dividiu a história política

<sup>117</sup> Na Câmara dos Deputados, porém, foi o rompimento do conservador Justiniano José da Rocha com o ministério que ocupou o início da sessão. Ao contrário do *Correio Mercantil*, o político e jornalista se mostrou insatisfeito com o “desenvolvimento prático do programa” da Conciliação, revelando sua oposição ao gabinete: “Aguardamos, pois, o desenvolvimento prático do programa; aguardamos debalde; dias se passaram, e nada; [...] Aqui estamos todos, aliados de ontem; não gostamos da atualidade, e não compreendendo o que lhe seguirá, nem o que devemos querer [...] Uns dão-lhe apoio, porém frio, sem dedicação; outros lhe negam... Eu próprio, eu próprio que estou falando, dói-me ver que, fiel ao programa progressista conservador, acho-me em oposição a homens a cujo lado estive, embora sem outro merecimento que não o de ter ajudado um pouco a limpar o caminho por onde passava o carro triunfal em que iam eles disseminando benefícios ao país. [...] O que valho eu para assim querer exercitar as iras do nobre Sr. marquês de Paraná? [...] peço ao ministério que concentre a sua atenção, à vasta capacidade de seus membros, em alguma coisa grandiosa, faça realiza-la, conclua-a, e não se ocupe com mil e uma coisas a um tempo, porque o resultado será nada fazer e tudo perturbar. Cf. *Anais da Câmara dos Deputados*, 19/5/1855.

<sup>118</sup> Entendemos como “evolucionista”, uma vez que o próprio Justiniano Rocha define o período da *Transação* como aquele em que “se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização”. Desse modo, os períodos de ação e reação são entendidos como etapas necessárias para se atingir o progresso e os princípios pelos quais se havia lutado. ROCHA, Justiniano José da. *Ação, reação e transação: duas palavras sobre a atualidade política do Brasil*. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro:

brasileira em cinco fases, caracterizada, grosso modo, pelo conflito entre o “elemento democrático” e o “elemento monárquico” em que ambos procuraram, segundo o autor, “alternadamente e com igual intensidade excluir-se”, levando o país a uma “vereda do infortúnio” que só seria superada pela transação, quando seria possível o “arrefecimento de ódios e paixões”<sup>119</sup>. A partir dessa lógica, Rocha estabeleceu algumas balizas temporais: as duas primeiras fases, situadas entre os anos de 1822 e 1836, ele definiu como *Ação democrática*; a terceira e quarta teriam ocorrido entre 1836 e 1852, caracterizadas pela *Reação monárquica*; e a última fase, cujo marco era, justamente, a ascensão do gabinete Paraná, em 1853, consagrando o período de *Transação*.<sup>120</sup>

O político demonstrou estar insatisfeito com os rumos adotados pela política de conciliação, liderada por Paraná. Logo no início do texto ele afirma que a fase da transação exigiria “mais prudência, mais tino, mais devoção dos estadistas a quem é confiada a força governamental e a alta direção dos públicos negócios”. No entanto, o caráter individualista da política brasileira continuava a por em xeque a busca por um tom mais moderado, e a tão esperada conciliação mostrava-se ineficaz, nas palavras de Justiniano Rocha, “[...] uma necessidade política, uma satisfação moral no triunfo de ideias, substituíram uma satisfação de interesse no aviltamento dos indivíduos e a isso chamaram – conciliação.”

O panfleto, a nosso ver, tinha por finalidade promover a reflexão sobre os desvios políticos que estavam pondo em risco o sucesso da *transação*<sup>121</sup>, por isso,

---

Academia Brasileira de Letras, 2009, p.159. A historiadora Maria de Lourdes Janotti, em *A falsa dialética Justiniano José da Rocha*, também observou esse caráter evolucionista do texto de Justiniano. Para a estudiosa, apesar de o título remeter ao pensamento dialético hegeliano, “nada autoriza reconhecer no texto a exposição de uma tese seguida de uma antítese, resultando em uma síntese. Está muito mais de acordo com a evolução natural dos fatos, na qual os extremismos tendem ao equilíbrio, noção esta constitutiva da teoria da história do autor.” Cf. JANOTTI, Maria Lourdes. A falsa dialética: Justiniano José da Rocha. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 03/1982, p. 8.

<sup>119</sup> ROCHA, Justiniano José da. *Ação, reação e transação: duas palavras sobre a atualidade política do Brasil*. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: academia Brasileira de Letras, 2009, p.161.

<sup>120</sup> Ibidem, p.161.

<sup>121</sup> Já Magalhães Júnior, responsável pela compilação de três panfletos políticos produzidos no Segundo Reinado – além do já citado *Ação, Reação e Transação*, a obra traz *O Libelo do Povo*, de Timandro e *A Conferência dos Divinos*, de Antônio Ferreira Viana –, compreendeu o texto de Justiniano Rocha como um elemento de apoio a política conciliatória de Paraná. Nas palavras de Magalhães Júnior, “nesse opúsculo [...] a finalidade imediata do autor era a de fortalecer a política desenvolvida pelo Marquês de Paraná, o artífice da ‘conciliação’. Para atingir esse objetivo, dá-nos um quadro histórico da política brasileira [...]. Nele, chega Justiniano à concussão de que, então, alcançavam os partidos e o Império a sua maturidade política.” Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: academia Brasileira de Letras,

Justiniano o compara “a um farol” que estava sendo aceso “à borda de um abismo, para que dele nos desviemos”. O texto representava, portanto, um ponto de inflexão, uma vez que, nas palavras de seu autor:

Os dias da transação vão passando e não têm sido utilizados; já quem sabe se não desponta no horizonte do país o sinal precursor de uma nova ação... ainda é tempo, todavia os anos de 1855 e de 1856 ainda podem ser aproveitados; aproveitemo-los.<sup>122</sup>

Inspirado pelo panfleto político de Justiniano Rocha, e outros textos oitocentistas, em especial, os de Armitage, Rocha e Ottoni<sup>123</sup>, Joaquim Nabuco publicou, no ocaso do século XIX, o *Um estadista no império*. A obra de Nabuco tornou-se uma referência para a historiografia política produzida ao longo da primeira metade do século XX<sup>124</sup>, servindo como um modelo explicativo para a consolidação da política do Segundo Reinado, inclusive para a política conciliatória implementada por Carneiro Leão, em 1853, no qual a participação de seu pai Nabuco de Araújo foi decisiva para a discussão dos projetos de reforma judiciária e eleitoral apresentados pelo gabinete.

Isabel Marson assinala que Nabuco escreveu o livro com o intuito de “homenagear a memória do imperador, dos estadistas e principalmente de seu pai”, bem como demonstrar a superioridade do sistema monárquico em comparação com

---

2009, p.144. No artigo *A falsa dialética Justiniano José da Rocha* publicado pela Revista Brasileira de História, em 1982, Maria de Lourdes Janotti, considerou um equívoco interpretar o panfleto de Justiniano como “peça de apoio incondicional à política do gabinete” de Hermeto Carneiro Leão, pelo contrário “a extensa reflexão [...] revela algumas discordâncias da política do Marquês de Paraná em vários de seus trechos”. Cf. JANOTTI, Maria Lourdes. *A falsa dialética Justiniano José da Rocha*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 03/1982, p. 14. Para Isabel Marson, entretanto, o panfleto de Justiniano é uma “farsa”, pois ele pertencia à “oposição conservadora domada” que ao compor o texto estava cumprindo uma tarefa da chefia do partido. Cf. MARSON, Isabel Andrade. *O Império do Progresso: a revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.443. Em trabalho mais recente, Lucia Maria Paschoal Guimarães reiterou que o panfleto criticava a gestão do marquês de Paraná, mas questionou a paternidade do panfleto, segundo Guimarães: “[...] é viável supor que Nabuco Araújo bem poderia ter arquitetado o mote “Ação, reação e transação” e recorrido aos préstimos do jornalista para desenvolvê-lo, assim como para assinar o panfleto”. Cf. GUIMARAES, Lucia Maria P. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. In: CARVALHO, José M. de (Org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 84.

<sup>122</sup> ROCHA, Justiniano José da. *Ação, reação e transação: duas palavras sobre a atualidade política do Brasil*. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: academia Brasileira de Letras, 2009, p.160-161.

<sup>123</sup> MARSON, Isabel A. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 52.

<sup>124</sup> Cf. ABREU, Capistrano. *Fases do segundo império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 1925; VIANNA, Oliveira. *O ocaso do império*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004 (1ª edição 1925); SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*. Rio de Janeiro: Grafia, 1998. (1ª edição 1939).

o republicano, que acabava de ser adotado no país. Para Nabuco, o lema da conciliação, – sintetizado por Marson como “poupar submissos e debelar soberbos” – permeou os processos políticos ao longo da história do Brasil, dividida em dois grandes períodos: o primeiro transcorreu entre os anos de 1813 e 1840, e é marcado pela opção monárquica; o segundo abarca o Segundo Reinado (de 1840 a 1889), definido como a “Grande Era Brasileira”. No entanto, Nabuco ainda subdividiu o Segundo Reinado em três fases definidas, em linhas gerais, como: entre 1840 e 1850, período de consolidação da ordem interna; o apogeu, entre 1850 e 1870; e, finalmente, a crise, entre 1870 e 1889.<sup>125</sup>

Joaquim Nabuco definiu o período da conciliação como de “paz”, no qual se havia alcançado a “tranquilidade dos partidos” e a “calma das paixões” graças à composição do gabinete organizado e à liderança de Carneiro Leão, pois, “em Paraná a conciliação encontrava aquele braço forte de que ele mesmo falava, com efeito, a influência de seu nome foi tal que se obliteraram inteiramente as divisas dos partidos”.<sup>126</sup> Esse período de “paz” entre os partidos perdurou por dez anos, até a formação da Liga Progressista, quando “recomeça os antagonismos dos dois partidos”<sup>127</sup>.

A conciliação, de acordo com Nabuco, teria sido fundamental para a manutenção e consolidação de uma política imperial centralizada, bem como a modernização do sistema político brasileiro. Desse modo:

[...] foi visivelmente uma época de renascimento, de expansão, de recomeço, em que se renovou o antigo sistema político decrépito, em que se criou um aparelho moderno de governo, e se dilatou extensivamente, não para a classe política somente, mas para todas as classes, o horizonte que as comprimia.<sup>128</sup>

Nabuco também ressaltou o desejo áulico de que a política conciliatória fosse levada a cabo de forma satisfatória, e concordava com a opinião do marquês de Olinda que apontava a conciliação como fruto do “pensamento augusto”. D. Pedro era consciente da “força destrutiva” que as disputas partidárias suscitavam e era o que melhor conhecia as intenções e as disposições de cada partido. A interferência

---

<sup>125</sup> MARSON, 2008, p.51-52.

<sup>126</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista no império*: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Tomo I, Rio de Janeiro, H. Garnier, s/d, p.174.

<sup>127</sup> Ibidem, p.174.

<sup>128</sup> Ibidem, p.176.

do monarca seria, portanto, decisiva para o sucesso da missão atribuída ao marquês de Paraná.<sup>129</sup>

Em 1965, José Honório Rodrigues publicou *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*, no qual apresentou a Conciliação como um período em que a mentalidade conservadora prevaleceu. O autor identifica na história do Brasil a presença de um caráter político-cultural conciliador, que, conseguia abrandar os conflitos, mas que não eliminava o traço de subordinação latente na organização social do país. Desse modo, a desarmonia entre poder e sociedade era um aspecto marcante de nossa experiência política. Honório ressalta que o “espírito de conciliação” não anteparou o desejo de luta do povo brasileiro, que, em inúmeras circunstâncias, acabou rompendo com uma postura resignada para lutar pelos seus direitos. Entretanto, em dois momentos da história do país o povo poderia ter rompido com *status quo*, mas não o fez, são eles: a Independência, em 1822 e a Proclamação da República, em 1889.

A política de conciliação, de acordo com a interpretação de Rodrigues, foi uma estratégia dos grupos dirigentes conservadores, que pretendiam apaziguar os ânimos e conter as disputas. Contudo, o autor acreditava que “os conciliáveis ajudaram muito – quando faziam concessões e pensavam no povo – a pacificar a nossa História, contando com o apoio do próprio povo”.<sup>130</sup> Para Rodrigues, não era o sistema representativo em si que deveria ser modificado, mas seu caráter conservador-estrutural, isto porque a conciliação, expressão da mentalidade conservadora, poderia ser entendida como um traço inerente da classe política brasileira.<sup>131</sup>

Nos anos de 1970, Sérgio Buarque de Holanda retomou a ideia da conciliação como um projeto liberal antigo – alardeado nos anos de 1840 –, mas que foi possível de ser implementada em 1853, de um lado, pela resolução de diferentes conflitos que ameaçavam a ordem e a unidade nacional, como por exemplo, o conflito na região do Prata, ao fim definitivo da campanha dos Farrapos, ao controle dos

---

<sup>129</sup> NABUCO, s/d, p.175.

<sup>130</sup> RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 12-13.

<sup>131</sup> ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o império: o marquês de Paraná e a política imperial, 1842-1856*. São Paulo: Annablume, 2013, p.257.

problemas envolvendo os praieiros, mas, de outro, pelo fim do tráfico de escravos, a conversão de capitais e o desenvolvimento da lavoura cafeeira.<sup>132</sup>

Holanda entende que a Conciliação foi uma política pensada e aplicada por alguns estadistas, com a ciência e contribuição de D. Pedro II, que tinha por objetivo moldar a Câmara e dificultar a formação e a atuação de grupos com inspiração jacobina. A instabilidade do período regencial revelava a dificuldade das oligarquias em conseguir negociar com facções políticas; além disso, o imperador desejava opinar em todos os assuntos do governo, demonstrando simpatia com a máxima de Thiers: “o rei reina, governa e administra”. Na obra de Holanda, o “poder pessoal” do monarca, fortalecido com políticas como a conciliação, fragilizava o estabelecimento de um regime representativo, sobretudo, em comparação com a Europa e os Estados Unidos.

Nos anos 1980, o tema da conciliação reapareceu em duas importantes obras: a primeira, *A construção da ordem*, de José Murilo de Carvalho e depois, *O tempo saquarema*, de Ilmar R. de Mattos. Em ambas, a Conciliação é interpretada como uma estratégia política levada a cabo por um determinado grupo para se manter no poder. Entretanto, enquanto José Murilo de Carvalho credita ao gabinete Paraná a responsabilidade pela concretização de um Estado conservador, iniciado, portanto, em 1853<sup>133</sup>; Ilmar R. Mattos vê a conciliação como o período de consolidação da direção saquarema (conservadores fluminenses), que já estavam no poder desde 1848. Mattos apresenta o projeto político, intelectual e moral dessa classe dirigente que assumiu a condução do país com o fim da Revolução Praieira<sup>134</sup>.

Na década seguinte, a biografia de D. Pedro II, escrita por Roderick Barman reiterou o protagonismo do imperador no governo, que, por meio das Ideias Gerais<sup>135</sup>, passou a indicar os caminhos que deveriam ser tomados pelo ministério. Desse modo, a conciliação inauguraria uma política de interferência direta no programa de governo a ser implementado pelos ministros em exercício. Esta

---

<sup>132</sup> HOLANDA, Sérgio B. de. *Capítulos de história do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.45-46.

<sup>133</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem & Teatro de sombras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.58.

<sup>134</sup> MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2011, p.139.

<sup>135</sup> Segundo Barman, as Ideias Gerais são um “conjunto de instruções escritas ao marquês de Paraná, [em que] o imperador especificou como os conceitos de conciliação e melhoramentos deviam ser postos em prática e estabeleceu como deveria ser o relacionamento dos ministros com ele.” BARMAN, Roderick. *Imperador cidadão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p.241-242.

interpretação, em certa medida, retoma a máxima de que o “o rei reina, governa e administra”. Barman aponta que a política de conciliação só foi possível, porque “em termos de ideologia e política, muito pouco realmente distinguia o Partido Conservador do Liberal. Qualquer compromisso com princípios tendia a desaparecer assim que qualquer um deles assumia o poder.”<sup>136</sup>

Roderick Barman também demonstrou que D. Pedro II se inspirava na experiência britânica, que em 1853 assistiu a ascensão do Gabinete Aberdeen, formado “por homens capazes e distintos, diferentes uns dos outros em alguns aspectos, mas unidos, [...], por um sincero desejo de promover o bem-estar e a prosperidade de seu próprio país”<sup>137</sup>.

Outro brasilianista que também dedicou atenção ao gabinete de 06 de setembro de 1853 foi Jeffrey Needell, em *The party of order*, no qual conclui que a escolha de Paraná para conduzir o novo ministério estaria relacionada à preocupação do monarca em promover reformas “não partidárias” e suspender a hegemonia saquarema no poder, nomeando um conservador<sup>138</sup>. Desse modo, Needell destaca a orientação conservadora do novo gabinete, mas que acaba tendo que atender às diretrizes do imperador. Barman e Needell destacam que D. Pedro II, no início dos anos de 1850, atingiu a maturidade política e tal amadurecimento foi decisivo para a consolidação do poder do monarca, reiterando a perspectiva do “poder pessoal” do imperador na concepção da política de conciliação.

Mais recentemente, algumas teses e dissertações sobre a política de conciliação foram defendidas em programas de pós-graduações no Brasil<sup>139</sup>, dentre as quais destacamos três: a primeira, de Fábio S. Santa Cruz, intitulada *Em busca da conciliação* e, a segunda, escrita por Bruno Fabris Estefanes, *Conciliar o império: Honório Hermeto Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)* e, por fim, defendida por Paula Ribeiro Ferraz, *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Santa Cruz apresentou sua tese em 2008, na qual observa que as ideias de conciliação figuraram, de forma

<sup>136</sup> BARMAN, 2012, p.242-243.

<sup>137</sup> Ibidem, p.240.

<sup>138</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford/California: Stanford University Press, 2006, p.180.

<sup>139</sup> NEVES, Victor H. B. *O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o marquês de Paraná (1853-1856)*. Dissertação de mestrado – UERJ. Rio de Janeiro, 2010; FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O império revisitado: instabilidade ministerial, câmara dos deputados e poder moderador (1840-1889)*. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 2012.

ininterrupta, nos debates parlamentares das décadas de 1830, 1840 e 1850, sendo a aprovação da *lei dos círculos* (em 1855) a prova do sucesso daqueles que trabalharam para estabelecer um “consenso conciliatório” entre o imperador, o gabinete e os parlamentares. A conciliação é apresentada como uma proposta que esteve presente nos debates políticos por, pelo menos, três décadas, o problema, é que assim como Rodrigues, Santa Cruz estabelece uma interpretação “generalista”, na qual a ideia de conciliação parece ter a mesma acepção ao longo de trinta anos.

A partir da análise da trajetória política de Carneiro Leão, Bruno Estefanes procurou “questionar e desconstruir a memória que uniu indivíduo e Estado e influenciou muitas interpretações sobre cinco importantes acontecimentos políticos do oitocentos brasileiro”. A abordagem de Estefanes é interessante, propõe entender a conciliação como “um episódio das tentativas de reformas abertas ainda na década de 1840 e cobradas mais efetivamente após a Praieira.” Desse modo, o pesquisador revê interpretações que valorizaram o “poder pessoal”, e que costumam dividir o Império em duas eras – antes e depois de 1853 –, bem como abordagens que entendem a política de conciliação como um desdobramento do “arrefecimento natural e evolutivo das paixões partidárias na sociedade”.<sup>140</sup> Estefanes observa que a conciliação também iniciou uma política maior de intervenção do monarca nas ações dos ministros, conclusão com a qual concordamos plenamente.

Em *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*, Paula Ribeiro Ferraz buscou compreender “a motivação, implementação, recepção e resultados” da política de conciliação, afastando-se das leituras clássicas sobre o tema, Ferraz propõe que o *gabinete da conciliação* seja entendido como “o resultado de uma soma de elementos que, tomados separadamente, perdem seu valor explicativo”. Para a autora, a política de conciliação foi estratégica para solucionar problemas surgidos a partir de 1848 e pela necessidade de modernizar as instituições políticas brasileiras.<sup>141</sup>

Enquanto inúmeros trabalhos, como os de Sérgio B. de Holanda, Francisco Iglésias, Roderick Barman, e Jeffrey Nedeel, em linhas gerais, creditaram ao “poder pessoal” do imperador a implantação do gabinete Paraná, as pesquisas de José M. de Carvalho e Ilmar Mattos, grosso modo, interpretam a política de conciliação como

---

<sup>140</sup> ESTEFANES, 2013, p. 244.

<sup>141</sup> FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2013, p. 24.

uma tática de controle do Estado pelos conservadores. Bruno Estefanes, por sua vez, conseguiu unir estes dois pontos – observou na década de 1850 uma maior interferência do Estado e considerou a conciliação como um mecanismo adotado pelos conservadores para empreender reformas que estavam na pauta desde a década de 1840.

Contudo, em tais abordagens a conciliação não é concebida como uma estratégia dos liberais, tal qual a entendemos, o que também não significa dizer que tenha sido uma ideia unânime entre membros do partido liberal, pelo contrário, os debates entre Torres Homem e Joaquim M. de Macedo mostram que não havia consenso entre este grupo. Alguns, como Macedo, a aceitaram porque acreditaram ser esta uma maneira de abrir espaço aos liberais no governo, para então se discutir os projetos reformistas que tinham sido engavetados pelo conservadores. Na prática, a conciliação serviu, sobretudo, aos trãsfugas, uma vez que o momento tornou-se propício para as trocas partidárias, ao propor um acordo de paz entre saquaremas e luzias. Aliado aos diferentes desejos liberais somam-se outros dois fatores: o empenho de D. Pedro II para promover as reformas judiciária e eleitoral, bem como a necessidade de contornar a crise interna no partido conservador, que assistia à formação de um novo agrupamento político, o partido parlamentar<sup>142</sup>, em 1853.

Desde o início dos debates em torno da conciliação, Macedo via a proposta com desconfiança – inclusive, chegou a afirmar que “era o mecanismo mais suave; mas também o mais incerto, ou o menos realizável”<sup>143</sup>. Com o passar dos meses, a implicância do autor em relação à política de Carneiro Leão aumentou, e em pouco tempo, Macedo passou a criticá-la em seus artigos de *A Nação*, nas crônicas hebdomadárias d’*A Semana* e nos textos ficcionais e teatrais, como *A carteira do meu tio* e *A torre em concurso*. O escritor alegava que o gabinete não estava cumprindo seu programa de governo e que a conciliação estava restrita a um grupo seleta de políticos conservadores, definidos por ele como “os amigos arrufados, entre os membros do mesmo partido que [hoje] domina”, enquanto:

---

<sup>142</sup> Sobre este tema, sugiro a leitura do artigo *Quando brigam as comadres sabem-se as verdades: elite provincial e as origens do partido parlamentar de 1853*, de Suzana Cavani Rosas, publicado pela *Clio: revista de pesquisa histórica*, 2012. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/231/150>. Acesso em, 08/01/2015.

<sup>143</sup> A NAÇÃO, 16 abr. 1853.

[...] aquele que se acha em oposição, esse que sofra a gema, esse que continue a ser vítima da opressão dos senhores feudais das províncias, esse que viva ainda a vida dos proscritos. [...] Quando nas primeiras semanas que se seguiram à organização do atual gabinete, vimos um, ou dois, ou três dos nossos aliados escolhidos para alguns empregos, *nos protestamos logo que não entendíamos a conciliação de certos indivíduos, mas de partidos*, que não queríamos que se entendesse só ao mérito de um ou outro dos nossos, *mas sim que abrisse francamente o campo a opinião liberal*, que se desse a nação liberdade plena para se pronunciar que a convidasse a pronunciar-se e mais nada.<sup>144</sup>

Outro aspecto da conciliação com o qual Macedo se incomodava era o “clima apartidário” que se queria construir com a nova política. Em nome da conciliação as bandeiras deveriam ser abaixadas, o importante passava a ser a nação e não os partidos<sup>145</sup>. Enquanto boa parte dos homens públicos pareciam querer camuflar sua filiação partidária, o autor sempre que podia a reafirmava:

O Sr. Macedo: – [...] repito e declaro que, *membro firme e decidido do partido liberal*, adoto com o maior prazer essa reforma [eleitoral], e que ostento esse prazer, e por consequência não posso me afligir com o triunfo dessas ideias, que fazem parte dos princípios do meu partido.

Um Sr. Deputado: – *Hoje não há partidos.*

O Sr. Macedo: – *Eu persisto nos meus princípios: digo hoje, o que sempre me ouvistes*; os nobres deputados modificaram um pouco suas ideias, e estão agora comigo?...

Um Sr. Deputado: – Foi passo para lá, passo para cá.

O Sr. Macedo: – Sr. presidente, eu desejo muito maior harmonia entre todos os brasileiros...

Um Sr. Deputado: – Adota os princípios conservadores?..

O Sr. Macedo: – Pois não! Sou muito amigo da conservação de tudo que é bom, e da reforma de tudo quanto é mal... (riso)

Um Sr. Deputado: – Então está com o progresso refletido.

O Sr. Macedo: – Notando-se que já refleti há muito tempo a respeito do meu progresso [...] <sup>146</sup>

No ano anterior, Macedo teve um entreviro com um colega deputado que havia dito que não existiam “minorias”, depois da política de conciliação:

Outro Sr. Deputado – Aqui não há maioria nem minoria. Só temos em vista o interesse da província (Apoiados).

<sup>144</sup> A NAÇÃO, 08 mar.1854, grifo nosso.

<sup>145</sup> Por mais que a política de conciliação pretendesse estabelecer a coalizão entre os partidos, ela não promoveu, efetivamente, um período de paz. Como assinala Bruno Estefanes, ao contrário de historiadores como Sérgio Buarque de Holanda e Francisco Iglésias que descreveram o período como o “tempo das águas paradas”,

<sup>146</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, n. 240, 05 set. 1855, grifo nosso.

O Dr. J. M. de Macedo – Os nobres deputados desejam mostrar que não há maioria...

Um Sr. Deputado – Eu digo que não há.

Outro Sr. Deputado – Depois da conciliação não há minorias.

O Sr. J. M. de Macedo – Ai está o nobre deputado empregando uma palavra que não posso deixar passar despercebida. Senhores é verdade, no meio de tanta conciliação, pode por ventura haver minoria? Não é possível; quando muito poderá haver algum protesto simples e fraco; pode-se levantar uma ou outra voz, como a minha para opor-se a esta ou aquela medida, mas voz que não tem significação alguma, principalmente porque parte de quem não tem bastante força para convencer.

Senhores se pudesse haver luta, o requerimento de adiantamento partiria de mim; [...]. A matéria é especial; muito especial, e não poderei entrar nela por falta de conhecimentos. Se entender dever falar, eu o falarei...<sup>147</sup>

O escritor não se calou diante da falácia de que as minorias estavam extintas com a conciliação. E, como já era de costume, Macedo se colocava com uma voz destoante, parte de uma “minorias” que, ainda, ousava levantar suas bandeiras, marcando posição dentro do sistema político. A resposta também serviu como uma “lição de moral” aos colegas parlamentares que, por vezes, votam em uma determinada matéria sem ter a menor ideia do seu conteúdo e sem ponderar seus efeitos para a sociedade. Em última instância, esse tipo de deputado deliberava novas leis de acordo com as “ordens de cima”, demonstrando incompetência, despreparo e irresponsabilidade.

Na sessão do dia 18 de setembro de 1854, os deputados provinciais debatiam a pertinência do requerimento de Caldas Vianna, no qual o parlamentar solicitava à casa que emitisse uma mensagem de agradecimento ao barão do Rio Bonito, reconhecendo seu empenho e dedicação à Província do Rio de Janeiro, enquanto ocupou o cargo de presidente. Macedo concordou com a confecção do encômio ao político que era do partido conservador, entretanto, fez questão de esclarecer que a decisão não tinha relação com a coalizão entre os partidos, empreendida pelo gabinete Paraná:

O Sr. J. M. de Macedo: – Sr. presidente, eu sou quem não podia ceder da palavra ainda que quisesse, porque não posso deixar de declarar à assembleia as razões porque voto a favor do requerimento. A assembleia sabe que os meus princípios políticos me afastam completamente do governo atual.

O Sr. Deputado: – De apoiar o governo geral.

<sup>147</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 24 ago.1854.

O Sr. J. M. de Macedo: – De apoio ao governo geral, e de apoio aos governos provinciais, que são intérpretes da política do governo geral. Assim, pois, se eu prestasse um voto silencioso a este requerimento, o meu voto podia ser interpretado como tendo uma significação diferente ou que realmente tem, e tanto mais quando a assembleia sabe nestes últimos tempos a política anda muito atrapalhada (risadas) e como eu não estou atrapalhando...

(Um Sr. deputado dá uma parte que não ouvimos.)

O Sr. J. M. de Macedo: – A conciliação também anda muito atrapalhada. (risadas).

O Sr. Deputado: – Então também está conciliado?

O Sr. J. M. de Macedo: – Eu não senhor; mas aproveito a ocasião para declarar, que com muito prazer estou pronto para me conciliar com o atual ministério, ou com outro qualquer, que saiba das fileiras do partido saquarema, com a única condição de esse ministério realiza as ideias do partido liberal. (risadas). Desta maneira concilio-me.<sup>148</sup>

Contudo, Macedo, assim como o deputado Figueiredo, não estava de acordo com todo o conteúdo do requerimento e recomendou aos demais colegas que não fizessem uma “recordação histórica”, pois o Barão de Rio Branco, ao longo de sua gestão, adotou posturas censuráveis que deveriam ser apontadas pelo documento. O escritor argumentava que, para o bem da província para a qual foram eleitos, os deputados não podiam se omitir frente a atos condenáveis, praticados por qualquer administrador e, naquele caso em especial, o “requerimento não pode dar lugar às recordações históricas e terríveis do longo parlamento de Cromwell”. Diante da comparação com o líder puritano<sup>149</sup>, o deputado Souto completou (o deboche):

O Sr. Souto: – Do Senado de Tibério, etc.

O Sr. J. M. de Macedo: – Porque essas recordações o que poderiam provar era a existência de uma assembleia silenciosa, que se curvasse a votar tudo quanto quisesse o governo da província e dessa maneira não era uma assembleia legislativa; (apoiados) e o Sr. deputado não deve dizer, que esta assembleia tenha votado silenciosamente tudo quanto tenham querido os administradores da província. (Apoiados).<sup>150</sup>

Incomodado com a polêmica levantada por Macedo, o deputado Caldas Vianna retrucou: “o Sr. deputado está torcendo completamente tudo quanto eu

<sup>148</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 21 set. 1854.

<sup>149</sup> Oliver Cromwell participou da captura do rei Carlos I e da instauração de seu julgamento. Com a condenação do rei à morte, em 1649, e sua posterior decapitação, o Parlamento inglês passou a controlar o poder na Inglaterra, abolindo a monarquia e instaurando a República, ou *Commonwealth*. O poder executivo seria exercido por um Conselho de Estado formado por alguns parlamentares, dentre eles Oliver Cromwell como presidente.

<sup>150</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, loc. cit.

disse. Eu não fiz comparação do longo parlamento e do senado de Tibério com a assembleia provincial.” Em contrapartida, Macedo aproveitou o ensejo para criticar “o longo” tempo em que os conservadores permaneceram no poder, governando de forma tirana e exclusivista:

O Sr. J. M. de Macedo: – Nem tem comparação. Mas, Sr. presidente, eu sou membro desta assembleia, o eleitorado da minha província me honrou com seu votos e me colocou nesta cadeira; e eu não cumpriria o meu dever, se quando ouvisse falar em parlamentos longos, no senado de Tibério, e em Robespierre não se levantasse a minha voz para defender a assembleia da qual faço parte, e rogar ao nobre deputado que retire essas palavras, porque se elas não tem aplicação, como disse o honrado membro, eu dir-lhe-ei, que é difícil admitir palavras tais sem aplicação, quando são proferidas por quem tem bastante saber para não dizer coisas inúteis.

Não tem cabimento tais recordações históricas: se pudesse vir ao caso Cromwell com seu parlamento, Robespierre com sua convenção, então também poderia vir a apelo o senado de Napoleão que lhe obedecia cegamente no tempo da prosperidade, e que no momento da queda se revoltou contra ele.

O Sr. Caldas Vianna: – E o Sr. barão do rio Bonito também caiu como Napoleão?

O Sr. J. M. de Macedo: – Eu já disse ao Sr. deputado que não admito tais aplicações, e só quero mostrar que não tem lugar as recordações históricas que ele trouxe para a discussão; e se tivesse lugar, era eu quem o devia dizer e nunca o Sr. deputado; éramos nós, os que estamos de baixo, os que devíamos dizê-lo.<sup>151</sup>

Novamente, a conversa encaminhou-se para a questão das “minorias” políticas. O literato recordou que há cinco anos pertencia à oposição, evidenciando aos seus colegas que, de fato, nunca esteve conciliado, ou melhor, silenciado:

Um Sr. Deputado: – O Sr. deputado está debaixo?

O Sr. J. M. de Macedo: – Pois não estou há cinco anos?

Sr. Moreira Antas: – Quem dera estar debaixo assim!

O Sr. J. M. de Macedo: – Assim, como?

Sr. Moreira Antas: – Assim como o senhor tem estado: tem consideração e influencia, representa o país...

O Sr. J. M. de Macedo: – O Sr. deputado persuade-se que eu não compreendo aquilo que digo, ou que não entendo as palavras que emprego? O Sr. deputado persuade-se que quem me ouve não entende que eu me refiro à minha posição de opositor, que eu conservo há cinco anos? Pois em toda a parte do mundo onde há sistema representativo, e em que há dois partidos, um que sustenta o governo, e outro que o combate, não se diz que está debaixo do partido de oposição?

<sup>151</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 21 set. 1854.

O Sr. Caldas Vianna: – Então o partido da oposição é o que está por cima, porque o governo chamou para o seu seio os principais membros, e acha-se com eles.

O Sr. J. M. de Macedo: – Senhores, para que o deputado me chama outra vez para esta questão? [...]

O Sr. Caldas Vianna: – Mas o Sr. deputado é que disse que estava por debaixo.

O Sr. J. M. de Macedo: – Eu disse que sou oposicionista há cinco anos.

Um Sr. Deputado: O Sr. deputado não é oposicionista, é um homem justo.<sup>152</sup>

Diante da resposta do nobre colega que o definiu como um “homem justo”, Macedo ironizou o comentário e encerrou o debate ao afirmar:

O Sr. J. M. de Macedo: – Bem: aceito o aparte, e até não prosseguirei mais. Não sou oposicionista, sou um homem justo: aceito e agradeço; e fico sabendo, que os nobres deputados se acham convencidos, e confessam que a oposição que tenho feito na tribuna, e pela imprensa, é uma oposição justa (não apoiados). Estou muito satisfeito.<sup>153</sup>

Com efeito, a própria ideia de conciliação para o escritor era incompatível com o sistema representativo, que deveria ser alimentado pelo debate de ideias. Desse modo, não era um problema ser oposicionista, pelo contrário, nos países democráticos e que adotam o bipartidarismo era “natural” que um partido sustentasse o Governo, e que outro o combatesse. Em suas palavras:

[...] no sistema representativo a nação governa a si mesma pela opinião que predomina e triunfa; e como *não se pode admitir que os cidadãos de um Estado tenham todos os mesmos princípios* [pois] não há triunfo de opinião sem combate à opiniões, não há nem pode haver sistema representativo, onde não há certame e oposição de partidos.<sup>154</sup>

Assim como Macedo, o senador Francisco Gonçalves Martins, durante as discussões acerca da Lei dos Círculos, fez semelhante crítica ao caráter lesivo da política de conciliação, que atrapalhava a articulação dos partidos políticos e, por

<sup>152</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 21 set. 1854.

<sup>153</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, loc. cit. No ano anterior a esse episódio, o jornal *Correio do Brasil* havia indagado o escritor sobre sua posição em relação à política de conciliação, e Macedo o deu a seguinte resposta: “Aceitais pois a conciliação? Perguntar-nos-ia sem dúvida o Correio do Brasil [...]. Preferimos àquela ideia que ousamos propor já por algumas vezes: preferimos uma revolução que venha de cima; porque sobretudo estamos convencidos de que a conciliação, tal qual a compreendeu e explicou o Sr. STH, não se há de jamais verificar.” Cf. *A Nação*, 16 abr.1853.

<sup>154</sup> MACEDO, Joaquim M. de. *Chronica Política*. In: *Bibliotheca brasileira*, 1863, p. 115.

consequência, o choque de ideias, já que o gabinete Paraná buscava justamente arrefecer os grupos partidários. Em julho de 1855, o liberal Martins se dirigiu aos senadores:

De certo tempo para cá, como que sinto repugnância, e não sei mesmo se horror às expressões de partidos. Estou vendo que em pouco tempo, para que eles existam entre nós, terão de esconder-se nas maçonarias! Pois o governo constitucional dispensa os partidos? Eles algum mal têm feito entre nós, mas muitos bens têm promovido também. [...]. Um governo ilustrado não deve exterminar os partidos, procura moralizá-los, criar barreiras aos excessos, e nunca suprimir os partidos.<sup>155</sup>

Como liberal, Macedo esperava que a conciliação garantisse maior espaço ao seu partido dentro das instituições políticas, contribuindo para fomentar o debate acerca dos projetos de reforma, cuja origem era atribuída por ele aos correligionários de seu partido desde a década de 1840. A expectativa do escritor se cumpriu, ao menos em parte, porque por mais que os idealizadores da política de conciliação buscassem arrefecer as agruras entre saquaremas e luzias; os projetos de reforma – judiciária e eleitoral – apresentados no decorrer do gabinete Paraná fomentaram intensos debates entre os ministros, deputados e senadores. Consequentemente, ao invés de um período de calma política<sup>156</sup>, o mesmo assistiu a acaloradas discussões entre os parlamentares, mesmo que estes adotassem um discurso apartidário e evitassem ataques pessoais na tribuna. Talvez, nesse sentido, a conciliação tenha sido bem-sucedida, afinal a oposição ao governo, entre 1853-1857, partiu dos dois lados.

Na década de 1840, dois projetos de reforma judiciária ganharam destaque: o primeiro, apresentado às comissões de constituição e justiça, em 1845, por Francisco Álvares Machado; e o segundo foi uma adaptação do anterior, apresentado à câmara no ano seguinte, pelo deputado Fernandes Torres. O cerne da proposta do deputado Machado era separar polícia e justiça, devolvendo aos juízes de paz as atribuições perdidas com a Lei de 03 de dezembro de 1841. Na

<sup>155</sup> ANAIS DO SENADO, 19 jul. 1855.

<sup>156</sup> Joaquim Nabuco, em *Um estadista no império* vê o gabinete Paraná como um período de paz, no qual “se obliteraram inteiramente as divisas entre os partidos”. Cf. NABUCO, Joaquim. *Um estadista no império*, p.174. Essa ideia que reaparece no trabalho de Sérgio Buarque de Holanda caracterizou o período da conciliação como o tempo das “águas paradas”, devido ao entibiar dos partidos políticos. In: HOALANDA, Sérgio B. de. *Capítulos de história do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.105.

prática, “o júri não ficaria mais à mercê do juiz de direito, as autoridades locais voltariam a prevalecer na qualificação dos jurados e as câmaras municipais teriam de volta a influência na escolha que o poder central faria de seus magistrados”<sup>157</sup>.

A proposta, na ocasião, foi rejeitada por parte dos conservadores, com destaque para D. Manoel de Assis Mascarenhas, Paulino José Soares de Souza e Ângelo Muniz da Silva Ferraz<sup>158</sup> e por membros do ministério, como o sr. Limpo de Abreu, responsável pela pasta de Estrangeiros. Diante da oposição ao projeto, em 1846, o ministro da justiça à época, Fernandes Torres, trouxe à Câmara uma nova propositura acerca do tema, na qual buscava rever os pontos conflitantes a fim de garantir sua aprovação. No entanto, as mudanças não foram suficientes e novamente o projeto foi recusado pelos parlamentares.<sup>159</sup>

Nos anos de 1850, quando Nabuco Araújo fora membro da comissão de constituição, ele analisou duas propostas de revisão do Código Processual: a primeira apresentada pelo senador Bernardo Pereira Vasconcelos e a segunda por Eusébio de Queirós. A respeito deste último, Nabuco Araújo tinha emitido um parecer favorável à medida que transferia o poder de julgar determinados crimes dos delegados e subdelegados para os juízes municipais. Desse modo, o futuro ministro da Justiça demonstrava estar familiarizado com o tema, bem como concordava com a proposta de separação entre polícia e justiça.<sup>160</sup>

Em 1853, por meio de um documento entregue a Carneiro Leão, D. Pedro II reiterou a necessidade de revisão da Lei de 3 de dezembro de 1841<sup>161</sup>, manifestando o desejo de que o gabinete, especialmente a pasta da Justiça, levasse

---

<sup>157</sup> TORRES, João Camillo de O. *A democracia coroada: teoria política no Brasil*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1964, 297-298.

<sup>158</sup> Os mesmos serão críticos ao projeto de reforma judiciária apresentado pelo ministro Nabuco de Araújo, em 1854.

<sup>159</sup> TORRES, loc. cit.

<sup>160</sup> ANAIS DA CÂMARA, 13 jul. 1854.

<sup>161</sup> A Lei de 3 de dezembro de lei de 1841 foi, talvez, o grande feito dos conservadores no início dos anos de 1840. De acordo com José Murilo de Carvalho: “Todos os juízes, de desembargador e juiz de direito a juiz municipal, deviam ser nomeados pelo ministro da Justiça. Sobretudo os juízes de direito tiveram seus poderes reforçados. Somente os juízes de paz locais continuaram independentes do poder central. Mas cuidou-se disso também: a nova lei criou chefes de polícia em todas as capitais das províncias – nomeados pelo ministro da Justiça. No município e na freguesia, os chefes de polícia eram representados por delegados e subdelegados, civis nomeados pelos presidentes de província por recomendação dos próprios chefes de polícia. A maioria das atribuições de justiça e de polícia, até então exclusivas dos juízes de paz, foram transferidas para os delegados e subdelegados, reduzindo à impotência os juízes eleitos, que perderam também para esses delegados a tarefa de organizar a lista de jurados e de nomear inspetores de quartirão.” CARVALHO, José M. de. *A Construção da Ordem & Teatro de Sombras*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.733.

em consideração o tema. No documento, o imperador elencou cinco prioridades para a pasta da Justiça:

[1] Repressão enérgica do tráfico: julgamento da lei de 51, para que os que cometeram esse crime depois de encerrado o contrabando. [2] Reforma Judiciária (no sentido do projeto de Nabuco, que o ministério tratava de modificar n'alguns pontos). [3] Nomeação para os lugares da magistratura de pessoas que não possam ser dominadas pelos partidos das localidades, e muito apurada escolha na promoção À primeira instância. [4] Cuidar da instrução do clero e influir para que as dioceses regulem melhor o modo das oposições. [5] Todos os recursos de graça deveram subia a minha presença acompanhados das peças principais do processo de circunstâncias do relatório do Júri.<sup>162</sup>

Com efeito, o imperador solicitava que o ministro da Justiça conferisse maior atenção à reforma judiciária e à questão das incompatibilidades. D. Pedro II também sugeriu que a proposta partisse do projeto elaborado pelo senador Nabuco de Araújo, apresentada no início dos anos de 1850. Carneiro Leão, inclusive, convidou Nabuco de Araújo para ocupar a respectiva pasta. O monarca, além de requisitar que a matéria fosse levada a cabo pelo ministério, indicou algumas modificações que o projeto original deveria sofrer a fim de que fosse aprovado, como informou o ministro do Império em carta enviada a Nabuco de Araújo, autor da proposta:

Sua Majestade disse-me hoje que talvez amanhã no despacho se resolvesse a discutir alguns pontos principais de sua reforma judiciária a fim de decidir-se o que deve a tal respeito dizer na Fala do Trono. As questões que ele quer discutir são: 1) as incompatibilidades, por estar ainda na ideia de preferir a tudo o que há no seu projeto, isto é, *a opção por parte do magistrado entre o seu cargo e o de deputado*; 2) a faculdade dada pela Lei de 3 de dezembro *aos juizes municipais de decidirem as questões judiciárias definitivamente*; tem dúvida sobre a constitucionalidade de tais juizes, como estão hoje constituídos; 3) *insiste na separação das funções policiais das jurídicas*.<sup>163</sup>

Em 26 de maio de 1854, Nabuco de Araújo submeteu à Câmara o projeto de reforma judiciária, cujo objetivo era rever algumas competências do júri, especialmente, no que se referia ao julgamento dos crimes inafiançáveis. A ideia de

<sup>162</sup> Instruções do imperador dadas ao ministério organizado pelo marquês de Paraná, 06 set.1853, apud FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Juiz de Fora, 2013, p.69.

<sup>163</sup> Carta de Luís Pedreira do Couto Ferraz a José Thomaz Nabuco de Araújo, 28 abr.1854, apud NABUCO, Joaquim. *Um estadista no império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Tomo I (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d, p.190-191.

Nabuco era transferir ao governo o direito de regular os processos de abuso de liberdade de imprensa e de criar e conservar por decreto os conselhos de jurados nas cabeças de comarcas e vilas populosas. A reforma, segundo Joaquim Nabuco, “organizava a magistratura de modo que ela pudesse preencher todas as funções da justiça pública, mas ao mesmo tempo organizava a polícia de modo que não lhe escapasse a perseguição dos criminosos e a vigilância social”<sup>164</sup>.

Durante a primeira discussão acerca do projeto na Câmara, o ministro da Justiça lembrou os parlamentares que “a reforma foi anunciada no discurso da Coroa” e que se tratava de uma questão ministerial, porém aberta às sugestões oriundas das discussões que seriam feitas em torno do texto. Nabuco tinha ciência de que esta era uma matéria polêmica que encontraria resistência de alguns deputados e senadores:

[...] contava com um remédio para esta adversidade, era o vínculo que prende ao governo os amigos do governo, é que cada um, por boa parte que seja a sua opinião, deve fazer o sacrifício dela aos interesses coletivos, doas quais parece que o governo é o melhor intérprete pela razão já dita de se achar à testa da administração, terá prática dos negócios.<sup>165</sup>

O ministro argumentava que a lei de 03 dezembro de 1841 era “reflexo de sua época” e seu maior equívoco era a “confusão ou acumulação do poder de prender e julgar”. Pretendia-se, em última instância, minar a influência das elites locais, nas palavras do autor da proposta, fazer com que “os potentados não assoberbassem a autoridade pública, valendo mais do que ela.”<sup>166</sup> A discussão entre os parlamentares acabou enveredando para a questão do abuso de poder e da influência local das oligarquias (tema caro a Macedo como veremos mais adiante):

O Sr. Nabuco: – [...] Quais as causas da impunidade é difícil enumerar, porque não é uma causa, mas um complexo de causa: a principal, porém consiste, como já disse no predomínio dos interesses individuais sobre os interesses coletivos, na prepotência das pessoas contra a autoridade.

P Sr. Figueira: – E o patronato.

O S. Nabuco: – A força que eles têm também provém da legislação.

O Sr. Aprígio: – São muitas circunstâncias que os fazem – riqueza, posição, família, etc.

O Sr. Nabuco: – Não falo das influências legítimas, falo das influências antissociais que se fazem valer pelo proselitismo, que conquistam a custa da perversão do júri, da perversão da autoridade.

<sup>164</sup> NABUCO, s/d, p. 191-192.

<sup>165</sup> ANAIS DA CÂMARA, 13 jul. 1854, p.115.

<sup>166</sup> Ibidem, p.117.

O Sr. Gomes Ribeiro: – Uma das coisas é a dependência em que estão as autoridades por causa dos votos.<sup>167</sup>

A questão da impunidade e da ineficiência do júri foi referendada pelo compadre Paciência, que apresentou as causas da impunidade; seus argumentos vão ao encontro da discussão entre os parlamentares sobre projeto de reforma judiciária:

[...] muitas vezes os magistrados da vila, pretendentes a deputações e por isso dependentes dos potentados, influem no espirito dos jurados, e promovem até as escancaradas essas absolvições [do afilhados e capangas dos potentados da vila], e em segundo lugar é porque a segurança individual no país, e os cidadãos recuam ante a vingança e furor dos poderosos: dê o governo segurança individual para todos, como lhe cumpre, e verá se a coisa vai-se endireitando ou não: o que faz o governo porém?.. coteja, estende a mão, e cobre as honras os próprio mandatários de crimes, quando precisa deles para as eleições: dá-lhes todos empregos, e arma-os de novos e terríveis meios de vingança e de terror. E dizem que o júri é a causa da impunidade! Ora é boa! *A causa da impunidade é a mania de fazer deputados e senadores, que tem o governo.*<sup>168</sup>

Macedo, por meio da voz do compadre, aponta dois problemas crônicos da política brasileira, o primeiro é a elegibilidade de magistrados e o segundo é a vulnerabilidade do cidadão que, por vezes, é coagido, mas não tem a quem recorrer, já que as instituições que deveriam protegê-lo estão de conluio com os membros do governo. O projeto apresentado por Nabuco poderia – se tivesse como aliada a ética de jurados, delegados e presidentes de província – combater o segundo problema, mas não resolveria o primeiro, uma vez que a proposta excluía a questão das incompatibilidades.

Num primeiro momento, a decisão de excluir o item das incompatibilidades partiu do próprio relator do projeto, que não concordava com a medida e a considerava polêmica. Entretanto, a exclusão do tema gerou uma repercussão bastante negativa entre os membros dos dois partidos, obrigando Nabuco de Araújo a fazer um pequeno adendo no mesmo. Em agosto de 1854, a fim de justificar a alteração o ministro discursou na Câmara:

Faço justiça às intenções dos nobres deputados que impugnam o projeto; tenho mesmo que eles não o fizeram por hostilidade, senão porque tem convicções contrárias; e bem longe de querer o governo

<sup>167</sup> ANAIS DA CÂMARA, 1854, p.118.

<sup>168</sup> MACEDO, Joaquim M. de. *A carteira do meu tio*, 1855. Tomo II, p.145. *Grifos nossos*.

empregar a coação, deseja que a câmara se pronuncie com fraqueza, porque não se pode governar sem o apoio de uma maioria decidida...”. Sendo assim, a emenda da “[...] incompatibilidade é complemento das disposições do 2º artigo deste projeto. A Câmara sabe que este meu pensamento não é novo, eu o tenho há muito tempo. [...]. Já disse que desejava ver reestabelecida a incompatibilidade da magistratura, porque não vejo contra ela nenhum inconveniente senão a falta do auxílio que os magistrados podem prestar às câmaras; mas a este respeito [...] a balança pende para a exclusão, [...]. eram estas a minhas ideias de 1850, no ano passado as reproduzi, não desligo dos meus princípios, a questão é a forma e a oportunidade. *Não proponho a ideia, mas se for proposta eu aceito*”.<sup>169</sup>

A fim de resolver o impasse, uma medida mais branda foi aventada: as “incompatibilidades relativas”, ou seja, os magistrados gozariam do direito de concorrer aos cargos no Legislativo, porém, se eleitos, durante o período da legislatura deveriam renunciar à magistratura. Mesmo com uma emenda “conciliada” como esta, o projeto foi combatido por parte dos conservadores, como Rodrigues Torres, Silva Ferraz e Eusébio de Queirós, cuja alegação era de que a matéria prejudicava o Legislativo, pois dificultava a candidatura dos magistrados; além disso, acusavam a medida de inconstitucional, uma vez que a Constituição de 1824 não impedia a candidatura de juízes à Câmara e ao Senado. Em contrapartida, a mudança no artigo não contemplava as expectativas de boa parte dos liberais que consideravam a medida insuficiente para combater o abuso de poder de membros do Judiciário.

Entre intensos debates e muitos descontentes, o projeto foi aprovado em 10 de agosto de 1854, mas em poucos dias um requerimento foi apresentado na Câmara exigindo a retirada do “artigo conciliado” do projeto; a casa acatou o pedido e o mesmo foi banido. No Senado, o clima também não era favorável à reforma judiciária e, malgrado o esforço do ministro da Justiça para aprová-lo, o projeto foi arquivado graças à pressão dos magistrados e ao movimento vassourense<sup>170</sup> –

<sup>169</sup> ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 ago.1854.

<sup>170</sup> Sob a liderança de Joaquim José Teixeira Leite, representantes vassourenses dos dois partidos políticos formaram uma aliança política e produziram um Manifesto, no qual criticavam veementemente a extinção do Júri, defendiam a Constituição de 1824, a liberdade de imprensa e a independência dos Poderes. A seguir, um trecho do documento: “[...] sem júri não há imprensa, não há governo representativo. A morte do júri e da imprensa fora a morte da Constituição, desse monumento imortal levantado pelo gênio de Pedro I, desse código sagrado de nossas liberdades, desse glorioso legado dos nossos maiores, dessa obra grandiosa, cuja sabedoria atestam trinta anos de existência, e a cuja sombra temos transposto a salva as mais difíceis épocas.” E finaliza, “De vós augustos e digníssimos senhores, por sobre cujas cabeças raiou o sol da Independência e que com tanto entusiasmo saudastes em vossa juventude o astro luminoso da Constituição; de

formado por chefes luzias e saquaremas do interior fluminense. O episódio também foi alvo da sátira de Macedo, o compadre Paciência lamentou a derrota do projeto:

[...] infelizmente, quando mais azafamados se mostravam os estadistas mata-júri, apareceu um gênio benéfico com uma vassoura encantada, que varrendo as ideias retrógradas, deixou os salvadores da pátria com água na boca! Olhe o que foi uma dos diabos!<sup>171</sup>

E continua:

[...] a política dominante é uma espécie de período gramatical, que tem oração principal e oração subordinada e incidentes: quem queria matar o júri, era uma oração incidente, e você deve saber, que a gramática dá pouca importância às orações incidentes, e o período pode passar sem elas. [...]

Por consequência, a *incidente* fiou entre parêntesis; a *principal* deixou-a com cara de noivo logrado; as *subordinadas* tiram-se do espicha; e o júri salvou-se acolhendo-se à sombra das *vassouras*. Não há nada mais claro.<sup>172</sup>

Macedo lamentou profundamente a derrota do projeto de reforma judiciária e atribuía este resultado à atuação das oligarquias cafeeiras de Vassouras, no interior fluminense, junto aos deputados, magistrados e chefes de polícia. Mas o tema das incompatibilidades apareceria novamente no ano seguinte, no contexto das discussões em torno da reforma eleitoral quando, novamente, tornou-se o pomo da discórdia entre os parlamentares.

Em linhas gerais, as incompatibilidades proibiam a elegibilidade de chefes de polícia, juízes de direito, administradores provinciais e presidentes de província. A ideia era impedir que os principais agentes do Executivo e do Judiciário dominassem o Legislativo, prejudicando o equilíbrio entre os poderes. A independência dos poderes era uma premissa para o bom funcionamento do sistema representativo, Macedo chegou a dizer que “quando qualquer um desses poderes ultrapassa as raias que lhe são marcadas pela constituição, e invade as atribuições dos outros;

---

vós, que sois o santuário das tradições, os conservadores por excelência, esperamos a rejeição desse ominoso projeto, que nos assusta, pondo em perigo esta pátria, de quem todos somos filhos.” *Manifesto vassourense*, escrito por Domiciano Leite Ribeiro, depois Visconde de Araxá, apud FERREIRA, Carlos Alberto D. A reforma judiciária de Nabuco de Araújo e o manifesto vassourense (1854-1856). In: *Veredas da história*. vol. 2, ano II, n.1, 2009.

<sup>171</sup> MACEDO, Joaquim M. de. *A carteira do meu tio*. Tomo II, 1855, p.128-129.

<sup>172</sup> *Ibidem*, p. 129.

quando algum deles por fraqueza ou conveniência recua de posição que lhe compete, o resultado é sempre o desequilíbrio de toda a máquina”.<sup>173</sup>

Malgrado a reforma eleitoral buscar minimizar a interferência, sobretudo, do Judiciário no Legislativo, o projeto “ameaçava privar as pequenas localidades de seu embrião de júri”, uma vez que esta instituição servia aos interesses dos potentados locais. Macedo em sua sátira política também ironizou o funcionamento do órgão; um dos últimos episódios narrados pelo sobrinho conta a visita que ele e seu companheiro fizeram a um júri que estava iniciando seus trabalhos em uma vila<sup>174</sup>, onde iriam se hospedar. Depois do almoço, ao saírem para dar uma volta pelos arredores, os viajantes avistaram uma patrulha de guardas nacionais que iam buscar os presos que seriam julgados. A visão suscitou em Paciência o desejo de “visitar os domínios do carcereiro”.

Ao entrarem na cadeia, o sobrinho sentiu-se mal, mas foi, segundo ele, “um fenômeno nervoso e mais nada”, afinal, sabia “muito bem que as cadeias não [eram] edifícios para homens da [sua] qualidade.”<sup>175</sup> A conclusão do sobrinho representava a crítica de Macedo à justiça brasileira que agia de forma parcial, beneficiando os poderosos e punindo com rigor, e em alguns casos injustamente, os “reles mortais”. Nesse sentido, o desajustado aspirante a político chegou à conclusão de que a cadeia brasileira era lugar para os “sem padrinhos” e os ladrões. Para comprovar sua tese, descreveu três perfis de presos e a situação na qual foram encarcerados: o primeiro era o “miserável farroupilha”, que furta “uma galinha do poleiro de seu vizinho” e que por não ter um padrinho que interceda por ele é “por largo tempo esquecido”, preso; enquanto o “figurão de gravata lavada que em dois ou três anos e por artes de berliques e berloques se improvisou milionário, sem poder explicar de onde veio à fortuna, anda de carruagem, mora em um palacete, todos lhe dão *excelência*, e ninguém o incomoda”. Essa diferenciação entre o “miserável farroupilha” e o “figurão de gravata” atestava que a justiça era faciosa, arbitrando em

<sup>173</sup> A NAÇÃO, 07 set.1852.

<sup>174</sup> O sobrinho não indicou o nome da vila, justificando a omissão da seguinte maneira: “[...] quero acostumar-me pouco a pouco a não dizer em certos casos o verdadeiro nome das coisas; pois que do contrário eu me veria obrigado a escrever n’*A carteira do meu tio* muito nome sujo para designar pessoas e coisas da minha terra.” Cf. MACEDO, Joaquim M. de. *A carteira do meu tio*. Tomo II, p. 119. Com efeito, a estratégia da omissão do lugar acaba generalizando a crítica do autor, ou seja, o fato narrado pode acontecer em qualquer região, não é um caso isolado, mas um fato comum, no contexto político brasileiro.

<sup>175</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p.120.

favor dos abastados e seus protegidos, afinal, “ladrão é somente quem furta pouco”<sup>176</sup>.

O segundo preso era um “indigno caixeiro ou o canalha artista” que conseguiu agradar a filha ou a sobrinha de um homem rico e, passou a enganá-la porque era comprometido. Nesse caso, quando o intrépido amante fosse descoberto seu destino era a cadeia e “mandam-no para lá por qualquer crime policial, que se arranja”. Todavia, ao “velho milionário libidinoso, ou o desregrado filho do rico, [que] salta pela janela da casinha do pobre” depois de ter roubado a pureza de uma menina, lançando a “desordem e a infâmia no seio da família”, além de não sofrer nenhuma punição, ainda será enaltecido pelas autoridades que lhe dirão “que maganão de bom gosto!”. Ao descrever este segundo tipo, o sobrinho chega à conclusão que assim deve ser, afinal “se a riqueza não desse direito a tão inocentes gozos, então os ricos e os pobres, a *canalha* e os *fidalgos* seriam iguais, o que seria um verdadeiro absurdo social.”<sup>177</sup>

O terceiro detento, e último exemplo, é o “carpinteiro”, este encontra um capitalista na rua, os dois têm dívidas pendentes um com o outro, o primeiro acerta o trabalhador com um soco inglês; “o carpinteiro, que é naturalmente capoeira” revida com uma cabeçada, o dois se atacam e são surpreendidos pelo “inspetor de quarteirão” que reprende o operário e o leva para a carceragem, sem deixar que ao menos ele se explique, enquanto ao burguês é oferecida uma “escova para limpar a casaca”, uma vez que, segundo o oficial, “não era bonito andar-se sujando com semelhante gente.”<sup>178</sup> O sobrinho-narrador arremata sua reflexão com a seguinte constatação: “se eu fosse dar prova da injustiça com que se abrem as portas da cadeia para entrarem nela todos os verdadeiros criminosos, enchia só com isso a carteira do meu tio.”<sup>179</sup>

Os três exemplos descritos pelo sobrinho são universais, mas demonstram a insatisfação de Macedo com os Chefes de Polícia, cuja Lei de 03 de dezembro de 1841 estabelecia uma série de atribuições<sup>180</sup>, com as quais conseguiram ampliar

<sup>176</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p. 120-121.

<sup>177</sup> Ibidem, p. 121-122.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 122-123.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>180</sup> De acordo com o texto da lei, cabia aos Chefes de Polícia: “Tomar conhecimento das pessoas, que de novo vierem habitar no seu Distrito, [...]; Obrigar a assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público, aos turbulentos, que por palavras, ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade pública, e a paz das famílias.

seus poderes, franquear decisões no âmbito local e participar de conchavos políticos. Por esta razão, por meio da voz do compadre, o escritor chegou a afirmar que naquele tempo a polícia era “a alma do governo, prende a quem quer nas prisões por oito, dez, vinte e mais dias, a pretexto de averiguações, e depois solta a vítima, sem lhe dar satisfação”<sup>181</sup>.

A narrativa sobre o poder policial continua; ao chegarem à cadeia, o sobrinho e Paciência observaram três salas, uma ocupada pelo carcereiro; outra que estava vazia, mas abrigava dois tipos de criminosos os que não votavam na chapa da elite local e aquele que não reverenciava os oficiais; e a terceira sala “escura, suja, pestífera, onde estavam aglomerados todos os presos acusados de crimes afiançáveis e inafiançáveis, que tinham que se apresentar ao júri: era a enxovia.”<sup>182</sup>

A descrição das salas revela a arbitrariedade da força policial, além de interferirem no processo eleitoral, obrigando os eleitores a votarem em determinados candidatos – prática que falseava o sistema representativo –, a exigência de gestos de subordinação e reverência reforçavam o controle da instituição. Igualmente preocupante, são as condições às quais os presos eram submetidos ao serem lançados na “enxovia”, sem direito à defesa, os presos “sem padrinhos” eram expostos a condições degradantes, enquanto esperavam o dia da soltura. Ao se deparar com um cenário tão desumano, Paciência “tomou a palavra e começou”:

---

Obrigar a assignar termo de segurança aos legalmente suspeitos da pretensão de cometer algum crime, podendo cominar neste caso, assim como aos compreendidos no parágrafo antecedente, multa até trinta mil réis, prisão até trinta dias, e três meses de Casa de Correção, ou Oficinas públicas. Proceder a Auto de Corpo de delito, e formar a culpa aos delinquentes. Prender os culpados, ou o sejam no seu, ou em qualquer outro Juízo. Conceder fiança na forma da Lei, aos declarados culpados no Juízo de Paz. Julgar as contravenções às Posturas das Câmaras Municipais. Conceder fiança, na forma das leis, aos réus que pronunciarem ou prenderem. As atribuições que acerca das Sociedades secretas e ajuntamentos ilícitos concedem aos Juizes de Paz as leis em vigor. Vigiar e providenciar, na forma das leis, sobretudo que pertence à prevenção dos delitos e manutenção da segurança ou tranquilidade pública. Examinar se as Câmaras Municipais têm providenciado sobre os objetos do Policia, que por Lei se acham a seu cargo, representando-lhes com civilidade as medidas que entenderem convenientes, para que se convertam em Posturas, e usando do recurso do art. 73 da Lei do 1º de Outubro de 1828, quando não forem atendidos. Inspeccionar os Teatros e espetáculos públicos, fiscalizando a execução de seus respectivos Regimentos, e podendo delegar esta inspeção, no caso de impossibilidade de a exercerem por si mesmos, na forma dos respectivos Regulamentos, às Autoridades Judiciárias, ou Administrativas dos lugares. Inspeccionar, na forma dos Regulamentos as prisões da Província. Conceder mandados de busca, na forma da Lei. Remeter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtido sobre um delito, com uma exposição do caso e de suas circunstâncias, aos Juizes competentes, a fim de formarem a culpa”. In: LEI Nº 261, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1841. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm). Acesso em: 15/01/2015.

<sup>181</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p. 110-111.

<sup>182</sup> Ibidem, p. 123-124.

Aí dentro dessa imunda casinha existam talvez acusados de que o júri reconhecerá inocência daqui a pouco; como não deverão esses inocentes aborrecer a sociedade, que antes de certificar-se do crime, que lhes imputavam, os confundiu com os facinorosos, e os envenenou fazendo-os respirar o ar da peste? ... e ainda mesmo que todos esses míseros presos sejam criminosos: que direito tem a sociedade de tratá-los de um modo tão indigno e brutal!?... aí nessa enxovia corrompe-se e perde-se de uma vez para sempre o homem, que imprudente cometera o primeiro delito, e que arrependido e moralizado talvez pudesse ainda ser útil à sociedade, que estupidamente estraga: [...].<sup>183</sup>

Por certo, o literato condenava o sistema prisional do Império, avaliando que as condições oferecidas aos presos, ao invés de moralizá-los, formava-os para o crime, além disso, outro problema inerente a este sistema policial era o abuso de poder por parte das autoridades. Macedo chegou a afirmar, em uma de suas crônicas, que a polícia seguia um código de leis próprio, “uma espécie de compêndio das exceções das leis do Império e, portanto, não [havia] impossíveis para ela.”<sup>184</sup> Desse modo, a lei não era para todos – na verdade, nem os espaços dentro da cadeia: para a masmorra iam os desprivilegiados que, na maioria das vezes, sequer gozavam do direito à defesa. O júri deveria garantir a idoneidade do processo de julgamento, entretanto, na prática, esta era uma instituição que servia aos interesses dos potentados locais.

O sobrinho, na sua ausência de princípios, caracterizou o júri como uma instituição “imoral e perigosa; imoral porque muitas vezes um homem de gravata lavada, um barão, por exemplo, está sujeito a ser julgado por um calafate!...”. A afirmação surpreendeu o compadre, que indagou ao companheiro: “E então?... se o calafate tiver as qualidades exigidas pela lei para ser jurado?...”. Logo, o jovem explicou:

– Mas os calafates, os pedreiros, e todos os artistas *não devem nunca estar no gozo dos direitos de cidadão brasileiro*, senão para serem guardas nacionais, e votar nas eleições na chapa da polícia, que é sempre a melhor.

– Bravo! *Isso é a ideia de fidalgo novo*, que é sinônimo de patuleia velho.

– E, além de imoral o júri é uma instituição perigosa; porque no caso de uma revolução política, quando o governo entenda, que deve aproveitar o ensejo para aniquilar com os culpados também alguns inocentes do partido contrário, pode o júri absolver os revolucionários

<sup>183</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p. 124-125.

<sup>184</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 17 jun. 1855.

inocentes, o que é um verdadeiro e poderoso incentivo para novas rebeliões.

– Então, quando um governo diz – *mata!*...

– Deve sempre haver um juiz, que diga *esfola!* – isto está entendido: o governo tem sempre razão.<sup>185</sup>

A opinião expressa pelo sobrinho é a mesma de seus mestres políticos – adeptos da política do eu – que usam a máquina pública para garantir seus interesses pessoais, oprimem os eleitores, desconsideram as leis e se encastelam nos cargos majoritários. Desse modo, a formação do júri não era o problema, mas a influência que as elites locais exerciam sobre esta instituição, entretanto, na impossibilidade de moralizá-la, cabia ao governo modificar a legislação vigente a fim de centralizar o júri na cabeça das comarcas e ampliar as exigências para os jurados.

De acordo com a lei de 03 de dezembro de 1841, estavam aptos a compor o júri: cidadãos que atendessem ao perfil dos eleitores e tivessem reconhecido “bom senso e probidade”, desde que soubessem ler e escrever e tivessem renda anual, ou emprego público, de quatrocentos mil reis. A cada ano, os Delegados de Polícia organizavam uma lista com os cidadãos qualificados à função e a publicava nas capelas, nas paróquias e na imprensa. Em seguida, as listas eram enviadas ao Juiz de Direito, que juntamente com o Promotor Público e o Presidente da Câmara Municipal formavam uma Junta de Revisão, cuja finalidade era avaliar possíveis reclamações, excluindo todos aqueles indivíduos que não apresentam “bom senso, integridade, e bons costumes, os que estiverem pronunciados, e os que tiverem sofrido alguma condenação passada em julgado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, estelionato, falsidade ou moeda falsa”.<sup>186</sup> O sobrinho satirizou as (poucas) exigências da lei para a escolha dos jurados:

O júri é um tribunal, para ser membro do qual basta ter bom senso, segundo diz a lei, e por consequência não há bicho careta, que não se suponha com direito de ser jurado!...

Vejam que lei estúpida, ou antes, que excelente lei e que estúpida interpretação se lhe dá. Bom senso! Pois deveras o bom senso é coisa que se ache por aí assim com tanta facilidade, que não há freguesia, que não dê cinquenta ou cem jurados?...

Bom senso muita e muitas vezes não se encontra nos atos dos próprios diretores do governo do país.<sup>187</sup>

<sup>185</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p. 130-131, grifo nosso.

<sup>186</sup> Lei de 03 de dezembro de 1841.

<sup>187</sup> MACEDO, op. cit., p. 131-132, grifo nosso.

Além de eleitor, o candidato a jurado tinha que ter “bom senso”<sup>188</sup>, característica que seria atestada pelos chefes de polícia, cuja atribuição os fortalecia no âmbito local, bem como facilitava o controle e a corrupção. O sobrinho ironizou tal exigência, de acordo com ele, o bom senso era uma qualidade cada vez mais rara no Brasil, impossível de encontrá-la “nos atos dos próprios diretores do governo do país”. Afinal:

Há ministros, que embaralham de tal modo os negócios exteriores, que fazem com que a nação carregue às costas com os estados vizinhos, e ainda em cima seja olhada como inimiga pelos mesmos estados limítrofes que sustenta e a defende. Serão aconselhados pelo bom senso tais atos de tais ministros?...

Há deputados, que pelo simples de agradar um ministro comprometem o governo do seu país com governos estrangeiros, atirando no meio da discussão proposições imprudentes, intempestivas, e convenientes: terão bom senso tais deputados?<sup>189</sup>

E depois de uma longa explanação sobre o bom senso entre ministros, deputados e jornalistas, o narrador-viajante conclui seu raciocínio – aos moldes dos políticos do Eu – sobre o tema:

Se o *bom senso* é, como eu entendo, o *senso bom*, a disposição da lei acerca do júri é ótima, por que os apuradores ou designadores poderão nulificar essa instituição imoral e perigosa, não achando nunca bom senso no povaréu da constituição, e tornando por isso impossível o júri.

Se, porém entende-se por bom senso comum; proponho que se acabe com o maldito júri, e para isso não é preciso discussão nas câmaras, nem projetos, nem ordem do dia, nem discursos; basta que um ministro, ainda que seja o da marinha, lavre uma portaria, dizendo – Hei por bem revogar o júri. – E está acabado tudo.<sup>190</sup>

Finalmente, os dois personagens adentraram a sala do júri, onde puderam comprovar as opiniões expressas até ali. A primeira constatação era de que a enorme sala do júri estava vazia, contava apenas com o “juiz de direito, o promotor, um advogado, dois procuradores, o escrivão, quatro meirinhos, alguns curiosos, e os jurados enfim, que chegavam a duas dúzias”, a segunda dizia respeito aos ânimos dos presentes. O juiz, por exemplo, “estava dando a todos os diabos a maldita instituição do júri”, pois àquela altura gostaria de estar fumando um *havana*; o

<sup>188</sup> A referência ao *bom senso* já aparecia no texto no Código Processual de 29 de novembro de 1832.

<sup>189</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p.133-134.

<sup>190</sup> Ibidem, p.135-136.

promotor, entediado com tudo aquilo, mirava um dos jurados e o desenhava durante a sessão; o advogado analisava o salão para sugerir aos procuradores que ali se fizesse um baile; o escrivão resmungava e ridicularizava a instituição; e, por fim, os jurados queixavam-se uns dos outros. Era, segundo o sobrinho, “uma revolta geral, embora abafada, contra a fatal instituição.”<sup>191</sup> Na prática, “os jurados absolvem a todos os afilhados e capangas dos potentados das vilas!”<sup>192</sup>.

Macedo, definitivamente, não dava crédito ao júri e defendia mudanças nesta instituição. Nesse sentido, o projeto de reforma judiciária apresentado por Nabuco pretendia rever a natureza do Júri, as atribuições dos Chefes de Polícia. Porém, excluía um item que o autor considerava fundamental para corrigir o problema do falseamento do sistema representativo no país: as *incompatibilidades*, sem o qual a magistratura continuava poderosa e a autonomia dos poderes não era efetivada. O compadre Paciência comentou este aspecto da política brasileira:

[...] os magistrados em vez de permanecerem nas suas comarcas e vilas administrando a justiça, fazem-se deputados, e provinciais, e além do tempo das sessões das câmaras, passem também longos meses de licença gozada em detrimento do serviço público: olé!<sup>193</sup>

Em 1855, na fala de abertura dos trabalhos legislativos, D. Pedro II, ao se dirigir aos parlamentares, recomendou a eles que observassem os projetos que dependiam da deliberação da casa, a saber, “as reformas judiciária e hipotecária, a criação de um conselho naval, promoção dos oficiais da armada, bem como as medidas indispensáveis para melhorar a organização do exército.”<sup>194</sup> Apesar de o projeto de Nabuco de Araújo, apresentado aos parlamentares no ano anterior, ter sido derrotado, a referência à reforma judiciária naquela ocasião demonstra que D. Pedro II considerava a matéria de extrema importância e contava com a sensibilidade do legislativo para rediscuti-la, o que, de fato, não aconteceu. Entretanto, neste ano, outra matéria, também indicada pelo monarca, ganhou destaque: a reforma eleitoral.

Em setembro daquele ano, no encerramento dos trabalhos legislativos da Assembleia Geral, D. Pedro II congratulou os parlamentares pela aprovação da

<sup>191</sup> MACEDO, 1855, tomo II, p.138-139.

<sup>192</sup> Ibidem, p.144.

<sup>193</sup> Ibidem, p.146-147.

<sup>194</sup> FALAS DO TRONO: desde o ano de 1823 até o ano de 1889, coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados. Brasília: INL, 1977, p.300.

reforma eleitoral, cujos resultados seriam benéficos para o país.<sup>195</sup> Entretanto, o caminho foi longo até a aprovação da medida; apesar de contar com a “benção” do imperador, com os esforços da equipe ministerial e o apoio de boa parte da imprensa liberal, a matéria foi amplamente discutida e sua aprovação se deu pela clara intervenção do marquês de Paraná no processo.

Deveras, o ano de 1855 não começou tranquilo. Após a derrota da reforma judiciária, o gabinete recebia críticas de vários setores da sociedade que exigiam a aplicação do programa apresentado em 1853. Macedo, em abril, comentou que um espectro de crise pairava sobre o ministério da conciliação<sup>196</sup>, opinião que era partilhada por outros políticos influentes que passaram manifestar sua contrariedade com os rumos da política de Paraná. Na imprensa, o panfleto de Justiniano criticava a transação empreendida pelo gabinete. Na Câmara, a situação não era diferente, diversos parlamentares passaram a fazer oposição ao governo e muitos discursos inflamados foram proferidos contra a situação. O conservador Ângelo Muniz da Silva Ferraz, por exemplo, afirmou que a conciliação limitava-se à “concessão de alguns empregos” e, por isso, de nada servia para o “interesse público”<sup>197</sup>; além disso, o deputado criticava a lentidão do ministério para implementar as reformas previstas em seu programa:

O que é feito das ideias que proclamastes? O que é dos princípios para os quais caminhastes? Essa ideia de reforma eleitoral que aventastes no senado, onde para ela? Já iniciastes alguma medida, ou tendes intenção de iniciá-la? [...] há de perdoar que eu esqueça o seu programa, e que só cite os fatos. (Risadas) [ministério] ainda não apresentou uma só ideia que pudesse coligar os dois partidos.<sup>198</sup>

Igualmente, outros conservadores como Joaquim Otávio Nebias Rocha, Sayão Lobato e Ferraz se opuseram ao gabinete e cobravam o cumprimento do programa. Entre os liberais o clima de insatisfação se intensificava e deputados como Joaquim José Pacheco, Eduardo França e José Pedro Dias de Carvalho cobravam do governo as reformas prometidas, especialmente, a eleitoral.<sup>199</sup>

<sup>195</sup> FALAS DO TRONO, 1977, p. 303.

<sup>196</sup> A SEMANA, 29 abr. 1855.

<sup>197</sup> ANAIS DA CÂMARA..., 25 maio 1855.

<sup>198</sup> ANAIS DA CÂMARA..., loc. cit.

<sup>199</sup> FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora/MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 117-119.

Nos quatro meses de trabalhos ordinários na Câmara dos Deputados, em 1855, a reforma eleitoral foi o tema de maior destaque. Com efeito, depois da derrota do projeto de Nabuco Araújo, a política de conciliação perdeu sua credibilidade e o ministério sentia a necessidade de reverter o quadro político; para tanto, em junho daquele ano, Carneiro Leão solicitou que as comissões de constituição e legislação do Senado avaliassem o projeto de reforma eleitoral apresentado à casa em 1848<sup>200</sup>, no qual, de acordo com Macedo, “duas bichas de sete cabeças”<sup>201</sup> estavam em análise.

Neste contexto, era muito importante que a questão eleitoral fosse posta em discussão. Para Macedo, ainda que a Constituição de 1824 estabelecesse o sistema representativo, sob a forma de uma monarquia constitucional, este modelo estava falseado através de práticas comuns à cena política nacional, como a fraude, a troca de favores e a influência das elites políticas.

A partir de *A carteira do meu tio*, o autor apontou duas facetas do processo de manipulação das eleições: a primeira diz respeito às práticas de corrupção inerentes à realidade política<sup>202</sup> e facilitadas pela omissão de ministros e autoridades judiciais. De acordo com Paciência – quase o “alter ego” de Macedo:

[...] não há pior cego, do que aquele que não quer ver: pergunta aos ministros de estado se enxergam os abusos os despotismos e as atrocidades que praticam os agentes do poder!... aquelas alminhas inocentes vê sempre toda a sua família oficial e policial andando cuidadosa e passo a passo pelo caminho da lei, quando o país inteiro brada, que muitos dela desencabrestam pelos charnechas e pelos espinhais do árbitro, e atolam-se até as orelhas nos lamarões da corrupção.<sup>203</sup>

<sup>200</sup> Em relação à reforma eleitoral, no decorrer do quinquênio liberal duas propostas foram apresentadas e, a partir delas, pequenas modificações foram implementadas nas regras do pleito. O primeiro projeto – composto por 47 artigos – foi elaborado pelos deputados liberais Manoel Odorico Mendes e Paulo Barbosa da Silva. Do projeto original, analisado pela comissão de constituição, restaram apenas quatro artigos, que regulamentavam a maneira como deveria transcorrer das eleições. O segundo, elaborado em 1848, não obteve sucesso à época, porém, foi recuperado pelo gabinete Paraná e reapresentado, com algumas modificações, setembro de 1855. FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora/MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 119.

<sup>201</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 15 jul.1855.

<sup>202</sup> A certa altura de seu relato de viagem, o sobrinho justifica seu discurso a favor da corrupção “Se preguei uma doutrina corruptora e infernal, a culpa não é minha, porque eu já disse, repito, e digo agora pela terceira vez, que não faço mais do que seguir as lições dos grandes mestres, ou dos mestres grandes, que vem tudo a dar no mesmo.” Cf: MACEDO, Joaquim M. de. *A carteira do meu tio*. Tomo I, 1855, p. 78.

<sup>203</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p. 93.

Portanto, a corrupção, independente do progresso material do país, colocava em risco o sistema representativo, segundo o compadre, todo desenvolvimento seria em vão e fantasioso:

[...] se a moralidade pública não for regenerada, e se a verdade do sistema representativo não for regenerada, e se a verdade do sistema representativo não for restaurada: sabe o que há de acontecer?... por um lado, á medida que aumentar a riqueza pública, aumentará também a fome dos parasitas do estado, e se multiplicará o número das sanguessugas da nação: [...] e por outro lado, o sistema representativo, que graças a Deus nos foi dado, arrancado de seus eixos, não podendo fazer o bem, que devia, e podia, transtornado, sofismo, convertido em uma coisa, que ninguém entenderá servindo de base ao poder oligárquico de um círculo egoísta, desacreditar-se-á na opinião do povo, que não raciocina, e que lançará sobre o sistema: o caos político substituirá a ordem, a descrença mirrará o coração do povo, que não tendo mais nem fé, nem esperança, acabar também por não ter caridade, passará da descrença ao desespero, e depois ... a uma revolução [...].

O sobrinho relatou em seu livro de viagem um caso explícito de corrupção, que, provavelmente deveria ser comum em outras partes do território. Nossos viajantes estavam a caminho da próxima parada, quando se deparam com uma casa em chamas, à procura de explicações os dois descobriram que o fogo foi ateadado por um chefão local, como mecanismo de coerção do pobre proprietário que se recusava a votar em seu indicado político. Interrogado pelo compadre Paciência, o homem lhe explicou a situação:

– É uma coisa bem simples, senhores: é, que eu estou em Roma, e não vejo as casas! Sou pobre, e pensava que tinha direitos civis e políticos, assim como os ricos; sou enfim um estúpido e mais nada.  
 – Mas o que foi, que deu causa a esta desgraça?...  
 – A peste que dá lugar a muitas outras: vão em breve fazer-se eleições primárias, e *eu não me quis sujeitar a votar com uma chapa*, que o dono desta erra, onde morei até hoje, e do qual sou foreiro, me mandou impor pelo seu feitor: despeitado por isso ordenou-me, que mudasse logo e logo e como pedi, que me pagasse primeiro as minhas benfeitorias, ele cortou a questão, incendiando-me a casa.<sup>204</sup>

O incêndio criminoso narrado pelo sobrinho evidencia a influência do fazendeiro no processo eleitoral, entretanto, não se pode deixar de observar que o direito de voto dado aos homens livres e pobres lhes permitia negociar com o

<sup>204</sup> Ibidem, p. 98-99.

mesmo o atendimento a determinadas demandas pessoais. Na prática, ser um eleitor de primeiro grau era garantia de algum poder de barganha frente aos chefes locais, que, para conservarem sua proeminência, tinham que manter uma boa relação com os votantes. Em outra passagem, o sobrinho apresentou a seguinte conclusão sobre o homem pobre que não faz uso dos benefícios de seu direito a voto:

[...] dão-lhe uma chapa para levar à urna sem ler: se ele hesita, oferece-lhe dois mil réis pela consciência! Se ele respinga, ameaçam-no; e se ainda assim não cede, mandam-no prender daí a dias para indagações policiais!... e é muito bem feito: pateta insolente: porque não havia de aceitar dos dois mil réis?.. pois há consciência de pobre, que valha mais de seis patacas e quatro vinténs?!<sup>205</sup>

A segunda faceta está relacionada às relações de apadrinhamento que sustentam o jogo político<sup>206</sup>. Este aspecto, talvez, seja o cerne do livro de viagem de Macedo, isto porque desde o momento em que o sobrinho escolheu seguir a carreira política, ele assinalou a importância do apadrinhamento para alcançar o sucesso como homem público.

[...] nos bailes, nos teatros, nas visitas e nos cumprimentos é que se demonstram os futuros estadistas: vale mais uma carta de um compadre ou sócio de ministro, mais ainda a recomendação da Exma. Quarentona, com que dançamos, e passeamos no baile, de que um diploma mais celebre da academia, e as provas as mais evidentes de uma inteligência superior: o patronato é a placenta da sabedoria, e a medida do mérito: tomara eu ser afilhado de algum bom padrinho, que verãõ como fico imediatamente sábio, e até mesmo benemérito da pátria!<sup>207</sup>

Em última instância, tais mecanismos eram eficientes para garantir uma maioria na câmara, cuja orientação política fosse condizente com a do gabinete em atuação<sup>208</sup>. Desse modo, os fins justificavam os meios e, nas palavras do nosso jovem viajante, por mais que alguns setores da sociedade censurassem estas práticas, acusando-as de atentarem contra a dignidade do homem:

<sup>205</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.67.

<sup>206</sup> Nesse sentido, o compadre definia nossa cena pública: “[...] estamos na terra dos compadrescos e dos afilhados: a moda está mesmo introduzida, que já não só se faz nada, nem coisa alguma consegue sem padrinho; e padrinho hoje em dia é sinônimo de inocência para os grandes criminosos, de sabedoria para o analfabeto e de merecimento para o indigno.” Cf: MACEDO, 1855, tomo I, p. 81, grifo nosso.

<sup>207</sup> Ibidem, p.12-13.

<sup>208</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.78.

[...] entendo que isto de dignidade pessoal é muito relativo: se há homens que tem dignidade de homens, outros há que tem dignidade de cavalo, dignidade de carneiro, dignidade de serpente, dignidade de hiena, dignidade de ostra, dignidade de rato, e até mesmo dignidade de lesma; não creio pois em tais *meios* sejam atentatórios da dignidade de ninguém, porque quem não tem, nem nunca teve, nunca perdeu, nem pode perder; e demais, com tanto que a coisa vá indo, ainda que seja aos empurrões, pouco importa. Os fins justificam os meios, e o mais é peta.<sup>209</sup>

A reforma eleitoral, neste contexto, era fundamental para restaurar as bases do sistema representativo brasileiro, a boa imagem das instituições políticas e difundir padrões morais de comportamento na esfera pública. O assunto entrou em pauta na década de 1840; em 19 de agosto de 1846 foi promulgada a regulamentação do processo eleitoral, no entanto, esta não foi suficiente para coibir as práticas de corrupção e de patronato. Desde então, alguns políticos, especialmente os membros do partido liberal, sustentavam o discurso de que era necessário empreender uma reforma política no país<sup>210</sup>. Durante o gabinete Paraná as discussões acerca das eleições vieram novamente à tona, revelando o desconforto de alguns homens públicos com o falseamento do sistema representativo e com o controle das disputas partidárias pelo partido que detinha o Executivo.<sup>211</sup> Dada a importância da matéria, o próprio imperador havia orientado o presidente do conselho a levar a cabo a reforma eleitoral, a fim de implementar eleições diretas e por distritos<sup>212</sup>.

Tendo em vista a relevância do projeto de reforma e a urgência com a qual deveria ser tratado – já que no ano seguinte ocorreriam eleições –, em julho de 1855, Carneiro Leão foi pessoalmente defendê-lo no Senado:

<sup>209</sup> MACEDO, loc. cit.

<sup>210</sup> A proposta de reforma eleitoral, originária de 1846 e de autoria do liberal Paula Souza, havia sido apresentada e debatida – 1ª e 2ª discussão - em 1848, já como um projeto substitutivo formulado pela Comissão de Constituição e Legislação do Senado. A proposta da Comissão alterou alguns pontos do projeto de Paula Souza, mas não modificou a sua essência, qual seja: o voto distrital e as incompatibilidades eleitorais. Cf: SOUZA, Francisco Belizário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*, Brasília: Senado Federal, 1979, p.69-71.

<sup>211</sup> De acordo com Bruno Estefanes, a Revolução Praieira descortinou dois problemas relacionados às disputas partidárias: “as nomeações e o controle das eleições feito pelo partido que detinha o Executivo. Até por isso, a Praieira teve como desdobramento mais notável o início da participação direta de D. Pedro II na tentativa de resolução dessas brigas políticas, buscando desenvolver uma política de conciliação partidária e resolver a questão eleitoral.” Cf. ESTEFANES, Bruno F. *Conciliar o Império: o marquês de Paraná e a política imperial, 1842-1856*. São Paulo: Annablume, 2013, p.166.

<sup>212</sup> Instruções do imperador dadas ao ministério organizado pelo marquês de Paraná, 06 set.1853, apud FERRAZ, Paula R. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora/MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 69.

[...] a matéria de que vamos tratar é grave e digna de ser discutida com toda a largueza; porém é necessário também evitar uma excessiva e prolongada discussão. [...] No ano que vem tem de se proceder à eleição geral, e segundo este projeto é necessário um intervalo para que colhidas as informações necessárias se faça a divisão dos deputados pelos diferentes círculos eleitorais; por isso é claro que, a não passar este projeto no presente ano, não pode já servir para a eleição seguinte, visto que não haverá o tempo necessário para se fazer esta divisão. Devemos por consequência conciliar as duas coisas: *discussão larga, mas de maneira que não sejamos impedidos de decidir nesta sessão se reforma ou não se reforma a lei eleitoral.*<sup>213</sup>

O ministro pedia aos parlamentares que fossem ágeis para decidir a questão no menor espaço de tempo. Naquela mesma semana, o pedido de Paraná ao Senado foi comentado por Macedo em *A Semana*, para o cronista a medida corria o risco de não ser aprovada, malgrado o empenho do presidente do Conselho de Ministros na defesa da matéria:

A reforma eleitoral, isto é a eleição por círculos e as incompatibilidades de que reza um projeto que a câmara vitalícia confiou ao estudo e exame de duas de suas comissões, parece correr o risco de ficar afiada até as calendas gregas, apesar do que disse o Sr. presidente do conselho, e do que pediu as nobres comissões o Sr. senador Souza Franco. Asseveraram-me que os membros das comissões não têm podido chegar a um acordo; creio, porém, que não é isso justa e procedente para se condenar a um adiamento irmão da morte uma ideia que se ostenta cheia de vida fora das salas das comissões.<sup>214</sup>

Macedo encerrou a crônica conclamando a interferência da opinião pública:

Estou meio desconfiado com a tal demora, e tenho ordem da opinião pública, que é uma senhora muito respeitável, posto que ninguém faça caso dela, para requerer a urgência do projeto em questão. Não me façam da reforma eleitoral uma espécie de jogo do nabo que puxa que puxa e não pode arrancar. Por consequência voto contra o adiamento.<sup>215</sup>

A proposta, como bem assinalou o escritor, tocava em dois pontos cruciais: o primeiro era a implementação de eleições por círculos, ou seja, dividir a província em círculos eleitorais. A ideia era garantir maior representatividade das minorias, já que no sistema que estava vigente – o voto provincial – o candidato comum tinha que barganhar o apoio das elites políticas se quisesse conseguir ascender na carreira

<sup>213</sup> ANAIS DO SENADO, 16 jul.1855.

<sup>214</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 08 jul.1855.

<sup>215</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 08 jul.1855.

política, de modo que os cargos públicos eram sempre ocupados pelos mesmos “padrinhos e afilhados”. Em contrapartida, o voto distrital assegurava que o candidato tinha que buscar o apoio local, havendo, portanto, uma proximidade do eleitor com seu representante, aspecto que facilitaria a ascensão de grupos minoritários e a fiscalização por parte da população. O segundo ponto do projeto era as incompatibilidades, questão que já havia sido discutida no projeto de reforma judiciária de Nabuco Araújo.

O parecer das comissões do Senado mostrou não haver unanimidade entre seus membros sobre a questão. Três deles, os senhores Eusébio de Queirós, marquês de Olinda e visconde de Maranguape, votaram contra a proposta, alegando que a lei, em todos os seus itens, feria a constituição. Em compensação, outros três membros, os senhores visconde de Sapucaí, Pimenta Bueno e Mendes dos Santos, concordaram com a implantação das eleições em círculos, mas vetaram o item das incompatibilidades da maneira como estava exposta, sugerindo “meios indiretos, que sem ofensa à constituição, produzissem os mesmos resultados”. Para tanto, seriam adotadas as seguintes restrições: os juízes de direito seriam suspensos de suas atividades durante o cumprimento da legislatura para as quais foram eleitos como deputados provinciais, recebendo, nesse período, apenas uma remuneração; e, promotores de comarca, inspetores de alfândegas, coletores, juízes municipais e delegados de polícia perderiam seus empregos se eleitos deputados.<sup>216</sup>

Macedo, por meio da imprensa, se envolveu nos debates acerca do projeto; concomitante às discussões no Senado e na Câmara, o literato publicava *A carteira do meu tio*, na *Marmota Fluminense*. Em 24 de julho, o capítulo publicado pelo periódico satirizava a aplicação das leis no Brasil, justamente quando os argumentos dos parlamentares contrários ao projeto eram de inconstitucionalidade:

Assim pois ficou provado, que não há governo que execute as leis mais à risca do que o nosso. Eu até não compreendo, que haja quem ponha em dúvida o respeito religioso, que o nosso governo consagra aos direitos do povo; porque a *defunta* estabelece no seu artigo 179, que a *inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros tem por base a liberdade*; e o nosso governo tem tal zelo pela *liberdade*, que é o primeiro a dar exemplo *dela* não fazendo caso das leis, que são pês e pondo e dispondo de tudo muito livremente a despeito dos limites marcados ao seu poder: desvela-se tanto pela *segurança individual*, que tem até uma polícia, que

---

<sup>216</sup> Ibidem, 15 jul.

conserva os cidadãos na cadeia sem culpa formada para *segurar os indivíduos* completamente, e enfim venera tanto a *propriedade*, que mesmo a seus olhos do tesouro público tem contribuído, não poucas vezes, para o engrandecimento e fabulosa prosperidade de muitas *propriedades*.<sup>217</sup>

No domingo daquela mesma semana, *A Semana* assinalava a surpresa gerada pela forte oposição que o projeto sofria no Senado por parte dos “*squaremas* de polpa”, enquanto era “sustentada pelos *luzias* da gema”, segundo o cronista a relações de parentesco da proposta estavam postas:

[...] no meio de toda está baralhada, o que me parece é que a reforma é uma bonita menina (que promete muito para futuro!) que vai batizar: quem a pega é a D. Saquarema-velha, amadrinha é uma Sra. D. Luzia, e o padrinho é o Sr. marquês de Paraná, ou o ministério: a Sra. D. Saquarema Junior julga a menina suspeita, e queira que a deixassem pagãs: mas espero em Deus que tal não acontecerá. [...]. Estou vendo ainda que por fim de contas transformaram-se todos os nossos exercícios políticos em dois únicos partidos – o dos *incompatíveis circulares* e dos *estacionários quadrados*. – Declaro-me desde já alistado no primeiro dos dois e juro que não ficarei com o quadrado nem a pau.<sup>218</sup>

Treze dias antes da publicação desta crônica, o marquês de Paraná foi ao Senado pedir que a proposta de reforma fosse votada naquela sessão, na qual os parlamentares teriam a palavra três ou quatro vezes e quando a maioria julgasse “suficientemente esclarecida” a discussão seria encerrada para a emissão de um parecer final, pró ou contra. Entretanto, apesar do empenho do presidente do Conselho, a proposta não foi decidida naquela sessão, e o item mais controverso era o das incompatibilidades.

O saquarema Eusébio de Queirós, por exemplo, fez um discurso condenando veementemente o projeto, sobretudo, este tópico polêmico. De acordo com o parlamentar, a medida feria os direitos políticos dos cidadãos, criando dificuldades para que homens como os magistrados, que comprovadamente têm uma de “elevada aptidão intelectual”, pudessem contribuir com o desenvolvimento do país. O senador também argumentava que a presença dos magistrados no legislativo concorria para a harmonia entre os poderes e que as acusações de que os juízes

<sup>217</sup> MARMOTA FLUMINENSE, 27 jul.1855. Ou *A carteira do meu tio*, tomo II, p.113-114.

<sup>218</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 29 jul.1855.

interferiam no processo eleitoral era uma falácia, porque, se existia alguma coerção, ela partia dos “agentes do executivo”. Além de inconstitucional, a matéria das incompatibilidades era absurda, pois punia com “a suspensão ou perda de emprego” os magistrados que conseguiam ser eleitos. Para justificar seus argumentos, Queirós apresentou alguns dados sobre a composição da câmara à época:

A Câmara dos deputados consta de 113 membros; recorri ao almanaque para ver quantos dentre os eleitos deputados eram juizes de direito, e achei 27. [...]. Desses 27 juizes de direito devo notar que dois estavam já na lista dos 15 juizes de direito mais antigos [...]. Portanto, para a Câmara dos Srs. Deputados apenas vieram dos 113 eleitos 25 juizes de direito; mas quando faz conta chamar-se juizes de direito, ao desembargador, ao bacharel formado, ao advogado, enfim, a todos aqueles que são ou podem algum dia ser magistrados. Porém essa tendência a exagerar não revela senão que há medo da verdade porque a verdade depõe contra a exageração com que se diz que os magistrados excluem do parlamento as outras classes. [...].<sup>219</sup>

O senador ainda fez referência ao item das incompatibilidades absolutas presente na reforma judiciária, apresentada pelo ministro da justiça no ano anterior e que não foi aprovado pelos parlamentares brasileiros, mas que, se aprovado, teria afetado o próprio relator do projeto.

O atual Sr. ministro da justiça [Nabuco de Araújo], se tivesse passado os princípios das incompatibilidades absolutas ainda seria juiz de direito criminal da cidade do Recife. Sr. Exa. também deve ter feito muita falta naquele lugar; mas os grandes talentos, os muitos conhecimentos e a elevada inteligência de que S. Exa. tem dado exuberantes provas no parlamento e na administração, não compensam a falta do juiz criminal da cidade do Recife. [...]. Sr. presidente [marquês de Paraná], não acho que se possa resolver uma questão tão importante encarando-a somente por um lado.<sup>220</sup>

A opinião de Queirós tinha a adesão de muitos saquaremas, mas não representava a opinião da casa, os senadores Silveira da Mota, o visconde de Sapucaí, mentor das incompatibilidades relativas, considerava que a ideia estava em consonância com a Constituição de 1824. Para Nicolau Vergueiro, a lei dos círculos consolidaria a política de conciliação.<sup>221</sup>

<sup>219</sup> ANAIS DO SENADO, 16 jul. 1855.

<sup>220</sup> ANAIS DO SENADO, 16 jul. 1855.

<sup>221</sup> Ibidem, 19 jul.

Diante de tantas discordâncias, na sessão de 20 de julho de 1855, o presidente do Conselho foi pessoalmente defender a proposta no Senado. O ministro deixou claro que o projeto não pretendia excluir os magistrados das câmaras legislativas e que o item não era inconstitucional, argumento retórico, que sempre era utilizado quando as câmaras se opunham a alguma matéria:

Senhores essa tática é velha. Quase que nenhuma lei importante entra em discussão na assembleia geral sem que se descubra algum tipo de artigo da constituição que adversários da lei entendam que é atacado, e que lhes serve para impugnar a lei. Isto é um argumento muito favorável, e de que eu mesmo hei de usar nas circunstâncias que me pareça necessário; dispensa qualquer outra que se trata das leis importantes, ou nesta ou na outra câmara, soem os oradores procurar argumentos deduzidos da constituição para atacá-las.<sup>222</sup>

O ministro salientava que as incompatibilidades estariam circunscritas aos círculos, desse modo, os magistrados não poderiam concorrer a cargos legislativos na sua região de atuação. A eleição em círculos, de acordo com Paraná, permitiria à “opinião local” ter meios de ser efetivamente representada, bem como aproximaria o eleito do eleitor, porque, “quando os colégios não têm direito senão a um deputado, naturalmente os candidatos, tornam-se conhecidos dos eleitores, entram em contato correspondem-se com eles, recebem suas inspirações, e também lhes comunicam as que têm.”<sup>223</sup>

Malgrado o empenho do ministro em esclarecer itens obscuros aos parlamentares, os senadores, na sua maioria, não apoiavam a proposta e, somente, em 09 de agosto de 1855 o projeto foi aprovado com uma diferença de três votos. Na ocasião, Macedo comentou:

Passou enfim na câmara vitalícia o projeto de reforma eleitoral, votando com o ministério todos os devotos de Santa Luzia que tem assento no senado; a discussão não podia ser mais vasta, nem mais luminosa, nem mais demorada: tanto as incompatibilidades circulares como os estacionários quadrados queimaram todos os seus cartados; veremos agora se ainda há muita pólvora na temperatura; o mar há de sem dúvida mostrar-se encapelado, porque na temporária é que esta coisa.<sup>224</sup>

O comentário de Macedo revela a dificuldade que o ministério teve para passar o projeto no Senado, principalmente, porque teve como obstáculo a oposição

<sup>222</sup> Ibidem, 20 jul.

<sup>223</sup> ANAIS DO SENADO, loc. cit.

<sup>224</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 12 ago.1855.

de boa parte de seus correligionários, sobretudo, a dos chefes do partido conservador, como Eusébio de Queirós, enquanto os liberais, além de apoiarem, garantiram a primeira vitória da matéria.

Após a provação da Lei dos Círculos no Senado, a matéria foi analisada pela Câmara dos Deputados. O parecer da Comissão de Constituição, formada por Zacarias de Góes e Vasconcellos, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello e Diogo Teixeira de Macedo, também acusou a proposta de inconstitucional, alegando que a constituição definia o eleitor provincial e não distrital e que a liberdade de voto ficava a perigo, com o controle dos candidatos da localidade. Além disso, os pareceristas questionavam a legitimidade da aprovação no Senado, já que a diferença de votos era pequena – apenas três. Diante da resistência dos deputados, o ministro pressionou os parlamentares ao passar a tratar a proposta como uma questão ministerial e exigindo deles urgência na votação do projeto. Na ocasião o ministro da justiça estava presente para defender a lei dos círculos e alegou que “a questão é importantíssima”. Justiniano José da Rocha, em apoio a Nabuco, alertou os colegas que era mister agilizar a votação e esclarecer a opinião pública, já que a reforma eleitoral era o principal assunto das folhas políticas.<sup>225</sup>

Depois de três discussões, a Câmara aprovou a matéria, com uma vantagem de 15 votos; no final, alguns opositores do projeto, como Ferraz, votaram a favor da reforma eleitoral com receio de uma possível dissolução da casa. Desse modo, em 19 de setembro de 1855 a lei dos círculos foi sancionada, porém os efeitos da lei seriam observados no ano seguinte, quando ocorreriam novas eleições para a Câmara.

Macedo comemorou a aprovação da lei dos círculos e atribuiu a vitória à pressão da opinião pública:

Acha-se enfim votado pelas câmaras o projeto de reforma eleitoral, acha-se plantado no país o principio da eleição por distritos, e a das incompatibilidades, e esse principio naturalmente se desenvolverá, e dará os seus frutos. Não foi a coação, não foi a força, que arrancou, como se disse a votação da câmara temporária; tal votação deveu-se ao Império da opinião pública e a consciência dos deputados; e se acaso a força e a coação pudessem por tal maneira dobrar e abater a câmara temporária, menos repreensível seria o ministro que forçasse e coagisse, do que uma câmara que deixando forçar e coagir; e ainda neste caso a reforma eleitoral fora indispensável, para

---

<sup>225</sup> ANAIS DA CÂMARA..., 27 ago.1855.

que não dessem novos exemplos de tal coação tão facilmente produzida.<sup>226</sup>

Aguerrido defensor do projeto, desde 1853, o escritor já falava em seus artigos políticos sobre a necessidade de se rever o sistema eleitoral no país, identificando os seguintes problemas:

No sistema de eleições indiretas tais como as nossas, todos os distritos eleitorais contribuem para a escolha dos deputados da província; e muitas vezes o resultado da eleição de um distrito influi grandemente no resultado da eleição secundária: conseqüentemente não se pode negar ao cidadão de qualquer distrito o direito de velar pela observância da lei, pela pureza da eleição dos outros distritos, visto que pode a fraude empregada em um nulificar o voto da maioria dos eleitores de uma província: não seria a primeira vez, que víssemos o eleitorado de uma freguesia fazer pender a balança a favor dos candidatos de um partido.<sup>227</sup>

A defesa da reforma eleitoral estava intimamente relacionada à preocupação que Macedo tinha com o funcionamento do sistema monárquico representativo brasileiro. Para o autor, determinados costumes políticos colocavam em xeque a estrutura política do país e corrompiam a essência do modelo representativo. A eleição por distritos era vista como uma boa alternativa, pois enfraqueceria a influência dos políticos sob as províncias e diminuiria a violência aplicada durante o processo eleitoral, garantindo maior liberdade de voto<sup>228</sup>. Nesse sentido, o processo eleitoral era emblemático, pois, da forma como era conduzido, este se favorecia do cerceamento da liberdade de voto, a corrupção e o encastelamento de determinados grupos no poder.<sup>229</sup> Este tema ganhou destaque em *A carteira do meu tio*, quando o

<sup>226</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 02 set.1855.

<sup>227</sup> A NAÇÃO, 29 jan.1853.

<sup>228</sup> A SEMANA, *Jornal do Commercio*, 23 nov.1856. Nesta crônica, Macedo escreveu: “com a eleição por distritos, ainda quando peses sobre o país um governo opressor, sempre há de haver um cantinho no Império onde triunfe a candidatura de um dos proscritos da época”.

<sup>229</sup> No que se refere à dinâmica do processo eleitoral, durante quase todo o período monárquico as eleições ocorreram de forma indireta, em que o voto era exercido em um sistema de duplo grau, que determinava a divisão do corpo eleitoral entre votantes e eleitores. Os primeiros, os votantes, qualificados a participar das eleições primárias, escolhiam os segundos, os eleitores, os quais, nas eleições secundárias, elegiam os candidatos aos postos de deputados gerais, senadores e deputados provinciais. Os pleitos primários eram, essencialmente, disputados por chefes locais, que, a partir de meados da década de 1840, costumavam estar vinculados a um dos dois partidos do Império. Esses chefes buscavam mobilizar o maior número de votantes, na tentativa de “fazer o eleitor”, ou seja, de transformar seus candidatos preferidos nas primárias em eleitores de segundo grau. Feito o eleitorado, o resultado dos pleitos secundários era bastante previsível e, majoritariamente, acaba consagrando os candidatos previamente estabelecidos por poderes provinciais e centrais. Neste sistema, eram eleitos os candidatos a deputado que obtivessem,

compadre Paciência, preocupado em definir as “coisas como elas são”, esclareceu ao sobrinho os efeitos do “voto livre” no Brasil:

[...] entre nós o *voto livre* exprime sempre, e seja como for, a vontade de quem domina; o povo vota sempre em quem governa, porque sabe, que quando assim o não quer fazer, fica reduzido a cão leproso, que apanha e não tem quem acuda; e, portanto os Deputados Provinciais são em regra geral escolhidos a dedo pelos Presidentes Provinciais.<sup>230</sup>

O voto livre era, portanto, uma falácia, haja vista os poderosos locais que exerciam forte pressão entre os eleitores, para angariar votos aos seus afilhados políticos. Consequentemente, o poder sempre estava nas mãos de um círculo restrito de homens. De acordo com Paciência, o eleitor votava, sempre, nas mesmas figuras políticas e, em última instância, trocava seu voto por um pouco de atenção, para garantir quem o “acuda”, como se esta não fosse uma atribuição nata do cargo para o qual aquele candidato concorria. Nas entrelinhas da fala do compadre fica evidente que no Brasil a política é sempre personalista, para o homem público ela é um *meio de vida* e para os eleitores um *meio de sobrevivência*, pois o voto passava a ser uma moeda, com a qual se “conquistava” o obséquio das elites locais.

Na continuidade do diálogo, Paciência apresenta o “remédio” para os males da política brasileira: “que cada um cuidasse de si e não se metesse com a vida alheia”. Ou seja,

---

computada a totalidade, o maior número de votos, até preencher o número de vagas reservado àquela província. A montagem de uma chapa oficial era uma tarefa trabalhosa, pois demandava muitas negociações, envolvendo líderes locais e provinciais, presidentes de província e membros do gabinete. A eficácia da chapa, ou seja, o efetivo êxito eleitoral de seus nomes, dependia, portanto, de um equilíbrio em termos de interesses e privilégios, que buscasse satisfazer as pretensões das grandes influências da Corte e das provinciais, mas que também garantisse a mobilização requerida dos chefes locais. Porém, este arranjo eleitoral favorecia, apesar das negociações, um controle a partir de cima, do qual resultava, na grande maioria das vezes, a atuação disciplinada dos deputados frente às orientações partidárias. Desta forma, os políticos que aspirassem a um mandato precisavam garantir sua inclusão na lista oficial, pois dificilmente alguém não ligado a um dos partidos, independente deles ou inimigo dos respectivos chefes, conseguia ser eleito. Para os eleitores e os chefes locais, a prática das chapas representava uma enorme redução da margem de manobra. Havia um alto risco, do ponto de vista do eleitorado de segundo grau, de divergir da oferta de candidatos previamente elaborada pelas direções, resultado da dificuldade dos chefes locais de articular apoios cruzados em uma circunscrição geográfica relativamente extensa como a província. Assim, este sistema incentivava, por um lado, a formação de uma elite regional transcendente de localismo, e, por outro, exigia dos gabinetes um custo considerável em termos de atendimento às demandas das bancadas provinciais. Cf. FERRAZ, Paula R. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2013.

<sup>230</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.47.

[...] bastava que o governo se ocupasse unicamente daquilo, que lhe compete, e não se metesse com a vida do povo, envolvendo-se nas eleições, que são a pedra angular do sistema, que nos rege; é endireitarem o carro para essa verdadeira estrada, que verão a boa viagem, que faz! Com eleições livres os ministros tratam de andar direitos, porque sabem que tem que dar conta às câmaras; os deputados procuram zelar os interesses públicos, porque sabem, que têm que dar contas ao povo; e o povo quase sempre vota bem, porque sabe que votando escolhe o juiz para sua demanda. *O voto livre é a varinha de condão do sistema representativo.*<sup>231</sup>

Com efeito, Macedo acreditava que o voto livre era a chave que asseguraria um sistema democrático para o Brasil, era o único mecanismo para “ver os pais da pátria cedendo lugar aos filhos do povo!”<sup>232</sup>. O autor fez do voto livre sua bandeira de atuação, talvez, porque ele próprio sofreu com a influência dos potentados locais, nas duas primeiras vezes em que concorreu à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. A hegemonia conservadora, mantida com o controle dos votos, inviabilizou a candidatura do escritor, que só conseguiu ocupar a vaga de suplente, mesmo sendo uma figura conhecida entre os círculos letrados da capital fluminense.

Na peça *A torre em concurso*, anteriormente citada, Macedo também teceu críticas ao sistema eleitoral brasileiro. O personagem Henrique denunciou as elites locais que abusavam de seu poder e empregavam métodos violentos nos pleitos a fim de que os eleitores votassem em seus afilhados políticos. Desse modo, o personagem defendeu o voto livre, que garantiria o funcionamento pleno do sistema representativo, caso contrário, quando não há liberdade no processo, nas palavras do jovem arquiteto, “não há eleição, há abuso e crime”, por isso, não se deve julgar o sistema eleitoral a partir dessas experiências “que mascaram com o nome de eleições!”. Analisando o processo eleitoral, o jovem engenheiro observa que é possível constatar:

[...] os ridículos excessos e desmando das autoridades policias e das potencias locais de um pobre curato de interior d’esta província, e isso não é nada em comparação das proezas abusivas e frenéticas, com que se celebrizam os mais altos funcionários públicos, quando tratam de conquistar uma eleição.<sup>233</sup>

Em 1855, Macedo saiu em defesa do projeto de reforma eleitoral, justamente, porque acreditava que a eleição em círculos diminuiria o poder dos “potentados

<sup>231</sup> MACEDO, 1855, tomo I, p.47-48, grifo nosso.

<sup>232</sup> Ibidem, p.48.

<sup>233</sup> MACEDO, Joaquim M. de Macedo. *A torre em concurso*. Rio de Janeiro: Garnier, 1863, p.116-17.

locais” e acabaria com as práticas coercitivas. Desse modo, a retomada do tema, dois anos após a aprovação do projeto, em um de seus textos literários demonstra a necessidade que o autor sentia de expor sua opinião política em outros meios para além da tribuna. Em outra passagem, Henrique foi mais enfático no valor do sistema eleitoral:

E eu lhe respondo com a pureza e santidade do direito. O sistema eleitoral é a bela e grandiosa consagração da soberania do povo; é o órgão pelo qual a voz da nação faz ouvir, manifestando os seus sentimentos e a sua vontade; é o princípio sagrado da força dos governos e da nobreza e da honra dos governados; mas para que assim seja indispensável qual a verdade se respeite, e a lei se cumpra à risca, renunciando-se ampla e livremente o voto do povo, e falando às urnas sem peias, nem violência, sem ilusões, nem depravação, nem torpezas.<sup>234</sup>

O ano (1857) em que Macedo escreveu *A torre em concurso* assistiu aos efeitos da reforma eleitoral, isto porque, em 1856 ocorreram eleições para a câmara no novo sistema, e de fato, a configuração partidária ficou mais equilibrada, além disso, nomes pouco conhecidos no cenário nacional foram eleitos.<sup>235</sup> Contudo, a peça só foi encenada em 1861, quando a lei tinha, recentemente, sido reformada novamente. Em 1860, uma nova lei aumentou o tamanho dos distritos, o objetivo era estabelecer um “arranjo intermediário”<sup>236</sup>.

Mesmo tendo sido aprovada, a lei dos círculos provocou uma cisão entre os deputados, pois a proposta não era consenso nem entre os membros do partido liberal, ao qual Macedo pertencia. A revisão do tamanho dos distritos, feita quatro anos depois, atesta a divergência de opiniões acerca do tema e a insatisfação de alguns setores com a anuência da medida, em 1855. Em última instância, as

---

<sup>234</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>235</sup> Miriam Dolhnikoff, em artigo para a revista *Almanack Braziliense*, afirmou que o projeto buscava, em última instância, “encontrar um mecanismo que impedisse as câmaras unânimes, ou seja, nas quais apenas um partido detivesse todas as cadeiras”. As eleições que ocorreram após a aprovação da Lei dos Círculos comprovariam esta ideia, uma vez que, segundo a autora, “só os deputados passaram a ser eleitos por distritos pequenos, como o número total deles elevou-se de 113 (número de deputados na legislatura de 1853-1856), para 235 (número de deputados na legislatura 1857-1860). A bancada de cada província dobrou e algumas poucas tiveram sua representação aumentada para além do dobro. A província com maior representação na Câmara, Minas Gerais, passou a contar com 40 deputados, de 40 distritos. A segunda maior, Bahia, foi dividida em 28 distritos para formar uma bancada de 28 deputados. Pernambuco passou a contar com 26 deputados, São Paulo 18, Ceará 16”. Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na monarquia brasileira. In: *Revista almanack braziliense*, nº 9, maio de 2009, p. 41-53.

<sup>236</sup> DOLNIKOFF, 2009, p. 45.

discordâncias em torno das propostas de reformas (judiciária e eleitoral) apresentadas durante o ministério da conciliação evidenciam o clima de tensão e rivalidade entre saquaremas e luzias que, desde a década de 1840, delineava a cena política brasileira. Em contrapartida, este foi um momento importante para o fortalecimento do monarca e de seu modo de governança, uma vez que, D. Pedro II de forma inédita solicitava ao presidente do Conselho de Ministros que trabalhasse em prol de tais projetos reformistas.

Joaquim Manuel de Macedo em nenhum momento dirigiu críticas diretas ao imperador, pelo contrário, sempre que podia ressaltava a benevolência de D. Pedro II e sua capacidade administrativa. O seu alvo eram os políticos e o modo de se fazer política no país, por mais que o escritor condenasse a administração saquarema, suas críticas não se limitaram aos membros do partido conservador, mas aos homens públicos que tratavam o Estado como um balcão de negócios, no qual se buscava atender às demandas particulares em detrimento dos interesses da nação.

A política de conciliação, como vimos, foi construída a partir do debate, entre os principais nomes da política brasileira, auferido nas páginas dos principais jornais e de efêmeras gazetas que circularam pela capital fluminense, nos primeiros anos da década de 1850. Macedo, por sua vez, esteve diretamente envolvido em tais debates, através de seus textos literários e de suas intervenções na tribuna. Desse modo, podemos afirmar que a vida política do Segundo Reinado impactou a produção literária do escritor itaborense. O desapontamento com a estrutura jurídica e partidária, aliado à crença na Constituição e nos princípios liberais deram a tônica à sua literatura ao longo das décadas de 1850 e 1860. Como homem de letras, Macedo fez da sua arte um manifesto contra a falta de ética, contra o egoísmo e o excesso de ambição observados por ele em parte de nossos homens públicos.

A nosso ver, a nova política implantada em 1853 pelo Gabinete Paraná era, na verdade, uma manobra liberal para retornar à cena pública a fim de movimentar as discussões acerca dos projetos de reforma apresentados pelo luzias na década anterior. O autor d'A carteira do meu tio era um entusiasta de tais projetos, especialmente, os que reviam a estrutura do poder judiciário e o sistema eleitoral brasileiro. No entanto, como parte da historiografia demonstrou, a política de

conciliação também sinalizou uma maior interferência do imperador D. Pedro II na política nacional.

Em seus escritos político, Macedo esboçou o cenário de crise que se instalava entre os membros do Partido Conservador, sobretudo, entre suas principais lideranças que estavam em desacordo com o gabinete de Joaquim José Rodrigues Torres e ameaçavam separar-se dos saquaremas para fundar o Partido Parlamentar. Nesse sentido, a política conciliatória também evitaria um racha interno entre os conservadores.

Na visão de Macedo a mácula do sistema político brasileiro era a falta de fidelidade partidária, que seria facilitada com a conciliação, já que a trégua imposta aos partidos justificaria a migração de políticos liberais para as fileiras conservadoras, e vice-versa. Além disso, nossas leis estavam no limbo e a maneira como o sistema eleitoral estava estruturado impediam que houvesse eleições livres e a ascensão de candidatos pouco conhecidos ou desapadrinhados. Nesse contexto, as bandeiras da reforma política e da moralização dos homens públicos tonaram-se para o escritor um fardo a ser carregado.

## Considerações Finais

A atuação de Joaquim Manuel de Macedo na cena pública brasileira foi, na década de 1850, fundamental para sua produção literária. A vida política do Império, as disputas entre os partidos, a atuação do imperador, bem como o modo operante da classe política não só serviram de matéria para suas obras, como o nortearam em suas escolhas profissionais. Preso a valores que considerava difíceis de encontrar entre os homens públicos, Macedo demonstrou profunda insatisfação com a relação nociva que alguns políticos de sua época estabeleciam com o poder público, cuja ascensão política garantia regalias e privilégios que, invariavelmente, prejudicavam o desenvolvimento do país.

Famoso pelas histórias de amor, o escritor nascido em Itaboraí alcançou o auge da carreira literária no mesmo momento em que se elegia para a Assembleia Provincial como membro do Partido Liberal, para o qual militou durante toda a vida pública. Macedo, definitivamente, demonstrou ser capaz de transitar por diferentes espaços e, porque não, ofícios, apesar de médico (por formação), foi professor de História no Colégio D. Pedro, deputado provincial, colaborador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, claro, literato.

Se a qualidade da literatura macediana é posta em discussão pela crítica especializada hodierna, no século XIX o autor recebeu inúmeros elogios e a importância de seus escritos foi reconhecida por seus pares. Desse modo, cabe, à guisa de conclusão, salientar a versatilidade deste escritor oitocentista que foi um observador privilegiado dos costumes e das contradições de seu tempo, cuja vasta produção merece e precisa ser revisitada, a fim de que se dê a Macedo o seu devido lugar entre os grandes escritores da literatura nacional.

*A carteira do meu tio* é, sem dúvida, uma obra riquíssima do ponto de vista temático e, por meio dela, o autor conseguiu apresentar um quadro da política imperial que permitia a seus leitores reconhecerem as mazelas de um sistema político, cuja obtenção de vantagens pessoais era recorrente e representava, naquela época, um desvio dos propósitos do sistema representativo. O sobrinho, com sua irreverência e sinceridade, apresenta ao público as petas, os crimes e a falta de ética característicos da classe política brasileira, a qual pretendia acessar não, necessariamente, por mérito, que seria o caminho mais longo, mas pelo atalho que se configura a prática do apadrinhamento.

De fato, o debochado aspirante a homem público foi feliz em seu intento, em *As memórias do sobrinho do tio*, escrito por Macedo entre os anos de 1867 e 1868, o sobrinho conta a seus leitores como logrou o sucesso na carreira política, logo depois da morte do tio, seu mantenedor e, de algum modo, um obstáculo para as práticas corruptoras que seduziam tanto o jovem.

Com a mesma ironia cínica d'*A carteira*, as *Memórias* remetem a um quadro político muitíssimo parecido com o vivido na década de 1850. Herdeiro de uma pequena herança deixada pelo tio, o sobrinho se viu obrigado a cumprir um último pedido para que, finalmente, colocasse a mão nos bens de seu bem feitor, ele deveria se redimir frente ao descompromisso com o bem público e se resignar às leis constitucionais, as mesmas que foram sua companheira de viagem pelo território brasileiro. No entanto, sem o menor pudor, o jovem encontrou um “jeitinho” para descumprir a condição imposta pelo tio e mesmo assim embolsar o espólio, ao qual tinha direito.

Tomado pela ganância, o sobrinho considerou a parte que lhe cabia da herança demasiadamente pequena para suas intenções megalomaniacas e, logo, traçou um plano para conquistar sua prima Chiquinha, para quem o tio havia deixado outra parte de seus bens. O que o jovem não esperava é que a prima distante era tão ambiciosa quanto ele, e, perceptivelmente, mais perspicaz em suas tramoias espúrias, de modo que juntos eles fariam o possível e o impossível, para atingir seus objetivos. O casamento, portanto, serviu ao sobrinho para, não somente, unir a riqueza deixada pelo tio, mas também para aglutinar forças em prol de um projeto individualista e pouco ético de ascensão social.

Com efeito, o sobrinho tornou-se, depois de uma série de conchavos, mentiras e muitas artimanhas, presidente de província; comprovando a tese de que no Brasil bastava ter um bom padrinho político, que introduzisse o candidato nos círculos influentes e o orientasse como proceder com tais figurões que era certo o sucesso nas urnas. As memórias do sobrinho confirmam os efeitos perversos da corrupção política no Brasil e revelam a frustração de Macedo com a percepção de que passados doze anos, entre a publicação d'*A carteira* (1855) e das *Memórias* (1867), os valores e o comportamento imoral detectados em parte dos homens públicos não foram consertados com a mudança da legislação, nem mesmo com o surgimento de um novo grupo partidário, em 1864, a Liga Progressista.

A forma literária escolhida por Macedo, para expor os labéus da política nacional, evidencia sua versatilidade no campo das letras. Em um período áureo para a literatura de viagem no país, o escritor optou pelo casamento entre a narrativa de viagem e a sátira política, legando à contemporaneidade um esboço do contexto histórico do Segundo Reinado. Para o seu tempo, Macedo deixou um texto divertido, porém ácido nas críticas à cena e aos homens públicos, cujo sincero narrador escancara os vícios com um cinismo irritante que, certamente, serviu de modelo para outros narradores emblemáticos de nossa literatura, como Brás Cubas, de Machado de Assis.

Ademais, afora abordar as questões políticas dos anos de 1850, Macedo também pôs, por meio de suas personagens, em destaque uma discussão sobre a pertinência dos relatos de viagem produzidos por estrangeiros sobre o Brasil. Em consonância com os letrados de seu tempo, o autor deixou claro que as narrativas de estrangeiros, sobretudo franceses, acerca do país, estavam repletas de erros grosseiros e descrições falseadas a respeito dos hábitos e costumes locais. Consideramos que, a partir dos anos de 1840, de maneira geral, a visão partilhada pelos letrados em relação ao gênero é mais crítica, pois estes procuraram desmistificar uma série de equívocos que se cristalizaram entre os viajantes estrangeiros que estiveram no país. Além disso, observa-se um incentivo às viagens nacionais e à produção de uma literatura de viagem que fosse “genuinamente nacional” e que conseguisse rever tais imagens, bem como, aos relatos de brasileiros que estavam em viagem fora do país.

Como um típico homem de letras de seu tempo, Macedo imprimia às suas obras um caráter moral e pedagógico, que buscava formar leitores críticos e atuantes, imbuídos dos valores morais socialmente aceitáveis, mas cientes de seu papel no funcionamento do sistema. Prova disso, são os recorrentes comentários acerca da opinião pública, a qual o escritor credita uma força política imensurável, capaz de interferir e alterar, profundamente, a cena pública. Para isso, no entanto, a imprensa tinha que ser livre e formada por homens comprometidos com a nação.

Com a carreira consolidada, nos anos de 1850, o escritor foi convidado a escrever as crônicas dominicais, no *Jornal do Commercio*, espaço no qual discutiu as questões caras à sua época e, principalmente, apresentou suas propostas e seus princípios políticos. A coluna hebdomadária de Macedo era tida como referência

para a formação da opinião pública, elogiada por sua sensatez e por seu tom mordaz. Liberal convicto, antes de assumir *A Semana*, Macedo editou uma folha política, na qual se projetava como candidato para a Assembleia Provincial e defendia um programa de reformas para o país.

Escrevendo para diferentes periódicos, Macedo conseguiu alcançar uma ampla gama de leitores, que apresentavam perfis variados; por exemplo, o leitor d'*A Semana*, imaginado pelo autor, era mais politizado e estava a par dos acontecimentos políticos, dos assuntos polêmicos que envolviam a sociedade carioca à época. A proposta do texto cronístico, cujo objetivo era apresentar um balanço dos fatos da semana, de certo modo exige um leitor bem informado que seja capaz de captar a crítica e a ironia que são próprias deste gênero. Já os leitores d'*A Marmota* demandavam textos mais leves, divertidos e ficcionais, por isso *A carteira do meu tio* tem tanta aderência às características do jornal, que buscava apartar-se às discussões políticas mais acaloradas, mas não abdicava da publicação do tema em suas páginas.

A expectativa do jornal era que *A carteira* provocasse uma tremenda bulha no Império e incomodasse alguns figurões da política nacional, já que Macedo retratava a realidade social que circunscrevia a ele e ao seu público-leitor, apresentando tipos sociais que compunham a sociedade brasileira da época. A descrição desses tipos era reconhecível aos leitores, a fim de que estes não só compreendessem a crítica tecida pelo autor, mas também concordassem com o seu ponto de vista.

Ao observarmos as intervenções de Macedo, como deputado, na tribuna da Assembleia Provincial, chegamos à conclusão que seus textos literários eram uma extensão de seus discursos na assembleia e que a ironia tão marcante em seu estilo não minimizava as duras críticas ao sistema político brasileiro do qual fazia parte, mesmo em tempos de conciliação. Conciliação que só era possível porque, em última instância, os princípios ideológicos estavam, para uma parte dos políticos brasileiros, em segundo plano e o que lhes motivava era o desejo de se obter poder e o de estar "acima". Por isso, também, os políticos mudavam de partido com relativa frequência, prática condenada, veementemente, por Macedo.

A nova cena política que se construía com o ministério presidido por Carneiro Leão tinha por objetivo abrandar as disputas partidárias, limitando o espaço de atuação da oposição. Para Macedo, a política de conciliação franqueou a troca de

partidos como uma prática natural, justificável e até necessária para o progresso da nação, mascarando o egoísmo de nossos políticos e a fragilidade do debate sobre o sistema representativo e o cumprimento das leis constitucionais no país.

A nosso ver, a política conciliatória se beneficiou da participação ativa do imperador na articulação do gabinete; de uma manobra dos liberais para retornar ao governo e, por fim, da crise interna entre os membros do partido conservador que demandava uma solução urgente – ou haveria um racha definitivo, com a formação de um terceiro partido. Além disso, para que um programa reformista fosse posto em pauta era necessário ampliar o número de deputados liberais no parlamento brasileiro. Desde o início dos debates em torno da conciliação, Macedo via a proposta com desconfiança – inclusive, chegou a afirmar que “era o mecanismo mais suave; mas também o mais incerto, ou o menos realizável”. Com o passar dos meses, a implicância do autor em relação à política de Carneiro Leão foi aumentando, e em pouco tempo, passou a criticá-la em suas crônicas hebdomadárias d’*A Semana* e nos textos ficcionais e teatrais, como *A carteira do meu tio* e *A torre em concurso*.

A produção macediana, sem dúvida, contribuiu para a formação de uma opinião pública acerca das pautas que acometiam a nação e ocupavam espaço na imprensa periódica da capital. A popularidade de seus textos é comprovável pelos inúmeros convites que o escritor recebia de jornais interessados em seu trabalho e pela publicação posterior de suas histórias em livros, que recebiam, em muitos casos, mais de uma edição. Macedo acreditava que a literatura era um veículo poderoso de atuação política, sobretudo, depois que o universo literário ganhou espaço na imprensa periódica da corte carioca. Comprometido ao projeto político liberal e fiel aos valores constitucionais, o escritor satirizou os costumes de sua época e nos legou relato incômodo, porém bem-humorado da cena política do Segundo Reinado.

## Referências Bibliográficas

### 1. Periódicos oitocentistas:

A AURORA FLUMINENSE: jornal politico e litterario. Rio de Janeiro [RJ]: Typ. do Diário, 1827-1839.

A GAZETA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta / Typ. do Diario do Rio, 1827-1828.

A MARMOTA NA CORTE. Rio de Janeiro: Typ. de Paula Brito, 1849-1852.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 1849-1853.

A MINEIRA NO RIO DE JANEIRO: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito e Cia., 1833.

A MISCELLANIA SCIENTIFICA. Rio de Janeiro: Typ. de José Andres Garcia Ximenes, 1835.

A NAÇÃO. Rio de Janeiro: Typ. da Nação de J. M. de Macedo, Covill e Cia, 1852-1854.

A VERDADE: jornal miscellanico: Rio de Janeiro: Typ. Nacional/ Typ. Gueffier, 1832-1834.

ANNAES FLUMINENSES DE SCIENCIAS, ARTES E LITTERATURA. Rio de Janeiro: Typ. de Santos e Souza, 1822.

BIBLIOTHECA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Typ. Perseveranca, 1863.

CHRONICA LITTERARIA: jornal de instruccao e recreio. Rio de Janeiro: Typ. Guanabarensense de L. A. F. de Menezes.

COMPILADOR CONSTITUCIONAL POLÍTICO E LITERÁRIO BRASILIENSE. Rio de Janeiro: Typ. Nacional/ Typ. de Moreira e Garcez, 1822.

CORREIO BRASILIENSE, ou Armazém Literário. Londres: W. Lewis, 1808-1822.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1822.

CORREIO MERCANTIL: e instructivo, político, universal. Rio de Janeiro: [s.n.]

DIÁRIO DE ANNUNCIOS. Rio de Janeiro: Typ. de Lena & Pereira, 1833.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, [1821-1878].

ESPELHO DIAMANTINO: periódico de política, litteratura, bellas artes, theatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras. Rio de Janeiro: Imperial Typ. de P. Plancher-Seignot, 1827-1828.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve e C., 1833-.

JORNAL SCIENTIFICO, ECONOMICO E LITTERARIO: ou colleção de peças, memórias, relações, viagens, poesias e anedoctas; mixto de instrução e recreio acomodado a todo genero de leituras: Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1826.

MARMOTA FLUMINENSE: jornal de modas e variedades. Rio de Janeiro: Typ. Dous de Dezembro, de Paula Brito, 1852-1857.

MINERVA BRASILIENSE: jornal de sciencias, lettras e artes. Rio de Janeiro: Typ. de J. E. S. Cabral, 1843-1845.

NITHEROY: revista brasiliense, sciencias, lettras e artes. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin, 1836.

NOVA LUZ BRASILEIRA. Rio de Janeiro; RJ: Typ. de Lessa e Pereira, 1829-1831.

O AMERICANO: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typ. de R. Orgier/ Typ. de Lessa & Pereira, 1831.

O BEIJA-FLOR. Rio de Janeiro: Typographia de Gueffier e Ca., 1830.

O CAREJÓ: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typ. de Lessa e Pevisa, 1832-1833.

O CHRONISTA. Rio de Janeiro: Typ. Commercial, de Silva e Irmãos, 1836-1839.

O COMETA: periódico literário, recreativo e noticioso. Rio de Janeiro: Typ. Economica/ Typ. do Diário, 1832.

O CONCILIADOR DO REINO. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821.

O CONCILIADOR FLUMINENSE, o jornal politico, histórico e miscellanico. Rio de Janeiro: Typ. Fluminense de Brito e C./ Typ. do Diário, 1832.

O CORREIO DA TARDE: jornal politico, litterario e commercial. Rio de Janeiro: Typographia americana de I. P. da Costa, 1848-1859.

O DESPERTADOR: diario commercial, politico, scientifico e litterario. Rio de Janeiro: Typ. da Associação do Despertador, 1838-1841.

O EXALTADO: jornal litterario politico e moral. Rio de Janeiro: Typ. de Gueffier, 1831-1835.

O GUANABARA: revista mensal artista, scientifica e litteraria. Rio de Janeiro: [s.n.], 1850-1855.

O MODERADOR, NOVO CORREIO DO BRASIL: jornal politico, commercial e litterario: Rio de Janeiro: Typ. de Ogier/ Imprimerie du Moderador/ Typ. do Moderador, 1830-1831.

O OBSERVADOR: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typ. de Cunha & Vieira, 1831.

O PATRIOTA: jornal litterario político e mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813-1814.

O PUBLICADOR, LITTERARIO, COMMERCIAL E DE ANNUNCIOS. Rio de Janeiro: Typ. J. B. Oliveira e Cia, 1836.

O REGENTE: jornal político e literário. Rio de Janeiro: Typographia de Lessa & Pereira / Typ do Diário, 1831-1832.

O SETE D'ABRIL. Rio de Janeiro: Typ. Americana, de I. P. da Costa, 1833-1839.

O SPECTADOR BRASILEIRO: diario politico, litterario e commercial. Rio de Janeiro: Typ. Plancher, 1824-1827

## 2. Textos setecentistas e oitocentistas:

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Ed. Objetivo, s/d.

\_\_\_\_\_. *Obra Completa*. vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

BLAKE, Augusto Victorino Alvez Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893, vol. III.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1717-1728.

CARVALHO, José de. *Cartas e outras obras selectas*. Lisboa: Tipografia Real, 1822.

CHATEAUBRIAND, François-René de. Préface de la première édition de l'itinéraire. In: *Oeuvres complètes*, vol. 4. Paris: Victor Lecou Éditeur, s/d.

DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

\_\_\_\_\_. *O sobrinho de Rameau*. Trad. Bruno Costa. São Paulo: Ed. Hedra, 2006.

GARRET, Almeida. *Viagens na minha terra*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

GONZAGA, Tomás A. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HOMEM, Francisco de S. T. *Pensamento acerca da conciliação dos partidos; coleção de artigos publicados pelo Correio Mercantil de fevereiro de 1853 em diante*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1853.

LAPORTE, Joseph de. *O viajante universal: ou notícia do mundo antigo e moderno*. Tomo I, Lisboa: Typografia Rollandiana, 1798.

LEAL JUNIOR, Jose da Silva Mendes. *Calabar: historia brasileira do século XVII*. Vol.1, Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1863.

LISBOA, José da S. *Estudos do bem-comum e economia política*. T. II. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Edições do Senado, 2005.

\_\_\_\_\_. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Edições do Senado, 2005.

\_\_\_\_\_. *A torre em concurso: comedia burlesca em tres actos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1863.

\_\_\_\_\_. *Chronica Politica*. In: *Bibliotheca Brasileira*, 1863.

\_\_\_\_\_. *A carteira do meu tio*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1855.

MAGALHÃES, Gonçalves de. *Episódio da infernal comédia, ou viagem ao inferno*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin, 1836

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

MAISTRE, Xavier de. *Viagem à roda do meu quarto*. Trad. Marques Rebelo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

MELLO, Dutra e. A Moreninha. In: *Minerva Brasiliense: jornal de Sciencias, Letras e Artes*, publicado por uma associação de literatos, 10/1844.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat (Baron de,). *Cartas Persas*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. *O espírito das leis*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 2005.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Tomo I (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d.

PINHEIRO, Joaquim Caetano F. *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: B. L. Ganier, 1862.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PORTO-ALEGRE, Manuel A. *Excerptos das memorias e viagens do Coronel Bonifácio de Amarante*. Rio de Janeiro: Typ. da Empresa Dous de Dezembro, de Paula Brito, 1852.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SAINTE-BEUVE. Da literatura industrial. Trad. Jefferson Cano. In: *Revista Remate de Males*, v. 29, n. 2, 2009.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1943.

STERNE, Laurence. *Viagem sentimental pela França e Itália*. Trad. Luana Ferreira de Freitas. São Paulo: Hedra, 2008.

### **3. Fontes publicadas:**

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 1848-1857. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>.

BRASIL. *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, 1848-1857. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

COLEÇÃO Leis do Império do Brasil (1808-1889). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>.

FALAS do Trono (1823-1889). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Câmara dos Deputados, 1889.

### **4. Estudos:**

ABREU, Capistrano. *Ensaio e estudos: crítica e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 1976.

ABREU, Capistrano. *Fases do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 1973.

ALMEIDA, Leandro Tomaz de. *Trajetórias da recepção crítica de Joaquim Manuel de Macedo*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, Campinas [SP], 2008.

ANDRADE, Priscilla Rampin de. *Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo, imprensa e política na consolidação do Estado nacional brasileiro*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Sociais e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARISTÓTELES. HORÁCIO. LONGINO. *A poética clássica*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1997.

AUGUSTI, Valéria. *O romance como guia de conduta: A Moreninha e Os dois amores*. Campinas: IEL/UNICAMP, 1998.

BARBOSA, Silvana Mota. O Conselho de Ministros no Império do Brasil. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. Vol.13, n.1.

BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado em História – Unicamp, Campinas, 2001.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation, 1789-1852*. Stanford, EUA: Stanford University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *Imperador cidadão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BASILE, Otávio Neri de Campos. *O império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CALHOUN, Craig (ed). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1994.

CAMARGO, Ana M. de A.; MORAES, Rubens B. de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. 2 vols. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Kosmos, 1993.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

\_\_\_\_\_. et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro, Ed. da UNICAMP/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANO, Jefferson. *Nas trilhas da crônica: literatura e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX*. (No prelo, cedido pelo autor).

\_\_\_\_\_. A política da lusofobia: partidos e identidades políticas no Rio de Janeiro (1848-1849). *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, v.13, n.01.

\_\_\_\_\_. (Organização e notas). *Labirinto*. Campinas: Mercado de Letras. Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *O fardo dos homens de letras: o orbe literário e a construção do império brasileiro*. Tese de Doutorado em História – Unicamp, Campinas, 2001.

CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro, Ed. da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem & Teatro de Sombras*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Nação e cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Cidadania: tipos e percursos. In: *Revista Estudos Brasileiros*, v.9, nº 18, 1996.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A Insurreição Praieira. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.08, novembro, 2008.

CARVALHO, Sebastião José de. *Cartas e outras obras selectas*. Lisboa: Tipografia Real, 1822.

CASTRO, Paulo Pereira Castro. Política e administração de 1840 a 1848. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Diefel, 1985. 5ª edição. Tomo II, vol. II.

COSTA LIMA, Luiz. *Vida e Mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

CRISTÓVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudo e bibliografias*. Coimbra: Almedina, 2002.

\_\_\_\_\_. *Literatura de viagens: da tradicional à nova e à novíssima – marcas e temas*. Coimbra: Almedina, 2009.

DANTAS, Monica Duarte. Partido, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, Formação dos partidos políticos no Brasil da regência à Conciliação, 1831-1857.” In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.10, novembro 2009.

DARNTON. Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França de 1775 a 1880*. São Paulo: Edusp, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. A monarquia constitucional brasileira e o modelo de governo representativo dos oitocentos. *Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 2012.

\_\_\_\_\_. Representação política no Império. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho/2011.

\_\_\_\_\_. *O pacto federalista: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

ECO, Umberto. *Seis passeios no bosque da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: o marquês de Paraná e a política imperial, 1842-1856*. São Paulo: Annablume, 2013.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1996.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império Revisitado: Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese de doutorado. São Paulo, SP: USP, 2012.

FERREIRA, Carlos Alberto D. A reforma judiciária de Nabuco de Araújo e o Manifesto Vassourense (1854-1856). In: *Veredas da História*. vol. 2, ano II , n.1 , 2009.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: TSE/SDI, 2005.

FURTADO, Joaci P. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das Cartas Chilenas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRUZINSKY, Serge. *Les quatre parties du monde*. Paris: Éditions de La Martinière, 2004.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3ª ed. 2ª reimpresión. México: FCE/MAPFRE, 2010.

GUERRA, Leonardo José C. de M. *Viagens de Gulliver: recepção (história) e interpretação (crítica)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras, História e Ciências Sociais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. In: CARVALHO, José M. de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

\_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HANSEN, João Adolfo. *A anatomia da sátira*. In: VIEIRA, Bruno V. G; THAMOS, Márcio. *Permanência clássica: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras, 2011.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

HODGART, Mattew. *La sátira*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo II.

HOMERO. *Ilíada*. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics – Companhia das Letras, 2003,

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Tomo II, vol. 5.

JANOTTI, Maria Lourdes. A falsa dialética: Justiniano José da Rocha. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 03/1982.

JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994.

JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense. 3ª edição, 1961.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC Rio, 2006.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde – Revista Manguinhos*, vol. VIII, 2001.

LEMPÉRIÈRE, Annick. Partidos políticos e nação na América hispânica: uma história ou uma historiografia comum?. In: CARVALHO, José Murilo de. & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIMA, Carollina Carvalho Ramos de. *Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2010.

LINHARES, Temístocles. Macedo e o romance brasileiro. In: *Revista do livro*. Rio de Janeiro: 1958, n. 10.

LUBENOW, Jorge Adriano. *A categoria da esfera pública em Jürgen Habermas*. Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACHADO, Álvaro M; PAGEAUX, Daniel-Henri. *Da literatura comparada à teoria literária*. Lisboa: Ed. Presença, 2001.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. 2ªed. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

MANÇANO, Rejane. *Livros à Venda: presença de romances em anúncios de jornais*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, Campinas [SP], 2010.

MARSON, Izabel Andrade. Em busca de uma nação brasileira autêntica. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.25, n.71, jan. /abr. 2011.

MARSON, Isabel A. *O império do progresso: a revolução praieira (1842-1855)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MARSON, Izabel A. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

MARTINS, Lílian. *História em revista*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2009.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista no Império*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1961.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MERQUIOR, José Guilherme. *A astúcia da mímese*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das letras, 1966.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora Unesp, 2003

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. La génesis de la opinion pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica*. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford/California: Stanford University Press, 2006.

NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

NEVES, Lúcia Maria B. P. das. Opinión Pública - Brasil. In: Javier Fernandez Sebastián (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de

las revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos – I. 1ª ed. Madrid, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos, 2009.

NEVES, Victor H. B. *O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o marquês de Paraná (1853-1856)*. Dissertação de Mestrado – UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

ORWELL, George. Política versus literatura: uma análise de Viagens de Gulliver. In: SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Pinguin Classics – Companhia das Letras, 2010.

PAIM, Leandro Burgallo. *A nação como possibilidade: imprensa e manuais didáticos na difusão da identidade nacional no Brasil oitocentista*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Sociais e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Patrícia R. C. *Há muito tempo não escrevo: reunião da correspondência alencariana (edição comentada)*. 2012, Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PRATT, Mary. *Os olhos do Império*. Bauru: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, Juliana M. de. *As múltiplas facetas de Joaquim Manuel de Macedo: um estudo de A carteira de meu tio, memórias do sobrinho de meu tio e a luneta mágica*. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, Campinas [SP], 2011.

RAMINELLI, Ronald. Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial. In: *História: questões e debates*, n. 32, jan/jun, 2000.

RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao Surrealismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo, março 1982.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822): como um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imesp, 1988.

ROCHA, Débora Cristina Bondance. *Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro: um ambiente para leitores e leituras de romance (1833-1856)*. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas, 2011.

ROCHA, Rejane C. *Da utopia ao ceticismo: a sátira na literatura brasileira contemporânea*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SANO, Lucia. *Das narrativas verdadeiras: tradução, notas e estudo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Claudete D. dos. *A viagem e a escrita: uma reflexão sobre a importância da viagem na formação intelectual de escritores-viajantes*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Roger Maioli. *As viagens de Gulliver e a ascensão do romance inglês*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHALCH, Laís. *Um estudo dialético de A carteira do meu tio de Joaquim Manuel de Macedo*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2012.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: Salões, Gabinetes Literários e Bibliotecas. In: BRESCIANI, Stella (Org.). *Imagens da cidade: século XIX e XX*. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, 1993. p. 147-162.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEGISMUNDO, Fernando. *Excelências do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1993.

SERRA, Tânia R. C. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedo: a luneta mágica do II Reinado*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 1994.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *Rousseau e os devaneios do caminhante solitário*. Disponível em: [http://elogioapreguica.com.br/?page\\_id=89](http://elogioapreguica.com.br/?page_id=89). Acesso em 15/12/2011.

SILVA, Antonio de M. e. *Diccionario da lingua portugueza*. 3. ed. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

SILVA, Bianca K. da. *A escrita de uma tradição: Macedinho ou Macedo?* Dissertação de Mestrado – Instituto de Letras/UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Jorge Bastos da. A Lusitania Dish: Swift to Portuguese taste. In: REAL, Hermann J. *The Reception of Jonathan Swift in Europe*. Londres: A&C Black, 2005.

SIMIONATO, Juliana S. *A Marmota e seu perfil editorial: contribuição para edição e estudo dos textos machadianos publicados nesse periódico (1855-1861)*. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Grafia, 1998.

SOETHE, Paulo Astor. Sobre a sátira: contribuições da teoria literária alemã na década de 60. In: *Fragmentos*, n.25, Florianópolis: Universidade Federal do Paraná, 2003.

SOUSA, Galante. *Introdução ao estudo da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SOUZA, Francisco Belizário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

STAROBINSKI, Jean. Prefácio. In: *Cartas Persas*, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

STRZODA, Michelle. *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

SUSSEKIND, Flora. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Pinguin Classics – Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Brasil é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.96.

TELAROLLI, Sylvia. Entre a fúria e a esperança, o fel e o riso: a presença da sátira na literatura brasileira. In: SEGATTO, José Antônio; BALDAN, Ude. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

TORRES, João Camillo de O. *A democracia coroada: teoria política no Brasil*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1964.

VAX, Louis. L'art et la literature fantastiques. Paris: P.U.F., 1960, apud MASSUD, Moisés. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.

VIANNA, Hélio. *Os vultos do Império*. Col. Brasiliana, Rio de Janeiro: Ed. Companhia Nacional, 1968.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. Robinson Crusoe e Cartas Persas: romances, viagens e devir histórico (1719-1806). In: BORGES, Célia Maia. (Org.). *Narrativas e imagens*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

WATSON, George Watson; WILSON, Ian R. *The new cambridge bibliography of english literature*. vol. 2. Londres: Cambridge University, 1971.

WOOLF, Virginia. *O leitor comum*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 2007.